Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alba Nélida de Mendonça Bispo

Dos processos de valoração do patrimônio moderno às práticas de conservação em Brasília: o caso do restauro do Palácio do Planalto

Rio de Janeiro

2014

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alba Nélida de Mendonça Bispo

Dos processos de valoração do patrimônio moderno às práticas de conservação em Brasília: o caso do restauro do Palácio do Planalto

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.ª Drª. Ana Carmen Amorim Jara Casco

Co-orientadora: Prof.ª MsC. Ana Clara Giannecchini

Supervisor: Thiago Pereira Perpétuo

Rio de Janeiro

2014

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal.

B621p Bispo, Alba Nélida de Mendonça.
Dos processos de valoração do patrimônio moderno às práticas de conservação em Brasília: o caso do restauro do Palácio do Planalto / Alba Nélida de Mendonça Bispo – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

190 f.: il.

Orientadora: Ana Carmen Amorim Jara Casco

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

1. Patrimônio Arquitetônico (Preservação). 2. Arquitetura moderna. 3. Restauração. 4. Brasília. I. Casco, Ana Carmen Amorim Jara. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.
CDD 72.025.3

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alba Nélida de Mendonça Bispo

Dos processos de valoração do patrimônio moderno às práticas de conservação em Brasília: o caso do restauro do Palácio do Planalto

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2014.

Banca examinadora:

_____

Professora Drª. Ana Carmen Amorim Jara Casco – PEP/MP (Orientadora)

_____

Thiago Pereira Perpétuo – Superintendência do IPHAN no Distrito Federal (Supervisor)

_____

Professora Ms.C Adriana Sanajotti Nakamuta – PEP/MP (Examinador Interno)

_____

Professor José Simões de Belmont Pessôa – UFF (Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

Aos familiares e *meus*:
nunca *distantes*,
sempre *presentes*.

AGRADECIMENTOS

Aos amigos da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal com os quais pude conviver durante estes dois anos de mestrado, pela oportunidade de participar da rotina institucional, em reuniões, grupos de trabalho, vistorias, lanchinhos e conversas de pilotis, e especialmente pelos conselhos, dicas e trocas de conhecimento que fazem do PEP/MP uma das experiências profissionais e pessoais mais incríveis.

À co-orientadora Ana Giannecchini e ao supervisor Thiago Perpétuo, pela compreensão em todas as horas que precisei, pelos comentários, críticas, sugestões e orientações que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, pelo apoio e dedicação em todas as etapas deste mestrado desde o início até o fim.

À professora orientadora Ana Carmen, por ter aceitado a responsabilidade de desenvolver comigo este projeto, pelas revisões e orientações sempre muito atenciosas, pelo apoio, compreensão e dedicação ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da Biblioteca do CECI, da Biblioteca Joaquim Cardozo da UFPE, da Biblioteca Aloísio Magalhães do IPHAN, do Arquivo Central do IPHAN, do IPHAN-Sede e da COPEDOC, pelo auxílio e apoio ao disponibilizar informações, fontes e referências utilizadas nesta pesquisa.

À Coordenação e aos professores do PEP/MP pela especial inspiração, dedicação, apoio carinho e atenção durante todo o curso.

Aos companheiros de turma do PEP/MP – Ana Seixas, Ana Rollemberg, Ana Ventura, André Andrade, Beatriz Accioly, Carolina Di Lello, Eloá Carvalho, Enderson Dias, Fernando Siviero, Helena Tavares, Jana Machado, Karine Oliveira, Katiuscy Lopes, Lucas Prochnow, Marielle Pereira, Mario Polo, Renato Fonseca e Stelia Castro – pelo compartilhamento de experiências, e-mails, telefonemas, músicas, links, dicas, apoio e amizade.

Aos amigos com os quais pude compartilhar experiências profissionais e pessoais ao longo do PEP/MP, em especial àqueles que me ajudaram a realizar este trabalho: à Alithea Fernandes e Fabiana Carvalho, por terem abertos os caminhos do PEP/MP em Brasília; à Carol Padua por ter gentilmente cedido sua dissertação de mestrado por e-mail antes do depósito final para a USP; à Flaviana Lira e Guilah Naslasvsky pelas conversas e orientações extraoficiais; a Jayme Zettel e Ítalo Campofiorito, pela disponibilidade, atenção e apoio nas entrevistas que me foram concedidas.

À Natália Biserra por ser meu lar em terras cariocas e pela amizade compartilhada e à Itamires Nunes, por ser meu lar na capital, pelo apoio e companheirismo “nas noites sem fim do Planalto” e pela ajuda com a formatação dos elementos iconográficos.

À minha família por me acompanhar sempre em todas as situações e por todo apoio, ainda que fisicamente distantes.

Claro calar sobre uma cidade em ruínas (ruinogramas)

Em Brasília, admirei.
Não a niemeyer lei,
a vida das pessoas
penetrando nos esquemas
como a tinta no sangue
no mata borrão,
crescendo o vermelho gente,
entre pedra e pedra,
pela terra a dentro.

Em Brasília, admirei.
O pequeno restaurante clandestino,
criminoso por estar
fora da quadra permitida.
Sim, Brasília.
Admirei o tempo
que já cobre de anos
tuas impecáveis matemáticas.

Adeus, Cidade.
O erro, claro, não a lei.
Muito me admiraste,
muito te admirei.

(Paulo Leminski, 1984)

RESUMO

Este trabalho pondera sobre o processo de preservação de exemplares da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos como patrimônio cultural e reflete sobre os métodos e as práticas de restauro que vêm sendo adotados pelo IPHAN em Brasília. A pesquisa investiga a relação entre os valores atribuídos nos processos de tombamento e as práticas de conservação acordadas pelo IPHAN, especialmente através do caso do restauro do Palácio do Planalto, realizado entre 2008-2010. Como discussão mais ampla pretende-se ilustrar as dificuldades de conservação dos palácios de Brasília, especialmente através do estudo de caso, considerando que todas as obras são de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, todos os edifícios foram concebidos sob uma mesma orientação estética e construídos durante um período histórico comum, com técnicas e materiais próprios da arquitetura moderna. Trata-se, portanto, de um estudo analítico que irá refletir sobre os desafios de atuação do IPHAN em relação à restauração de exemplares arquitetônicos modernos enquanto patrimônio recente.

Palavras-chave: Patrimônio. Moderno. Conservação. Restauração. Brasília.

ABSTRACT

This paper approaches on the process of preserving specimens of architecture, urbanism and modern landscaping as cultural heritage and reflects on the methods and practices of restoration being adopted by IPHAN in Brasilia. The research investigates the relationship between the values assigned in the processes of preservation and conservation practices agreed by IPHAN, especially through the case of the restoration of the Presidential Palace, conducted in 2008-2010. In a further discussion, we intended to illustrate the difficulties of conservation of the palaces of Brasilia, especially using the case study, considering that all works are by the architect Oscar Niemeyer, all buildings were designed under the same aesthetic orientation and built during a common historical period, with modern architectural techniques and materials themselves. It is, therefore, an analytical study that will reflect on the challenges of acting IPHAN in relation to the restoration of modern architectural specimens as recent heritage.

Keywords: Heritage. Modern. Conservation. Restoration. Brasilia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Prédio do MES. 27
Figura 2: Terraço-jardim do MES. 28
Figura 3: Pilotis e azulejos do MES. 28
Figura 4: Interior da Igreja da Pampulha. 33
Figura 5: Catedral de Brasília em construção (1959-1960). 35
Figura 6: Catetinho. 40
Figura 7: Eixo Monumental do Plano Piloto de Brasília. 41
Figura 8: Proposta de preservação em 1985. 48
Figura 9: Mapa de Lucio Costa para "Brasília Revisitada". 50
Figura 10: Mapa do anteprojeto de lei de preservação de 1989. 52
Figura 11: Mapa de escalas predominantes. 59
Figura 12: Croquis 1 e 2 de da concepção de Brasília. 61
Figura 13: Poligonal da área tombada de Brasília. 62
Figura 14: Setores centrais com edificações altas (centro) e gabarito uniforme das superquadras (direita). 62
Figura 15: Vista do Palácio do STF, Anexo 01 e Anexo 02 (da direita para esquerda). 64
Figura 16: Continuidade espacial dos pilotis (SQS 308). 64
Figura 17: Área aberta, livre e pública dos pilotis (SQS 107). 64
Figura 18: Permeabilidade dos pilotis dos blocos residenciais. 65
Figura 19: Mapa geral das obras de Niemeyer em Brasília propostas para tombamento. 67
Figura 20: Prédio do Touring Club. 68
Figura 21: Croquis de Niemeyer para o edifício do Touring Club. 69
Figura 22: Paisagem da Praça dos Três Poderes a partir do Congresso Nacional. 72
Figura 23: Anexos (à esquerda) dos Ministérios (à direita). 74
Figura 24: Vazios do entorno imediato dos bens tombados do Eixo Monumental Leste e Praça dos Três Poderes. 75
Figura 25: Croqui de Oscar Niemeyer para o conjunto do Setor Cultural Sul no qual se situam o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional. 76
Figura 26: Bloco ministerial padrão. 80
Figura 27: Anexo ministerial padrão. 80
Figura 28: Inserção discreta dos anexos junto aos ministérios. 80
Figura 29: Vista geral dos anexos do Palácio do Planalto e locação dos demais Palácios do Eixo Monumental Leste. 84
Figura 30: Maquete do conjunto: Hotel de Turismo (à direita), Palácio Presidencial (centro), Igreja e Residência Oficial (à esquerda). 86
Figura 31: Esplanada, espelho d'água e renque de palmeiras junto ao Palácio Presidencial. 87
Figura 32: Maquete do primeiro projeto (1ª versão) com elemento vazado e auditório na coberta. 87

Figura 33: Perspectiva interna para o primeiro projeto (1ª versão). 88
Figura 34: Perspectiva para o primeiro projeto (1ª versão). Croqui de Niemeyer, 1956. 88
Figura 35: Maquete do primeiro projeto (2ª versão). 89
Figura 36: Elevação e corte (primeiro projeto). Croqui de Oscar Niemeyer, 1956. 89
Figura 37: Esquema estrutural do Palácio durante construção. 90
Figura 38: Sistema Dom-ino. 90
Figura 39: Croquis de Oscar Niemeyer para o Palácio do Planalto (1958). 91
Figura 40: Maquete do primeiro projeto (2ª versão): notar supressão do cobogó na fachada oeste e retirada do volume em casca do auditório. 92
Figura 41: Maquete da Praça dos Três Poderes. 93
Figura 42: Maquete do segundo projeto (1ª versão). 94
Figura 43: Maquete do segundo projeto (2ª versão). 95
Figura 44: Alterações no perfil e acabamento das colunas. 96
Figura 45: Maquete do segundo projeto (2ª versão). 97
Figura 46: Croqui de Niemeyer: visadas diferenciadas. 97
Figura 47: Corte transversal: à esquerda o subsolo e à direita rampa de acesso ao 2º pavimento. 98
Figura 48: Instalação da primeira coluna do Palácio do Planalto em 1958. 98
Figura 49: Protótipo da coluna em madeira. 98
Figura 50: Coluna conforme 2ª versão do segundo projeto (à esquerda) e novo desenho da coluna durante a execução da obra (à direita). 99
Figura 51: Modelo virtual de 2011 do plano de cobertura projetado. 100
Figura 52: Cronologia do Palácio do Planalto: projetos e execução das obras. 100
Figura 53: Palácio do Planalto concluído (c.1960). 105
Figura 54: Monumento aos Candangos. 105
Figura 55: Vista da Praça dos Três Poderes a partir da rampa externa do Palácio do Planalto, em 21 abr. 1960. 106
Figura 56: Execução das pilastras e parlatório. 107
Figura 57: Composição do parlatório e pilastras na Fachada Sul. 107
Figura 58: Rampa do Hall Nobre que liga o 2º piso ao mezanino. 108
Figura 59: Vista aérea do Palácio no término da obra: notar rasgos na cobertura. 108
Figura 60: Vista aérea do Palácio do Planalto com estacionamento lateral e subsolo na fachada posterior. 109
Figura 61: Recuperação do espelho d'água rente à fachada em 1992. 110
Figura 62: Vista da Fachada Sul e Oeste com espelho d'água. 110
Figura 63: Desenho poligonal do espelho d'água do Palácio do Planalto. 111
Figura 64: Rampa com carpete verde escuro e sem corrimão; colunas com pintura branca. 112
Figura 65: Rampa com carpete mais claro e com corrimão; revestimento das colunas em chapas de alumínio. 112
Figura 66: Vista aérea do Palácio do Planalto e anexos junto à fachada oeste. 112

Figura 67: Dutos de ar condicionado visíveis na fachada. 113
Figura 68: Duto de ar condicionado no Mezanino. 113
Figura 69: Jardins, pérgolas de iluminação natural e painel ao fundo. 113
Figura 70: Painel de azulejos de Athos Bulcão. 113
Figura 71: Interior de uma sala do 4º pavimento. 114
Figura 72: Corredor das salas do 4º pavimento e jardins internos. 114
Figura 73: Rasgos entre a parede do hall de recepção e as salas ocupadas pela imprensa no térreo do Palácio do Planalto. 115
Figura 74: Salão Oval (à direita) e Salão de coletivas para a imprensa (à esquerda), inseridos na década de 1990 no 2º pavimento, onde originalmente havia o Salão Leste. 115
Figura 75: "Edificação construída em 1958, Espelho d´Água em 1991 e Caixa de Escada e Elevadores em 2010". 116
Figura 76: Transparência e continuidade visual entre interior do Palácio e a Praça dos Três Poderes. 119
Figura 77: Parede em mármore bege-Bahia e Painel de Burle Marx no Salão Oeste. 125
Figura 78: Maquete do Palácio do Planalto, com vista das fachadas oeste e sul; notar projeção dos rasgos longitudinais na cobertura. 130
Figura 79: Jardim e pergolado do Palácio do Itamaraty. 130
Figura 80: Jardim e pergolado do Palácio da Justiça. 130
Figura 81: Azulejos antes da intervenção. 132
Figura 82: Réplica do painel situado no saguão de recepção rente à fachada sul, em frente às colunas dos elevadores, no 4º pavimento do Palácio do Planalto. 132
Figura 83: Inserção da torre externa anexa à fachada norte do Palácio do Planalto. 134
Figura 84: Salão Oval antes da intervenção. 136
Figura 85: Salão Oval durante reforma. 136
Figura 86: Salão Oval após reforma, completamente reformulado. 136
Figura 87: Fachada Sul original (c.196?). 137
Figura 88: Fachada principal antes da obra de restauração. 138
Figura 89: Fachada principal durante a obra de restauração. 138
Figura 90: Fachada principal depois da restauração: alterações na transparência e tonalidades diferenciadas das vedações blindadas. 138
Figura 91: Redesenho das divisões internas com paredes em alvenaria. 140
Figura 92: Substituição de vedações removíveis por paredes de alvenaria. 140
Figura 93: Inserção de novas paredes em alvenaria no 4º pavimento conforme novo layout interno. 140
Figura 94: Substituição do piso atual por novo piso de madeira. 142
Figura 95: Instalação de novas divisórias internas. 142
Figura 96: Planta Baixa do Térreo. 158
Figura 97: Planta Baixa do 2º pavimento. 158
Figura 98: Planta Baixa do 3º pavimento. 159
Figura 99: Planta Baixa do Terraço. 159

Figura 100: Corte AA. 160
Figura 101: Elevação Sul. 160
Figura 102: Planta Baixa do Térreo. 161
Figura 103: Planta Baixa do 2º pavimento. 161
Figura 104: Planta Baixa do 3º pavimento. 162
Figura 105: Planta Baixa do Terraço. 162
Figura 106: Corte AA. 162
Figura 107: Planta Baixa do Térreo. 163
Figura 108: Planta Baixa do 2º pavimento. 164
Figura 109: Planta Baixa do 3º pavimento. 164
Figura 110: Planta Baixa do 4º pavimento. 165
Figura 111: Corte transversal. 165
Figura 112: Elevação Sul. 165
Figura 113: Planta Baixa do Subsolo. 166
Figura 114: Planta Baixa do Térreo. 167
Figura 115: Planta Baixa do 2º pavimento. 167
Figura 116: Planta Baixa do 3º pavimento. 168
Figura 117: Planta Baixa do 4º pavimento. 168
Figura 118: Corte transversal - AA. 168
Figura 119: Corte longitudinal – BB. 169
Figura 120: Elevação Oeste. 169
Figura 121: Elevação Sul. 169
Figura 122: Planta Baixa do Subsolo. 170
Figura 123: Planta Baixa do Térreo. 171
Figura 124: Planta Baixa do 2º Pavimento. 171
Figura 125: Planta Baixa do 3º Pavimento. 172
Figura 126: Planta Baixa do 4º Pavimento. 172
Figura 127: Corte transversal - AA. 173
Figura 128: Corte transversal - BB. 173
Figura 129: Corte longitudinal - CC. 173
Figura 130: Elevação Oeste. 173
Figura 131: Elevação Sul. 173
Figura 132: Planta Baixa do Térreo. 174
Figura 133: Planta Baixa do 2º Pavimento. 174
Figura 134: Planta Baixa do 3º Pavimento. 175
Figura 135: Planta Baixa do 4º Pavimento. 175
Figura 136: Planta Baixa do Térreo. 176

Figura 137: Planta Baixa do 2º Pavimento. 176
Figura 138: Planta Baixa do 3º Pavimento. 177
Figura 139: Planta Baixa do 4º Pavimento. 177
Figura 140: Obras de reforma com ampliação do subsolo existente junto à fachada norte. 178
Figura 141: Nivelamento do terreno para estacionamento junto à fachada lateral. 178
Figura 142: Instalação de grama sob o subsolo ampliado. 178
Figura 143: Vista da malha de ferragens do estacionamento lateral. 178
Figura 144: Subsolo após finalização da obra. 178
Figura 145: Estacionamento lateral após finalização da obra. 178
Figura 146: Saguão de entrada no térreo. 179
Figura 147: Instalação de aparelhos de detecção de metal na recepção. 179
Figura 148: Substituição do forro do Saguão de entrada no térreo. 179
Figura 149: Substituição dos vidros do Saguão de entrada. 179
Figura 150: Saguão mantem revestimentos originais, com exceção dos pilares. 179
Figura 151: Hall Nobre durante recepção oferecida por JK na inauguração de Brasília: notar colunas com pintura branca. 180
Figura 152: Hall Nobre: uso de mármore no piso e vidros transparentes na fachada. 180
Figura 153: Hall Nobre com corrimão na rampa. 180
Figura 154: Hall Nobre com colunas em chapas de alumínio. 180
Figura 155: Retirada do forro do Salão Nobre e dos vidros transparentes da fachada. 180
Figura 156: Hall Nobre com novo forro de gesso e substituição dos revestimentos das colunas. 180
Figura 157: Hall Nobre na fase final da obra: reforma luminotécnica e novos vidros (blindados). 181
Figura 158: Hall Nobre após término da obra: colunas com frisos e pintura em tonalidade mais escura. 181
Figura 159: Acesso à recepção a partir do Mezanino: notar revestimento de lambris em madeira e pilares em chapas de alumínio. 182
Figura 160: Vista geral do Mezanino antes da reforma. 182
Figura 161: Retirada do carpete do Mezanino. 182
Figura 162: Mezanino com revestimentos em placas de modulação variada após reforma. 182
Figura 163: Mezanino após reforma: manutenção da parede espalhada, troca de carpete e mobiliário restaurado. 182
Figura 164: Painel de azulejos e jardim do 4º pavimento. 183
Figura 165: Retirada do forro de gesso do 4º pavimento e vista dos jardins internos e pergolado antes da demolição. 183
Figura 166: Demolição das vedações internas e reforma da laje do 4º pavimento e retirada dos jardins. 183
Figura 167: Reforma das instalações elétricas. 183
Figura 168: Retirada de revestimentos e demolição de alvenarias. 183
Figura 169: Fechamento do pergolado e área onde havia os jardins após sua demolição. 184

Figura 170: Traslado do painel original de Athos Bulcão; peças deslocadas em placas de alvenaria. 184
Figura 171: Instalação de novo piso e estrutura de dutos elétricos. 184
Figura 172: Novo teto de gesso e novo revestimento das paredes. 184
Figura 173: Reforma do novo saguão com instalação de novos revestimentos de piso, parede e forro de gesso. 184
Figura 174: Novo saguão do 4º pavimento com vista para a Praça dos Três Poderes após finalização da obra de reforma. 184
Figura 175: Escritórios após finalização da reforma. 185
Figura 176: Acabamento dos novos revestimentos do 4º pavimento. 185
Figura 177: Réplica dos azulejos de Athos Bulcão e parede espelhada. 185
Figura 178: Salão de estar com vista para a Praça dos Três Poderes. 185
Figura 179: Nivelamento do piso junto aos pilares da fachada norte para inserção da torre anexa. 186
Figura 180: Vista do Palácio do Planalto durante as obras de construção da torre externa. 186
Figura 181: Fachada Norte com inserção da torre anexa e obra de ampliação do subsolo. 186
Figura 182: Vista da fachada do Palácio com torre anexa a partir do estacionamento lateral. 186
Figura 183: Vista lateral do Palácio com Torre anexa após finalização da obra. 186
Figura 184: Vista das esquadrias da varanda do Salão Oeste antes de receber pintura e vidros blindados. 187
Figura 185: Vista das esquadrias da varanda da Fachada Oeste com vidros blindados sendo instalados. 187
Figura 186: Fachada Sul durante a obra, sem uma parte dos vidros. 187
Figura 187: Fachada Sul após finalização da obra. 187
Figura 188: Impermeabilização do espelho d´água e reforma no piso externo junto à Fachada Sul. 187
Figura 189: Vista do espelho d'água junto à Fachada Sul após finalização da obra. 187

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Bens modernos de arquitetura, urbanismo e paisagismo tombados pelo IPHAN_____31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

CAUMA – Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal

CIAM – Congresso Internacionais da Arquitetura Moderna

CPM – Conselho do Patrimônio Mundial

DEC – Departamento de Engenharia e Construção do Exército

DEPAM – Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização

DePHA – Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ENBA – Escola Nacional de Belas Artes

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

Fundathos – Fundação Athos Bulcão

GDF – Governo do Distrito Federal

GT-Brasília – Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBA – Inventário de Bens Arquitetônicos

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos

INBMI – Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados

INCEU – Inventário Nacional de Configuração do Espaço Urbano

INDL – Inventário Nacional de Diversidade Linguística

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitschek

MES – Ministério da Educação e Saúde

MinC – Ministério da Cultura

MPF – Ministério Público Federal

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno

SA/PR – Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SQS – Superquadra Sul

STF – Supremo Tribunal Federal

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 19

1 Valorização do patrimônio moderno no Brasil 25

1.1 Discursos do patrimônio moderno nacional 25

1.2 Quando o moderno é patrimônio: valores de uma herança recente 36

2 Valores atribuídos: marcos legais em Brasília 46

2.1 Brasília como patrimônio cultural (1980-2013) 46

2.2 Obras de Oscar Niemeyer em Brasília como patrimônio cultural (2007-2013) 66

2.3 Reflexões sobre o duplo tombamento 78

3 Das abordagens de conservação adotadas na prática aos posicionamentos teóricos: o Palácio do Planalto como estudo de caso 83

3.1 Fase de concepção e construção do Palácio do Planalto (1956-1960) 83

3.2 Abordagem do Inventário e principais intervenções (1960-2008) 101

3.2 Abordagem do processo de restauração do Palácio do Planalto (2008-2011) 117

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 150

Anexo 01: Bens modernos de arquitetura, urbanismo e paisagismo com proteção federal **... 155**

Anexo 02: Portaria nº. 314, de 08 de outubro de 1992 do IPHAN **..... 156**

Anexo 03: Palácio do Planalto - Primeiro Projeto (1ª versão) **..... 158**

Anexo 04: Palácio do Planalto - Primeiro Projeto (2ª versão) **..... 161**

Anexo 05: Palácio do Planalto - Segundo Projeto (1ª versão) **..... 163**

Anexo 06: Palácio do Planalto - Segundo Projeto (2ª versão) **..... 166**

Anexo 07: Palácio do Planalto – Construído (Abr.1958 – Ago.1963) **..... 170**

Anexo 08: Palácio do Planalto – Antes da intervenção (2008) **..... 174**

Anexo 09: Palácio do Planalto – Projeto de intervenção (2008-2010) **..... 176**

Anexo 10: Subsolo antes, durante depois da intervenção de 2008-2010 **..... 178**

Anexo 11: Térreo antes, durante e depois da intervenção (2008-2010) **..... 179**

Anexo 12: 2º Pavimento: antes, durante e depois da intervenção (2008-2010) **..... 180**

Anexo 13: 3º Pavimento: antes, durante e depois da intervenção (2008-2010) **..... 182**

Anexo 14: 4º Pavimento: antes, durante e depois da intervenção (2008-2010) **..... 183**

Anexo 15: Elementos externos (volume anexo, agenciamento e fachadas) antes, durante depois da intervenção de 2008-2010 **..... 186**

Anexo 16: Carta assinada por Niemeyer datada de 15/01/2009. **..... 188**

Anexo 17: Trajetória comparativa das plantas do Palácio do Planalto **..... 189**

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão norteadora, identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal (IPHAN/DF). A questão surgiu a partir da minha participação em vistorias e análises de projetos de intervenção em bens tombados em Brasília e do acompanhamento de todas as etapas de desenvolvimento dos Inventários da Plataforma Rodoviária do Plano Piloto e Touring Club, do Palácio da Justiça e anexos e do Palácio do Supremo Tribunal Federal e anexos, realizados entre 2011 e 2013. A partir da minha inserção nestas atividades da rotina institucional pude constatar como funcionava a dinâmica de modificações, adaptações, substituições, etc. em monumentos e bens integrantes do conjunto tombado, e observei que na prática os inventários funcionavam ora como uma ferramenta de documentação detalhada e complementar ao processo de tombamento, ora como um instrumento de proteção em resposta a demandas práticas de gestão destes bens arquitetônicos, especialmente quanto a ações de manutenção preventiva, conservação ou restauro em meio aos limites de aplicação das normativas vigentes.

Os inventários revelavam as principais demandas de conhecimento e gerenciamento de cada obra tombada, sobretudo a partir das suas etapas de desenvolvimento que abarcavam documentação histórica, descrição do bem, aplicação de fichas e relatórios conclusivos, incluindo descrição do estado de conservação, indicações das necessidades urgentes de manutenção ou restauro, possibilidades de usos e agenciamentos adequados à capacidade e características do bem, além de indicação de diretrizes para o entorno. Entretanto, de um modo geral, pude observar que os inventários preocupavam-se em expor dados do projeto original e descrever o estado atual, mas não avaliavam as transformações do bem em relação aos valores e características da obra.

A partir destas constatações me deparei com uma série de questões que motivaram a realização da pesquisa: Os processos de tombamento e os inventários oferecem subsídios para ações de manutenção preventiva, conservação ou restauro? Quais as implicações do tombamento urbanístico (valor histórico) e do tombamento dos bens isolados (valor artístico) sobre cada obra em particular? Os valores históricos e artísticos estão materializados ou refletidos em que elementos e características do objeto? Nesse ínterim de temas identificados na rotina institucional, portanto, esta pesquisa foi desenvolvida a partir da seguinte questão norteadora: *Em que medida as práticas de conservação e restauração adotadas nos*

exemplares modernos de Brasília consideram os valores atribuídos pelo tombamento, entendendo a edificação enquanto objeto histórico e artístico?

Esta pesquisa investiga, portanto, a relação entre os valores atribuídos nos processos de tombamento e as práticas de conservação acordadas pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, especialmente através do caso do restauro do Palácio do Planalto, realizado entre 2008 e 2011, e tem por meta final analisar e discutir o estado de preservação deste exemplar, entendido enquanto objeto histórico e obra de arte. Para tanto, este trabalho estuda os critérios de valoração aplicados aos bens tombados em Brasília, na medida em que pondera sobre o processo de preservação de exemplares da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos como patrimônio cultural e reflete sobre os métodos e as práticas de restauro que vêm sendo adotados pelo IPHAN na conservação destes bens no Distrito Federal.

As discussões e reflexões apresentadas neste trabalho se referem ao caso do restauro do Palácio do Planalto em particular, mas procuram desenvolver um estudo analítico sobre este bem enquanto exemplar da tipologia palaciana de Oscar Niemeyer (1907-2012) em Brasília. Deste modo, este trabalho pode contribuir para subsidiar o desenvolvimento de estratégias de salvaguarda para os outros palácios de Brasília, especialmente considerando que todos os edifícios foram concebidos sob uma mesma orientação estética e construídos durante um período histórico comum, com técnicas e materiais próprios da arquitetura moderna. Como reflexão mais ampla, portanto, pretende-se ilustrar as dificuldades de conservação dos palácios de Brasília, especialmente através do caso do Palácio do Planalto, procurando refletir sobre os desafios de atuação do IPHAN em relação à restauração de bens arquitetônicos modernos enquanto patrimônio recente.

Quanto à bibliografia de referência, partimos das análises de FONSECA (2005) e GONÇALVES (2002) sobre os discursos e atuação do IPHAN; dos trabalhos de CAVALCANTI (2000; 2001; 2006) e BRUAND (2003) no que diz respeito à historiografia da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos; das questões sobre a preservação do patrimônio moderno abordadas em CARVALHO (2005) e diversas publicações do DOCOMOMO[1]; dos princípios e/ou teorias de conservação e restauração, abordadas por

[1] DOCOMOMO é uma organização não-governamental, com representação em mais de quarenta países, constituindo uma instituição sem fins lucrativos e funcionando como um organismo assessor do World Heritage Center da UNESCO, responsável pela "documentação e preservação das criações do Movimento Moderno na arquitetura, urbanismo e manifestações afins".

BRANDI (2008) e BOITO (2002), bem como nas cartas patrimoniais[2] e recomendações internacionais reunidas em CURY (2004).

Consideramos os principais documentos relacionados aos processos de atribuição de valor mundial, local e nacional, apresentados cronologicamente, dentre os quais cabe destacar: os relatórios do processo de reconhecimento de Brasília como patrimônio mundial da humanidade (PERALVA, 1988); os documentos do dossiê de tombamento do conjunto urbanístico de Brasília (Processo nº.1305-T-90), concluído em 1990 e regulamentado pela Portaria nº.314/1992 do IPHAN; e os documentos do tombamento das obras de Oscar Niemeyer (Processo nº.1550-T-07), ainda inconcluso. Neste caso, as análises irão se reportar aos pareceres conclusivos do Conselho Consultivo do IPHAN sobre a produção arquitetônica deste arquiteto em Brasília, bem como aos demais documentos do Processo, consultados em maio de 2013.

Cabe ressaltar que este trabalho foi desenvolvido especialmente a partir das fontes e referências bibliográficas disponibilizadas para esta pesquisa pela Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, incluindo: documentação sobre antecedentes projetuais e construtivos dos bens tombados e sobre a história da construção de Brasília; desenhos técnicos de projetos para construção original e principais estudos de modificações posteriores dos palácios; registros iconográficos tais como mapas, fotografias, ilustrações, croquis, etc.; documentação administrativa constante nos processos de tombamento e de restauro, tais como correspondências oficiais, relatórios de vistorias, memórias de reuniões e pareceres.

Além disso, foram realizadas algumas entrevistas com figuras-chaves que participaram do processo de tombamento de Brasília e do conjunto das obras de Oscar Niemeyer – Jayme Zettel[3] e Ítalo Campofiorito[4] –, de modo que o uso de fontes orais contribuiu para compreender melhor o contexto histórico, político e social do período de elaboração das normativas que regulam o tombamento urbanístico de Brasília e ajudaram a complementar as

[2] Cartas patrimoniais são documentos de referência que apresentam conceitos, recomendações e diretrizes de aplicabilidade internacional; incorporados por meio de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

[3] O arquiteto e urbanista Jayme Zettel estagiou no escritório de arquitetura dos Irmãos Roberto e depois foi trabalhar com Lucio Costa, em 1957. Em 1959, estudou Projeto Urbano na London British Council tendo como orientador o professor Johnson Marshall. Foi chefe da Divisão de Urbanismo da Novacap na construção da cidade de Brasília. Entre 1992 e 1993 foi presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), atual IPHAN, participando do processo de elaboração da Portaria 314/1992 que regulamenta o tombamento de Brasília. Trabalhou no restauro do Palácio da Alvorada, foi vice-presidente da Fundação Oscar Niemeyer e atualmente trabalha como consultor na restauração da Sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova York (EUA), projetada por Le Corbusier e Niemeyer, em 1947.

[4] O arquiteto e urbanista Ítalo Campofiorito foi Secretário da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e atualmente é membro do Conselho Consultivo do IPHAN. Participou do Processo de Tombamento do conjunto urbanístico de Brasília e do Processo de Tombamento do conjunto das obras de Oscar Niemeyer, tendo sido responsável pela elaboração do texto base da Portaria 314/1992 que regula o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.

informações da documentação escrita, apresentando outros dados relevantes, especialmente quanto às motivações, conflitos e dificuldades não expressos nos processos de tombamento.

Quanto ao recorte espacial, cabe esclarecer que o Palácio do Planalto foi escolhido como estudo de caso por ilustrar as principais dificuldades de manutenção, conservação e restauração do patrimônio moderno em Brasília. Embora os problemas de preservação sejam recorrentes e semelhantes em todos os palácios projetados por Oscar Niemeyer, a documentação sobre este exemplar palaciano é composta por um conjunto de fontes documentais diversificadas e relativamente detalhadas em relação aos outros palácios, com destaque para as informações reunidas no Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à *Restauração do Palácio do Planalto* constante no Arquivo do IPHAN/DF, no *Inventário Arquitetônico do Palácio do Planalto: levantamento fotográfico e registro de revestimentos* (IPHAN, 2009), na tese de doutorado *Os palácios originais de Brasília* (SILVA, 2012) e na dissertação de mestrado *Arquitetura moderna: um estudo sobre patrimônio e preservação* (PADUA, 2013).

Quanto ao recorte temporal adotado, apresentam-se as principais etapas da trajetória histórica do Palácio do Planalto, cronologicamente: a fase de concepção do projeto e construção do Palácio do Planalto (1956-1960); a abordagem do Inventário do Palácio do Planalto, realizado pelo IPHAN entre 2008 e 2009, destacando as principais intervenções no edifício ao longo do tempo (1960-2008); a abordagem do processo de restauração e a situação atual após a intervenção (2008-2011).

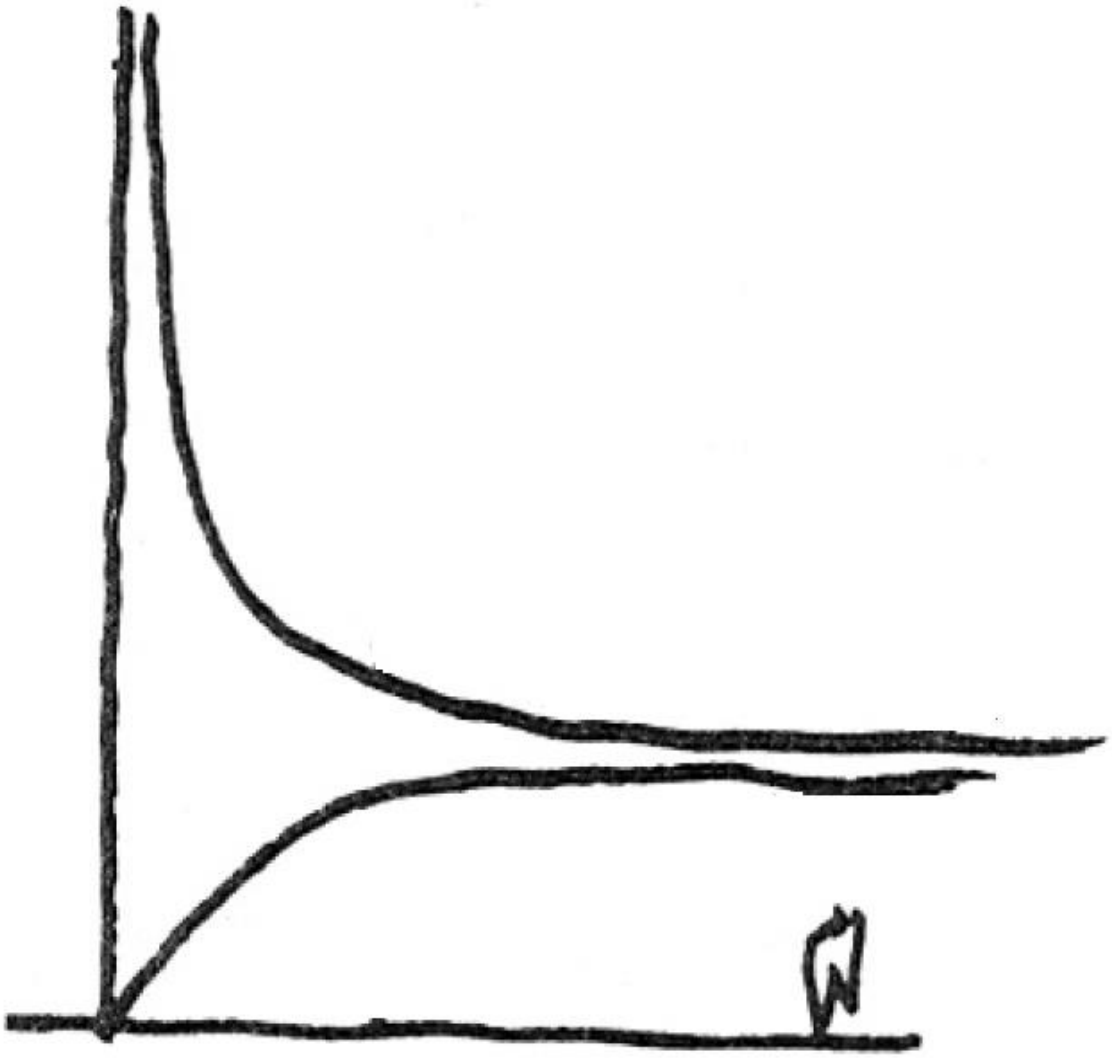
Em relação à estruturação do trabalho, no primeiro capítulo apresenta-se um breve panorama histórico sobre como e quando a arquitetura moderna emerge como patrimônio cultural nacional, elencando os principais discursos, valores, atores e ações de preservação do patrimônio moderno no Brasil.

Já no segundo capítulo, o foco direciona-se para os processos de acautelamento de obras modernas na capital do país, destacando o valor histórico apontado pelo tombamento do conjunto urbano de Brasília, concluído em 1990, e o valor artístico de um conjunto de obras de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer através de processo de tombamento iniciado em 2007 e atualmente inconcluso.

Por fim, o terceiro capítulo analisa o caso da intervenção no Palácio do Planalto para refletir sobre as principais dificuldades de conservação da arquitetura moderna de Brasília. Partindo da descrição e análise crítica das práticas de conservação adotadas, especialmente quanto às

técnicas e teorias da restauração aplicadas neste caso, procura-se investigar como os valores atribuídos se refletem nas abordagens de conservação adotadas na prática.

No caso da restauração do Palácio do Planalto, as intervenções realizadas entre 2008 e 2010 satisfazem parcialmente os valores, histórico e artístico, atribuídos pelo tombamento, pois a edificação não é diagnosticada a partir dos seus valores enquanto bem cultural e obra moderna. Sendo assim, como veremos, as intervenções não estão vinculadas aos princípios norteadores e elementos originais do objeto enquanto obra de arte e o restauro não considera os aspectos projetuais e construtivos enquanto testemunhos da trajetória do edifício.



1 Valorização do patrimônio moderno no Brasil

O objetivo deste capítulo é traçar um breve panorama histórico visando discutir questões relacionadas à atribuição de valores no processo de preservação do patrimônio moderno no Brasil e buscando compreender como o IPHAN[5] produz seus discursos, dentro de um contexto político, ideológico, cultural e social. Sendo assim, este capítulo pretende investigar como e quando a arquitetura moderna emerge como patrimônio cultural nacional, sobretudo destacando os principais aspectos históricos, atores e ações no caso brasileiro e o caso dos bens modernos de Brasília, cujo processo de valorização como patrimônio cultural será detalhado no próximo capítulo.

1.1 Discursos do patrimônio moderno nacional

No Brasil, o moderno emerge como patrimônio cultural a partir década de 1940, especialmente a partir da atuação do SPHAN, atual IPHAN, criado em 1937. Não foi por acaso que o Brasil foi um dos primeiros países do mundo a se preocupar com a preservação de obras da arquitetura moderna, sobretudo através do tombamento. Algumas hipóteses explicam que o reconhecimento da arquitetura moderna como patrimônio cultural está diretamente relacionado aos seguintes fatores: a busca de afirmação da arquitetura moderna na chamada Era Vargas (1930-1945), que podemos chamar de uma *retórica de afirmação*; a presença de intelectuais modernistas no IPHAN, em defesa de uma *retórica estética*; a necessidade de autoconsagração dos arquitetos modernos ao patrimonializar suas próprias obras, o que podemos chamar de *retórica da autoconsagração*; a emergência de preservação de obras significativas enquanto ícones da arquitetura moderna brasileira, especialmente argumentada sob uma *retórica da perda*[6].

[5] Considerando as diversas denominações que o órgão federal responsável pela identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural brasileiro teve desde a sua criação, em 1937, neste trabalho optou-se por utilizar as siglas originais dos diferentes momentos abordados, considerando nomes e siglas segundo a seguinte periodização:
1937-1946: O órgão era chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).
1946-1970: O órgão passa a ser Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).
1970-1979: O órgão passa a ser Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
1979-1990: IPHAN é dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo.
1990-1994: SPHAN e FNPM são extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).
1994: O órgão volta a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

[6] A expressão "retórica da perda" é originalmente apresentada sob o olhar do campo da antropologia em GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC-IPHAN, 2002. Neste capítulo nos apropriamos desse modo de olhar as narrativas procurando identificar outras retóricas ou termos-chaves a partir dos discursos dos principais atores, intelectuais e agentes relacionados à constituição do campo do patrimônio no Brasil.

A criação de um órgão federal para constituir e preservar o patrimônio histórico e artístico nacional[7] com o objetivo de contribuir para a formação de um sentimento de identidade nacional coincide com a instauração do Estado Novo e a afirmação do movimento modernista na década de 1930. O governo nacionalista e autoritário de Getúlio Vargas estabelece a modernização do país como principal meta e, em prol da "ordem e progresso", promove a criação da legislação trabalhista brasileira, constitui um conjunto de símbolos nacionais e direciona investimentos para a industrialização e comunicação, sobretudo visando mobilizar as massas.

> Para a mobilização das massas, as instituições oficiais recorreram sobretudo a símbolos expressamente criados para invocar a pátria (a bandeira, os hinos, a efígie de Vargas etc.) e ao incentivo às atividades cívicas. [...] o objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação. Pois "o que preponderou no autoritarismo brasileiro, no entanto, não foi a busca de raízes mais populares e vitais do povo, que caracterizava a preocupação de Mário de Andrade, e sim a tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto aos símbolos e líderes da pátria a base mítica do Estado forte que se tratava de construir". (SCHWARTZMAN, 1984, p.80 apud FONSECA, 2005, P.86)[8]

Neste contexto marcado pela forte centralização política e tentativa de unificação cultural, principalmente através da idealização de uma *nação brasileira*, no corpo de funcionários do recém-criado SPHAN predominava a presença de intelectuais modernos que aproveitaram a oportunidade de aliar-se ao governo federal para prosperar a arquitetura, urbanismo e paisagismo moderno como uma linguagem nacional, especialmente enquanto corrente artística.

> Para Eduardo Jardim de Moraes, o interesse dos modernistas pela questão da brasilidade decorreu de uma elaboração no próprio campo da criação artística, que teria ocorrido por volta de 1924, e que implicou a introdução do conceito de tradição como elemento estruturante de uma produção artística que se queria ao mesmo tempo universal e particular – no caso, nacional. Ou seja, que se queria singular, artística no sentido moderno. (FONSECA, 2005, p.90)

O governo Vargas explicita as contradições estilísticas do imaginário das elites marcadas por um antagonismo entre os diversos estilos arquitetônicos existentes (neocolonial, art-decó, protorracionalista, etc.) e a arquitetura moderna, ainda incipiente. De fato, a produção moderna brasileira apoia-se no referencial formal dos *Cinco Pontos da Nova Arquitetura* de Le Corbusier (planta livre, fachada livre, pilotis, teto-jardim e janelas em fita), entretanto, congrega materiais e formas diferenciados, procurando incorporar características como austeridade, leveza e simplicidade, estabelecendo uma conexão entre a linguagem colonial e moderna. Deste modo, a arquitetura moderna brasileira destaca-se a partir da liberdade plástica e do emprego de materiais próprios nos quais se

[7] Conforme o Art. 1º do Decreto-Lei 25/1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e rege a atuação do IPHAN sobre as coisas tombadas, "constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

[8] SCHWARTZMAN, Simon et al. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 1984.

utilizam referências da linguagem colonial: a parede caiada, a pedra apicoada, o elemento vazado ou cobogó, a azulejaria, etc. A afirmação da identidade nacional revela-se, portanto, através da conjunção entre modernidade e tradição em meio à busca de uma legítima produção moderna e brasileira.

Neste contexto de experimentação, Gustavo Capanema enquanto Ministro da Educação e Saúde promove e incentiva a afirmação da arquitetura moderna como "estilo nacional" quando, em busca de uma nova arquitetura que fosse legitimamente moderna e brasileira, promove a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde (MES) no Rio de Janeiro (1936-1945) que se distingue como um marco da arquitetura moderna brasileira. Com contribuição especial de Le Corbusier, cuja visita ao Brasil foi viabilizada pelo ministro Gustavo Capanema, o edifício do MES foi projetado por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos, Jorge Moreira e Affonso Reidy.

> Nos anos 30, a arquitetura moderna, recém-introduzida no Brasil e praticada por arquitetos que tinham ligações pessoais com os modernistas (Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Afonso Reidy, os irmãos Marcelo e Milton Roberto, Atílio Correia Lima etc.), recebeu apoio oficial através de Capanema, primeiro com a nomeação de Lucio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes, em 1930, graças à influencia de Rodrigo Melo Franco de Andrade junto ao ministro, e, posteriormente, com o episódio da construção do novo prédio do MES, que se converteu no monumento aos novos tempos. (FONSECA, 2005, p.87)



Figura 1: Prédio do MES.
Fonte: L'architecture d'aujourd'hui - Bresil Architecture Contemporaine In: CARVALHO, 2005, p.210.

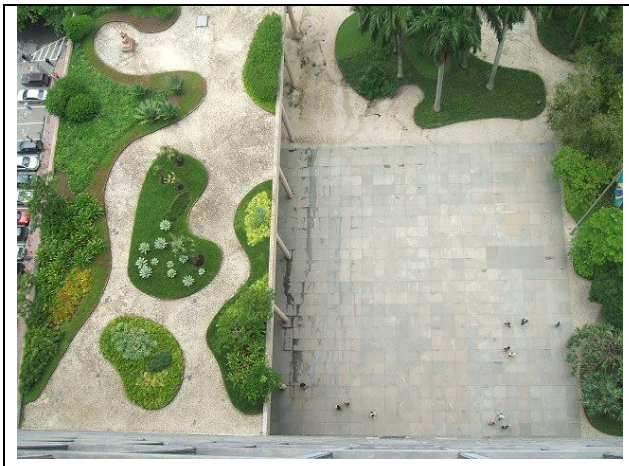


Figura 2: Terraço-jardim do MES.
Foto: Alba Bispo (Jan.2008).



Figura 3: Pilotis e azulejos do MES.
Foto: Alba Bispo (Jan.2008).

A afirmação da arquitetura moderna como referência de identidade nacional durante o governo Vargas culmina, portanto, na implantação do projeto moderno, administrado pelos intelectuais modernistas que atuavam com certa autonomia no SPHAN. Já a consolidação da arquitetura moderna como legítima linguagem arquitetônica nacional e como "estilo oficial", entretanto, dá-se no governo de Juscelino Kubitschek (JK), sobretudo enquanto entusiasta do desenvolvimento econômico, associado a uma estética moderna. Ao longo de sua trajetória política, JK impulsiona o desenvolvimento da arquitetura, urbanismo e paisagismo moderno brasileiro, primeiramente enquanto prefeito de Belo Horizonte/MG, a partir da construção do conjunto da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer, e posteriormente, quando se torna presidente e promove a construção de Brasília/DF como nova capital do Brasil.

Ao explorar a potencialidade dos arquitetos modernos, JK contribui para concretizar a imagem desenvolvimentista e moderna do país, especialmente a partir da instituição da nova capital, situada no centro do território nacional, em face de uma política de interiorização que promoveu a expansão da malha rodoferroviária e a ocupação do interior enquanto meta de desenvolvimento. Nesse sentido, a consagração do moderno culmina na implantação do Plano Piloto de Brasília, concebido por Lucio Costa, sendo os principais edifícios da administração federal projetados por Oscar Niemeyer.

> O governo de Juscelino Kubitschek, além de ter como metas o desenvolvimento e a industrialização, consagrou definitivamente, com a construção de Brasília, o estilo modernista na arquitetura como estilo oficial. [...] nos governos Dutra, Vargas e JK, o Estado não desenvolveu atuação marcante na área cultural, à exceção do apoio dado por JK à arquitetura modernista, desde a Prefeitura de Belo Horizonte, nos anos 40, quando foi construído o conjunto da Pampulha. No campo da criação artística, o modernismo se consolidou, e seus grandes nomes foram definitivamente consagrados. (FONSECA, 2005, p.132)

Da fase de experimentação (1920-1940) à fase de consolidação da arquitetura moderna brasileira (1940-1960), o moderno se afirma como linguagem nacional a partir dos anos 1930 e consagra-se nas décadas de 1940 e 1960, inclusive internacionalmente, sobretudo a partir da exibição do Pavilhão Brasileiro projetado por Lucio Costa e Oscar Niemeyer na Feira Mundial de Nova Iorque de 1939-1940, da exposição e publicação do catálogo *Brazil Builds*, organizados pelo Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York em 1943, dos números especiais dedicados ao Brasil nas revistas europeias *The Studio* (1943), *L'Architecture d'Aujourd'hui* (1947, 1952, 1960, 1964), *Architectural Forum* (1947), *The Architectural Review* (1954), *Nuestra Arquitectura* (1960) e *Zodiac* (1960). [9]

Já nacionalmente, a consagração da arquitetura, urbanismo e paisagismo moderno se processa através de publicações, da incorporação de obras-primas no imaginário coletivo e, especialmente, através de tombamentos empreendidos pelo IPHAN, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1960. Vale salientar que enquanto o órgão nasce no curso dos debates modernistas vigentes em 1937, as primeiras ações de acautelamento de obras modernas só ocorrem efetivamente em 1947, ou seja, exatamente dez anos depois da criação da instituição, quando a política de tombamento encontra-se instalada.

O momento em que as primeiras obras de arquitetura moderna começam a ser reconhecidas como patrimônio nacional coincide com o período em que Lucio Costa estava à frente da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do IPHAN, de 1937 até 1972. Vale ressaltar que todas as obras modernas de arquitetura, urbanismo e paisagismo que foram elevadas à categoria de patrimônio cultural enquanto Lucio Costa dirigia o DET foram concebidas no chamado "período clássico" da arquitetura moderna brasileira, entre 1928 e 1960 (CAVALCANTI, 2001). Tal padrão é compreensível se levarmos em conta que grande parte dos técnicos e gestores da chamada *fase heroica*[10] do IPHAN (de 1937 até 1967) eram intelectuais participantes dos movimentos de vanguarda artística, notadamente marcados pelos ideais de pensamento do movimento antropofágico e pela arquitetura moderna enquanto produção técnica e estética.

Entretanto, para alguns autores, os primeiros tombamentos de obras da arquitetura moderna consagram um universo muito específico da produção arquitetônica moderna brasileira, caracterizado por uma hegemonia estética que desconsidera outros exemplares expressivos da diversidade cultural do país. Segundo ANDRADE JUNIOR; ANDRADE; FREIRE (2009), a

[9] Ver levantamento bibliográfico de Alberto Xavier [s.d] mencionado em SEGAWA, 1999, p. 107.
[10] A chamada *fase heroica* do IPHAN corresponde ao período de 1937 até 1967, conforme divisão metodológica adotada por FONSECA (2009).

salvaguarda da arquitetura moderna privilegiou, predominantemente, os exemplares da chamada *Escola Carioca*, cujos principais expoentes eram Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Nesse sentido ao patrimonializar suas próprias obras, os modernistas promovem uma *autoconsagração*, pois elevam, notadamente, as obras dos principais representantes da *Escola Carioca* ao status de monumento nacional.

> Com o distanciamento crítico que o tempo permite, hoje podemos afirmar que a consagração internacional de Oscar Niemeyer e de outros nomes da *escola carioca*, associada ao papel preponderante que alguns intelectuais deste mesmo grupo desempenharam durante as primeiras décadas do SPHAN, se constituiu em uma "faca de dois gumes": se por um lado o Brasil foi pioneiro na preservação de exemplares da arquitetura, do urbanismo e do paisagismo modernos, por outro se preocupou quase que exclusivamente com a salvaguarda de edifícios e sítios representativos somente de uma das vertentes da arquitetura moderna brasileira: a *escola carioca*. Assim, as ações do IPHAN com relação à preservação do patrimônio edificado moderno têm, até o momento, se concentrado nas obras realizadas entre as décadas de 1920 e 1960 por Niemeyer, Costa, Reidy, M.M.M. Roberto e Burle Marx. (ANDRADE JUNIOR; ANDRADE; FREIRE, 2009, p. 5)

Para RUBINO (1996), Lucio Costa e este grupo de intelectuais ligados à vanguarda arquitetônica moderna que compunham o IPHAN, como Alcides da Rocha Miranda, José de Souza Reis e Renato Soeiro, "fizeram do tombamento uma instância de auto-consagração – pois este é sempre uma medida de proteção e consagração – ao inscrever suas próprias obras. E ao inscrever os marcos modernos criados por eles, deixaram de lado obras do mesmo período ou do período imediatamente anterior". (RUBINO, 1996, p. 105)

Cabe esclarecer que os primeiros arquitetos modernos brasileiros se formaram no âmbito da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), na década de 1930, no Rio de Janeiro, então capital do país. Neste contexto, os principais expoentes da chamada *Escola Carioca* reuniram-se em torno de um repertório teórico e formal singular. Entretanto, a arquitetura moderna brasileiro ase desenvolveu, paralelamente, em diferentes expressões, sendo possível destacar a produção paulista, sobretudo a partir das obras de Gregori Warchavchik, em São Paulo, na década de 1920, e a produção pernambucana, a partir das obras do arquiteto Luiz Nunes, em Pernambuco, na década de 1930. Influenciados pelo ideário moderno da época, especialmente marcado pela produção do arquiteto Le Corbusier e pelas ideias discutidas nos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), os arquitetos brasileiros desenvolveram obras bastante diversificadas, notadamente quando atuavam em outros estados do país, marcado por diferentes condições socioeconômicas.

Entretanto, na lista de bens modernos de arquitetura, urbanismo e paisagismo tombados pelo IPHAN (ver Tabela 01) é possível observar que a maioria das obras modernas localiza-se em estados da região sudeste (RJ, SP e MG) ou em Brasília/DF enquanto capital do país.

Obra	Local	Autoria (ano do projeto)	Período de construção	Nº do Processo-T-Ano de abertura	Livro de tombo (ano da inscrição)
Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha	Belo Horizonte, MG	Oscar Niemeyer (1942)	1942-1947	0373-T-47	Belas Artes (1947)
Ministério da Educação e Saúde (MES), atual Palácio Gustavo Capanema	Rio de Janeiro, RJ	Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos; paisagismo de Burle Marx; obras integradas de Candido Portinari, Bruno Giorgio, Vera Janacopulus e Celso Antônio (1936-1937)	1937-1943	0375-T-48	Belas Artes (1948)
Estação de Hidroaviões, atual Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica	Rio de Janeiro, RJ	Escritório de Atílio Correia Lima, com colaboração de Jorge Ferreira, Renato Mesquita, Renato Soeiro e Tomás Estrela (1937)	1937-1938	0552-T-56	Belas Artes (1957)
Catetinho	Brasília, DF	Oscar Niemeyer (1956)	1956	0594-T-59	Histórico (1959)
Parque do Flamengo	Rio de Janeiro, RJ	Afonso Eduardo Reidy; paisagismo de Burle Marx (1961)	1961-1965	0748-T-64	Arq. Etn. Pais. (1965)
Catedral Metropolitana de Brasília	Brasília, DF	Oscar Niemeyer (1958)	1958-1963	0672-T-62	Belas Artes (1967)
Chácara do Céu	Rio de Janeiro, RJ	Wladimir Alves de Souza; paisagismo de Burle Marx (1957)	1957-1972	0898-T-74	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (1974)
Prédio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI	Rio de Janeiro, RJ	Escritório dos Irmãos Marcelo e Milton Roberto; paisagismo de Burle Marx	1936-1939	1100-T-83	Belas Artes (1984)
Prédio do Hotel do Parque São Clemente	Nova Friburgo, RJ	Lucio Costa (1944)	1944-1945	1109-T-84	Belas Artes (1985)
Conjunto Residencial do Parque Guinle	Rio de Janeiro, RJ	Lucio Costa (1947)	1948-1952	1110-T-84	Belas Artes Arq. Etn. Pais. (1986)
Casa modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz	São Paulo, SP	Warchavchik (1927-1930)	1927-1930	1121-T-84	Belas Artes Arq. Etn. Pais. (1986)
Casa modernista de Warchavchik na Rua Bahia	São Paulo, SP	Warchavchik (1927-1930)	1927-1930	1153-T-85	Belas Artes (1986)
Casa modernista de Warchavchik na Rua Itápolis	São Paulo, SP	Warchavchik (1927-1930)	1927-1930	1154-T-85	Belas Artes . (1986)
Conjunto Urbanístico de Brasília	Brasília, DF	Lucio Costa (1956)	1956-1960	1305-T-90	Histórico (1990)
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha	Belo Horizonte, MG	Oscar Niemeyer; obras integradas de Candido Portinari e Alfredo Crschiatti; paisagismo de Burle Marx (1942)	1942-47	1341-T-94	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (1997)
Pavilhão Luís Nunes	Recife, PE	Luís Nunes (1937)	1937	1206-T-86	Belas Artes (1998)
Estádio do Maracanã	Rio de Janeiro, RJ	Miguel Feldman, Waldir Ramos, Raphael Galvão, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Dias Carneiro. (1947)	1948-1956	1094-T-83	Arq. Etn. Pais. (2000)
Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Cataguases	Cataguases, MG	Diversos, incluindo obras de Oscar Niemeyer, Francisco Bologna, Aldary Henriques Toledo,Edgard Guimarães do Vale, Luzimar Goés Telles, M.M.M. Roberto, Roberto Burle Marx.	Décadas de 1940-1960	1342-T-94	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (2003)
Sítio Roberto Burle Marx	Rio de Janeiro, RJ	Roberto Burle Marx	1949-1973	1131-T-84	Belas Artes Arq. Etn. Pais. (2003)
Museu de Arte de São Paulo (MASP)	São Paulo, SP	Lina Bo Bardi (1956)	1956-1968	1495-T-02	Histórico (2008)
Casa de Vidro	São Paulo, SP	Lina Bo Bardi (1951)	1951	1511-T-03	*
Conjunto da obra de Oscar Niemeyer	Diversos estados do Brasil	Oscar Niemeyer	-	1550-T-07	**
Vila da Serra do Navio	Serra do Navio, AP	Oswaldo Bratke (1955)	1957-1959	1567-T-08	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (2012)
Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial	Rio de Janeiro, RJ	Marcos Konder e Hélio Ribas Marinho	1957-1960	1583-T-09	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (2012)

*O Arquivo Central do IPHAN ainda não recebeu a documentação para efetuar a inscrição no Livro de Tombo.
**As obras de Brasília já foram votadas pelo Conselho Consultivo do IPHAN que foi favorável ao tombamento com inscrição no Livro de Belas Artes.

Tabela 01: Bens modernos de arquitetura, urbanismo e paisagismo tombados pelo IPHAN.
Fonte: A autora, a partir de consultas no site do Arquivo Noronha Santos, Arquivo Central do IPHAN e IPHAN, 2013.

No entanto, a autoconsagração não parece, de fato, ter sido a principal motivação dos primeiros tombamentos de bens modernos, mas sim, o caráter de emergência de salvaguarda, em função de processos de degradação, descaracterização, substituição, abandono ou destruição de exemplares simbólicos da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos. Numa análise dos discursos adotados pelos preservadores do patrimônio nacional, GONÇALVES (2002) destaca a relação entre a legitimidade nas práticas de conservação, restauração e preservação do patrimônio cultural decorrentes do processo de perda, degradação ou descaracterização de bens, associado à substituição ou eliminação de valores.

> A nortear essas práticas está uma concepção moderna de história em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma "cultura", "tradição", "identidade" ou "memória" nacional tendem a se perder. [...] Na medida em que esse processo é tomado como um dado, e que o presente é narrado como uma situação de perda progressiva, estruturam-se e legitimam-se aquelas práticas de colecionamento, restauração e preservação de "patrimônios culturais" representativos de categorias e grupos sociais diversos. (GONÇALVES, 2002, p.23)

No cenário brasileiro, dois casos emblemáticos ilustram como a *retórica da perda* justificou a preservação de obras consideradas ícones da arquitetura moderna nacional: Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha e da Catedral de Brasília, reconhecidas como paradigmas da arquitetura modernista brasileira ainda quando recentemente construídas.

> A preservação dos mais significativos exemplares da arquitetura moderna tem atraído um número crescente de interessados, profissionais e público geral, a partir da década de 1980, no cenário internacional. O interesse pela preservação deste legado foi gerado primeiramente pela perda ou desfiguração de importantes ícones do Movimento Moderno, causada não só pelas imposições de adaptações a novas funções, à atualização dos aspectos tecnológicos e ao atendimento a novos padrões de conforto e segurança decorrentes do desenvolvimento econômico e social, mas também pelas rápidas transformações do ambiente construído e as constantes ameaças de demolição. (CARVALHO, 2005, p.77)

Projetada por Oscar Niemeyer em 1942, após cinco anos do início das obras, a Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha estava ameaçada de abandono por parte dos proprietários e possivelmente seria demolida. Diante da obra ainda inconclusa, Lucio Costa, enquanto diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do DPHAN, propôs o tombamento preventivo da igreja a fim de garantir a preservação de um legítimo exemplar da arquitetura do século XX. A justificativa apresentava-se, portanto, como uma medida de precaução a fim de garantir que a obra não fosse destruída e conseguisse ser concluída. A preocupação com a boa execução da obra, o uso de seus espaços e bens móveis integrados, bem como o estado de arruinamento e descaso frente às características estético-espaciais deste exemplar moderno, especialmente, é

o que motiva a proposta de um tombamento *preventivo*. Conforme subscreve o parecer de tombamento da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha de Lucio Costa:

> Considerando o estado de ruína precoce em que se encontra a Igreja de São Francisco de Assis, da Pampulha, em Belo Horizonte, devido a certos defeitos de construção e ao abandono a que foi relegado esse edifício pelas autoridades municipais e eclesiásticas;
>
> Considerando que numerosas peças integrantes desse edifício destinado a capela, tais colmo altar, órgão, bancos, via sacra, etc., foram irresponsavelmente abandonados ou utilizados em outras igrejas de modo inconveniente, porque em desacordo com o seu estilo peculiar;
>
> Considerando o louvor unânime despertado por essa obra nos centros de maior responsabilidade artística e cultural do mundo inteiro, particularmente da Europa e dos Estados Unidos;
>
> Considerando, enfim, que o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo, como monumento nacional, e que portanto seria criminoso vê-lo arruinar-se por falta de medidas oportunas de preservação, para se haver de intervir mais tarde no sentido de uma restauração difícil e onerosa, tenho a honra de propor, de acordo com os itens I e III do art. 9º do Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento *preventivo* da Igreja de São Francisco de Assis, da Pampulha, promovendo-se desde logo as necessárias gestões junto à prefeitura, ao arquiteto autor do projeto e aos engenheiros responsáveis pelo cálculo da estrutura e pela empreitada da obra, com o propósito de sanar da melhor forma os defeitos assinalados, e, também, junto às autoridades eclesiásticas, para o fim de integrar de novo no monumento as alfaias e demais peças do seu equipamento indevidamente removidas, ou, ainda, aquelas que, muito embora concluídas e pagas, não foram sequer instaladas. (Grifos nossos) [11]



Figura 4: Interior da Igreja da Pampulha.
Foto: Marcos Pinto (2005). Fonte: CASTRO; FINGUERUT, 2006.

[11] Parecer de Lucio Costa, datado em 08/10/1947 In: PESSOA, 1999, p. 67-68.

Já no caso do tombamento da Catedral de Brasília, inicialmente, o Ministério da Educação e Cultura encaminha ao IPHAN um projeto de lei que propõe o tombamento da Catedral e, paralelamente, disponibilizava recursos públicos necessários para conclusão da obra. Vale salientar que, no momento do pedido, a estrutura da igreja havia sido erguida, entretanto, a obra foi paralisada devido às dificuldades de execução das vedações, conforme esclarece CARVALHO (2005):

> A Catedral Metropolitana de Brasília é uma das obras mais significativas da arquitetura religiosa do século XX. A sua estrutura, materializando a confiança depositada nas possibilidades ilimitadas da técnica construtiva do concreto armado, é constituída de elementos parabólicos com vedações transparentes e translúcidas. As dificuldades durante a construção foram inúmeras, em parte os problemas com o cálculo estrutural foram superados com maestria pelo engenheiro Joaquim Cardoso. No entanto, os fechamentos envidraçados geraram obstáculos intransponíveis, paralisando a construção, que só foi concluída em 1970, quando foi criada uma fina malha de aço para apoio dos painéis de vidro que não comprometiam a transparência e a continuidade entre interior e exterior do partido original. (CARVALHO, 2005, p.189)

Diante da obra ainda inconclusa, Lucio Costa posiciona-se contra o tombamento federal, conforme justificativa apresentada no seguinte parecer [12]:

> Tratando-se de uma igreja *ainda em construção*, não vejo como inscrevê-la no Livro do Tombo Histórico ou Artístico, pois não se pode antecipar o juízo póstero a ponto de *tombar* a coisa *antes* de ela *sequer existir*. Seria a inversão completa da ordem natural do processamento que a lei prevê. A anomalia avulta quando se constata que a finalidade do artifício é permitir a contribuição ilegal do governo, em dinheiro, para a conclusão das obras da catedral, e é agravada pelo inevitável confronto da importância pleiteada com as verbas normalmente concedidas à repartição [...] [13]

Conforme explica CARVALHO (2005), a discordância de Lucio Costa "não era só com o tombamento da igreja incompleta, mas também com o pleito de se tombar para conseguir dos cofres públicos os recursos necessários para a sua conclusão". Nesse sentido, Rodrigo de Melo Franco de Andrade apoia e reforça a posição do parecer de Lucio Costa em sua resposta ao ministro:

> Às razões aduzidas pelo arquiteto Lucio Costa ocorre acrescentar que não há fundamento para considerar a catedral em causa monumento histórico. Nem haveria justificativa alguma, apreciada a obra do ponto de vista do valor arquitetônico, cingir-se o tombamento, entre as numerosas edificações monumentais de autoria de Oscar Niemeyer erigidas em Brasília, tão somente a estrutura nua da mesma Catedral.[14]

Em 1967, o arquiteto Renato Soeiro enquanto diretor do IPHAN acata o pedido de tombamento da Catedral solicitado por Wadjo Gomide, então prefeito do Distrito Federal, tendo como justificativa o excepcional valor artístico da obra. No despacho conclusivo a favor

[12] Parecer de Lucio Costa, datado em 08/05/1962 In: PESSOA, 1999, p. 183.
[13] Grifos do próprio Lucio Costa.
[14] Parecer de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, enquanto diretor do DPHAN, constante no Processo de Tombamento nº. 672-T-62. In: CARVALHO, 2005, p.189.

do tombamento, Renato Soeiro apoia-se numa resolução precedente do Conselho Consultivo a favor do tombamento do Parque do Flamengo ainda durante as obras de implantação.

> A circunstância de se tratar de obra ainda em construção não poderia constituir razão para impedir ou desaconselhar o tombamento, atendendo-se quer o precedente estabelecido pelo pronunciamento do Conselho Consultivo em relação ao empreendimento inacabado do Parque do Flamengo do Rio de Janeiro, quer pela importância singular que a silhueta da estrutura da Catedral já assumiu definitivamente na paisagem urbana de Brasília.[15]



Figura 5: Catedral de Brasília em construção (1959-1960).
Fonte: ArPDF In: ROSSETTI, 2012, p. 158.

Vale salientar que no caso das primeiras ações desenvolvidas pelo IPHAN, notadamente, esta emergência de salvaguarda contribuiu para acelerar a tomada de medidas legais de preservação, de modo que o tombamento funcionava como um ato emergencial de preservação em resposta às ameaças de abandono, demolição, descaracterização ou degradação. Sob a eminência da perda, portanto, o tombamento também foi adotado para preservar os exemplares de arquitetura moderna, sobretudo a partir de um discurso que procura destacar os atributos estéticos destes bens.

[15] Parecer de Renato Soeiro, enquanto diretor do DPHAN, constante no Processo de Tombamento nº. 672-T-62, f.22. In: CARVALHO, 2005, p.190.

1.2 Quando o moderno é patrimônio: valores de uma herança recente

Nos primeiros anos de atuação do IPHAN, a maioria dos bens tombados (modernos ou não) foi inscrito no Livro de Belas Artes, pois "a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética" (FONSECA, 2005, p.114).

> O fato é que, em função do perfil profissional preponderante no corpo técnico do Sphan, em que predominavam os arquitetos, o critério de seleção de bens com base em sua representatividade histórica, considerada a partir de uma história da civilização material brasileira, ficou em segundo plano em face de critérios formais e a uma leitura ditada por uma determinada versão da história da arquitetura no Brasil – leitura produzida pelos arquitetos modernistas, que viam afinidades estruturais entre os princípios construtivos do período colonial e os da arquitetura modernista. (FONSECA, 2005, p.110)

Notavelmente, a maioria dos exemplares de arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos tombados está inscrito no Livro de Tombo das Belas Artes do IPHAN (ANEXO 01), em virtude de dois fatores: em face de uma retórica de afirmação e consagração estética do moderno enquanto movimento e corrente artística, sobretudo no caso dos primeiros tombamentos de bens modernos; em face do predomínio do *critério de ancianidade*[16], ou seja, da ausência de um distanciamento de tempo necessário para compreensão da obra enquanto objeto de valor patrimonial.

> A atribuição de valor artístico a estilos estéticos e arquitetônicos recentes é um fato característico do processo de constituição dos patrimônios históricos e artísticos nacionais, a partir da década de 1960. Até então, considerava-se necessário observar um recuo histórico mínimo para a inclusão de bens nos patrimônios – recuo esse que, em geral, se situava em meados do século XIX. (FONSECA, 2005, p.188)

Para além da discussão sobre a arquitetura moderna entendida como "belas artes", portanto, é preciso considerar a ausência de um distanciamento de tempo que interfere na leitura e análise da obra no seu contexto contemporâneo. Tendo em vista que o valor histórico pode ser atribuído considerando o papel que a obra desempenha para a história da arquitetura ou a história da arte, os exemplares modernos podem ser entendidos como representativos de um importante momento de inflexão na história da arte no Brasil.

Para AMORIM (2007), no cenário atual um universo de obras modernas de valor inestimável está se perdendo e a valorização da história recente é cada vez mais emergente. Diante da perda de alguns destes artefatos de importância cultural, a salvaguarda destes objetos-testemunhos da historiografia recente faz-se necessária a fim de preservar a história do pensamento ou conceitos arquitetônicos que motivaram ideias, usos, técnicas e materiais de

[16] O termo "ancianidade" é originalmente apresentado em RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments*: Son essence et sa genèse. Paris, Seuil, 1984.

construção utilizados, assim como hábitos e costumes que predeterminaram uma forma de organização espacial singular.

Entretanto, no caso de artefatos modernos é preciso ponderar ainda a respeito do critério de ancianidade tendo em vista que a condição de contemporaneidade destes objetos pressupõe, de modo geral, que haja um distanciamento espacial e temporal para análise do contexto histórico e artístico do objeto enquanto obra de arte. No caso do Plano Piloto de Brasília, como veremos no próximo capítulo, a condição contemporânea da cidade em contraposição ao critério de ancianidade foi uma das questões discutidas no processo de candidatura de Brasília como patrimônio mundial da humanidade junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A justificativa de *valor histórico* geralmente está associada a um distanciamento temporal ou histórico, sobretudo para considerar determinada obra como "histórica".

> Numa interpretação sofisticada sobre objetos e coleções nas modernas culturas ocidentais, Susan Stewart (1984) afirma que é o distanciamento dos objetos no tempo e no espaço que os transforma em "objetos de desejo": objetos "autênticos", que merecem ser buscados e resgatados como parte representativa de um patrimônio cultural ou de uma tradição. [...] É a distância espacial ou temporal em relação àquilo que eles significam (que pode ser o passado, o popular, o primitivo, o exótico, o autêntico) que os faz desejáveis e, consequentemente, alvo das práticas de apropriação, restauração e preservação. (GONÇALVES, 2002, p.25)

Ao confrontar o conceito de patrimônio com a visão ou entendimento do que é patrimônio, em geral, comumente não identificamos a arquitetura moderna como algo que mereça ser preservado. Entretanto, quando se trata da palavra *patrimônio* é possível encontrar diferentes percepções e concepções acerca de sua conceituação. No *Dictionnaire*[17] *de La langue Française* de É. Littré, a palavra é definida como "bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães, aos filhos". O Dicionário[18] brasileiro também traz uma referência semelhante para a palavra patrimônio: "Bem que vem do pai e da mãe. / Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica. / Fig. O que é considerado como herança comum".

Portanto, o conceito definido de patrimônio traz consigo a ideia de legado a ser transmitido de uma geração para outra, um bem de herança que pode ser uma propriedade, valores, crenças ou gostos, ou seja, um bem de caráter objetivo ou de caráter subjetivo. Metodologicamente, quando se trata de *patrimônio cultural* é possível admitir duas classificações básicas quanto à natureza de um bem: *bem material* (o elemento físico, que pode ser tocado, de natureza

[17] Tendo em vista que a constituição do campo do patrimônio deu-se pioneiramente na França e a conceituação teórica francesa foi amplamente incorporada no Brasil enquanto referência, conforme constata CHOAY (2001). Assim, optamos por incorporar a definição do *Dictionnaire de La langue Française*.

[18] Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, disponível em http://www.dicionariodoaurelio.com.

objetiva e concreta) ou *bem imaterial* (o elemento incorpóreo, que não pode ser tocado, de natureza subjetiva e abstrata).

Seja esta herança de natureza material ou imaterial, a ideia de patrimônio contida no *Dictionnaire* não se limita a um tempo ou espaço determinado, diferentemente do pensamento difundido na sociedade. Comumente, entretanto, a noção do que é patrimônio está intimamente ligada à ideia da passagem do tempo, sendo a importância de determinada edificação antiga, por exemplo, examinada conforme sua idade ou fato histórico relevante que acontecera no passado naquele lugar. No imaginário coletivo, quando se fala em *patrimônio arquitetônico*, geralmente, as pessoas se remetem a uma edificação histórica, adjetivada como algo antigo, herdado ou velho. Portanto, para o senso comum, a palavra *patrimônio* normalmente está intimamente ligada ao "valor de ancianidade", ou seja, patrimônio seria aquilo que é antigo e teve importância no passado, que fez parte da história.

A noção da importância das antiguidades que figura no imaginário coletivo, de certo modo, não permite um olhar mais atento em relação aos artefatos arquitetônicos modernos, especialmente aqueles da primeira metade do século XX. Entre a segunda metade do século XVI e o segundo quartel do XIX, a importância das antiguidades começou a ser estudada através do trabalho de conceituação e inventário de objetos de arte antiga. A pesquisa era realizada pelos chamados antiquários: um profissional "especialista no conhecimento de objetos de arte antiga e curioso deles", conforme explica CHOAY (2001). Para os antiquários, "o testemunho das antiguidades é superior ao do discurso, tanto por sua confiabilidade quanto pela natureza de sua mensagem", pois, conforme esclarece CHOAY:

> [...] o passado se revela de modo muito mais seguro pelos seus testemunhos involuntários, por suas inscrições públicas e sobretudo pelo conjunto da produção da civilização material. Não apenas esses objetos não têm como mentir sobre sua época, como também dão informações originais sobre tudo o que os escritores da Antiguidade deixaram de nos relatar, particularmente sobre os usos e costumes. (CHOAY, 2001, p.63)

Nesse sentido, os artefatos arquitetônicos comunicam informações sobre um dado período tanto quanto uma descrição histórica, tendo em vista que o testemunho de uma obra de arquitetura traz intrinsecamente uma série de informações relativas aos usos e costumes dos grupos sociais de uma determinada época, pois a obra reflete um conjunto de conhecimentos culturais próprios de um modo de saber e um modo de fazer.

Através da materialidade espacial, portanto, a arquitetura traduz uma série de aspectos sociais, econômicos e culturais relatados através da estética e das técnicas construtivas empregadas. Considerando que toda e qualquer obra de arquitetura que responde às aspirações de uma

época revela uma quantidade de informações sobre o período em que foi concebida, esta condição de comunicação da arquitetura não se restringe a objetos arquitetônicos da antiguidade. A produção moderna não foge desta condição e, apesar da diversidade de estilos dentro de um mesmo estilo, é possível reconhecer esta arquitetura como testemunho de um *modo de saber e fazer* próprios da arte moderna. É preciso ponderar, ainda, sobre a salvaguarda do patrimônio moderno enquanto testemunhos de um saber-fazer singular do período moderno, sobretudo exemplares que merecem ser valorizados como herança recente e presente, a ser preservada, registrada e resguardada às gerações contemporâneas e futuras.

Em geral, o imaginário coletivo não identifica a arquitetura moderna como algo a ser preservado quando não considera algo que não é muito antigo como "histórico", entretanto, o "valor de ancianidade" não é o único critério de valoração patrimonial. A *História contemporânea*, notadamente, valoriza mais o processo do que as datações, portanto, na medida em que priorizamos entender o encadeamento histórico como processo, a marcação do tempo perde um pouco a sua força determinante de valoração. Além disso, há que se considerar as particularidades do século XX como período de intensos e decisivos acontecimentos, um século acelerado e denso que trouxe mudanças estruturais e radicais para o futuro das próximas gerações. Portanto, para as gerações futuras o testemunho da arquitetura moderna deveria ser de igual importância ao testemunho da arquitetura "antiga", tendo em vista que a história mais recente também tem um legado a ser transmitido.

Além do tombamento da Catedral, inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes em 1967, conforme o processo de tombamento nº.0672-T-62, cabe citar o tombamento do Catetinho[19], inscrito no Livro de Tombo Histórico, conforme o processo de tombamento nº.0594-T-59.

O Palácio do Catetinho é uma construção em madeira, de caráter provisório, projetada por Niemeyer para alojar o presidente Juscelino Kubitschek durante o período da construção de Brasília, funcionando como residência do presidente até a construção do Palácio da Alvorada. Sendo assim, por constituir a primeira edificação oficial construída em Brasília, em 1956, foi tombada pelo IPHAN em 1959 por seu valor histórico. De fato, trata-se de um exemplar moderno que já apresenta um esboço da tipologia palaciana de Oscar Niemeyer desenvolvida em Brasília, pois no Catetinho ou "Palácio de tábuas", o arquiteto opta por projetar uma edificação de madeira, com pintura caiada, cuja planta era em formato de prisma retangular, marcada por pilotis no térreo, de livre circulação. Os ambientes privativos do presidente eram

[19] O nome "Catetinho" faz alusão ao Palácio do Catete que era a sede do poder executivo no Rio de Janeiro até a transferência da capital para Brasília.

distribuídos no primeiro pavimento, ladeado por uma varanda e acessado por escada destacada do volume principal. Os serviços de cozinha e apoio eram distribuídos em um anexo nos fundos. Tal setorização funcional pode ser verificada no Palácio do Planalto, como veremos, bem como outros elementos empregados na tipologia palaciana desenvolvida em Brasília: planta e volume prismático; emprego de pilotis no térreo, de acesso público; uso das varandas como elemento de referência à arquitetura colonial; emprego da cor branca nas fachadas; rampa ou escadaria separada do volume principal, enquanto elemento de destaque na composição.



Figura 6: Catetinho.
Foto: Mário Fontenelle. Fonte: ArPDF. In: PADUA, 2013, p.284.

Nos tombamentos, em geral, o processo de atribuição de valor depende da ótica preservacionista vigente e do estabelecimento de critérios de valoração que são definidos por peritos de determinadas áreas do conhecimento (arte, história, arquitetura, arqueologia, etnologia, antropologia, sociologia, etc.). De modo geral, o processo de atribuição de valor é definido conforme o discernimento de especialistas e agentes estatais que são responsáveis por construir um discurso de justificativa para a constituição dos patrimônios e o desenvolvimento de políticas de preservação. No caso brasileiro, especialmente no caso de Brasília, vale ressaltar que a constituição do patrimônio nacional esteve historicamente conectada à busca de uma linguagem que fosse genuinamente brasileira e ao mesmo tempo universal, a ser traduzida na arquitetura moderna.

> Nos anos cinqüenta, período da construção de Brasília, a arquitetura modernista brasileira estava em pleno processo de desenvolvimento e aceitação por parte das elites políticas e intelectuais. Essa aceitação, sobretudo na esfera governamental, contribuiu para o fortalecimento de toda uma geração de intelectuais e arquitetos, que obtiveram penetração no aparelho cultural do estado, podendo transformar seu estilo arquitetônico em uma linguagem "indiscutivelmente brasileira e universal" (CAVALCANTI, 2001. p. 13).



Figura 7: Eixo Monumental do Plano Piloto de Brasília.
Foto: Alba Bispo (Jan.2010).

Nesse processo vale salientar que a ótica preservacionista e as percepções de valor são mutáveis segundo cada contexto social, espacial e temporal. Conforme destaca a Conferência de Nara[20], de 06 de novembro de 1994, sobre autenticidade:

> Todos os julgamentos sobre a atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertençam.

A palavra *valor*, em geral, se refere a algo significativo, importante, de estima ou apreço. O valor de uma edificação pode ser especulado a partir de vários aspectos, e quando se trata de um bem patrimonial, deve-se avaliar além do seu valor monetário ou de mercado, o seu valor cultural. Deste modo, é preciso ponderar sobre o valor determinado pela coletividade através do uso, da apreciação estética, da afetividade e da identificação com o objeto, enquanto este é representativo para a história e a identidade de uma comunidade. Dentre os valores

[20] Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial, realizada com especialistas da UNESCO, ICCROM e ICOMOS, em 06 de novembro de 1994, em Nara - Japão.

relacionados à questão da preservação do patrimônio arquitetônico, podemos destacar três tipos fundamentais e intrinsecamente ligados: valor artístico, valor histórico e valor etnográfico.

> [...] seja a atribuição de valor histórico, enquanto testemunho de um determinado espaço/tempo vivido por determinados atores; seja de valor artístico, enquanto fonte de fruição estética, o que implica também uma modalidade específica de conhecimento; seja de valor etnográfico, enquanto documento de processos e organizações sociais diferenciados. (FONSECA, 2005, p.42)

Associados a estes, poder-se-ia destacar muitos outros, tais como valor nacional, afetivo, memorial, estético, econômico, educativo, etc. que estão relacionados ao papel histórico e artístico dos monumentos enquanto objetos de comunicação de conhecimentos e símbolos.

> A qualquer século que pertençam, lembra Kersaint, os monumentos são "testemunhas irrepreensíveis da história". [...] Além disso, eles funcionam como introdução a uma pedagogia geral do civismo: os cidadãos são dotados de uma memória histórica que terá o papel efetivo de memória viva, uma vez que mobilizará o sentimento de orgulho e superioridades nacionais. (CHOAY, 2001, p.117)

Em relação ao valor memorial das obras de arquitetura, é interessante citar as reflexões de John Ruskin (1819-1900) que em sua publicação *The Seven Lamps of Architecture* dizia que "a arquitetura é o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser", pois, segundo CHOAY:

> Ruskin atribuiu à memória uma destinação e um valor novos do monumento histórico. "Nós podemos viver sem [a arquitetura], adorar nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar." (CHOAY, 2001, p.139)

No caso da arquitetura é preciso considerar também o *valor estético*, sobretudo em relação à percepção arquitetônica cuja experiência estética depende da movimentação espacial do observador, pois "a arquitetura é a única arte cujas obras exigem ser percorridas fisicamente. Só ela exige deslocamentos, percursos, desvios que implicam o envolvimento de todo o corpo e que não podem ser substituídos pela percepção visual isolada", conforme defende CHOAY (2001, p.230-231).

Segundo Evaldo Coutinho, a arquitetura se compõe de duas matérias, vão e plástica, e de duas dimensões: a dimensão aparencial ou plástica e a dimensão experimental, entendendo o espaço como condicionador da experiência humana. Na arquitetura, há uma dimensão física, palpável, e mais fácil de ser expressa graficamente, e uma dimensão experiencial não palpável, e extremamente difícil de ser expressa graficamente e que só a arte tem sabido fazê-la. Por isso, o apoio na literatura, na poesia, quando a referência é o lugar ou a ambiência. (COUTINHO, 1977).

Estudiosos da Evolução enfatizam que a experiência do ser humano no espaço o fez ser capaz de adquirir as capacidades cerebrais de percebê-lo, vivenciá-lo, concebê-lo. Por experiência, entenda-se sua vivência física (o mover-se no mundo) e sensível (o sentir). Essa inter-relação inseparável de forças – espaço/experiência do espaço – é responsável, no curso da Evolução, pelas capacidades perceptivas que permitem tanto sentir que se está em um determinado lugar, como percebê-lo conformado, com um invólucro. Esta mesma capacidade adquirida da evolução permite ao cérebro do ser humano geometrizar o mundo como um recurso de simplificação, apesar da sensação de dificuldade que a abstração geométrica ocasiona (BRITTO LEITE; GONÇALVES, 2009).

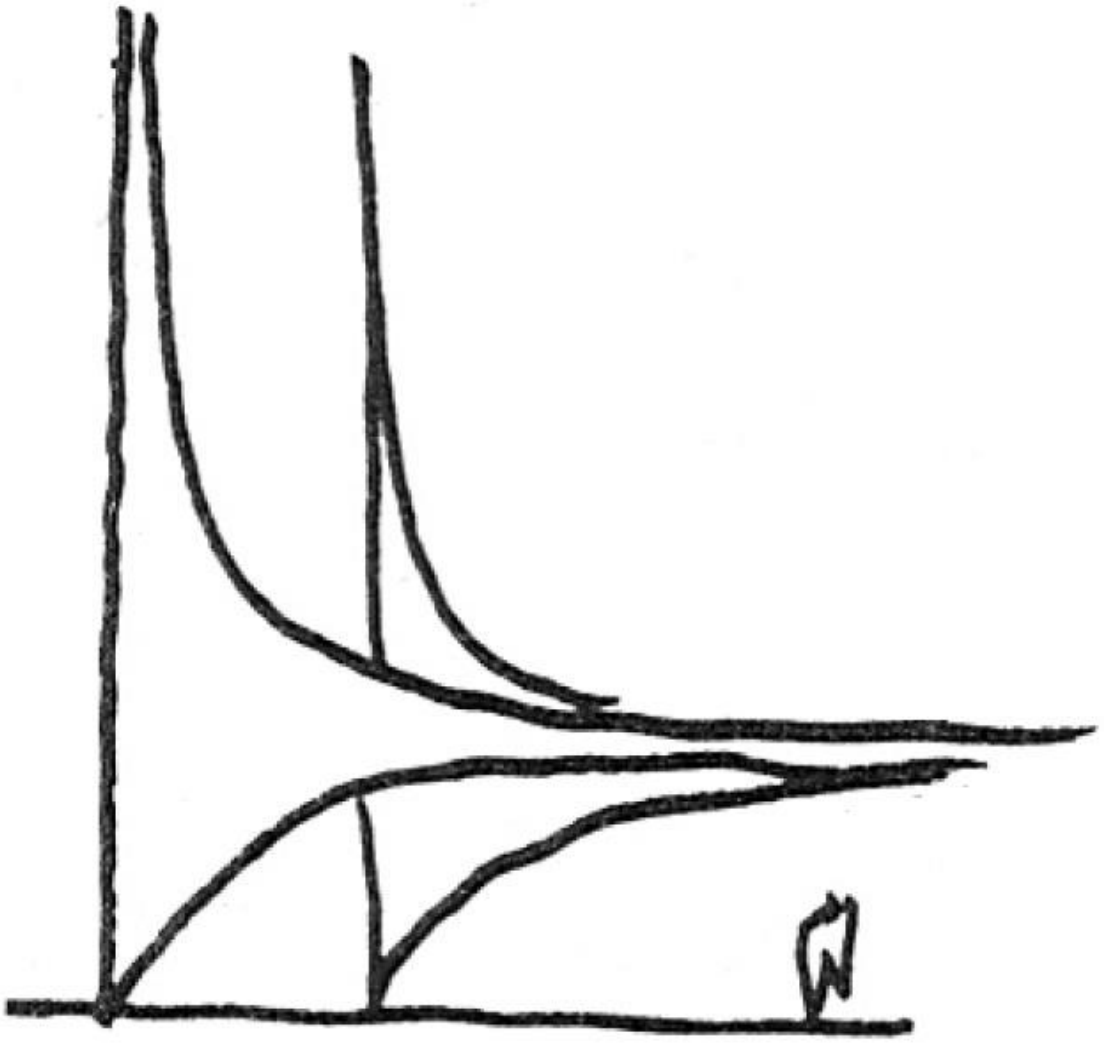
Existe de fato uma distância entre a capacidade de imaginar e sentir um espaço e aquela de expressá-lo graficamente. No âmbito do registro do patrimônio construído, por exemplo, mesmo um desenho em perspectiva não expressa de fato um espaço, em sua natureza sensitiva. Talvez, por isso, o rodeio que se faz ao espaço com os registros gráficos dos invólucros (fachadas), das funções (plantas baixas) e das estruturas (cortes), sem enfrentá-lo, na verdade. É precisamente neste ponto que a arquitetura diferencia-se das outras artes: não somente pela dimensão aparencial ou característica plástica dos materiais construtivos, mas, sobretudo, pela dimensão experimental dos atributos espaciais materializados na composição arquitetônica como obra de arte, ou seja, o espaço enquanto objeto corpóreo.

Em relação ao patrimônio arquitetônico é possível destacar ainda outros valores, como o valor de uso e o valor econômico, sobretudo tendo em vista a interferência do mercado imobiliário na especulação patrimonial de determinado bem. A influência do mercado, entretanto, não é o principal fator para a valoração patrimonial de um bem, mas sim, a significância cultural. O valor simbólico, portanto, se justapõe ao valor de uso e ao valor mercadológico.

> Ao se considerar um bem como bem cultural, ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento, etc.; e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. Na seleção e no uso dos materiais, no agenciamento, nas técnicas de construção e de elaboração, nos motivos, são apreendidas referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos. No caso dos bens patrimoniais selecionados por uma instituição estatal, considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidade políticas (a nação, o estado, o município). (FONSECA, 2005, p.42)

No caso do Plano Piloto de Brasília, como veremos a seguir, o tombamento surge como garantia de manutenção das características urbanísticas e paisagísticas da capital. Por outro lado, o tombamento de uma série de obras de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer reforça a

necessidade de preservação de obras-primas enquanto simbólicos identitários da arquitetura, urbanismo e paisagismo moderno brasileiro. Sendo assim, metodologicamente, o próximo capítulo retoma as retóricas apresentadas que, embora tenham sido reformuladas pelo IPHAN ao longo do tempo de atuação da instituição, persistem em recentes processos de tombamento de obras modernas. Como veremos, nas motivações de recentes ações de preservação de bens modernos, ainda é possível identificar as retóricas da perda, da estética e da consagração nos processos de atribuição de valor especialmente na argumentação do tombamento. Como contraponto, portanto, pretende-se retomar as retóricas e destacar os valores atribuídos nos processos de valoração e na legislação patrimonial que incide sobre o Plano Piloto de Brasília, tombado como conjunto urbano, e sobre os principais monumentos que o compõe, de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, tombados pelo IPHAN.



2 Valores atribuídos: marcos legais em Brasília

Considerando os discursos de valoração que promoveram a emergência de artefatos modernos como patrimônio, neste capítulo pretende-se compreender como se deu a valoração como patrimônio cultural dos bens tombados pelo IPHAN em Brasília, destacando os critérios de valor e os respectivos instrumentos jurídicos de preservação vigentes.

A respeito dos instrumentos legais de valoração do patrimônio moderno em Brasília, importa ressaltar que atualmente o conjunto urbano está legalmente protegido em três instâncias: pela UNESCO, integrando a Lista do patrimônio Mundial, Inscrição nº.445 de 1987; pelo Governo do Distrito Federal (GDF), através do Decreto nº.10.829 de 1987 (Tombamento Distrital); pelo IPHAN, através da Portaria nº.314 de 1992 (Tombamento Federal). Além disso, as edificações representativas da obra de Oscar Niemeyer em Brasília estão protegidas provisoriamente[21] pelo Processo de Tombamento nº.1550-T-07, empreendido pelo IPHAN a fim de reconhecer a importância e significação destes bens enquanto referência primordial no conjunto urbano tombado de Brasília e em todo país.

2.1 Brasília como patrimônio cultural (1980-2013)

A preservação do conjunto urbano de Brasília se inicia na década de 1980, inserindo-se no contexto de ampliação dos conceitos de salvaguarda que passam a considerar particularmente os *processos de formação, consolidação e expansão das cidades* como patrimônio cultural. A preservação de Brasília coincide com o período de redemocratização do país após a ditadura militar (1964-1985), do fortalecimento dos poderes locais, do crescimento desordenado das cidades e do acirramento da especulação imobiliária nos grandes centros urbanos.

Cabe destacar que em 1980, apenas vinte anos após a inauguração da capital, na ausência de um código de urbanismo mais detalhado e de um plano regulador que considerasse o planejamento territorial do Distrito Federal, o Plano Piloto de Brasília já se encontrava ameaçado por uma série de alterações que comprometiam a paisagem urbana e as qualidades da cidade moderna idealizada por Lucio Costa, tais como: forte especulação imobiliária resultante do rápido crescimento populacional da capital, prevista para 500.000 habitantes;

[21] Na prática, quando o tombamento provisório é declarado pelo IPHAN o objeto já se encontra efetivamente tombado, conforme os termos do Decreto-Lei nº 25/1937 "Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo".

processo de verticalização desordenado em alguns setores do Plano Piloto, inclusive nas superquadras; privatização de espaços públicos através de construções irregulares em espaços livres; modificações no traçado urbano original que alteravam o funcionamento da rede rodoviária, etc. Diante destas deteriorações e ameaças, a inscrição da cidade moderna na Lista do Patrimônio Mundial surgia como resposta às pressões por modificações no Plano Piloto e, paralelamente, o tombamento da cidade começava a ser estudado como garantia de preservação.

Em 19 de março de 1981, por inciativa de Aloísio Magalhães, então Secretário da Cultura do Ministério da Educação e Cultura, foi criado um Grupo de Trabalho para a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília (GT-Brasília), composto por representantes da Secretaria da Cultura/SPHAN/Pró-Memória, Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e Governo do Distrito Federal. Conforme o Relatório Preliminar[22], o objetivo principal do GT-Brasília era "estudar, propor e adotar medidas que visem à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília".

> O referencial teórico utilizado pelo grupo procura abordar a preservação do espaço na perspectiva da permanência dos atributos essenciais e da transformação a partir de critérios tanto artísticos e históricos quanto de referência da população. (KOHLSDORF, 1985, p.9-10 apud RIBEIRO, 2005, p.87)

Sendo assim, mil questionários foram aplicados com a população do Distrito Federal, englobando não apenas aqueles residentes na cidade idealizada por Lucio Costa, mas também moradores de cidades-satélites que tinham vínculos com o Plano Piloto.

> O trabalho no Plano Piloto começou com uma pesquisa de opinião intitulada "Pesquisa de Imagem do Plano Piloto de Brasília junto à população do Distrito Federal", realizada em 1983, que procura "extrair da comunidade que vivencia o Plano Piloto (e não só da população residente) as indicações daquelas características da cidade que são consideradas fundamentais e de reivindicável preservação". (VIANNA, 1985, p.107 apud RIBEIRO, 2005, p.89)

Esta proposta, portanto, "pressupõe um diálogo de mão-dupla com os moradores e usuários da cidade, considerando que o espaço urbano tem uma dinâmica resultante das praticas sociais", de modo que "a população se posicionaria de forma consciente, a partir de sua vivência e do conhecimento dos estudos técnicos realizados". (RIBEIRO, 2005, p.95) Nesse sentido, a primeira proposta de preservação apresentada pelo GT-Brasília preocupa-se em divulgar a caracterização da cidade numa linguagem acessível à população e reflete sobre a configuração espacial de Brasília e a apropriação social da cidade.

[22] Conforme explicitado no Relatório Preliminar – 1ª Etapa dos Trabalhos, datado de Dezembro de 1981, elaborado pelo GT-Brasília. Este documento encontra-se no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, na documentação sobre o GT-Brasília.

Em 1985, o GT-Brasília sintetiza uma primeira caracterização do Plano Piloto e propõe uma Área de Interesse Especial composta pelo "Eixo Rodoviário e Monumental, Asa Sul e Norte e Centro Urbano" (áreas destacadas em cinza) e uma Área de Interesse de Preservação "composta pelo Plano Piloto e seu entorno, constituído por parte do Parque Nacional, o Jardim Zoológico e o Lago Paranoá com seus bairros adjacentes" (área delimitada pela poligonal), segundo RIBEIRO (2005, p.94).

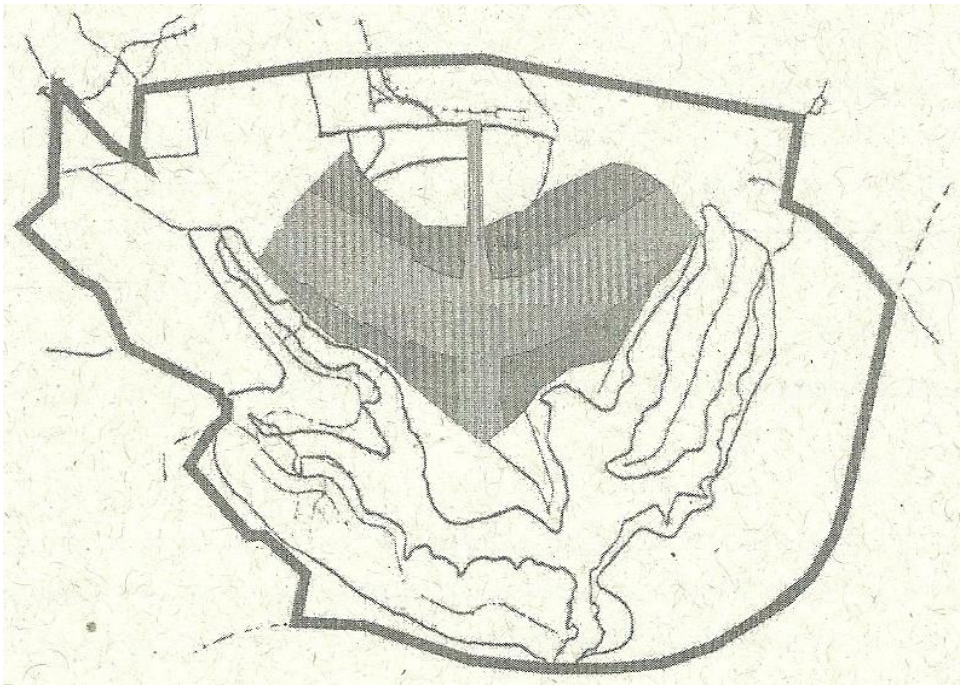


Figura 8: Proposta de preservação em 1985.
Fonte: Síntese GT-Brasília, 1985 apud RIBEIRO, 2005, p.95.

Já em 1986, José Aparecido de Oliveira, governador do DF entre 1985 e 1988, inicia um grande processo de articulação externo, com a UNESCO, e interno, com a Fundação Pró-Memória/Ministério da Cultura e diversas autoridades brasileiras, buscando apoio à candidatura de Brasília a patrimônio mundial. Entre dezembro de 1986 e janeiro de 1987, a equipe do GT-Brasília apresenta os resultados dos trabalhos compilados em dois volumes que constituem o Dossiê de candidatura de Brasília para UNESCO[23]. Segundo PERALVA (1988) o Dossiê apresenta uma "breve descrição e inventário do que consiste o patrimônio do Distrito Federal, dividido em quatro temas":

> 1) Brasília, compreendida como Plano Piloto, em que são definidas as zonas de preservação; 2) Um segundo tema em que são definidos os exemplares do vernáculo da região Centro-Oeste (antigas sedes de fazendas e as antigas cidades pré-existentes à Brasília – Brazlândia e Planaltina); 3) Os acampamentos pioneiros – testemunhos do período da construção da cidade, onde há miscigenação dos princípios da arquitetura moderna e da tradicional; 4) Paisagem natural. (PERALVA, 1988, p.99)

[23] Os membros da representação brasileira junto à UNESCO eram o embaixador Josué Montello, o ministro Luiz Felipe de Macedo Soares e Sérgio de Abreu e Lima, a primeira secretária Isis Martins Ribeiro de Andrade e o professor Augusto Carlos da Silva Telles, então diretor técnico da SPHAN e antigo membro do ICOMOS. (PERALVA, 1988, p.13)

Nesse sentido, o Dossiê elaborado pelo GT-Brasília apresentava uma proposta de proteção bastante detalhada, incluindo não só a cidade derivada diretamente do Plano Piloto concebido por Lucio Costa, mas também vestígios dos usos e ocupações decorrentes do processo de implantação e construção de Brasília. A proposta incorporava, portanto, a noção de *cidade-documento* (SANT'ANNA, 1995), ou seja, considerava o *desenvolvimento processual da urbe*, a partir de uma nova perspectiva sobre o patrimônio urbano, ampliada especialmente na década de 1980. Sendo assim, a cidade era entendida como testemunho dos processos de ocupação do território brasileiro e de produção do espaço urbano, como fonte de informações sobre os processos sociais, econômicos, políticos e culturais vigentes na época da implantação de Brasília como capital do país.

Em maio de 1987, o professor Léon Pressouyre[24], enquanto relator do processo de Brasília junto ao Conselho do Patrimônio Mundial (CPM), apresenta ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) um parecer em princípio favorável ao pedido de inscrição do "Conjunto representativo do Patrimônio Histórico, Cultural, Natural e Urbano de Brasília". Entretanto, "recomendava o adiamento da inscrição de Brasília porque a documentação que instruía o pedido não continha indicações precisas sobre o perímetro a ser preservado, nem aludia às medidas legais de preservação da área a ser inscrita na lista." (PERALVA, 1988, p.103)

O parecer de Pressouyre é encaminhado para o Bureau do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO que examina o pedido de Brasília na XI Sessão, que ocorreu de 23 a 26 de junho de 1987, em Paris. Em julho de 1987, Roberto de Abreu Sodré, Ministro de Estado das Relações Exteriores, comunica ao governador José Aparecido que:

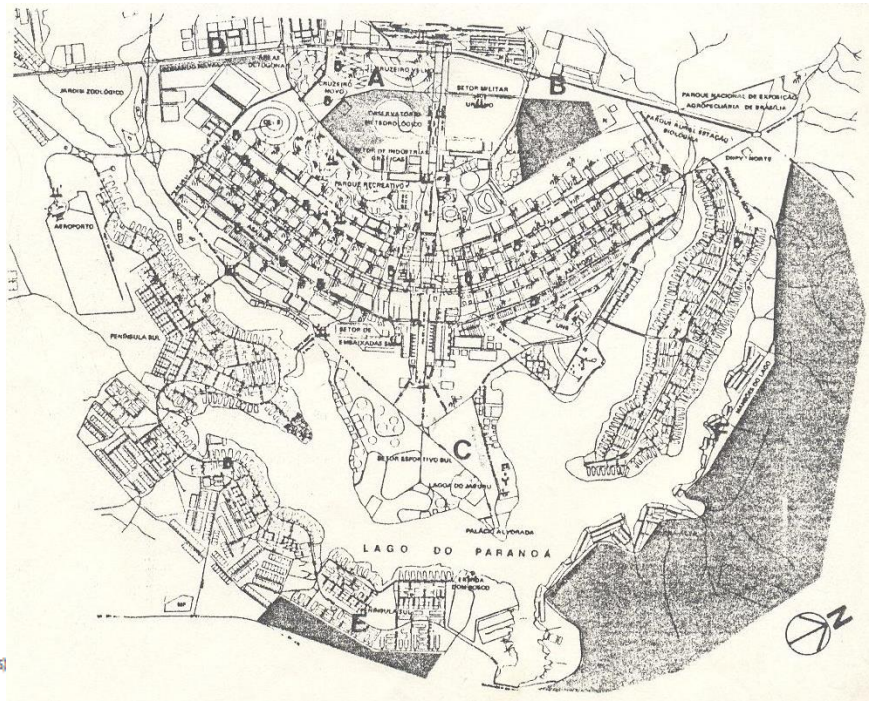
> O relatório do ICOMOS, resultante da reunião do conselho, em maio passado, da qual participou o professor Augusto Carlos da Silva Telles, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), salienta a importância de Brasília, referindo-se à Capital Federal como "um fato maior na história do urbanismo", mas faz restrições às transformações ocorridas depois da inauguração da cidade e alude à "ausência de plano regulador ou de um código urbano".
>
> O documento expressa a opinião favorável do ICOMOS no tocante à inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial, mas recomenda o seu adiamento "até que medidas mínimas de proteção possam assegurar a salvaguarda da criação urbana de Costa e Niemeyer". (Grifos nossos) [25]

O momento em que a UNESCO exige uma legislação de proteção por parte do governo brasileiro coincide com a elaboração de uma normativa por parte do GT-Brasília que elabora um anteprojeto de lei em 1987 no qual propõe "áreas a serem preservadas segundo gradações

[24] Professor de Arqueologia da Universidade de Paris I (Sorbonne), representante do ICOMOS e Relator do processo de Brasília junto ao Conselho do Patrimônio Mundial.
[25] Telex datado de 02/07/1987 In: PERALVA, 1988, p.103.

de rigor diferenciadas e áreas que poderiam sofrer ajustes para responder melhor à dinâmica urbana" (RIBEIRO, 2005, p.97).

Entretanto, paralelamente, o governador havia convidado Lucio Costa para fazer uma avaliação da cidade. Neste interim, Lucio Costa escreve *Brasília Revisitada*, documento elaborado entre 1985 e 1987, onde autor da cidade faz uma apreciação do conjunto modificado pelos usos, retoma os aspectos definitivos e integrantes das escalas urbanas de Brasília (monumental, residencial, gregária e bucólica), destaca os "elementos determinantes, incorporados e complementares" [26] e apresenta diretrizes de "complementação, preservação, adensamento e expansão urbana".



Área A: Bairro Oeste Sul
Quadras econômicas (piloti + 3 pavimentos)
Superquadras (piloti + 6 pavimentos)

Área B: Bairro Oeste Norte
Análogo ao Bairro Oeste Sul

Área C: Quadras Planalto
Quadras menores, piloti e 4 pavimentos:
Vila Planalto preservada como é hoje

Área D: Quadras da Epia
Quadras menores, piloti e 4 pavimentos

Área E: Asa Nova Sul
Quadras menores, piloti e 4 pavimentos

Área F: Asa Nova Norte
Quadras econômicas e conjuntos geminados (habitação popular) Quadras (piloti e 4 pavimentos) e lotes individuais: fixação da atual Vila Paranoá

Figura 9: Mapa de Lucio Costa para "Brasília Revisitada".
Fonte: Processo nº.1305-T-90[27].

Conforme depoimento de Briane Bicca[28], coordenadora do GT-Brasília, a proposta era preservar as vilas e acampamentos pioneiros, fixando sua população e mantendo as características espaciais de ocupação através de determinados índices urbanísticos. Entretanto, isto conflitava com o posicionamento de Lucio Costa: "a sistemática que a gente adotou de planejamento urbano bateu de frente com ele. Ele queria fazer uma superquadra em cima da Vila Planalto. Então era um ponto de conflito pavoroso". (RIBEIRO, 2005, p.99)

[26] Esta abordagem das características fundamentais da concepção urbana de Brasília por meio da identificação de elementos "determinantes, incorporados e complementares", foi apresentada pela arquiteta Maria Elisa Costa, em documento intitulado "Notas relativas ao tombamento de Brasília", escrito e remetido ao IPDF/GDF, em novembro de 1997, como contribuição aos estudos para elaboração do Plano Diretor Local de Brasília.
[27] Mapa de Lucio Costa para "Brasília Revisitada" constante na folha 61 do Processo nº. 1305-T-90.
[28] Entrevista concedida a Sandra Ribeiro em 22/09/2001 In: RIBEIRO, 2005.

> Essa proposta entra em conflito com os estudos que vinham sendo executados pelo GT. Enquanto o GT abordava todo o Distrito Federal, "Brasília Revisitada" enfocava somente o Plano Piloto. Enquanto Lucio Costa propunha habitação coletiva para a Vila Planalto, o GT defendia a preservação dos espaços da Vila, que representavam a memória da ocupação daquela área pelos operários de obras que construíram a cidade. (RIBEIRO, 2005, p.99)

Segundo relata Silvio Cavalcanti, então diretor da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA) [29]:

> O trabalho do GT-Brasília que foi encaminhado à Unesco despertou interesse do órgão. Mas na hora de transformar esse dossiê, esse trabalho arquitetônico e urbanístico em uma legislação, começaram os problemas. Porque a proposição daquele "arquiteturês", daquele "urbanês" para uma linguagem jurídica é um negócio bastante complicado. Transformar os conceitos de arquitetura e urbanismo numa legislação que tem uma outra forma de redação, esse era um primeiro problema. O segundo era de enfoque. O GT-Brasília tinha um enfoque de que como Brasília era uma concepção moderna, ela poderia ir se aprimorando com o tempo. [...] Acontece que quando esse trabalho, o primeiro trabalho de legislação foi enviado ao Lucio Costa, ele falou: "Isso aqui é uma grande besteira, vocês estão confundindo alhos com bugalhos, o que interessa preservar, o que interessa para a Unesco, para o mundo, é a cidade modernista do Plano Piloto. Vocês estão misturando tudo. Este trabalho do GT é uma grande bagunça, tá misturando o que é essencial com o que não é essencial". E o José Aparecido que era uma pessoa muito ligada ao Lucio Costa e ao Oscar Niemeyer, ouviu muito o Lucio Costa quando da elaboração da legislação. Então, ao mesmo tempo em que o José Aparecido criou um grupo pra transformar aquelas diretrizes do trabalho do GT numa legislação, ele também pediu ao Lucio Costa que desse uma orientação sobre a legislação. Então, ele trabalhou em duas pistas, numa o GT estava trabalhando nessa transposição da linguagem do "arquiteturês" para o jurídico, e na outra mão o Lucio Costa indicou o Ítalo Campofiorito para fazer um texto de legislação.
>
> [...] E aí o governador José Aparecido teve que fazer uma opção: ou ele tomava aquela proposta do GT como legislação ou ele tomava a proposta do Ítalo. Ele tomou a proposta do Ítalo e assumiu simultaneamente um compromisso de voltar a estudar aquilo lá e criou um grupo de trabalho[30]. (RIBEIRO, 2005, p.100-101)

Deste modo, a proposta do GT-Brasília foi considerada adequada apenas "para uso interno" por Lucio Costa e pelo governador, e deveria ser incorporada numa outra lei. Em 1988, Aparecido promulga o Decreto nº.11.176 que estabelece uma política de preservação para o patrimônio do Distrito Federal como um todo e cria um Instituto do Patrimônio Cultural do DF, um Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal e um Fundo do Patrimônio Cultural do DF. Finalmente, em 1989 é apresentado um "Anteprojeto de lei de preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico do Distrito Federal" que retoma os estudos do GT-Brasília e propõe uma área de preservação prioritária, dividida em três subáreas reguladas por critérios específicos.

---

[29] A Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA) compunha o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal, criado pelo Decreto nº. 11.177 de 29 de julho de 1988, pelo governador José Aparecido de Oliveira, tendo em vista o compromisso assumido pelo GDF junto à UNESCO "em dotar Brasília de legislação específica de proteção".

[30] O entrevistado se refere provavelmente ao que seria o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal: "órgão de deliberação coletiva, vinculado à Secretaria da Cultura do Distrito Federal, com a finalidade de promover a adoção de medidas destinadas à preservação do Patrimônio Cultural do Distrito Federal", conforme o Artigo 1º do Decreto nº. 11.177 de 29 de julho de 1988. (PERALVA, 1988, p.149)

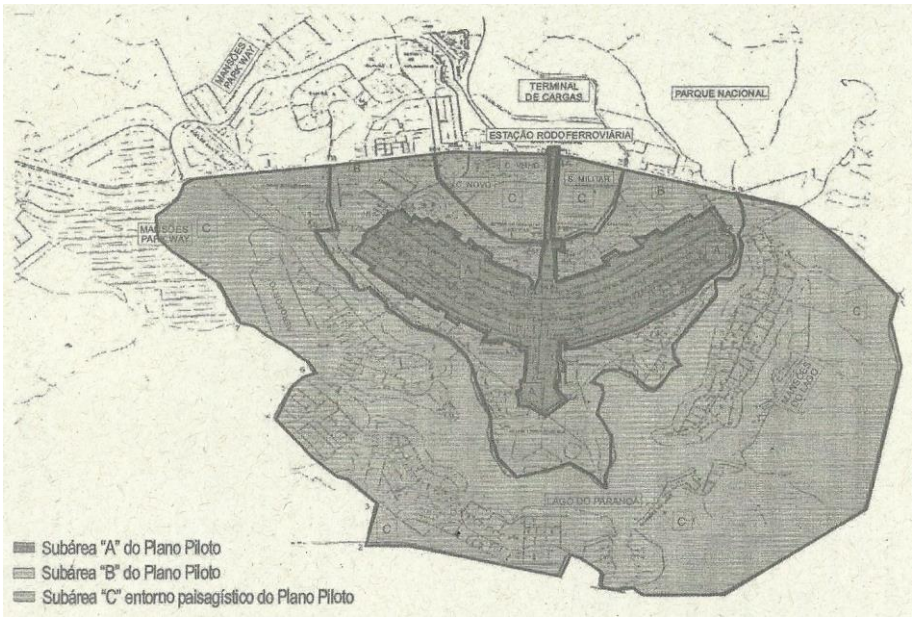


Figura 10: Mapa do anteprojeto de lei de preservação de 1989.
Fonte: RIBEIRO, 2005, p.103.

Cabe ressaltar que a UNESCO, assim como os atores articuladores do processo de inscrição de Brasília como patrimônio mundial, também não parece muito interessada em incorporar os aspectos socioculturais condicionantes à ocupação do Plano Piloto ou as ocupações "antes de Brasília" como área de interesse de proteção. De fato, o discurso do relator do processo em defesa da candidatura de Brasília destaca a criação *ex-nihilo*[31] e ressalta as qualidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas da cidade moderna, derivadas de uma maneira de pensar o urbanismo coerente com os princípios da Carta de Atenas e com os princípios da arquitetura e urbanismos modernos de Le Corbusier, destacando a singularidade e excepcionalidade de Brasília em contraponto às edificações históricas das cidades tradicionais.

Segundo CAMPOFIORITO (1990), a proposta do GT-Brasília apresentava "medidas de proteção tão vastas e minuciosas que teriam forçosamente existência transitória, não interessando à UNESCO, preocupada apenas com a proposição urbana e arquitetônica original". Era necessário, portanto, elaborar uma nova solução e propor uma legislação compatível com as exigências da UNESCO, mas, para tanto, era preciso "achar as referências mínimas para garantir o essencial da concepção urbanística de Brasília, para preservar o que, em decorrência do Plano Piloto de 1957, foi construído no Distrito Federal". (CAMPOFIORITO, 1990)

[31] A expressão é traduzida como "do nada", ou seja, como se a cidade tivesse surgido no meio do nada ou implantada sob uma tábula rasa.

> Como atender à UNESCO e salvaguardar a cidade modernista, como tombá-la, sem imobilizar fisicamente, mas, pelo contrário, permitindo - com a exceção do resguardo de alguns prédios excepcionais, que as edificações se modifiquem e vivam sua vida e contingência urbanas através do incessante passar do tempo, do tempo com que se nutre a natureza cumulativa cultural das cidades? (CAMPOFIORITO, 1989)

Diante destas preocupações, Ítalo Campofiorito, então secretário da Fundação Nacional Pró-Memória, apresenta uma segunda proposta para a preservação de Brasília, acolhida por Lucio Costa, na qual "tombava-se a cidade de forma inovadora - fixando-se a sua "escala" no essencial, liberando-se as edificações em geral, com exceção dos monumentos excepcionais, para qualquer modificação que não rompesse com a escala em que se inseria". (CAMPOFIORITO, 1990) Esta segunda solução, entretanto, era inexequível, pois "nenhuma legislação de Patrimônio pode ser criada pelo Poder Executivo de nenhuma unidade da Federação", segundo explica Ítalo Campofiorito em correspondência[32] endereçada ao governador José Aparecido:

> A segunda solução revelou-se impraticável do ponto de vista prático-legal. O poder executivo do DF não poderia instituir o tombamento sem decisão legislativa - do Congresso Nacional, absolutamente ocupado com sua atuação constituinte. Restou um terceiro caminho: regulamentar a Lei Santiago Dantas (3.751/60) que protegia o "Plano Piloto" em seu desenho, sem defini-lo em termos físico-territoriais. (CAMPOFIORITO, 1990)

Considerando a urgência do momento, o governador José Aparecido publica então o Decreto 10.829 de 14 de outubro de 1987, regulamentando a Lei Santiago Dantas[33], "explicitando com maior precisão o conceito de Plano Piloto" a partir da minuta de lei elaborada por Ítalo Campofiorito. Este decreto incorpora ainda as recomendações de Lucio Costa publicadas em *Brasília Revisitada*, como anexo.

Após a promulgação do Decreto 10.829/1987 do GDF, a inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade é defendida por Osvaldo Peralva, enquanto Secretário de Comunicação Social do GDF e representante do governador José Aparecido, e pelo professor Léon Pressouyre na 11ª Reunião Ordinária do Comitê do Patrimônio Mundial, em 07 de dezembro de 1987, em Paris. Nesta ocasião, Susan Recce, chefe da representação dos Estados Unidos, se opõe à inclusão de Brasília considerando a contemporaneidade do bem em análise e "por entender que assim se consagraria prematuramente determinado tipo de arquitetura" (PERALVA, 1997, p.3 apud SCHLEE, 2006, p.148). Recce destaca o parágrafo 29 das "*Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*",

[32] Ofício sem número, datado de 23/09/1987, de Ítalo Campofiorito, então secretário da FNPM, endereçado ao governador José Aparecido de Oliveira. Este documento encontra-se no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, na documentação sobre o GT-Brasília.

[33] Santiago Dantas inseriu no texto da Lei de Organização Administrativa do Distrito Federal (Lei nº. 3751 de 13.04.1960) o Artigo 38 que dizia: "Qualquer alteração do Plano Piloto, a que obedece a urbanização de Brasília, depende de Lei Federal".

instituídas pelo Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em janeiro de 1987, que pondera sobre a inclusão de bens contemporâneos na lista do patrimônio mundial.

> É difícil ponderar sobre a qualidade de novas cidades do século XX. Só a História irá permitir distinguir aquelas que serão exemplares do urbanismo contemporâneo. A análise do processo sobre essas cidades deve ser adiada até que todas as cidades históricas tradicionais, que representam a parte mais vulnerável do patrimônio da humanidade, tenham sido inscritas na Lista do Patrimônio Mundial. (UNESCO, 1987) [34]

Os representantes do Canadá e da Índia também expressaram sua preocupação sobre a inscrição de uma cidade moderna, considerando as disposições do parágrafo 29. Porém, em defesa da candidatura de Brasília, Pressouyre apresenta como contra-argumento que no pedido em questão tratava-se de proteger um conjunto urbano vulnerável e de valor excepcional, pois era a única cidade moderna construída a partir do nada, *ex-nihilo,* para ser a capital de um país, constituindo um exemplo histórico e singular do urbanismo moderno derivado dos princípios expressos na Carta de Atenas de 1943 e do "Modo de pensar o Urbanismo" de 1946, de Le Corbusier. Além disso, o relator lembra que o projeto de Le Corbusier para construção de Chandigarh, futura capital do Punjab, na Índia, era diferente, pois a cidade indiana não conseguiu ser totalmente implementada e era uma capital regional, e não nacional.

Também a favor de Brasília, Miguel León Portillo, representante do México, destacou a cidade como polo irradiador de desenvolvimento a partir do centro do território brasileiro. Por fim, Josué Montello, embaixador do Brasil junto à UNESCO, destacou as três fases da cidade: "o deserto de onde surgiu; a cidade edificada, de nossos dias; e o bem cultural que se procurava resguardar" e afirmou "Temos preservado, para o presente, monumentos do passado. Agora, ao contrário, pensamos em preservar para o futuro um monumento do presente". (PERALVA, 1988)

Diante dos argumentos apresentados, o Conselho aprovou a inclusão de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 07 de dezembro de 1987, sob a Inscrição nº.445, considerando os seguintes critérios[35]: I) representar uma obra notável do gênio criativo humano; IV) ser exemplo destacado de um tipo de construção, ou de conjunto arquitetônico,

[34] Tradução nossa. O texto original "Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention" elaborado pela "Intergovernmental Committe for the Proteccion of the World Cultural and Natural Heritage" em janeiro de 1987, encontra-se disponível no site da UNESCO.

[35] Critérios estabelecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, adotados na Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

tecnológico ou paisagístico que ilustre uma ou mais etapas significativas da história da humanidade. Conforme observa SCHLEE,

> (...) o quinto artigo da Convenção de 1972, os bens patrimoniais culturais da humanidade são de três tipos: os monumentos, os conjuntos e os lugares notáveis. Nos três casos, valoriza-se o caráter universal de excepcionalidade de tais bens. Erguida em lugar notável e feita de monumentos, Brasília foi preservada como CONJUNTO, ou seja, "grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência."
>
> Até 1987, a UNESCO havia trabalhado com bens patrimoniais consagrados, fortemente apoiada nos denominados valores histórico e de ancianidade, conforme definidos por Alöis Riegl. Havia preservado, por exemplo, os conjuntos incaicos de Machu Picchu e de Cuzco no Peru (o primeiro considerado como "cidade morta" e o segundo como "cidade histórica viva"). Mas pela primeira vez deparava-se com a preservação de uma cidade nova, contemporânea e com apenas vinte e sete anos! Uma cidade do século XX. (SCHLEE, 2006, p.145)

Se os estudos e propostas do GT-Brasília não foram completamente incorporados pela UNESCO e pelo Decreto 10.829/1987, algumas questões suscitadas na década de 1980 são novamente problematizadas e ressurgem em 1990, quando o IPHAN resolve recorrer ao tombamento federal. Mesmo após a proteção distrital e internacional, a preocupação com as particularidades essenciais e a volumetria espacial da cidade é exposta por Lucio Costa em sua carta[36] para Ítalo Campofiorito:

> O mundo está cheio de cidades apenas vivas, que não interessa à Humanidade preservar. Mas no caso raro dessas cidades eleitas há sempre particularidades que precisam manter-se imunes a inovações e modismos, do contrário o que é válido nelas se perde e se esvai.
>
> Do estrito e fundamental ponto de vista do "design" – da composição urbana – chegou o momento de se definir e limitar a futura "volumetria" espacial da cidade, ou seja a relação entre o verde das áreas a serem mantidas *in natura* (ou cultivadas como campos, arvoredos e bosques) e o branco das áreas a serem edificadas. Chegou o momento, digo mal – o último momento, diria melhor – de ainda ser possível avivar esse confronto e de assim preservar, para sempre, a feição original de Brasília como cidade-parque, o "facies" diferenciador da capital em relação às demais cidades brasileiras.
>
> Por todos os motivos, só mesmo o tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o direito de conhecer Brasília tal como foi concebida.[37]

No processo de valoração da arquitetura, urbanismo e paisagismo de Brasília como patrimônio federal, destaca-se a produção moderna no cenário nacional como uma arte e uma arquitetura genuinamente brasileira, retomando parte do discurso estratégico do IPHAN no processo de construção da nacionalidade, adotado principalmente em sua chamada *fase heroica* que corresponde ao período de 1937 até 1967, conforme divisão metodológica adotada por FONSECA (2005). Não por acaso, os primeiros tombamentos de exemplares

[36] Carta datada de 01/01/1990 de autoria de Lucio Costa dirigida para Ítalo Campofiorito; documento constante nas folhas 6-7 do Processo nº. 1305-T-90.
[37] Grifos do próprio Lucio Costa.

modernos se dão no Brasil e ocorrem durante a *fase heroica* do IPHAN, quando a produção moderna brasileira é compreendida como signo da nacionalidade, representativa da verdadeira arte nacional. Cabe destacar o discurso de Eduardo Kneese de Mello, enquanto Conselheiro relator do Conselho Consultivo no processo de tombamento federal, a respeito de Brasília enquanto grande monumento histórico e artístico nacional:

> Brasília é sem dúvida, o grande monumento histórico nacional.
>
> Mas, Brasília é também o grande monumento artístico brasileiro. Na opinião de William Ocfort[38], famoso urbanista inglês que participou do júri que selecionou os projetos apresentados no concurso de escolha do plano de Brasília declarou que o plano do Mestre Lucio Costa "é a mais importante construção do século XX para teorias do urbanismo". Os edifícios projetados por Oscar Niemeyer, considerado internacionalmente como o maior arquiteto vivo da atualidade, são considerados marcos da arquitetura contemporânea. As avenidas, as praças, os bosques, as quadras residenciais são reconhecidas como propostas revolucionárias da arquitetura contemporânea. Em qualquer local do mundo civilizado um indivíduo é capaz de reconhecer, por sua beleza plástica, a fotografia da Praça dos 3 Poderes, do Ministério das Relações Exteriores, do Palácio da Alvorada e de todos vultos como monumentos arquitetônicos que representam a renovação arquitetônica que se operaram no século XX.[39]

Ainda em 1990, o IBPC (atual IPHAN) estabeleceu a Portaria nº04 de 13 de março de 1990 que foi substituída pela Portaria nº314 do IPHAN, de 08 de outubro de 1992, que atualmente regula o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília. Em entrevista[40], Jayme Zettel explica que "a Portaria de 1992 retifica a de 1990, mas é praticamente o mesmo texto com uma diferença importante, no parágrafo 3º da Portaria nº.314/1992".

> § 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (Lei nº.3.751/60) e no Decreto nº.10.829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade. (PORTARIA nº.314/1992)

Nesse sentido, cabe destacar as alterações propostas pelo próprio Lucio Costa, 25 anos após a inauguração da capital, tendo em vista o rápido processo de crescimento e expansão atravessado por Brasília. Diante disto, o urbanista da cidade indica intervenções no zoneamento, incorporando os assentamentos residenciais pioneiros e propondo novas áreas habitacionais no Plano Piloto. Entretanto, preocupa-se em respeitar as escalas da cidade, conforme descreve no documento "Brasília revisitada, 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana".

---

[38] Há um erro na transcrição do relatório, na realidade, o relator do Conselho Consultivo se refere a William Holford, arquiteto e urbanista inglês, membro da Comissão Julgadora do Concurso do Plano Piloto da Nova Capital.

[39] Relatório datado de 03/03/1990 de autoria de Eduardo Kneese de Mello, enquanto Conselheiro relator do Conselho Consultivo no Processo de Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília, endereçado para Ítalo Campofiorito, enquanto Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Presidente da FNPM. Documento constante no Processo nº. 1305-T-90.

[40] Entrevista concedida a Alba Bispo, realizada em 21/09/2012, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro/RJ.

> Brasília, a capital, deverá manter-se "diferente" de todas as demais cidades do país: não terá apartamentos de moradia em edifícios altos; o gabarito residencial não deverá ultrapassar os seis pavimentos iniciais, sempre soltos do chão. Este será o traço diferenciador – gabarito alto no centro comercial, mas deliberadamente contido nas áreas residenciais, a fim de restabelecer, em ambiente moderno, escala humana mais próxima da nossa vida doméstica e familiar tradicional. (COSTA, Lucio in: LEITÃO, 2009, p. 73)

Se por um lado a proposta inicial do GT-Brasília incorporava a noção de *cidade-documento*, o processo de tombamento federal remonta à noção de *cidade-monumento* (SANT'ANNA, 1995) vinculada a critérios estéticos de preservação. Deste modo, enquanto sítio urbano, o Plano Piloto de Brasília é compreendido como um só monumento, composto por uma coleção de obras de arte moderna, valorizadas especialmente pelo caráter monumental e pela homogeneidade estilística.

> A consagração de Brasília como patrimônio cultural da humanidade partiu de interesses políticos em preservar uma obra-monumento, que resultou de um esforço em reafirmar a competência do país de se colocar como uma nação desenvolvida e voltada para o futuro. Ao mesmo tempo, com os atos de proteção local, mundial e nacional (na ordem cronológica em que ocorreram), o grupo articulador do processo (José Aparecido, Carlos Magalhães, Ítalo Campofiorito, Lucio Costa) visava preservar a cidade idealizada por seus criadores e políticos. (RIBEIRO, 2005, p.104)

Como visto anteriormente, o tombamento de Brasília sempre esteve vinculado à retorica da afirmação do moderno como "estilo oficial" do país, especialmente a partir da política desenvolvimentista do governo JK. Deste modo, se a implantação do Plano Piloto consagra uma imagem de uma nação forte, moderna e desenvolvida, o reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural reforça o discurso político através da *retórica de consagração* da cidade-monumento, da *retórica estética* tendo a arquitetura moderna brasileira como singular e excepcional e da *retórica da perda*, sobretudo devido às ameaças derivadas da forte especulação imobiliária.

Na realidade, a ideia do tombamento de Brasília surge logo após sua inauguração, conforme correspondência do então presidente Juscelino Kubitschek direcionada a Rodrigo de Melo Franco de Andrade, então presidente do SPHAN:

> Rodrigo, a única defesa para Brasília está na preservação do seu Plano Piloto. Pensei que o tombamento do mesmo podia constituir elemento seguro, superior à lei que está no Congresso[41] e sobre cuja aprovação tenho dúvidas. Peço-lhe a fineza de estudar esta possibilidade ainda que forçando um pouco a interpretação do patrimônio. Considero indispensável uma barreira às arremetidas demolidoras que já se anunciam vigorosas. (grifo nosso) [42]

A proposta era que o tombamento do Plano Piloto funcionasse como uma espécie de barreira às pressões que já incidiam sobre Brasília desde sua implantação. Além disso, a preservação

[41] Refere-se provavelmente à Lei Santiago Dantas (Lei Federal nº. 3751 de 13 de abril de 1960).
[42] Carta de JK, datada de 15/06/1960 In: RIBEIRO, 2005, p.105.

da cidade modernista funcionaria como uma espécie de garantia para que o projeto fosse concretizado tal como foi concebido por Lucio Costa. Nesta carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade, JK demonstra ainda uma preocupação quanto à "interpretação do patrimônio" tendo em vista a temporalidade do bem e a condição de cidade recém-inaugurada, pois ainda havia setores em vias de construção e/ou em processo de complementação.

De fato, os processos de reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural foram conduzidos por diferentes atores e interesses políticos, entretanto, na prática, resultaram em normativas baseadas nas mesmas definições e diretrizes vinculadas à ideia das *escalas urbanísticas* conceituadas e configuradas em textos e croquis do próprio Lucio Costa enquanto autor da cidade.

Ao exaltar o Plano Piloto como *cidade-monumento* e não incorporar os processos de uso e ocupação que já interferiam na dinâmica urbana da cidade, entretanto, o tombamento federal acaba por produzir o mesmo efeito do Decreto distrital. De fato, enquanto mecanismos de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília como patrimônio cultural, as legislações de proteção federal e distrital apresentam fundamentalmente os mesmos parâmetros, pautados na concepção das *escalas* do Plano Piloto. Nesse sentido cabe destacar o posicionamento de Lucio Costa em carta[43] endereçada a Ítalo Campofiorito:

> Para mim, como urbanista da cidade, importa o seguinte:
>
> 1º Respeitar as quatro escalas que presidiram a própria concepção da cidade: a simbólica e coletiva, ou Monumental; a doméstica, ou Residencial; a de convívio, ou Gregária; e a de lazer, ou Bucólica, através da manutenção dos gabaritos e taxas de ocupação que as definem.

No documento "Brasília revisitada, 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana", constante do Anexo I do Decreto nº.10.829/1987 e da Portaria nº.314/1992, Lucio Costa enfatiza a importância da *volumetria paisagística na interação das quatro escalas urbanas da cidade*, assim descritas pelo autor do Plano Piloto:

> A escala monumental comanda o eixo retilíneo – Eixo Monumental – e foi introduzida através da aplicação da "técnica milenar dos terraplenos" (Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios), da disposição disciplinada porém rica das massas edificadas, das referências verticais do Congresso Nacional e da Torre de Televisão e do canteiro central gramado e livre da ocupação que atravessa a cidade do nascente ao poente.
>
> As superquadras residenciais, intercaladas pelas entrequadras (comércio local, recreio, equipamentos de uso comum), se sucedem, regular e linearmente dispostas ao longo dos 6 km de cada ramo do eixo arqueado – Eixo Rodoviário-Residencial. A escala definida por esta sequência entrosa-se com a escala monumental não apenas pelo gabarito das edificações como pela definição geométrica do território de cada

[43] Carta datada de 01/01/1990 de autoria de Lucio Costa dirigida para Ítalo Campofiorito (Presidente da FNPM); documento constante do Processo nº. 1305-T-90.

> quadra através da arborização densa da faixa verde que a delimita e lhe confere cunho de "pátio interno" urbano.
>
> A escala gregária surge, logicamente, em torno da interseção dos dois eixos, a plataforma rodoviária, elemento de vital importância na concepção da cidade e que se tornou, além do mais, o ponto de ligação de Brasília com as cidades satélites. No centro urbano, a densidade de ocupação se previu maior e os gabaritos mais altos, à exceção dos dois Setores de Diversões.
>
> E a intervenção da escala bucólica no ritmo e na harmonia dos espaços urbanos se faz sentir na passagem, sem transição, do ocupado para o não-ocupado – em lugar de muralhas, a cidade se propôs delimitada por áreas livres arborizadas. (COSTA, Lucio in: LEITÃO, 2009, p. 70-71)

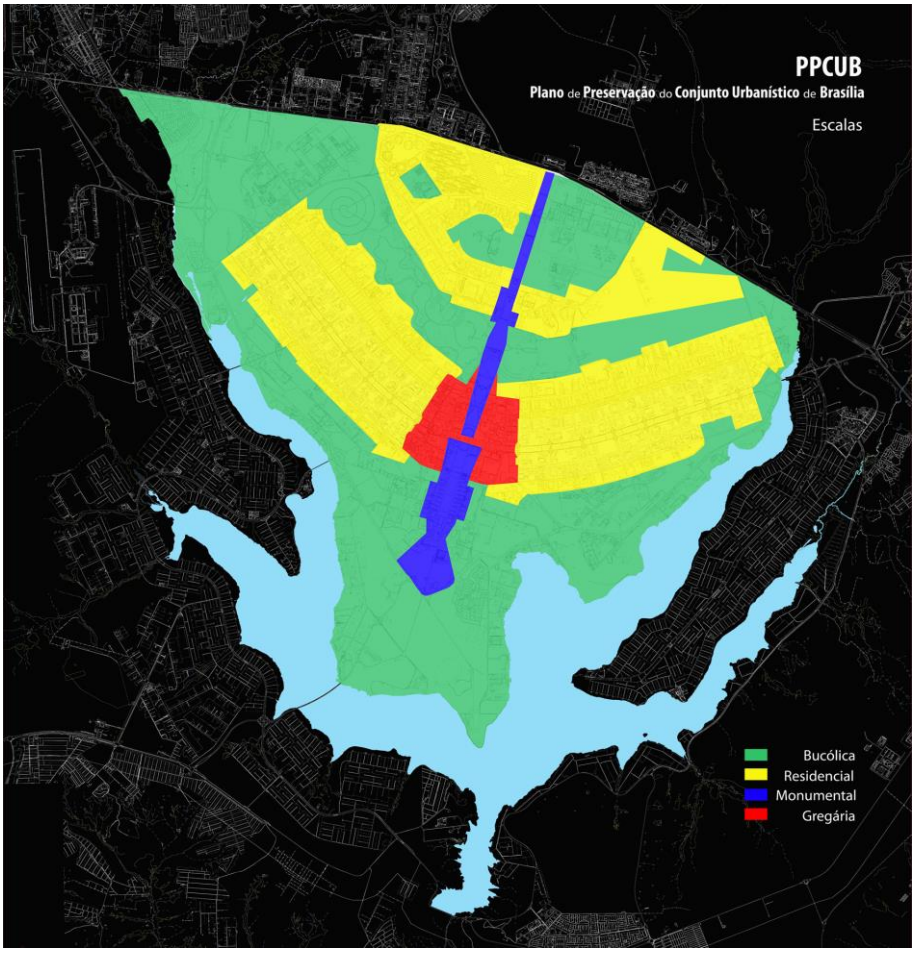


Figura 11: Mapa de escalas predominantes.
Fonte: IPHAN[44], 2013.

O tombamento urbanístico de Brasília, portanto, não impede a inserção de novas construções na cidade, apenas delimita parâmetros relacionados à conservação das características de cada setor, enfatizando alguns limites construtivos como, por exemplo, a manutenção do gabarito de seis pavimentos na escala residencial das superquadras do Plano Piloto, bem como a manutenção da ampla permeabilidade visual e livre circulação de pedestres na área dos pilotis residenciais. Assim, a Portaria nº.314/1992 do IPHAN (Anexo 02) impõe restrições com base em critérios essencialmente urbanísticos de volumetria, uso e gabarito para as construções do

[44] Mapa elaborado pelo Grupo de Trabalho de Revisão do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), gentilmente cedido por Anna Finger do IPHAN-Sede.

Plano Piloto, considerando a preservação das escalas configuradas por Lucio Costa em seu projeto para a capital federal.

Em entrevista, Ítalo Campofiorito explica que concebeu a ideia das escalas visando assegurar a relação existente entre elementos, como numa partitura, conforme transcrevemos:

> Eu fiquei pensando em música, em partitura, pois se fossemos tombar a 5ª Sinfonia de Beethoven, não estaríamos tombando necessariamente a maneira de tocar a 5ª Sinfonia de Beethoven, teríamos que tombar os movimentos ou os andamentos. O primeiro andamento é um *allegro*, o segundo andamento é um *addagio*...então eu posso tombar a partitura e os andamentos mas depois cada maestro irá tocar diferente. Não pode começar a tocar a Valsa de Strauss, tem que tocar a 5ª Sinfonia de Beethoven, mas Deus sabe que eles variam muito né? Graças a Deus! Quer dizer que felizmente as coisas não são necessariamente engessáveis. Se você conseguir tombar a relação entre elas...e foi aí que eu cheguei na ideia de escala. [45]

A cidade seria preservada, portanto, a partir da manutenção das relações urbanísticas entre os setores, tal como foram pensadas no projeto do Plano Piloto, a fim de garantir o desenho original entre as áreas construídas (cheios) e não construídas (vazios). A preocupação, portanto, é fundamentalmente urbanística visando assegurar a preservação do Plano Piloto enquanto concepção urbana. No entanto, o *caráter urbanístico do tombamento* de Brasília em meio à diversidade de intervenções arquitetônicas, urbanas e paisagísticas gera uma série de dificuldades frente à gestão da área tombada, sobretudo em função da falta de articulação institucional e da insuficiência de ações de educação patrimonial. As intervenções diárias no conjunto construído podem ser observadas em diversas descaracterizações derivadas de relativa incompreensão do conceito de escalas urbanísticas. Além disso, a ausência de um plano diretor para o Distrito Federal e uma lei de uso e do solo mais detalhada contribui para enfatizar as lacunas e desarticulação existentes na legislação vigente.

Uma das principais lacunas da legislação patrimonial vigente é o detalhamento insuficiente para o tratamento das áreas da escala bucólica que entremeia as demais escalas do Plano Piloto. A manutenção da escala bucólica, configurada nas áreas verdes, livres e públicas, "contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstos para edificação e destinadas à preservação paisagísticas e ao lazer" (Artigo 8º da Portaria nº.314/1992), assegura a leitura da paisagem urbana de Brasília, marcada pela horizontalidade das edificações em meio ao relevo natural que permite contemplar a vista desimpedida da Bacia do Paranoá. Esta permeabilidade visual deriva da concepção do Plano Piloto que levou em consideração os condicionantes geográficos e morfológicos da Bacia do Paranoá na composição paisagística da cidade, conforme explica Lucio Costa:

[45] Entrevista concedida a Alba Bispo, realizada em 25/09/2012, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), Niterói/RJ.

> 1. Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz.
>
> 2. Procurou-se depois a adaptação à topografia local, ao escoamento natural das águas, à melhor orientação, arqueando-se um dos eixos a fim de contê-lo no triângulo equilátero que define a área urbanizada. (COSTA, 1957 In: LEITÃO, 2009)

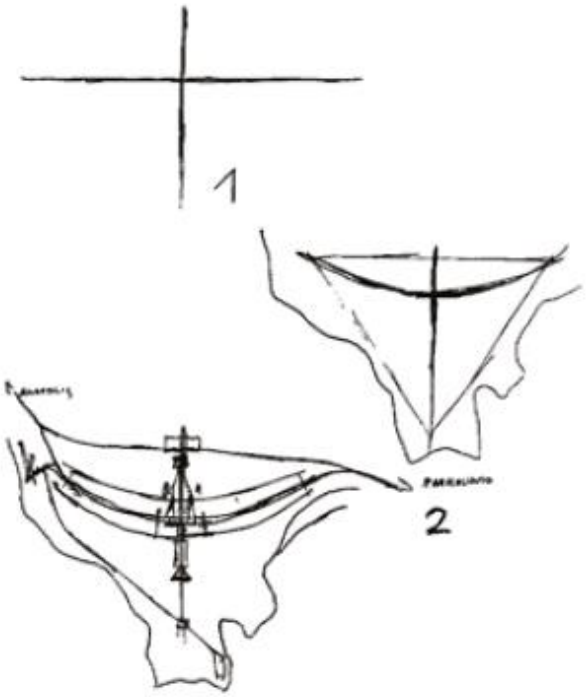


Figura 12: Croquis 1 e 2 de da concepção de Brasília.
Fonte: COSTA, 1957. In: LEITÃO, 2009, p. 243.

Embora tenha sido um elemento significativo no processo de concepção e implantação da cidade, o Lago Paranoá não foi incluído na área tombada, o que favorece sua ocupação por apart-hotéis, píeres e deques, bem como um forte processo de especulação imobiliária e privatização das áreas adjacentes à poligonal, reforçado principalmente pelo histórico fundiário de loteamento privado da orla que não levou em consideração o livre acesso público imaginado por Lucio Costa.

A ampla acessibilidade à orla do Lago Paranoá atualmente encontra-se prejudicada pela ausência de transporte público adequado e pela ação imobiliária, que tem promovido uma ocupação de condomínios de hotéis-residência, principalmente pela iniciativa privada, contrapondo-se ao caráter bucólico idealizado por Lucio Costa. Um exemplo disso é a implantação desses hotéis no setor de hotéis de turismo norte próximo ao Palácio da Alvorada que, na prática, funcionam como residências permanentes. Além disso, a questão da visibilidade do horizonte também tem sido ameaçada por processos de verticalização em áreas adjacentes à linha de cumeada da Bacia do Paranoá, fora dos limites da área tombada.

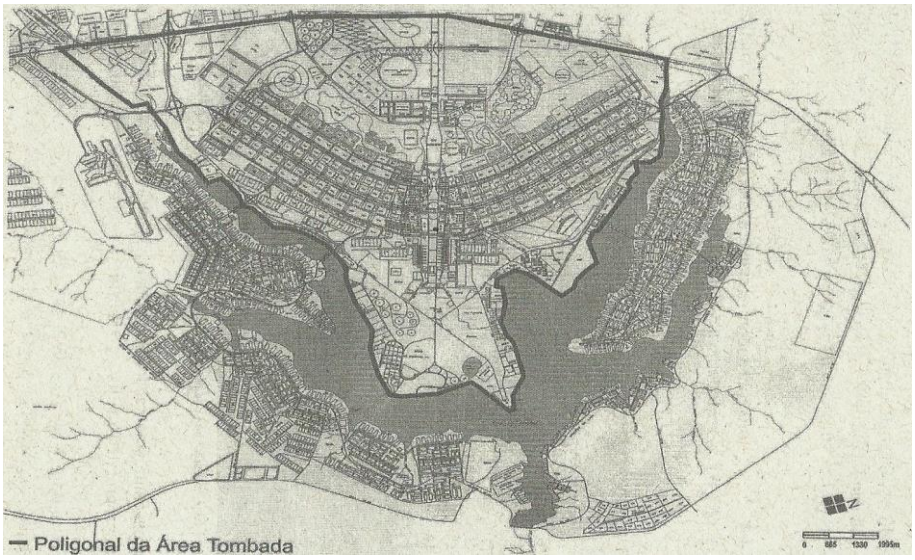


Figura 13: Poligonal da área tombada de Brasília.
Fonte: RIBEIRO, 2005, p.109.

No caso da escala gregária, configurada nos setores centrais do Plano Piloto, os principais desafios implicam em respostas à excessiva setorização de usos, à baixa qualidade de mobilidade urbana e à definição de cotas máximas de coroamento dos edifícios de cada setor. Nos setores centrais de Brasília cabe destacar que as edificações do "miolo" são mais altas que as das extremidades, procurando evitar a uniformidade de gabaritos desejada por Lucio Costa sem, entretanto, "ultrapassar a cota máxima de 65 metros" (Artigo 7º da Portaria nº.314/1992).



Figura 14: Setores centrais com edificações altas (centro) e gabarito uniforme das superquadras (direita).
Foto: Alba Bispo, 2011.

Além dessas questões, pressões para a reprodução do tipo de ocupação dos setores centrais em setores vizinhos tornaram-se importantes em 2011, incluídas no pacote de intervenções da Copa do Mundo para o entorno do Estádio Nacional de Brasília. O antigo estádio, localizado na encruzilhada das escalas monumental, gregária e residencial, cedeu lugar a um equipamento de grande porte para 70.000 espectadores, estando atualmente em fase de finalização das obras. Justificado por uma suposta necessidade de aumento dos leitos hoteleiros na cidade para atender ao grande evento, o GDF manifestou intenção de utilizar o espaço destinado à quadra não construída do Setor de Grandes Áreas Norte 901 – cuja altura

máxima prevista era cerca de três pavimentos - para a construção de edifícios de uso misto de 46 metros de altura. A celeuma frente à insistência do poder local conduziu a uma forte mobilização por parte da sociedade civil e órgãos como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e também o ICOMOS, para o impedimento do projeto que foi desautorizado por parte do IPHAN. Sobre esta questão, Jayme Zettel destaca a urgência da clareza na compreensão das escalas:

> Essa conceituação das escalas é fundamental. Eu acho que agora, por exemplo, tem essa polêmica da quadra 901, ou seja, estão tentando forçar a barra, mas acho que não vão conseguir por conta do decreto de preservação. Porque eles vão colocar na 901 possivelmente uma coisa mais baixa, mas não as coisas que eles estão querendo colocar, porque aí você afetaria o tombamento.[46]

Em relação à manutenção da Escala Monumental, um dos principais desafios é a preservação da relação dos espaços livres com as obras tombadas, sobretudo em atenção à criação e ocupação de setores da administração federal, onde se encontram uma série de instituições públicas situadas em terrenos adjacentes à Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes, tendo em vista a interferência direta na ambiência e visibilidade destes bens. Esta questão precisa ser discutida considerando inclusive a indefinição das poligonais de tombamento das obras de autoria de Oscar Niemeyer - tombadas provisoriamente desde 2007, através do Processo de Tombamento 1550-T-07. A indefinição dos perímetros tombados das obras de Oscar Niemeyer[47] que compõem a Escala Monumental e a insuficiência de normas específicas para as áreas de entorno imediato destas obras contribuem para a vulnerabilidade frente às pressões de ocupação nesses espaços livres, sobretudo advindas da expansão da administração pública.

No caso da construção do Anexo I do Palácio do Supremo Tribunal Federal (STF) projetado por Oscar Niemeyer, por exemplo, o arquiteto preocupou-se em construir um bloco discreto, de gabarito inferior ao Palácio, com brises esverdeados, apresentando-se quase despercebido em meio à vegetação, sobretudo tendo em vista a proximidade com a Praça dos Três Poderes. Já no Anexo II do STF, também projetado por Oscar Niemeyer já depois do tombamento da cidade, a nova construção destaca-se em gabarito e volume, sendo maior que o próprio Palácio do STF e interferindo na percepção do conjunto monumental da Praça dos Três Poderes.

[46] Entrevista concedida a Alba Bispo, realizada em 21/09/2012, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema.
[47] Em 2007, uma série de obras de autoria de Oscar Niemeyer foram tombadas provisoriamente pelo IPHAN através do Processo nº. 1550-T-07.



Figura 15: Vista do Palácio do STF, Anexo 01 e Anexo 02 (da direita para esquerda).
Fonte: Google Street View, Ago. 2011.

Das características essenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília cabe ressaltar o gabarito uniforme e o caráter aberto, livre e público dos pilotis (área térrea das projeções), marcado pela fluidez e permeabilidade espacial entre os pilotis dos blocos residenciais e áreas livres adjacentes. “Em outras cidades o espaço público é resultante do parcelamento dos lotes – é o que restou. Aqui é exatamente ao contrário, o espaço privado é condicionado pela paisagem pública. O público envolve e desenha o privado”, conforme destaca BARRETO e RIBAS (2005).

> A escala residencial, com a proposta inovadora da superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras. (COSTA, 1985-1987 In: LEITÃO, 2009, p.71)



Figura 16: Continuidade espacial dos pilotis (SQS 308).
Foto: Eduardo Rossetti. Fonte: ROSSETTI, 2012, p.114.



Figura 17: Área aberta, livre e pública dos pilotis (SQS 107).
Fonte: FERREIRA, GOROVITZ, 2007, p.149.

Entretanto, mesmo após o tombamento, alterações nos pilotis e coberturas dos blocos residenciais das superquadras passaram a ser permitidas por leis específicas do GDF - Lei n.º 2.046/1998 e Lei n.º 2.325/1999 que estabelecem “normas de edificação para aproveitamento da cobertura e dos pilotis dos prédios residenciais edificados no Distrito Federal", permitindo uma ocupação total de até 40% da área de projeção do bloco com acréscimos de áreas privativas no espaço dos pilotis, que é de uso publico. Atualmente, as superquadras atravessam um constante processo de ocupação na área livre dos pilotis e coberturas, permitidas legalmente pelo GDF, mas que conflitam com o tombamento.

> Em relação ao programa arquitetônico original, de modo geral, a maioria dos blocos sofreu diversas modificações, sobretudo em resposta a novas solicitações dos condomínios, de modo que novos volumes na área de pilotis e coberturas foram construídas para abrigar todo o tipo de demandas: guarita, bicicletário, casa de máquinas, depósitos, salão de festa, hall de espera, sala de reunião, garagens, jardineiras, varandas dentre outros usos que podem ser observados. (GIANNECCHINI, BISPO, PERPÉTUO, 2013)

Em muitos blocos é possível observar o comprometimento da mobilidade pedonal e da permeabilidade visual entre espaços públicos e pilotis dos blocos com a instalação de barreiras de circulação, tais como grades, jardineiras, cercas vivas, somente permitidas em caso de desníveis.



Figura 18: Permeabilidade dos pilotis dos blocos residenciais.
Fonte: IPHAN, 2009, p.104.

Do mesmo modo, a arquitetura dos blocos residenciais atravessa forte pressão para alteração de suas características modernistas, com substituição dos materiais e acabamentos das fachadas, absorvidas pela lógica dos modismos contemporâneos dissimulados em projetos de revitalização. Esses tipos de alterações já chamavam a atenção de Lucio Costa, preocupado com a preservação das características essenciais de Brasília:

> Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento de gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que, reputando "ultrapassados" os princípios que informaram a concepção da nova capital e a sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam também de romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos, gostariam de jogar com alturas diferentes nas superquadras, aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências agora em voga pelo mundo; - gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa. (COSTA, 1995, p. 323) [48]

Diante do exposto é possível concluir que o conjunto de lacunas apontadas contribui para a ocorrência de deturpações em todas as escalas que interferem na legibilidade dos elementos característicos do Plano Piloto, do ponto de vista do uso dos espaços, da estética da identidade visual moderna da cidade, das formas plásticas e dos aspectos tipológicos. Cabe destacar que a Portaria nº.314/1992 particulariza a preservação de alguns bens arquitetônicos, como por exemplo, o Palácio do Planalto, o Superior Tribunal Federal, o Congresso Nacional, o Palácio da Justiça, Palácio do Itamaraty, os Blocos Ministeriais, a Catedral Metropolitana, a Plataforma Rodoviária do Plano Piloto e o conjunto da Praça dos Três Poderes. Deste modo, além de agregar mais valor cultural aos bens imóveis, o processo de tombamento das obras de

[48] Grifo nosso.

Oscar Niemeyer em Brasília apresenta outros desafios de preservação, não mais sobre uma ótica de conjunto, mas numa escala mais particular, pois enfrenta a questão da conservação de cada obra moderna isoladamente. Entretanto, como veremos, os problemas de conservação aparecem muito diluídos no processo de tombamento, de modo que não são discutidos parâmetros claros quanto aos preceitos de intervenção a serem adotados para a conservação dos objetos arquitetônicos modernos, seja enquanto bens integrantes da área tombada ou como bens isolados.

2.2 Obras de Oscar Niemeyer em Brasília como patrimônio cultural (2007-2013)

Este item pretende apresentar como tem se desenvolvido o processo de reconhecimento e proteção das obras de Oscar Niemeyer como patrimônio cultural brasileiro, especialmente quanto à preservação e conservação dos bens tombados provisoriamente em Brasília, partindo da análise do Processo de Tombamento nº.1550-T-07. Afinal, quais seriam as motivações para tombar estes edifícios se eles já eram tombados e particularizados pela Portaria nº.314/1992 enquanto parte integrante do conjunto urbanístico de Brasília? Aparentemente, este tombamento não decorre de nenhuma ameaça eminente tendo em vista que a argumentação de valoração não recorre à "retórica da perda" e, talvez por isso, as discussões documentadas no estado de conservação destes bens quanto à integridade e à autenticidade. Na prática, como veremos, este tombamento reverencia o centenário de Oscar Niemeyer, funcionando como um "tombamento-homenagem" ou um "selo comemorativo" enquanto reconhecimento da importância de algumas obras de autoria do arquiteto, elencadas a partir de uma prévia seleção.

Primeiramente, cabe esclarecer que o Processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico de Oscar Niemeyer (nº.1550-T-07) iniciou-se a partir de uma carta do referido arquiteto ao então Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira, solicitando tombamento de uma lista de obras de sua autoria, situadas em vários estados do país. Tendo em vista a extensão interestadual do tombamento, coube a cada Superintendência Regional do IPHAN organizar dados básicos sobre obras do arquiteto a serem tombadas.

Sendo assim, a Superintendência do IPHAN no Distrito Federal ficou responsável por elaborar um rápido levantamento de informações essenciais para instrução de processo de tombamento de um conjunto de obras na capital federal, considerando o aniversário de 100

anos do arquiteto como data ideal para finalização e inscrição no livro de tombo. Nesse sentido, o IPHAN/DF indicou para inventário uma série de edifícios que formasse um conjunto expressivo da obra do referido arquiteto em Brasília e fosse factível de tombamento em curto prazo, assim descritos no Memorando nº.59 de 21/06/2007 constante do Processo de Tombamento nº.1550-T-07:

> 1. Edifícios a serem inventariados:
>
> 1.1 Conjunto Arquitetônico da Praça dos Três Poderes (Congresso Nacional, Superior Tribunal Federal, Palácio do Planalto, Panteão da Pátria, Casa de Chá, Espaço Lucio Costa);
>
> 1.2 Esplanada dos Ministérios, e Setores Culturais (conjunto dos Blocos Ministeriais, Cúria Metropolitana, Teatro Nacional incluindo os painéis de Athos Bulcão, Museu da República, Biblioteca da República);
>
> 1.3 Palácio da Justiça (Ministério da Justiça), Itamaraty, Touring Club do Brasil, Palácio Alvorada;
>
> 1.4 Igrejinha Nossa Senhora de Fátima.

Além dos bens indicados pelo IPHAN/DF para inventário, na lista elaborada por Oscar Niemeyer constam as seguintes obras: Quartel-General do Exército, Residência do Vice-Presidente da República (Palácio do Jaburu), Memorial JK, Museu do Índio, Casa do Teatro Amador, Espaço Oscar Niemeyer (após acréscimos projetados), Memorial Israel Pinheiro (após conclusão da obra), Museu da Fundação de Brasília e Pombal. No Processo de Tombamento nº.1550-T-07 constam todos os bens supracitados, sugeridos pelo IPHAN/DF e/ou por Oscar Niemeyer, além do Complexo Cultural Funarte, incluindo Sala Funarte Cássia Eller, Teatro Plínio Marcos, as Galerias Fayga Ostrower e Marquise, que também foram incorporados ao processo, assim como os anexos dos blocos ministeriais e dos palácios.



Figura 19: Mapa geral das obras de Niemeyer em Brasília propostas para tombamento.
Fonte: Google maps. In: Processo nº.1550-T-07.

A solicitação de tombamento para este conjunto de obras de autoria de Oscar Niemeyer foi acatada sem muitas restrições, tendo em vista o caráter público e/ou institucional das obras listadas e, sobretudo, devido à significância das obras do referido arquiteto em Brasília. Entretanto, no caso do edifício do Touring Club do Brasil, cuja propriedade é particular, seguiu-se um processo de impugnação[49], contrário ao tombamento provisório do imóvel.

A alegação desenvolvida pela proprietária responsável pelo prédio do antigo Touring Club do Brasil, a empresa Global Distribuidora de Combustíveis Ltda., estava pautada na argumentação de que edifício não merecia o tombamento devido ao estado de degradação urbanística do prédio, da perda das características arquitetônicas iniciais e da descaracterização do projeto original. Conforme as argumentações apresentadas, tal situação apresentava-se em decorrência dos inúmeros usos atravessados pelo edifício e uma série de patologias que comprometeriam sua preservação, dentre outros problemas que seriam derivados da omissão do poder público em relação à conservação do edifício durante os últimos 40 anos. Além disso, o proprietário alegava que a edificação não constava na lista de obras que Oscar Niemeyer requeria para tombamento.



Figura 20: Prédio do Touring Club.
Foto: Alithea Correa (Mar. 2007) Fonte: Processo nº.1305-T-90.

A respeito das questões contrárias ao tombamento do edifício do Touring Club, antes da solicitação de tombamento o IPHAN havia iniciado um estudo referente à viabilidade de

[49] Ao proprietário do imóvel cabe recurso a ser interposto, contrário ao tombamento, conforme previsto no Decreto-Lei nº 25/1937, o IPHAN "notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação".

recuperação e de novos usos para o prédio do antigo Touring Club do Brasil, conforme explica o Parecer nº.078/2009, constante do Processo de Tombamento nº.1550-T-07:

> O levantamento demonstrou ainda pequenas intervenções e acréscimos, tais como divisórias e instalações provisórias, no entanto, tais elementos são passiveis de serem removidos sem ocasionar em danos e descaracterização do prédio. Nesse sentido a falta de manutenção no prédio e as eventuais intervenções nele ocorridas não inviabilizam a avaliação pelo IPHAN de que se trata de uma obra arquitetônica relevante e de interesse à preservação. Desta forma, no entendimento do IPHAN é de que deverá se promovida a restauração do bem tombado provisoriamente, visando sua conservação física de acordo com concepção original e promovendo novos usos que o reintegre no tecido urbano o qual este está inserido, ressaltando sua localização estratégica.

Além disso, segundo as análises contidas no Memorando nº.302/10 GAB/DEPAM, constante do Processo de Tombamento nº.1550-T-07, a degradação do edifício do Touring Club não foi de ordem urbanística e sim, parcial e superficial, decorrente de destinação inadequada, ressaltando que "os usos originais da edificação eram serviços e mirante". No Memorando é esclarecido ainda que patologias como "infiltrações e escaras no concreto, são as menos preocupantes, pois que perfeitamente sanáveis em intervenção rápida de conservação". Do mesmo modo, o Parecer nº.078/2009 conclui que:

> [...] o estado de conservação deste bem não é fator para questionamento da validade do instrumento do tombamento já que não houve perdas significativas que resultasse em descaracterização permanente, permanecendo a leitura original do projeto modernista do arquiteto Oscar Niemeyer.

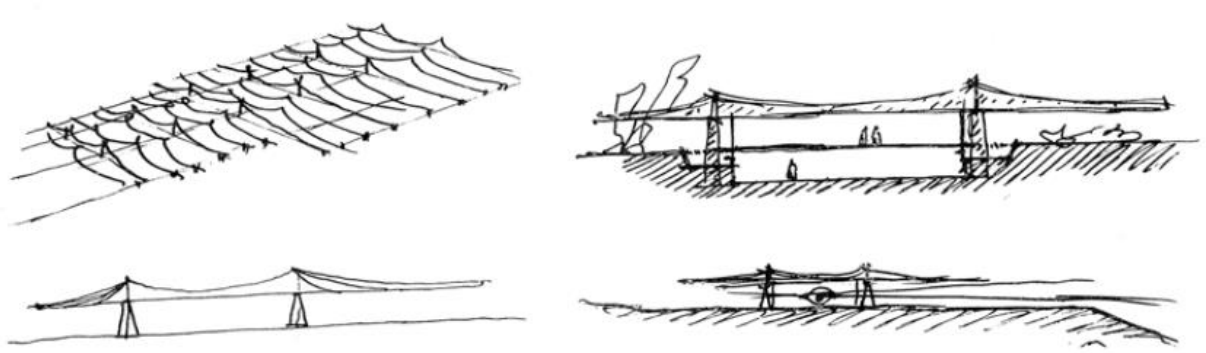


Figura 21: Croquis de Niemeyer para o edifício do Touring Club.
Fonte: Processo nº.1305-T-90.

Deste modo, após os esclarecimentos do IPHAN em relação às divergências entre as listas e as questões contrárias ao tombamento, o Processo de Tombamento nº.1550-T-07 segue para julgamento do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Na instrução[50] do Processo consta um parecer do antropólogo Giorge Bessoni do IPHAN/DF que apresenta um contexto histórico das obras de Niemeyer em Brasília e um estudo do professor Matheus Gorovitz da

[50] Não consta na documentação do Processo de Tombamento nº. 1550-T-07 alguns dos documentos que compõem a instrução de tombamento, citados pelo Conselheiro Relator: um ensaio do arquiteto e antropólogo Lauro Cavalcanti que é autor de diversos livros sobre o movimento moderno no Brasil; um parecer do Procurador Federal Antônio Leal Neri; a análise da arquiteta Maria Regina Weissheimer do DEPAM.

UnB sobre o valor estético da obra de Oscar Niemeyer em Brasília. Na ata da reunião do Conselho Consultivo ocorrida em 06/12/2007 o Conselheiro Relator Nestor Goulart Reis aponta os livros de tombo nos quais os bens serão inscritos e destaca que não pretende apresentar uma avaliação estética de uma obra de arte já consagrada, conforme subscrevemos:

> O processo contou com uma análise da Arquiteta do DEPAM[51], Maria Regina Weissheimer, que se manifestou favoravelmente ao tombamento do conjunto da obra de Oscar Niemeyer em Brasília, com inscrição no Livro de Tombo de Belas Artes e alguns no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. (...) Nosso ponto de partida deve portanto ser, necessariamente, o da identificação da excepcionalidade, entre o excepcional. As obras de Oscar Niemeyer foram e continuam a ser avaliadas, há muitas décadas, em conjunto e em detalhes por diferentes autores, em livros e artigos, em quase todas as línguas. Não teria sentido portanto pretendermos apresentar aqui uma avaliação estética de uma obra de arte já consagrada no país e no exterior, através de prêmios numerosos e avaliações competentes, correndo o risco de repetir desnecessariamente comentários já feitos sobretudo nos últimos meses, em decorrência das comemorações de passagem do centésimo aniversário do Arquiteto.[52]

O parecer de Nestor Goulart discorre sobre o valor das obras de Oscar Niemeyer justificando-se sob os critérios de ”excepcionalidade no quadro da arquitetura brasileira” e “excepcionalidade em âmbito internacional”:

> Nossas observações têm como objetivo mostrar o papel fundamental da obra de Oscar Niemeyer na construção da identidade de arquitetura moderna brasileira, de sua especificidade, no quadro da arquitetura mundial. (...) Por diversos motivos, a obra de Oscar Niemeyer é excepcional no cenário brasileiro. Trata-se do arquiteto que recebeu os mais importantes prêmios no Brasil e no exterior. (...) Trata-se do mais importante conjunto de obras do Movimento Moderno no Brasil. Oscar Niemeyer esteve na origem do processo de reorientação da arquitetura brasileira, conferindo-lhe características especiais. (...) Sua obra é indiscutivelmente excepcional, por ser inovadora em relação algumas questões centrais, referentes à renovação do Movimento Moderno. Em primeiro lugar, pela mudança nas razões das formas na arquitetura, com o uso do concreto armado.[53]

Nas “conclusões sobre o Tombamento” o conselheiro relator destaca que para as obras de Brasília o processo refere-se ao registro no Livro de Tombo de Belas Artes, diferentemente do processo de tombamento de Brasília inscrito no Livro do Tombo Histórico:

> Em primeiro lugar é preciso deixar consignado que, para as obras de Brasília, este processo refere-se especificamente ao registro no Livro de Tombo de Belas Artes. Em 1990 foi realizado um tombamento com registro no Livro do Tombo Histórico, complementando a Portaria 314/92 nos termos do parecer do Conselheiro Ítalo Campofiorito, cuja cópia segue anexa. Trata-se de um parecer inovador, que enfrentou com êxito os problemas de tombamento em escala urbanística. Sua finalidade foi preservar um conjunto de excepcional importância histórica, com sua escala e demais características do plano, no conjunto e em suas partes. Trata-se agora, portanto, do tombamento dos edifícios, por suas qualidades estéticas, com inscrição no livro de Belas Artes. (...) Considerando evidente o valor artístico dessas obras, nosso parecer é favorável: a) ao tombamento das obras cuja documentação foi

[51] Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.
[52] Parecer de Nestor Goulart Reis enquanto Conselheiro Relator do Processo de Tombamento nº 1550-T-07, constante na ata da reunião do Conselho Consultivo ocorrida em 06/12/2007.
[53] Op. Cit.

> anexada, nos termos da tabela apresentada pelo Procurador Federal; b) ao tombamento das demais obras listadas pelo arquiteto, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, Rio Grande do Norte e Minas Gerais (...). c) à realização de um levantamento do conjunto da obra do arquiteto, sob coordenação de um grupo de conselheiros, visando sua futura apreciação pelo Conselho Consultivo, tanto quanto sua divulgação com apoio do IPHAN. É o parecer.[54]

Por fim, após as argumentações do Parecer do Conselheiro Relator, a proposta de tombamento de bens representativos do conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer a que se refere o Processo nº.1550-T-07 foi votada e aprovada pelo Conselho Consultivo do IPHAN, conforme os termos da Ata da Reunião ocorrida em 06/12/2007:

> (...) ficaram aprovados, por unanimidade, o tombamento do **Conjunto das Obras de Oscar Niemeyer** instruídas[55] no Processo nº.1550-T-07 (01450.009775/2007-90): a indicação de tombamento, com caráter de urgência, das demais obras incluídas no pedido de tombamento encaminhado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer ao Ministro de Estado da Cultura, Gilberto Passos Gil Moreira; e a recomendação de que o IPHAN adote providências para a realização do inventário de toda a obra do Arquiteto, nos termos do parecer do Conselheiro Nestor Goulart Reis, ao qual ficou anexada a relação dos bens lida, a seu pedido, pelo Conselheiro Ítalo Campofiorito.

Na análise do Conselho Consultivo foram sugeridos outros bens de autoria de Oscar Niemeyer avaliados como significativos para serem tombados em oportunidade próxima, pois seria necessário desenvolver estudos mais aprofundados para efetuar adequada instrução do processo. Cabe destacar que a articulação do IPHAN em atenção ao pedido da solicitação de tombamento considerava como prazo o centenário de Niemeyer para concluir o tombamento de suas obras mais significativas, sendo uma espécie de "tombamento-homenagem" em tributo ao arquiteto. Conforme depoimento de Ítalo Campofiorito[56]:

> Eu e Nestor [Goulart Reis, Conselheiro-Relator do Processo] fizemos uma lista de 70 obras de Oscar para tombamento, mas nada impede que sejam mais do que 70, só que não temos que tombar todas as obras de Oscar Niemeyer: não se trata de obra sagrada, se trata de obra bonita, e em certos casos significativas historicamente. (...) O tombamento das obras do Oscar é uma homenagem que se faz a um arquiteto brasileiro que tem projeção em todo o mundo.
>
> Será um "tombamento clássico" do IPHAN: um tombamento isolado, de obras individuais, mas eu espero que seja feito com os devidos entornos. O Oscar estava muito preocupado com os espaços entre os prédios dele na Praça dos Três Poderes e no Caminho Niemeyer. Então quando há conjunto de obras do Oscar é especialmente diferente porque aí não é mais o bem individual e o seu entorno - é como diria aquele filósofo espanhol "eu sou eu e as minhas circunstâncias". Na Praça dos Três Poderes é preciso que nada mais se construa entre aqueles prédios, pois eles estão todos relacionados. (...) Nesses conjuntos como o Ibirapuera, o Memorial da América Latina, a Praça dos Três Poderes, o Setor de Diversões Sul e futuramente o Setor de Diversões Norte, não se trata somente do prédio, mas também de sua circunstância, entorno e vizinhança.

---

[54] Op. Cit.

[55] Apenas as obras de Brasília e a Casa das Canoas no Rio de Janeiro apresentavam documentação suficiente para instrução do tombamento, embora o processo de tombamento se destine a um conjunto de obras do arquiteto situadas em outros estados do território nacional.

[56] Entrevista concedida a Alba Bispo, realizada em 25/09/2012, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), Niterói/RJ.



Figura 22: Paisagem da Praça dos Três Poderes a partir do Congresso Nacional.
Foto: Silvio Cavalcanti (Década de 1980). Fonte: ArPDF In: Ficha-Síntese da Praça dos Três Poderes (Processo nº.1550-T-07).

Na reunião do Conselho Consultivo foram ponderadas questões relativas à definição de entorno[57] das obras listadas para tombamento. Do ponto de vista da instrução do tombamento, portanto, o processo permanece inconcluso tendo em vista que atribuiu valor artístico aos bens, mas não apresentou as poligonais de tombamento, bem como respectivos critérios para preservação do bem e de sua área de entorno. Em relação à definição de entorno para as obras de Oscar Niemeyer tombadas em Brasília, primeiramente, cabe distinguir alguns conceitos pertinentes à discussão do tema: *entorno, visibilidade, ambiência* e *perímetro tombado*.

O conceito de *entorno* de um imóvel tombado pode ser definido como:

> [...] a área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados, que é delimitada com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade, tanto do ponto de vista físico (distância, perspectiva, altura) quanto finalístico (harmonia, integração, ambiência). (CAMELO, 2010 in: DEPAM, 2011) [58]

Em relação à *visibilidade* do bem tombado, o Decreto Lei nº.25 de 1937, assinala em seu Artigo 18, que: "não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade". No caso de Brasília, considera-se necessário delimitar uma área de visibilidade que valorize o bem arquitetônico tombado, sobretudo considerando sua

[57] Cabe ressaltar que em Brasília, ao longo do tempo, o termo *entorno* passou a se referir às cidades situadas nos limites territoriais do Distrito Federal, correspondendo à Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar nº 94/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7469/2011 do GDF. Deste modo, cabe esclarecer que neste trabalho a palavra *entorno* não se refere aos núcleos habitacionais situados na RIDE.

[58] Parecer nº. 045/2010-PF/IPHAN/SEDE/GM, de 07 de outubro de 2010, assinado pela Procuradora Federal Dra. Genesia Marta Alves Camelo, constante no Processo Administrativo nº. 01450.011650/2010-25, fl.19. In: DEPAM, 2011.

implantação em relação à topografia e a escala urbana em particular, de modo que se permita apreender e perceber o bem tombado em amplas perspectivas, proporcionando visadas simultâneas, dinâmicas e diversificadas das obras. RABELLO (2009), esclarece que:

> Entende-se, hoje, que a finalidade do art. 18 do Decreto-lei 25/37 é a proteção da ambiência do bem tombado, que valorizará sua visão e sua compreensão no espaço urbano. Nesse sentido, não só os prédios reduzem a visibilidade da coisa, mas qualquer obra ou objeto que seja incompatível com uma vivência integrada com o bem tombado. O conceito de visibilidade, portanto, ampliou-se para o de ambiência, isto é, harmonia e integração do bem tombado à sua vizinhança, sem que exclua com isso a visibilidade literalmente dita. (RABELLO, 2009. In: DEPAM, 2011) [59]

O conceito de *ambiência*, portanto, se refere à ideia de vizinhança, ou seja, uma área que dialoga em consonância com o bem ou sítio tombado, sobretudo em relação aos aspectos artísticos, históricos, estéticos, plásticos, etc., pois tem interferência direta na visão e compreensão do objeto tombado. Assim, há interesse de preservação sobre esta área tendo em vista que ela auxilia a leitura e compreensão do contexto ou cenário no qual o bem tombado está inserido. Além disso, esta área de vizinhança assume uma função de amortecimento entre o objeto tombado e áreas dissonantes. Conforme explicita a Nota Técnica 001/2011/DEPAM, constante do Processo de Tombamento nº.1550-T-07:

> Após a edição do referido Decreto-Lei nº25/37 o conceito de "vizinhança" vem sendo ampliado, e atualmente pode ser entendido como equivalente à "ambiência". A área de entorno teria como função principal, portanto, preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a ele associados, funcionando como uma "área de amortecimento" entre ele e o restante da cidade.

Em relação à ambiência e visibilidade das obras situadas no Plano Piloto de Brasília, as especificações da Portaria nº.314/1992[60] estabelecem que:

> Art. 3º, item I. A Praça dos Três Poderes fica preservada como se encontra nesta data, no que diz respeito aos Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Federal, bem como aos elementos escultóricos que a complementam, inclusive o Panteão, a Pira, o Monumento ao Fogo Simbólico, construídos fora da praça, mas que se constituem parte integrante dela;
>
> Art. 3º, item II. Também ficam incluídas para preservação as sedes vizinhas dos Palácios Itamarati e da Justiça, referências integradas da Arquitetura de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes;
>
> Art. 3º, item III. Da mesma forma, serão incluídos na preservação os espaços não edificados adjacentes aos palácios e monumentos referidos, respeitada para o Espaço Lucio Costa e aprovação dada pelo CAUMA[61];
>
> Art. 3º, item IV. São também alcançados, para efeito de preservação, os espaços principais de entrada e acesso público nos Palácios mencionados nos itens I e II;

[59] RABELLO, Sônia. *O Estado Na Preservação De Bens Culturais – O Tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p.122-123. In: DEPAM, 2011.
[60] A Portaria nº. 314 de 1992 do IPHAN regulamenta o tombamento federal do Conjunto Urbanístico de Brasília, dispondo definições e critérios para manutenção do Plano Piloto, visando preservar as características essenciais da concepção urbana de Brasília, limitando-se ao *tombamento urbanístico do sítio*, inscrito no Livro de Tombo Histórico (Processo nº. 1305-T-90).
[61] Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente do Distrito Federal (CAUMA).

> Art. 3º, item V. nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental;
>
> [...] Parágrafo único - Nos terrenos contíguos à Esplanada dos Ministérios só serão admitidas as edificações necessárias à expansão dos serviços diretamente vinculados aos Ministérios do Governo Federal, não podendo ser ultrapassada a cota máxima do coroamento dos anexos existentes. (Grifos nossos)



Figura 23: Anexos (à esquerda) dos Ministérios (à direita).
Foto: Silvio Cavalcanti (Década de 1980). Fonte: Processo nº.1305-T-90.

Cabe esclarecer que *perímetro tombado* de um bem arquitetônico não corresponde exclusivamente aos limites construtivos do objeto tombado em si, mas também às áreas adjacentes e componentes do referido bem. Nesse sentido, em relação às áreas de entorno/ambiência e do perímetro do bem tombado, o Conselheiro Nestor Goulart Reis destaca na página 56 da Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural:

> Concluindo, para fechar os processos precisamos ter a definição dos perímetros das áreas tombadas, com o que está incluso, o que, neste caso, envolveria os mencionados espaços ao redor dos edifícios. É isso que está sendo proposto, porque faz parte do projeto como em outros tempos já foi mantido: os acessos, os percursos necessários para se chegar a esses espaços, que são espaços monumentais. Não tem sentido excluir do processo de tombamento esses espaços ao redor. Além da questão dos entornos, que são uma outra coisa, delimitação de áreas de controle para evitar construções, ou proibir demolições, estamos nos referindo ao perímetro do bem tombado, ao espaço ao redor do edifício.

No caso de Brasília, o problema não é apenas o entorno, mas o perímetro da coisa tombada, pois o tombamento urbanístico já garantiria a manutenção da ambiência e visibilidade dos objetos isoladamente. No Plano Piloto, como as áreas são públicas e os imóveis não estão localizados em terrenos ou lotes urbanisticamente definidos, mas sim em projeções, os edifícios teriam de ser associados às quadras nas quais estão localizados de modo a garantir uma área de entorno com limites de gabarito, usos e volumetria.

Conforme o documento intitulado “Adendo com especificações, para o parecer aprovado na última reunião do Conselho Consultivo”, constante no Processo de Tombamento nº.1550-T-07, os princípios indicados em relação à definição de entorno, ambiência e visibilidade para a lista de bens culturais a serem tombados no Distrito Federal são assim descritos:

> Na definição das ambiências e vizinhanças desses bens tombados, ficam considerados “non-edificandi” terrenos não ocupados da Praça, bem como de todo o canteiro central com a Esplanada dos Ministérios, em cujas sedes ficam protegidas as volumetrias dos edifícios, as esquadrias e marquises das fachadas leste, “brise-soleils” das fachadas oeste e o revestimento da cerâmica “gressite”. Em todas essas áreas ficam proibidas quaisquer construções mesmo de caráter temporário, sendo as áreas livres existentes espaços “non-edificandi”.



Figura 24: Vazios do entorno imediato dos bens tombados do Eixo Monumental Leste e Praça dos Três Poderes.
Foto: Joana França. Fonte: ROSSETTI, 2012, p.55.

A respeito dos espaços ditos “non-edificandi”, conforme descrito na página 53 da Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o Conselheiro Ítalo Campofiorito citando o caso do novo *Setor Cultural Sul do Eixo Monumental* declara:

> [...] quero transmitir aos Senhores Conselheiros a preocupação do arquiteto Oscar Niemeyer com os espaços – eu diria espaços plásticos, espaços públicos – entre os prédios tombados, bem como no entorno dos conjuntos, prevendo-se, nas respectivas inscrições, que serão considerados non aedificandi, proibindo-se, em quaisquer casos, instalações provisórias ou a título precário para feiras, circos, quiosques de informação ou serviços de alimentação, etc. Os espaços em questão são relações entre volumes, concebidos para a fruição popular e para o trânsito, o

> passeio e os encontros públicos. Como não pensar no MASP e no espaço coberto que a Lina Bo Bardi criou para ser assim, extraordinariamente bonito e vazio, e que volta e meia é descaracterizado pelas barraquinhas feias, de feio azul, ali apinhadas?

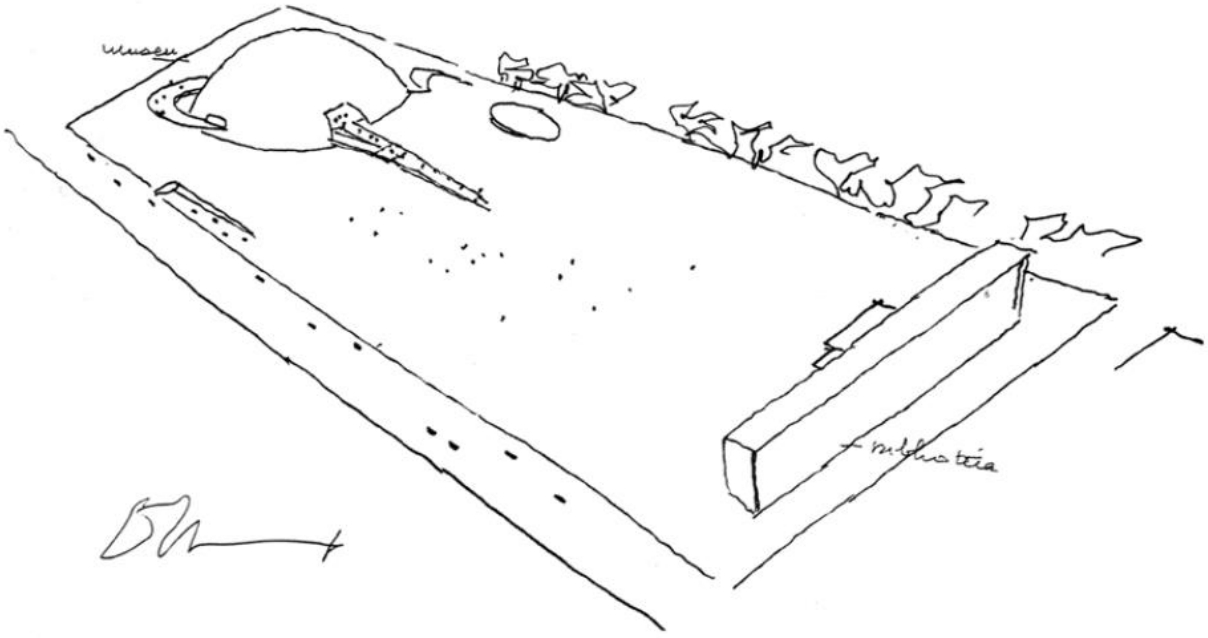


Figura 25: Croqui de Oscar Niemeyer para o conjunto do Setor Cultural Sul no qual se situam o Museu Nacional e a Biblioteca Nacional. Fonte: Processo de Tombamento nº.1550-T-07.

Já na página 60 da Ata da 55ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o Conselheiro Ítalo Campofiorito acrescenta:

> Parece que não esclareci, na primeira leitura, que os Ministérios não têm a mesma importância arquitetônica dos outros monumentos, mas que eles vão, certamente, ser considerados como são: entorno imediato do conjunto da *Praça dos Três Poderes* e da *Catedral*, e volumes integrantes da escala urbana monumental. Portanto, para evitar que se construam coisas entre eles, há mais esses espaços que contam, além dos volumes, cuidadosamente proporcionados à perspectiva do Congresso Nacional, à visão emblemática da nossa capital.

Esta relação de comunicação entre interior e exterior presente nas obras de Oscar Niemeyer reside num valor a ser sustentado pelas definições dos perímetros de tombamento e de entorno, de modo a garantir a articulação formal, plástica, estética, artística e, principalmente, espacial, considerando as escalas arquitetônicas, urbanas e paisagísticas. Conforme ARGAN:

> Um relacionamento livre entre o edifício e o entorno exclui a possibilidade de distinguir como valor a relação exterior e interior. Há continuidade entre natureza "natural" e natureza "artificial". É uma segunda natureza implantada na primeira, prolongando-a no movimento sempre mais livre das massas, na curvatura das superfícies, na articulação do edifício ao meio ambiente por rampas, terraços, pórticos, projeção ou recuo dos volumes, enfim, na configuração do entorno como parque ou jardim. (ARGAN, 1994, p. 102 In: Processo de Tombamento nº.1550-T-07, 2007, p. 14)[62]

[62] ARGAN, G.C. L'âge barroque. Genève: Skira, 1994.

Nesse sentido, cabe destacar o conceito de *espaço arquitetural*, conforme descreve Niemeyer:

> O espaço arquitetural é a própria arquitetura, e, para realizá-la, nele interferimos externa e internamente, integrando-a na paisagem e nos seus interiores, como duas coisas que nascem juntas e harmoniosamente se completam [...] O espaço arquitetural faz parte da arquitetura e da própria natureza, que também a envolve e limita. Entre duas montanhas ele está presente e nas suas formas se integra como um elemento de composição paisagística.[63]

Do mesmo modo, conforme explicita a Nota Técnica[64] do IPHAN/DF de 07/06/2010, em relação à arquitetura moderna cabe ressaltar que:

> De acordo com a história da arquitetura moderna — elaborada por autores como Giulio Carlo Argan, Sigfried Giedion e Bruno Zevi — o espaço arquitetônico moderno possui um caráter relacional. Ou seja, é um espaço que opera, se configura e se constrói através de relações: relações espaciais, relações de valores, relações de escalas, relações visuais, relações de materiais, relações de uso, relações simbólicas e relações edifício/cidade. Assim, uma obra de arquitetura moderna instaura os seus valores e atributos através destas relações. Este fato é, portanto, uma condição *sine qua non* para a correta compreensão da lógica intrínseca à concepção e à gênese de um projeto arquitetônico moderno. Tomar uma obra de arquitetura moderna como uma solução espacial estática e fixa a ser apreendida de um ponto de vista exclusivo é incongruente, portanto, à lógica que engendrou tal obra.

Apesar das preocupações explicitadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a *delimitação de poligonais de preservação e diretrizes para áreas de entorno, ambiência e visibilidade* para o conjunto de obras de Oscar Niemeyer tombadas em Brasília permanecem indefinidas até hoje. Além disso, uma série de exemplares localizados em todo Brasil têm sido inseridos no elenco de obras de Niemeyer a serem tombadas, contribuindo para que o Processo de Tombamento nº.1550-T-07 não se conclua. Vale ressaltar que no tombamento do conjunto das obras de autoria de Oscar Niemeyer em Brasília, selecionadas pelo Processo nº.1550-T-07, a ênfase da discussão é sobre o valor artístico destes bens e respectivos espaços circundantes, no entanto, não existe atualmente área de entorno regulamentada, ficando sob responsabilidade do IPHAN/DF delimitar posteriormente as poligonais para cada bem tombado, assim como respectivas diretrizes de intervenção.

A indefinição dos perímetros tombados e a ausência de normativa para o entorno contribuem para ressaltar as pressões imobiliárias de uso e ocupação sobre os espaços livres adjacentes às obras tombadas, sobretudo nos setores contínuos à área da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes especificamente. Considerando a relação dos espaços livres com as obras tombadas o desenvolvimento de estudos sobre o entorno e os perímetros tombados são imprescindíveis para a preservação da ambiência e visibilidade dos bens.

---

[63] Depoimento de Oscar Niemeyer registrado na Folha 12 do Processo de Tombamento nº. 1550-T-07.

[64] Nota Técnica elaborada pelo técnico Eduardo Pierrotti Rossetti, técnico da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, datada em 07/06/2010.

2.3 Reflexões sobre o duplo tombamento

O conjunto de obras de autoria de Oscar Niemeyer protegidas pelo Processo de Tombamento nº.1550-T-07 abarca uma lista de obras elencadas em todo país, cuja documentação ainda precisa ser organizada em inventários sistematizados, pois o levantamento das informações se processa de forma fragmentada, considerando a lógica de organização institucional que elabora o processo de acordo com a disponibilidade e os recursos de cada Superintendência do IPHAN. No caso do Distrito Federal, as informações básicas sobre o conjunto de bens elencados pelo Processo nº1550-T-07 foram reunidas de modo a viabilizar o tombamento das edificações mais expressivas da obra de Oscar Niemeyer em Brasília, embora os dados ainda estejam sendo detalhados e organizados em inventários de conhecimento que vêm sendo elaborados com a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) [65] desenvolvida pelo IPHAN.

Tendo em vista que o tombamento das obras de Oscar Niemeyer em Brasília ainda é provisório, é preciso ponderar se cada obra terá tombamento individual por constituírem monumentos singulares por si só (neste caso, cada bem seria inscrito individualmente nos livros de tombo), quais os limites do perímetro tombado e as diretrizes de entorno para cada objeto isoladamente, caso seja considerado que a incidência do tombamento urbanístico sobre o entorno imediato destas obras não é suficiente para garantir a manutenção da ambiência e visibilidade. Em meio à diversidade de intervenções arquitetônicas, urbanas e paisagísticas, o inconcluso processo gera uma série de desafios à gestão dos bens tombados e à conservação da arquitetura moderna enquanto patrimônio recente, dentre as quais se destaca a *ausência de diretrizes para intervenções em exemplares modernos*, especialmente em relação a obras de conservação e restauração, em meio a reformas, ampliações, instalações, revitalizações, agenciamentos, acessibilidade, paisagismo, etc. de bens imóveis e móveis integrados. No caso dos palácios do Eixo Monumental de Brasília, especificamente, é importante ponderar sobre critérios ou diretrizes de conservação que garantam a manutenção das características e atributos fundamentais desta arquitetura moderna, de modo a promover a preservação efetiva

[65] O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) é um instrumento que tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material. É constituído de um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e possui um conjunto de fichas estruturadas para a captura e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário.

dos valores atribuídos pelos processos de patrimonialização, especialmente os tombamentos enquanto marcos legais.

No caso do Plano Piloto de Brasília e das obras de autoria de Oscar Niemeyer, particularmente, pode-se dizer que a argumentação em favor do tombamento retoma, em parte, as retóricas ou os discursos de valorização do patrimônio moderno expostos no primeiro capítulo. O discurso de tombamento evoca a *retórica estética* e *a retórica de afirmação* da arquitetura moderna brasileira ao discutir o valor destes bens como obra de arte e valorizá-los como verdadeiros símbolos e monumentos nacionais. A adoção do tombamento enquanto instrumento de proteção para o Plano Piloto frente às pressões e especulações imobiliárias, bem como as novas demandas de uso e ocupação, respalda-se numa *retórica da perda* que contribuem para ressaltar os valores excepcionais do conjunto urbano de Brasília como artefato cultural.

De fato, embora apresente lacunas frente aos desafios vigentes, o tombamento urbanístico ainda assegura a preservação da cidade moderna e se configura como uma proteção patrimonial inovadora. Considerando as motivações do tombamento das obras de autoria de Oscar Niemeyer, que promove efetivamente uma homenagem no momento de seu centenário, o IPHAN reafirma a *retórica da consagração*, elencando um conjunto de exemplares de autoria do arquiteto sem, no entanto, demonstrar muita preocupação com os valores essenciais de cada obra em particular, bem como o estado de conservação no qual se encontram quanto à integridade, originalidade e autenticidade.

No processo de valoração destes bens, cabe destacar que o tombamento urbanístico preocupa-se em proteger relações do conjunto urbano na qual a manutenção dos espaços livres entre os edifícios são essenciais para compreensão das relações espaciais entre áreas livres e construídas, ou seja, limita-se a proteger o invólucro dos edifícios, especialmente elementos que compõe a volumetria, tais como a fachada e a coberta, considerando-os como bens integrantes do conjunto tombado. Já o chamado "tombamento isolado", procura identificar as particularidades do edifício para além do seu contexto urbano, enquanto objeto destacado por suas características e relações intrínsecas.

Vale pontuar que em função das mudanças administrativas e do crescimento da estrutura governamental, em 1979, foram projetados anexos padronizados para os blocos ministeriais. Cada bloco anexo é em concreto aparente e configura-se em formato de um "H", sendo ligado ao edifício sede através de uma passarela de concreto. Em atenção aos blocos padronizados dos Ministérios e à concepção do pavimento-tipo dos ministérios federais, o projeto do anexo

foi estandardizado em forma, gabarito e volumetria e sua implantação foi estudada de modo a não interferir negativamente na visibilidade e ambiência da Esplanada dos Ministérios.



Figura 26: Bloco ministerial padrão.
Foto: Alithea Corrêa. Fonte: Ficha-Síntese dos Blocos Ministeriais (Processo nº.1550-T-07).



Figura 27: Anexo ministerial padrão.
Fonte: Ficha-Síntese dos Blocos Ministeriais (Processo nº.1550-T-07).



Figura 28: Inserção discreta dos anexos junto aos ministérios.
Foto: Silvio Cavalcanti (Década de 1980). Fonte: Ficha-Síntese dos Blocos Ministeriais (Processo nº.1550-T-07).

Para além da preservação volumétrica, cabe ressaltar que as obras de arquitetura moderna situadas no Eixo Monumental de Brasília, inclusive os Palácios, atravessam um processo de *customização*[66] do espaço interno, resultante de subdivisões e crescimento do poder público, enquanto número de funcionários e atribuições da administração federal. Um dos exemplos mais ilustrativos desta dinâmica espacial marcada pela customização dos ambientes é o caso do Palácio da Justiça, cuja área interna é composta atualmente por um conjunto de escritórios conectados por estreitas passagens, que transformam os ambientes internos do Palácio em

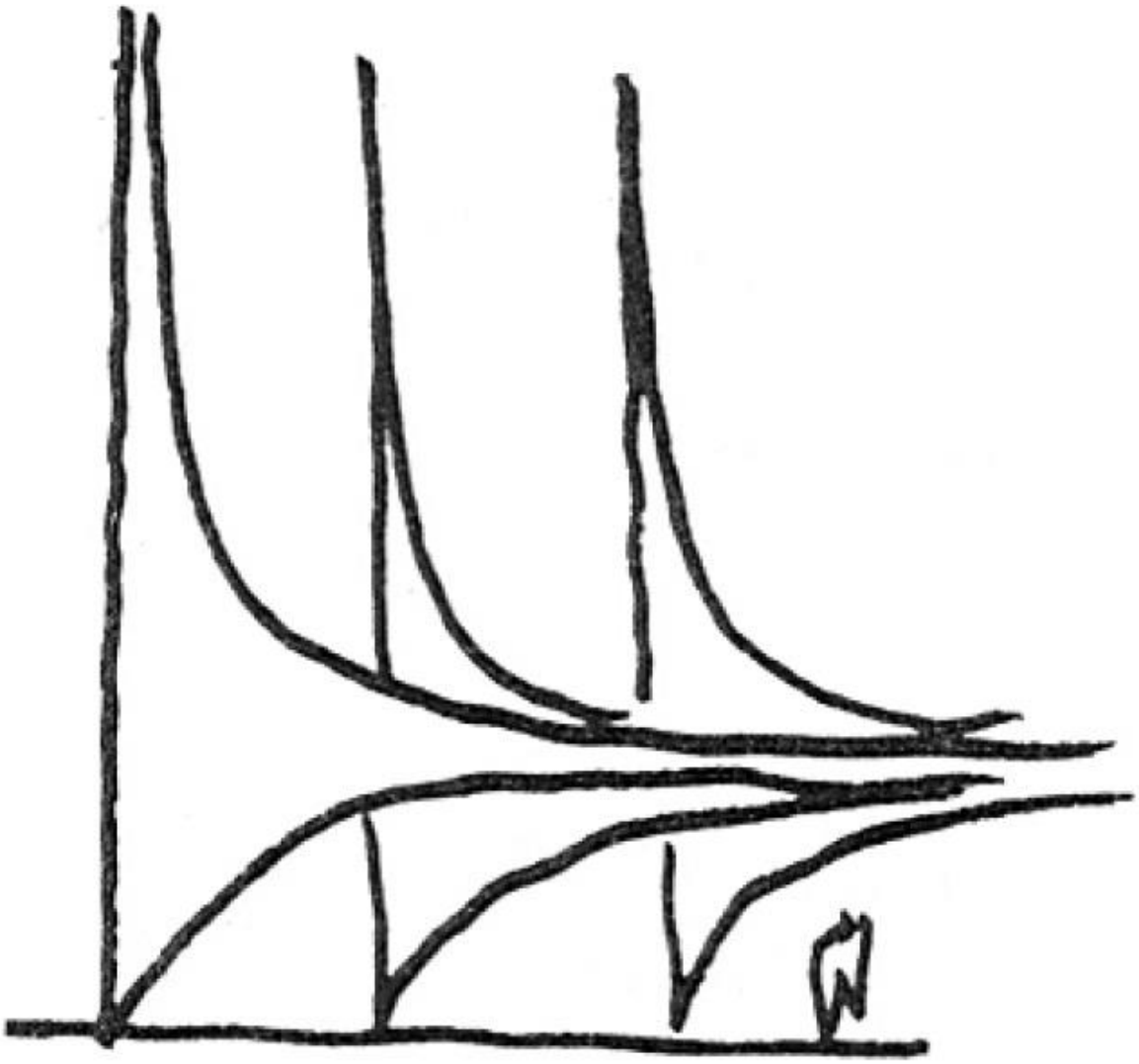
[66] A palavra *customização* é empregada no sentido de personalização pontual, adaptações ou adequações ao gosto ou necessidade do usuário, sem levar em conta a capacidade de suporte da infraestrutura pré-existente, a unidade estética/formal arquitetônica, a relação de funções e usos estabelecidos entre os ambientes.

verdadeiros labirintos de corredores e salas de layouts mutantes, conforme o desejo do chefe de cada secção e seu poder na hierarquia daquela linhagem funcional. De um modo geral é possível observar que estas intervenções de customização e subdivisões espaciais para abrigar um maior número de funcionários em função de novas atribuições do poder público resultam em uma diversificação e personificação de mobiliários, instalações, ambientes e revestimentos que normalmente não consideram as características do bem tombado, como veremos no caso do Planalto do Planalto.

A Portaria nº.314/1992, portanto, não se mostra suficiente para lidar com a conservação do edifício em si, sobretudo diante da dinâmica urbano-administrativa e do processo de customização que estes bens sofrem. Deste modo, pode-se dizer que as normativas vigentes protegem apenas *superficialmente*, a aparência, o aspecto externo do artefato moderno e não preservam os atributos referenciais ou intrínsecos que dão consistência ao atributo de obra de arte conferido à arquitetura, resultante da espacialidade particular de cada obra arquitetônica, sua forma, aparência e modo de usar.

Diante do exposto, considera-se premente o desenvolvimento de estudos que deem subsídios para regulamentar poligonais de *perímetro tombado* e áreas de entorno, ambiência e visibilidade, bem como estabelecer diretrizes para intervenções em relação aos bens tombados individualmente em Brasília, cujas obras são em sua maioria de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, especialmente enquanto marcos da produção arquitetônica moderna brasileira. A lacuna de instrumentos legais eficazes impõe uma série de limitações às ações de proteção dos bens tombados, sobretudo no que diz respeito à ausência de normativas para a preservação da arquitetura moderna, considerando que não há regra específica que defina critérios de conservação e/ou manutenção preventiva.

Para elucidar as limitações de atuação do IPHAN frente à restauração de exemplares modernos e ilustrar as dificuldades de conservação da arquitetura moderna em Brasília, no próximo capítulo destaca-se o caso da intervenção no Palácio do Planalto realizada entre 2008 e 2011. Partindo da descrição e análise crítica das práticas de conservação adotadas, especialmente quanto às técnicas e teorias da restauração aplicadas neste caso, procura-se investigar como os valores atribuídos se refletem nas abordagens de conservação adotadas na prática.



3 Das abordagens de conservação adotadas na prática aos posicionamentos teóricos: o Palácio do Planalto como estudo de caso

O objetivo deste capítulo é analisar a intervenção de restauro do Palácio do Planalto à luz das principais recomendações internacionais e teorias da restauração e conservação, a fim de compreender os diferentes posicionamentos adotados dentro do IPHAN e investigar em que medida as intervenções realizadas satisfazem os valores atribuídos pelo tombamento, entendendo a edificação enquanto objeto histórico e artístico.

3.1 Fase de concepção e construção do Palácio do Planalto (1956-1960)

O Palácio do Planalto, o Palácio da Alvorada, o Congresso Nacional e o Palácio do Supremo Tribunal Federal foram projetados e construídos entre agosto de 1956 e abril de 1960, quando foram inaugurados. O registro das primeiras propostas de Oscar Niemeyer indica que a unidade formal estabelecida entre os palácios de Brasília deriva do fato de terem sido paralelamente concebidos pelo arquiteto, amparado pelo engenheiro Joaquim Cardozo, de modo que a solução plástica adotada para cada objeto em particular foi sendo encontrada a partir de estudos simultâneos e sucessivos, onde coexistem elementos determinantes semelhantes, bem como fases iguais para projeto e produção das edificações, sendo possível identificar "elementos existentes em determinado edifício a partir de fatos certificados em outros", conforme esclarece SILVA (2012).

Consequentemente, os palácios projetados por Oscar Niemeyer em Brasília apresentam uma tipologia palaciana singular especialmente quanto à unidade formal e estética estabelecida entre as edificações, pois o partido arquitetônico de cada palácio apresenta-se sob uma mesma lógica projetual e construtiva, compatível com o repertório de soluções desenvolvidas para os monumentos em Brasília.

Quanto ao uso, entretanto, cabe diferenciar os palácios residenciais dos palácios administrativos ou de governo. Os palácios residenciais são o Palácio da Alvorada, residência do presidente da república, e o Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente, ambos situados no Setor Palácio Presidencial (SPP). Já os palácios administrativos situam-se ao longo do Eixo Monumental Leste e apresentam os seguintes usos: funções do Ministério da Justiça no Palácio da Justiça ou "Palácio das Cascatas"; funções do Ministério das Relações

Exteriores no Palácio do Itamaraty, também chamado de “Palácio dos Arcos”; funções do Poder Judiciário no Palácio do Supremo Tribunal Federal ou Palácio do STF; funções do Poder Executivo no Palácio do Planalto, também chamado de “Palácio Presidencial”, “Palácio Governamental”, “Palácio dos Despachos” ou Sede da Casa Civil da Presidência da República.



Figura 29: Vista geral dos anexos do Palácio do Planalto e locação dos demais Palácios do Eixo Monumental Leste.
1-Palácio do Planalto; 2-Subsolo do Palácio do Planalto; 3-Anexos do Palácio do Planalto; 4-Palácio do Supremo Tribunal Federal; 5-Anexos do STF; 6-Praça dos Três Poderes; 7-Congresso Nacional; 8-Anexos do Senado; 9-Anexos da Câmara; 10-Palácio da Justiça; 11-Palácio do Itamaraty; 12-Esplanada dos Ministérios. Fonte: Imagem do Google maps, acesso em nov.2012 In: PADUA, 2013, p.202.

No caso do Palácio do Planalto, especificamente, os registros dos primeiros estudos para a sede do Poder Executivo apresentam as seguintes variações de denominação:

> **Sem identificação**, Anteprojeto, Versão 1, esc. 1/200, carimbo NC (Nova Capital), Acervo Arquivo Público do Distrito Federal, ago/1956; **Palácio Presidencial**, Correspondência enviada pelo Diretor do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da NOVACAP ao Instituto dos Arquitetos do Brasil, fornecendo mais informações para o Concurso do Plano Piloto, out/1956, em MÓDULO nº.8, jul/1957, "Edição especial: Brasília", p. 11-12 ; **Palácio**, Anteprojeto, Versão 2, esc. 1/200, carimbo Nova Capital - Palácio. Acervo Arquivo Público do Distrito Federal, out/1956; **Palácio Presidencial**, Anteprojeto, Versão 2, esc. 1/100. Acervo Arquivo Público do Distrito Federal, nov/1956; **Palácio**, publicação, em MÓDULO nº.6, dez/1956, Versões 1 e 2 (parciais); e **Palácio Governamental**, citação em texto, em MÓDULO nº.7, fev/1957. (SILVA, 2012, p.159)

Quanto ao programa arquitetônico a ser adotado, a principal referência era o Palácio do Catete no Rio de Janeiro enquanto sede do governo, entretanto, em Brasília, por opção do presidente Juscelino Kubitschek, a sede do Poder Executivo funcionaria separadamente da residência oficial, diferentemente do Palácio do Catete que abrigava as duas funções simultaneamente[67].

[67] Apesar de ter sido projetado para abrigar as duas funções simultaneamente, na prática, o Palácio do Catete funcionava apenas como sede do governo. “O edifício originalmente destinado à Residência Oficial no Rio de Janeiro era o Palácio do Catete, que, desde sua reformulação, fora projetado para abrigar também a sede do governo. Ao longo do período Republicano, o Palácio da Guanabara também foi utilizado para acolher presidentes e as correspondentes famílias. Após as eleições de 1955, a escolha de

> Para o Palácio Presidencial, em termos funcionais, o programa que deveria ser contemplado tinha como referência imediata o Palácio do Catete, sede do Poder Executivo no Rio de Janeiro. No Catete, edifício principal e bloco anexo contavam com área construída de aproximadamente 4.750m² e possuíam como principais características de programa, a possibilidade de atender à dupla função: abrigar os órgãos da presidência e destinar espaços que servissem como residência oficial ao chefe de Estado e sua família. Uma vez que, por opção de Kubitschek, o palácio não seria utilizado com a função complementar de residência, os usos exclusivos como sede do governo foram as referências programáticas consideradas para Brasília.
>
> No bloco principal do Catete, o nível térreo abrigava as funções de serviços e atendimento, espaços para imprensa e órgãos da presidência, incluindo os Gabinetes Militar e Civil, com destaque para o Salão Ministerial (Salão de Despachos e Conferências). Todo o segundo pavimento destinava-se a espaços de recepções e eventos, dos quais se sobressaíam os Salões de Recepções e Nobre[68]. Em acréscimo, afora o prédio anexo imediato, existiam outras edificações para os serviços necessários à presidência, tais como: oficina elétrica, alojamento da guarda, alojamento para a criadagem e cocheira. Além destes anexos no lote, o governo ocupava outro imóvel, contíguo ao terreno do palácio, no qual instalou serviços de apoio, dentre eles o Corpo da Guarda. O programa, portanto, conjugava os locais de escritórios administrativos com áreas nobres de recepção e abrangia uma série de atividades de apoio e de serviços acessórios, que foram consideradas, conforme veremos, parcialmente na proposta elaborada para Brasília. (SILVA, 2012, p.160-161)

Quanto à implantação cabe destacar que os primeiros esboços elaborados por Oscar Niemeyer para os prédios de funções prioritárias datam de agosto de 1956, enquanto que a lei que definia as medidas necessárias para a mudança da capital só foi assinada e publicada em setembro de 1956. Conforme declara o arquiteto: "Comecei a pensar em Brasília certa manhã - setembro de 1956 – quando Juscelino Kubitschek, descendo do seu carro na Estrada da Gávea, parou no meu portão e, levando-me para a cidade, expôs o problema". (NIEMEYER, 2006, p. 12).

Segundo SILVA (2012, p. 148), "Niemeyer faz referência da encomenda de Juscelino Kubitschek como ocorrida no mês de setembro de 1956, no entanto, os registros de datas nos desenhos elaborados dão conta de que os trabalhos teriam sido iniciados no mês anterior". Os primeiros projetos foram desenvolvidos para um conjunto urbanístico, composto por Hotel de Turismo, Igreja, Residência Oficial e Palácio Presidencial[69], localizado às margens do lago artificial que iria ser criado.

> Na implantação original dos edifícios, ocupavam posição de destaque aqueles destinados às funções públicas. Assim, Igreja e Palácio Presidencial situavam-se no trecho central do complexo e sobre uma praça diferenciada. O palácio, por sua vez,

---

Juscelino Kubitschek, para abrigar sua esposa Sarah Kubitschek e as duas filhas do casal, recaiu sobre o Palácio das Laranjeiras", conforme esclarece SILVA (2012, p.115)

[68] Decreto-Lei nº. 920 de.1938, dispõe sobre os serviços da Presidência da República, criando o Gabinete Militar e o Gabinete Civil. In: Histórico da Criação dos Ministérios e Órgãos da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.html.

[69] Como parte da complementação ao Edital do concurso, em outubro de 1956, correspondência de Oscar Niemeyer ao Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil definiu o Hotel e o palácio da Residência Oficial como obras cuja locação estava determinada, destacando o Palácio Presidencial (mencionado como palácio do Governo) como projeto que deveria ser locado futuramente em função do plano escolhido. (MÓDULO nº. 8, 1957, "Edição especial: Brasília", p. 11-12 apud SILVA, 2012, 151).

> definia-se como o principal objeto na implantação, acentuado pelo renque de palmeiras, à frente, e pelo lago, ao fundo. As funções residenciais - hotel e Residência Oficial - foram dispostas nas laterais desta praça e uma espécie de espelho d'água sinuoso integrava as partes e conferia unidade ao conjunto. (...) Palácio Presidencial abrigaria a sede do Poder Executivo, órgão viabilizador da transferência que registraria, com o feito, marco de sua presença. Residência Oficial simbolizaria a adesão do presidente e promoveria as condições necessárias para sua estada. Hotel serviria de apoio a visitantes e a autoridades, receptivo apropriado em proximidade com o palácio. Por fim, a presença da Igreja além de referência histórica de posse da nova terra, convinha à aproximação da entidade com o Estado, também marcante no Governo Kubitschek. (SILVA, 2012, p. 148-149)

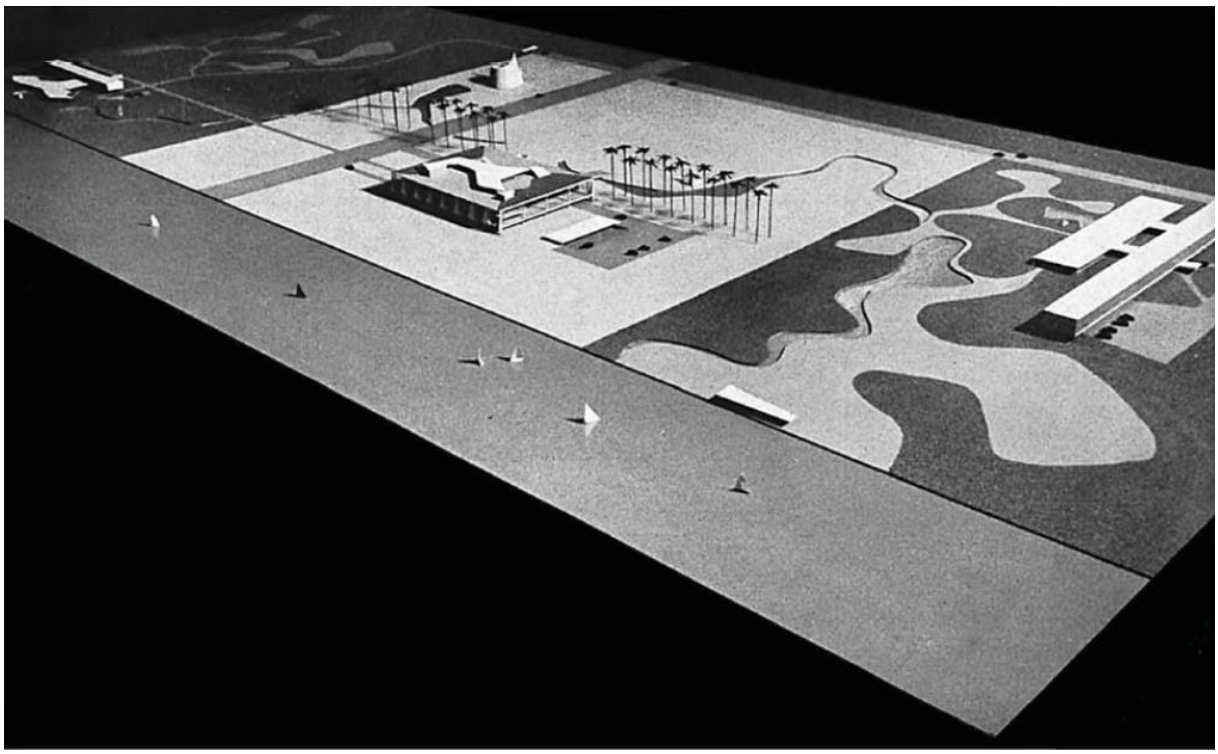


Figura 30: Maquete do conjunto: Hotel de Turismo (à direita), Palácio Presidencial (centro), Igreja e Residência Oficial (à esquerda).
Fonte: ArPDF (1956) In: SILVA, 2012, p.153.

A primeira proposta ou anteprojeto para a sede do poder executivo apresenta duas versões: a primeira versão é de agosto de 1956 e a segunda versão foi possivelmente elaborada entre agosto e dezembro de 1956, mas não se encontra datada. Assim, ambas são comumente agrupadas e apresentadas sem distinção, conforme esclarece SILVA (2012, p.161), mas "enquanto os desenhos técnicos de plantas apresentados referem-se à segunda versão, as perspectivas e croquis utilizados foram os produzidos para a primeira". (NIEMEYER, 1956, "A nova capital do Brasil". In: Módulo, Rio de Janeiro, v. 1, nº.6, pp. 12-23).

> Na implantação inicial, ambas as propostas constam como parte do conjunto dos primeiros projetos e prevêem o palácio em posição central no sítio, destacada por: esplanada de piso diferenciado; espelho d'água; e renque de palmeiras no principal acesso. Recursos que, em grupo, contribuem para acentuar a monumentalidade do edifício. (SILVA, 2012, p.161)



Figura 31: Esplanada, espelho d'água e renque de palmeiras junto ao Palácio Presidencial.
Fonte: ArPDF (1956) In: SILVA, 2012, p.158.

No primeiro estudo para o Palácio Presidencial (ANEXO 03) o programa arquitetônico distribui-se em um edifício-sede que abriga as funções principais e um anexo semienterrado para garagem. O edifício principal apresenta quatro níveis com funções distintas: térreo recuado para atendimento público; segundo pavimento com predomínio de áreas nobres, incluindo salões de recepção e banquetes; terceiro pavimento abrigando as funções do órgão; terraço com locais de estar, abertos e fechados, incluindo um pequeno auditório, sendo estes ambientes integrados por uma marquise recortada e por jardins. A fachada oeste apresenta vedação em elemento vazado e a fachada principal é marcada por vedações translúcidas e colunata, intercalada por tribuna e rampa externa de acesso solene.



Figura 32: Maquete do primeiro projeto (1ª versão) com elemento vazado e auditório na coberta.
Fonte: *Progressive Architecture*, abril de 1957. In: SILVA, 2012, p.171.

Desde a primeira proposta para o Palácio Presidencial já é possível notar a preocupação em destacar a amplitude dos espaços onde os vazios dos salões funcionam como elementos estruturadores da distribuição interna dos ambientes.

> A predominância das áreas nobres marca a setorização adotada dos principais níveis. No segundo e terceiro pavimentos, o Grande Hall de dupla altura, local final do acesso pela rampa externa, define-se como principal espaço, em torno do qual os demais usos são organizados. Estes níveis configuram-se com predominância das áreas caracterizadas como ambientes abertos e integrados, com poucas zonas compartimentadas de escritórios, concentradas junto à face leste. Em termos de ocupação, incluindo o terraço, as destinações para áreas nobres equivalem a mais da metade da área total prevista. (SILVA, 2012, p.162)

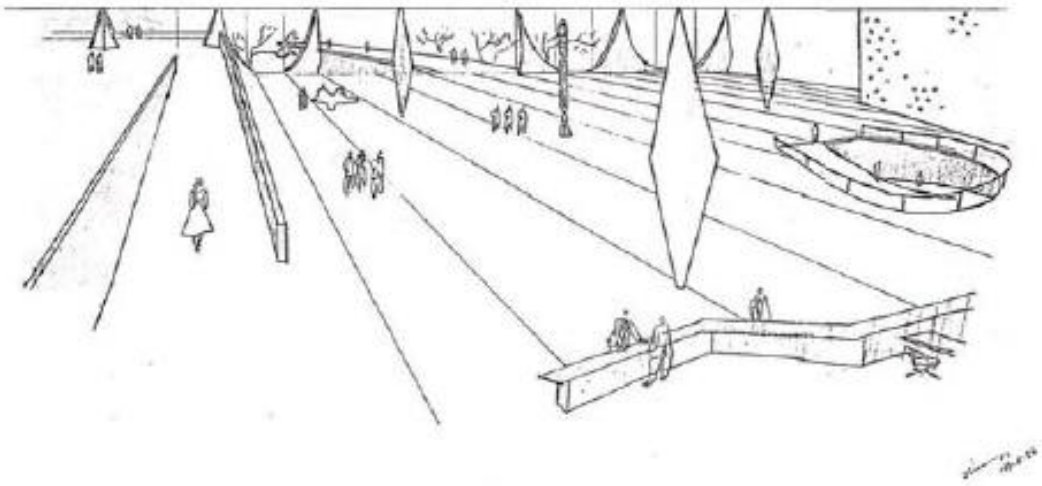


Figura 33: Perspectiva interna para o primeiro projeto (1ª versão).
Fonte: ArPDF (Niemeyer, 1956) In: SILVA, 2012, p.171.

O predomínio de ambientes abertos e integrados, inclusive com emprego de jardins no último pavimento, destaca a relação de visibilidade entre interior e exterior do edifício, sobretudo ao adotar vedações translúcidas de modo que a *transparência* é uma das características evidenciadas – numa referência simbólica de como deveria ser o governo.

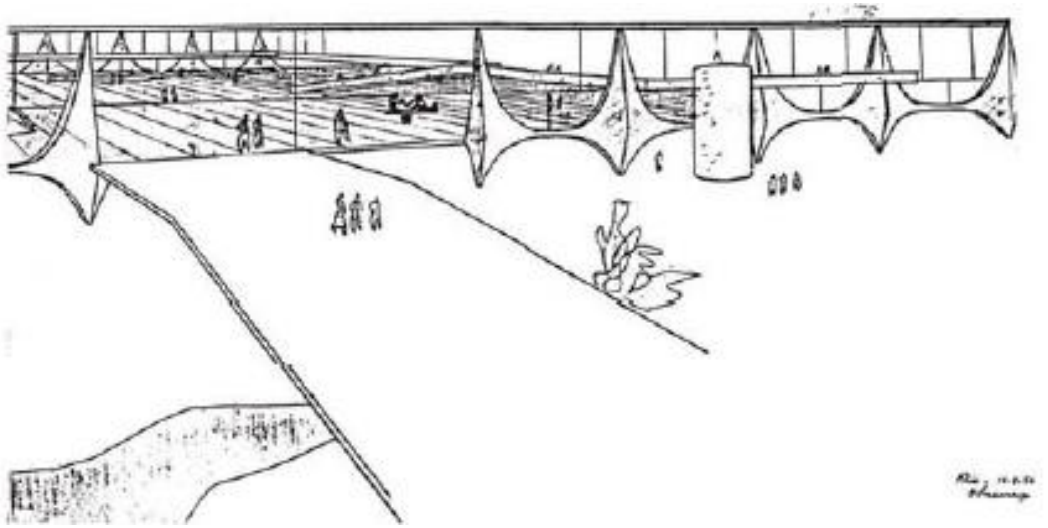


Figura 34: Perspectiva para o primeiro projeto (1ª versão). Croqui de Niemeyer, 1956.
Fonte: ArPDF In: SILVA, 2012, p.171.

A segunda versão do primeiro projeto (ANEXO 04) mantem a mesma distribuição das funções em quatro níveis e disposição dos ambientes em planta segue os mesmos princípios com predomínio das áreas nobres e agrupamento das salas e escritórios na extremidade do edifício. As principais mudanças ocorrem nas dimensões e proporções do volume: o Palácio é diminuído na largura, na proporção de um módulo estrutural, e também na altura a partir da supressão do desnível do terceiro pavimento. Deste modo, a planta assume uma proporção mais retangular em comparação à proposta anterior em que era quase quadrada. Na cobertura o volume em formato de casca destinado ao auditório é suprimido e a marquise é redesenhada em função das novas proporções. No interior do Palácio modifica-se a orientação da rampa em formato de ferradura que liga o térreo ao segundo pavimento.



Figura 35: Maquete do primeiro projeto (2ª versão).
Fonte: ArPDF (1956). In: SILVA, 2012, p.171.

Entre a primeira e a segunda versão do primeiro projeto observam-se alterações que promoveram uma redução de elementos volumétricos e modificações no tratamento das superfícies quanto aos acabamentos.

> Em relação aos acabamentos, observa-se nos elementos de vedações, a disposição ordenada em função da malha estrutural adotada, ora configurando planos independentes ora abrigando os elementos estruturais. No interior, são representadas, na maioria das vezes, vedações opacas, dispostas em planos recuados dos perímetros. Nos limites externos, definindo o volume entre os planos de cobertura e o intermediário, vedações translúcidas cumprem o papel secundário de fundo passivo para a leitura da colunata.
>
> Como elementos de proteção, a elevação oeste da primeira versão conta com a representação de elemento vazado, disposto como vedação avançava e recuada em relação aos pilares internos. A segunda versão suprimiu tanto o material, quanto a proteção e, excetuando o vão de acesso da rampa, a caixa de vidro se configura de forma plena. (SILVA, 2012, p.167)

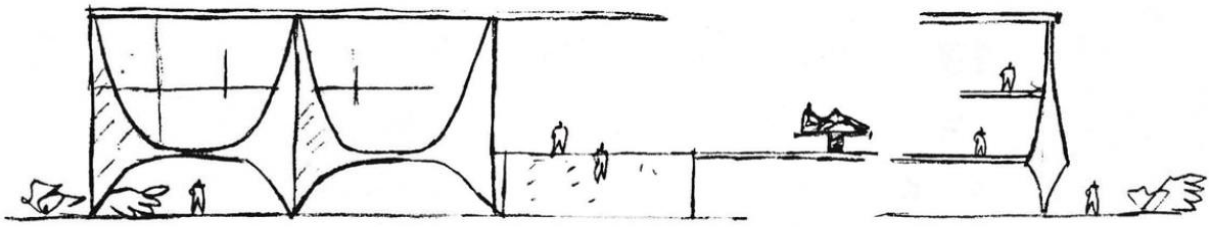


Figura 36: Elevação e corte (primeiro projeto). Croqui de Oscar Niemeyer, 1956.
Fonte: Revista Módulo nº.6. In: SILVA, 2012, p.170.

Quanto à composição pode-se dizer que as primeiras propostas para o Palácio Presidencial sintetizam a tipologia palaciana desenvolvida por Niemeyer para Brasília, baseada em premissas da arquitetura moderna e em fundamentos da linguagem clássica. Assim, a modulação estrutural define o arranjo da composição, internamente e externamente, uma vez que determina a distribuição dos espaços internos e conduz a disposição dos demais elementos arquitetônicos.

> Como base proveniente da arquitetura moderna a regra normativa estabelecida pelo sistema *Dom-Ino* define a combinação das partes por meio dos planos horizontais estruturados sem vigamento aparente e pela adoção de malha regular comandando a disposição dos suportes. Em leitura revisitada, os elementos de sustentação, antes recuados em balanço no sistema moderno, passam a caracterizar o edifício, de forma mais evidente, pela distinção da colunata como elemento que domina e controla a composição, estabelecendo hierarquia clara entre elementos principais e secundários.
>
> Colunata destacada como estrutura perimetral aparente, tratada como o elemento formal de significativa importância no conjunto e estabelecedora da ordem por meio do controle das linhas principais da composição, são, em essência, fundamentos adotados por Niemeyer à semelhança da tradição de composição arquitetônica clássica (...) (SILVA, 2012, P.162-163)

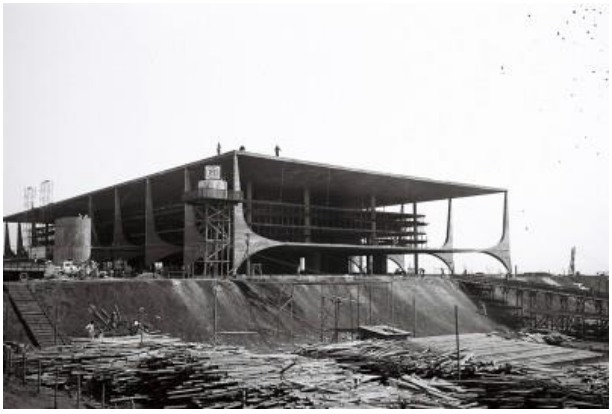


Figura 37: Esquema estrutural do Palácio durante construção.

Fonte: ArPDF In: Inventário, 2010, p.56.

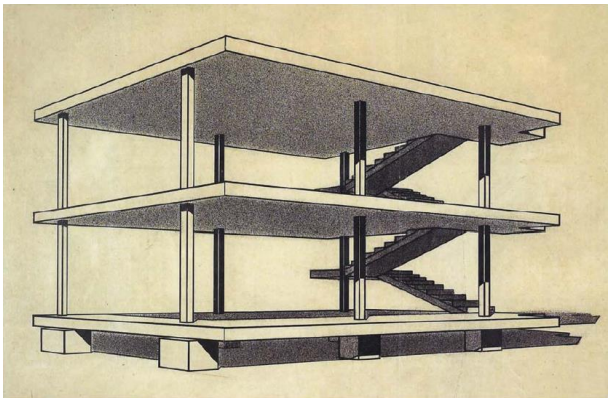


Figura 38: Sistema Dom-ino.

Fonte: CORBUSIER et JEANNERET, 1929, Ouvre complète 1910-1929 apud SILVA, 2012, p.98.

Enquanto soluções próprias da tipologia palaciana desenvolvida por Niemeyer em Brasília, destacam-se "o embasamento recuado sob dois planos horizontais, que privilegia a leitura de edifício elevado do solo e que ressalta o nível do piso de acesso principal marcado pela rampa solene; e a caixa de vidro de altura múltipla, contida entre os planos horizontais, que encerra os principais espaços do programa". (COMAS; ALMEIDA, 2010)

> A composição da colunata também tem apropriação particularizada. A solução explora elemento variável em desenho e em disposição, resultando em ambiguidades que dinamizam as feições da arquitetura e potencializam a percepção do observador. As variações de desenho de coluna inteira e coluna parcial resultavam em efeitos que permitem tanto a leitura da sequência de arcos de suporte na parte inferior quanto da sequência de arcos invertidos na parte superior. A disposição, por seu turno, contribui para a percepção variada, na qual se contrapõe à sequência ininterrupta e regular na fachada norte, a supressão de colunas na fachada sul e, a estas elevações, a ausência da colunata nas fachadas leste e oeste.

> Regras de composição tripartida e simetria da arquitetura clássica também possuem correspondências nas relações equilibradas do palácio moderno. Em contraste com a simetria absoluta da elevação norte, o vazio da elevação sul, que marca o acesso principal, possui precedentes no recurso de composição ternária, devidamente enriquecido pelo equilíbrio assimétrico do diálogo entre plano inclinado da rampa e volume da tribuna. (SILVA, 2012, p.164)

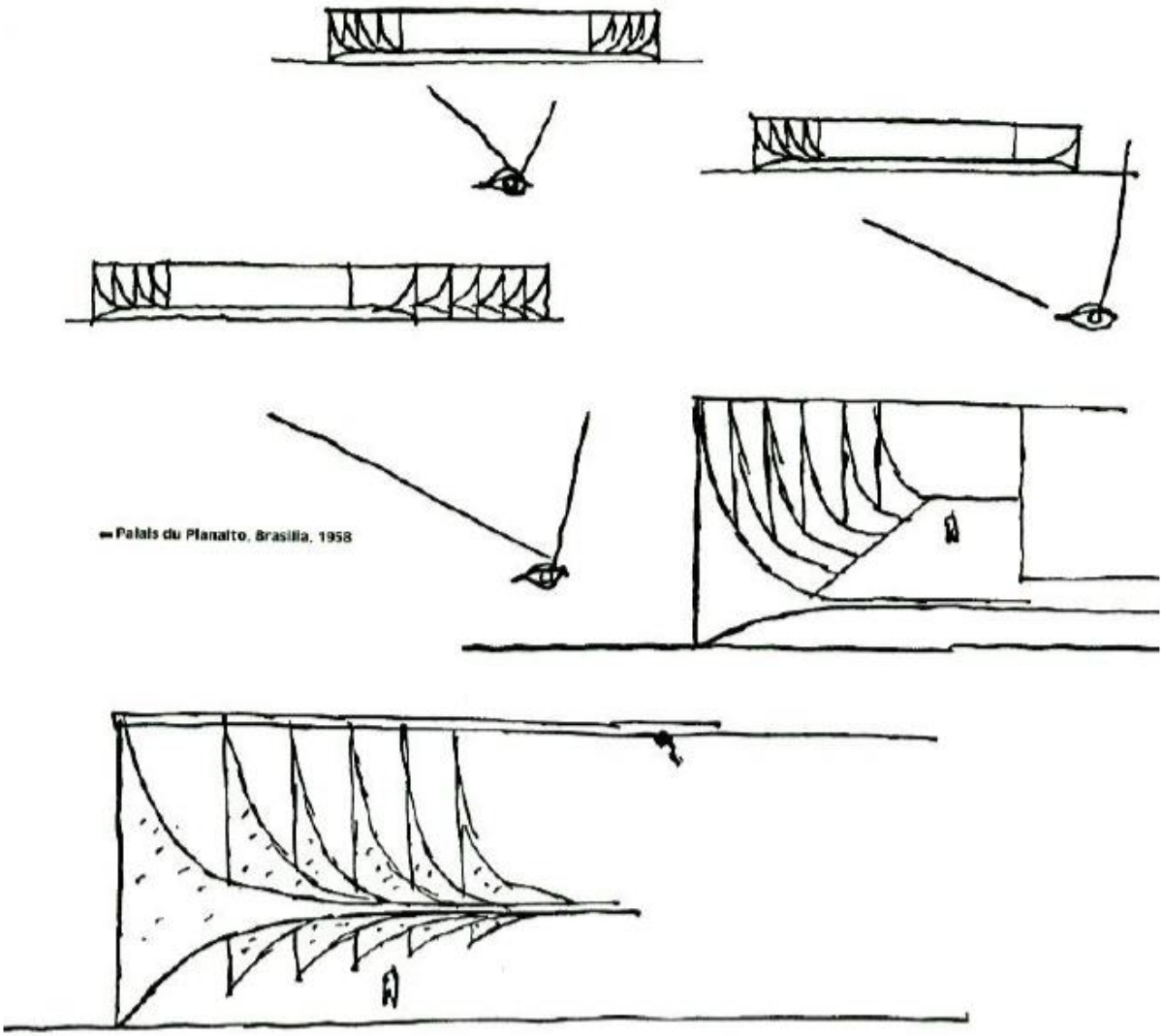


Figura 39: Croquis de Oscar Niemeyer para o Palácio do Planalto (1958).
Fonte: PADUA, 2013, p.224

A síntese destas premissas, recursos e repertório de bases modernas e clássicas, bem como o esforço pelo uso de poucos elementos são notáveis nas obras de Niemeyer em Brasília, em busca da simplificação e expressão formais, explorando as possibilidades plásticas a partir das possibilidades técnicas. No repertório de soluções adotadas, portanto, cabe ressaltar a relação de interdependência entre forma arquitetônica e forma estrutural.

> Em coerência com seus postulados, o arquiteto se vale do sistema construtivo em propostas compatíveis com as possibilidades inerentes do concreto armado, nas quais predomina, como expressão de arquitetura, a leveza sugerida: pelas espessuras delgadas das placas horizontais; pelas articulações das transições entre elementos sustentados e elementos de sustentação; pelos desenhos dos pilares internos e das colunas; e pela supressão dos elementos de sustentação na marcação do pórtico de

> acesso principal. (COMAS, 2002, In: "Precisões brasileiras" apud SILVA, 2012, 164)

Neste primeiro projeto a rampa em formato de ferradura já aparece como elemento de ligação entre pavimentos, o volume do Palácio já se encontra claramente destacado, sendo o anexo semienterrado e subordinado ao edifício principal, e na fachada apenas a tribuna e a rampa solene são elementos destacados do volume prismático do Palácio. Cabe ressaltar ainda a presença de um espelho d'água e da escultura de duas figuras humanas, à frente do Palácio.

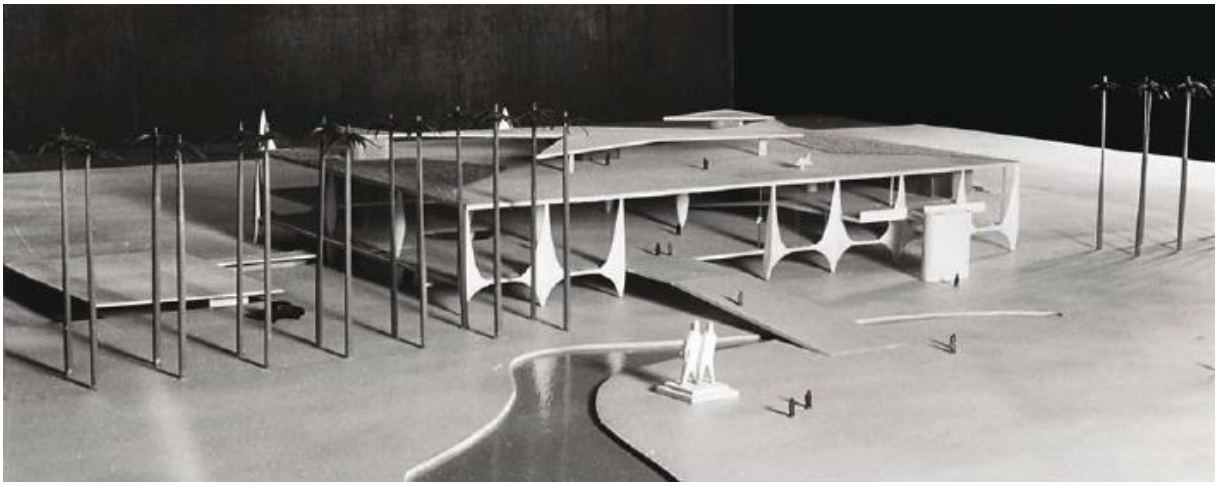


Figura 40: Maquete do primeiro projeto (2ª versão): notar supressão do cobogó na fachada oeste e retirada do volume em casca do auditório. Fonte: ArPDF (1956) In: SILVA, 2012, p.174.

O segundo projeto para o Palácio Presidencial, apresentou duas versões: a primeira versão foi elaborada entre janeiro e fevereiro de 1958 e a segunda versão foi elaborada a partir de abril de 1958. Foi em função da disposição dos poderes executivo, legislativo e judiciário em torno da Praça dos Três Poderes, proposta por Lucio Costa no seu Plano Piloto de Brasília que o Palácio Presidencial foi objeto de novo projeto.

> A locação na parte norte da base do triângulo equilátero na Praça encontrava-se determinada a partir do posicionamento do Palácio do Supremo e possuía sua lógica intrínseca. (...) ao Palácio Presidencial, cenário de atos públicos representativos - indicado formalmente pela presença da tribuna -, destinou-se um lote destacado, com limites bem definidos, não só pelo terrapleno do sítio, mas também pela via prevista no traçado urbano, o que permitia delimitar área externa imediata - necessária a parte das funções previstas para o palácio - destacando-a dos espaços públicos de manifestação popular na Praça à frente. (SILVA, 2012, p.272)

Em 1958 foi denominado como *Palácio de Despachos da Presidência da República* nos documentos administrativos e como *Palácio Presidencial-PP2* nos registros gráficos. Segundo PADUA (2013, p. 207-208), a primeira notícia sobre o projeto do Palácio dos Despachos no contexto da Praça dos Três Poderes aparece na *Revista Brasília*[70]:

[70] Conforme esclarece PADUA (2013), "como forma de defender a construção da nova capital, o governo começou a publicar, a partir de janeiro de 1957, a *Revista Brasília*, que tinha como objetivo principal informar sobre o andamento das obras, contratos realizados e atos administrativos".

> O Palácio dos Despachos, de proporções bem menores, teve seu projeto recentemente modificado, para que o padrão formal de seus 'pilotis' possa corresponder, em 'pendant', aos do Palácio da Justiça. Ambos os palácios são de impressionante pureza de linhas e de grande poder dinâmico, verdadeira dança arquitetônica em que dominam as linhas horizontais, jogando-se curvas e retas num efeito de grande plástica. (Revista Brasília, n.10, out. 1957, p. 14)

Em função das publicações e das contratações de obras e serviços, ainda em 1958, o imóvel passou a ser identificado como *Palácio do Planalto* - nome oficial atribuído pelo presidente Juscelino Kubitschek como designação que lembra a origem geográfica da sua localização. (KUBITSCHEK, 1975, "Por que construí Brasília", p.93)

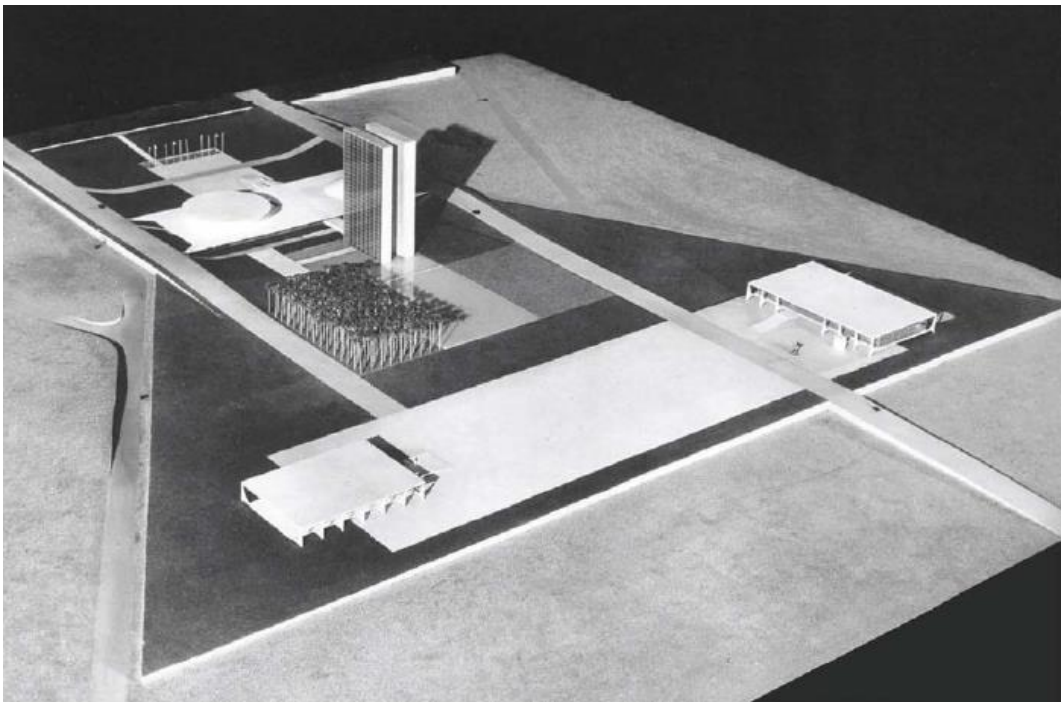


Figura 41: Maquete da Praça dos Três Poderes.
Fonte: ArPDF (1958). In: SILVA, 2012, p.284.

Na primeira versão do segundo projeto (ANEXO 05) o programa arquitetônico sofreu acréscimo de áreas, de modo que a área total construída passou de 12.500m² para cerca de 24.095m² e o anexo semienterrado passou a corresponder quase à mesma proporção da projeção do edifício principal. A planta assume forma mais retangular e a elevação apresenta-se em quatro pavimentos, mas a composição continua determinada pelo intercolúnio como parte ordenadora e pelas relações de espaçamento, forma e proporção estabelecidas em função da modulação da colunata.

> Preservando o mesmo número de intercolúnios do primeiro estudo, a colunata continuou presente de forma plena na fachada posterior, enquanto na elevação frontal a interrupção dos suportes marca a tripartição da fachada, mantendo a mesma lógica de equilíbrio assimétrico, por meio da disposição da rampa solene, no vazio de acesso, e da tribuna, no último terço. O ritmo variado estabelecido, no entanto, passa de uma cadência 2/2/4 para um arranjo 2/3/3, atribuindo intervalos similares para os trechos dos elementos em destaque no conjunto.

> Em acordo com as mudanças verificadas nesta etapa de concepção dos primeiros objetos, evidencia-se a supressão de partes que anteriormente se destacavam da composição, tais como o terraço com marquise desenhada e os pilares internos de forma rombóide, presentes do primeiro projeto elaborado para o Palácio Presidencial. (SILVA, 2012, p.272-273)

Cabe destacar que as modificações adotadas para o segundo projeto do Palácio do Planalto seguem especialmente os mesmos princípios admitidos no Palácio do Supremo Tribunal Federal, de modo a estabelecer uma relação compositiva entre as duas edificações, sobretudo a partir das colunas e intercolúnios, a fim de evidenciar a unidade formal e estética entre os Palácios situados na Praça dos Três Poderes.

> A coluna adotada, neste primeiro momento, seguiu as mesmas premissas apresentadas para o Supremo. (...) O acréscimo de um pavimento entre os planos horizontais viabilizou a adoção do mesmo intercolúnio utilizado no Supremo, e definiu o perfil superior da coluna com base na mesma regra compositiva vista para aquele palácio, enquanto o perfil inferior seguiu o desenho de arco a partir de três pontos, de acordo com a altura estabelecida para o térreo. Intercolúnio, dimensões resultantes aproximadas no trecho superior e o afastamento da coluna, com os mesmos 6,20m em relação ao plano intermediário, concorrem para o raciocínio especulado. (SILVA, 2012, p.274)

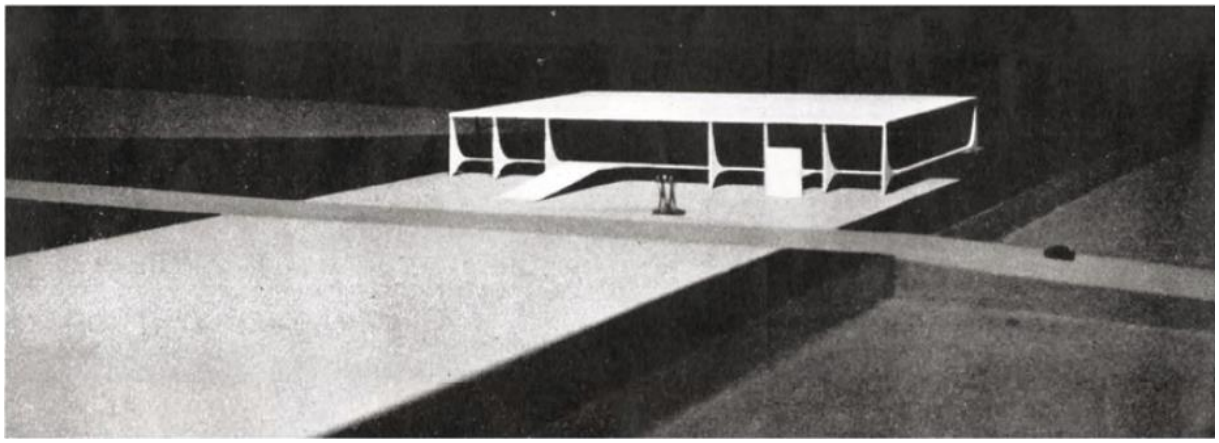


Figura 42: Maquete do segundo projeto (1ª versão).
Fonte: Revista Brasília, nº10, set. 1958. In: SILVA, 2012, p.282.

A segunda versão do segundo projeto (ANEXO 06) do Palácio do Planalto, elaborada a partir de abril de 1958, confirmou a implantação escolhida, apresentando o edifício principal com os mesmos pavimentos e distribuição das funções e anexo de serviços, mais discreto e dissimulado no terrapleno.

> As principais alterações na forma plástica entre as duas versões decorreram dos acréscimos na volumetria, resultantes da adição dois intercolúnios, um em cada lateral da parte principal, e da alteração nas colunas em arcos. A primeira alteração criou duas varandas laterais, que encerram a unidade arquitetônica pretendida com o Palácio do Supremo pela equivalência com os pórticos daquele prédio. O acréscimo destes módulos alterou a proporção do edifício e estabeleceu a tripartição da elevação principal em cadência 3/3/4, mantendo mesma relação de igualdade entre o primeiro e segundo trecho vista no Palácio da Alvorada.
>
> Cabe ressaltar outros aspectos acerca do acréscimo destas varandas. Em termos de proteção, a decisão se justificaria diante da orientação adotada. Nesse sentido, os avanços correspondentes do plano da cobertura contribuiriam, ainda que de forma

> parcial, para a redução de carga térmica nas faces envidraçadas leste e oeste, totalmente desprotegidas na primeira versão. (SILVA, 2012, p.275)

Uma das principais modificações apresentada no segundo projeto para o Palácio do Planalto é a supressão da marquise do terraço-jardim de modo que a solução torna-se menos recortada e mais geométrica, permitindo uma leitura mais clara da pureza e simplicidade do volume prismático do Palácio. A referência ao terraço-jardim, no entanto, permanece com a adoção de aberturas longitudinais na cobertura que permitiam o uso de iluminação e ventilação natural.

> As obras de Brasília marcam, juntamente com o projeto para o Museu de Caracas, uma nova etapa no meu trabalho profissional. Etapa que se caracteriza por uma procura constante de concisão e pureza, e de maior atenção para com os problemas fundamentais da arquitetura. [...] estabelecendo para os novos projetos uma série de normas que buscam a simplificação da forma plástica e o seu equilíbrio com os problemas funcionais e construtivos. Neste sentido, passaram a me interessar as soluções compactas, simples e geométricas; os problemas de hierarquia e de caráter arquitetônico; as conveniências de unidade e harmonia entre os edifícios e, ainda, que estes não mais se exprimam por seus elementos secundários, mas pela própria estrutura, devidamente integrada na concepção plástica original. Dentro do mesmo objetivo, passei a evitar as soluções recortadas ou compostas de muitos elementos, difíceis de se conterem numa forma pura e definida. (Oscar Niemeyer, Depoimento, 1958 In: Processo de Tombamento nº.1550-T-07, 2007, p.41)

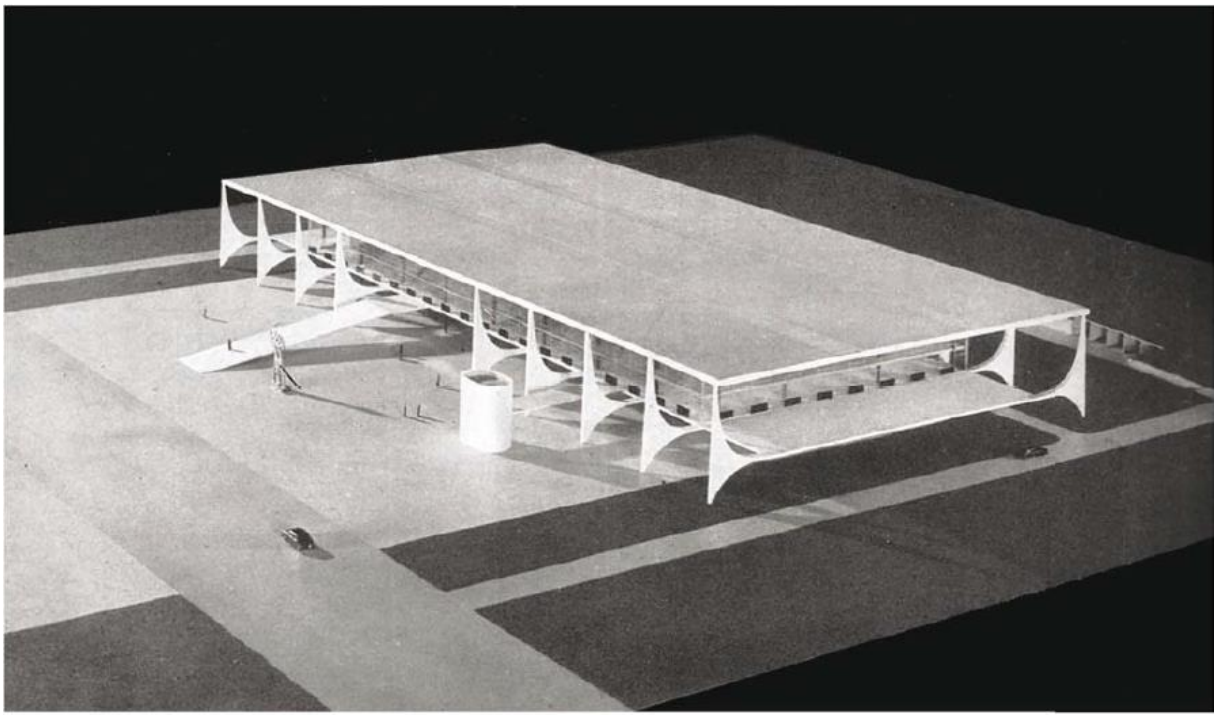


Figura 43: Maquete do segundo projeto (2ª versão).
Fonte: Revista Módulo, nº10, ago. 1958. In: SILVA, 2012, p.292.

Quanto aos materiais construtivos, de um modo geral, observa-se uma distinção das áreas nobres e dos espaços públicos através do emprego de pavimentação e revestimentos de materiais nobres, bem como uma discrição nos ambientes compartimentados com predominância de aplicação de vários tipos de madeira.

> Os revestimentos externos do edifício, na primeira versão, indicavam o uso de mármore italiano travertino na tribuna. Em contraponto, as colunas e os pilares, fora dos limites da caixa de vidro, registravam como acabamento de superfície o concreto aparente.
>
> [...] No segundo estudo, ocorre uma racionalização considerável nesta seleção de materiais. Na parte externa, as colunas, os pilares recuados e a tribuna são definidos com revestimento em mármore branco. Nas áreas internas, os revestimentos em mármore travertino dos pilares e as várias especificações para as caixas de elevadores previstas para os níveis dão lugar à indicação padronizada de aplicação de alumínio cobreado para ambos os casos. (SILVA, 2012, p.279)

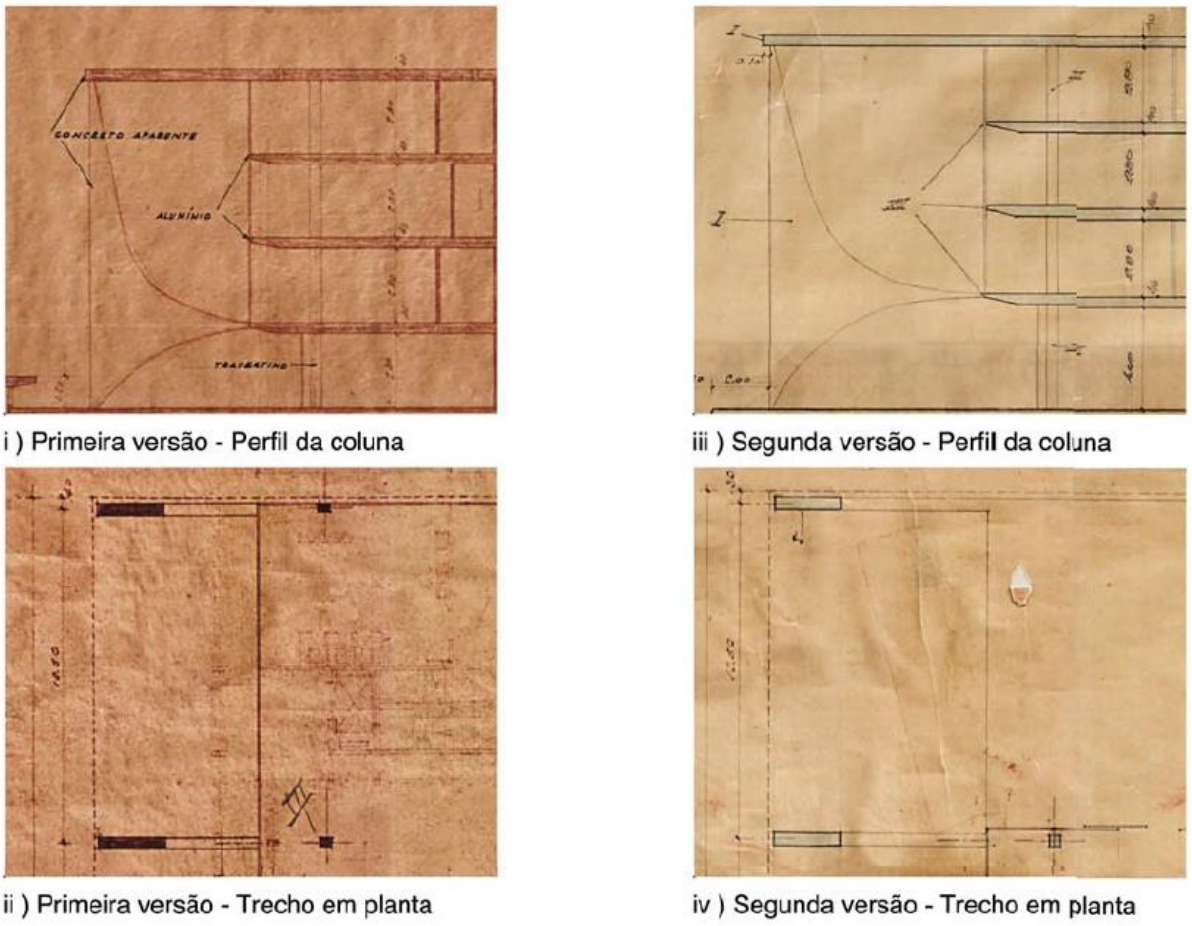


Figura 44: Alterações no perfil e acabamento das colunas.
Fonte: ArPDF. In: SILVA, 2012, p.292.

Quanto às vedações cabe destacar que o Palácio do Planalto apresenta o "primeiro registro detalhado de previsão do uso das esquadrias de alumínio dividida com o desenho das traves alternadas". (SILVA, 2012, p.280).

> Nas vedações internas, além do predomínio da alvenaria em todos os níveis, registra-se o uso de cobogó ao longo dos jardins internos dos escritórios no quarto pavimento. [...] As vedações externas com vidros em caixilhos de esquadrias em alumínio resultam de uma variação do sistema proposto para o Palácio da Alvorada. Naquele edifício, o módulo típico da esquadria, em alumínio anodizado, combinava trecho fixo e trechos com sistema de abertura de tombar, no qual o eixo fixo de rotação se localiza na extremidade inferior da folha. O sistema teria sua razão própria: o pano fixo deixaria a vista desimpedida; o trecho móvel inferior, próximo ao piso, garantiria a tomada de ar fresco; e o trecho superior, próximo ao teto, a exaustão do ar quente. O funcionamento permitiria tanto ventilação cruzada nos

> grandes salões, quanto ventilação unilateral nos ambientes compartimentados. (SILVA, 2012, p.279-280)



Figura 45: Maquete do segundo projeto (2ª versão).
Fonte: Revista Módulo, nº10, ago. 1958. In: SILVA, 2012, p.285.

A preocupação com os aspectos geométricos na realidade está subordinada ao desejo de Niemeyer em obter visadas diferenciadas em função do deslocamento do observador, ou seja, a solução dos perfis escultóricos das estruturas está condicionada às múltiplas possibilidades de percepção, sobretudo visual e espacial, a serem experimentadas pelos visitantes.

> Nos palácios de Brasília, a idéia da obra realizada sempre me preocupou durante a execução dos projetos, fazendo com que, ao elaborá-los, também os percorresse mentalmente, buscando fixar-lhes as formas em função desse ponto de vista variável do futuro visitante. Daí certas soluções adotadas para as estruturas, estruturas que se modificam plasticamente em função de diferentes pontos de vista, para assumir aspectos diversos, mais ricos e variados. Essa previsão imaginativa sugeriu, nos trabalhos de Brasília, várias soluções, como, por exemplo, afastar as colunas externas do corpo principal dos edifícios [como no Palácio do Planalto] visando permitir que os visitantes delas se aproximem, que as possam contornar, sentido sua verdadeira escala e o espaço que as cerca - que as separa do edifício propriamente dito – em toda a sua variedade de formas. Evitei as soluções que as colunas – quase ligadas ao corpo principal dos edifícios - impedem a multiplicação do aspecto necessário. O mesmo aconteceu no Palácio do Supremo Tribunal, onde a forma da estrutura e das próprias colunas teve sua origem nessa especulação visual [...] dando aqueles que circulam pela Praça dos Três Poderes uma série de aspectos - sempre diferentes - do Supremo Tribunal Federal. (NIEMEYER, 1959 "A imaginação na arquitetura". In: Módulo nº.15, p.9. apud SILVA, 2012, p.274)

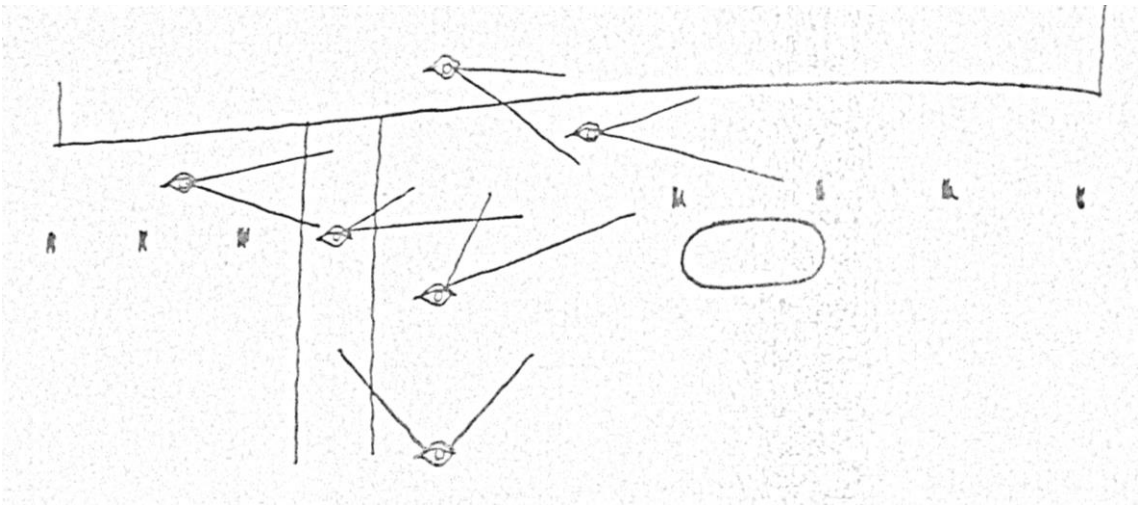


Figura 46: Croqui de Niemeyer: visadas diferenciadas.
Fonte: Revista Módulo, nº15. In: Inventário, 2010, p.49.

Em abril de 1958, alguns meses antes do início das obras do Palácio do Planalto, a Revista Brasília publicou um artigo especial no qual destaca os usos do edifício-sede do executivo:

> O Palácio do Planalto se destina aos despachos da Presidência da República, compreendendo portanto todos os setores imediatamente ligados à chefia do Executivo. Desta forma, além dos salões de recepção e audiência, e das salas do Gabinete da Presidência, abrange as Casas Civil e Militar, com todos os serviços suplementares. Em função desse programa e da urbanização da Praça dos Três Poderes – onde se localiza o prédio – foi fixado o projeto, prevendo quatro pavimentos, nos quais se situam os diversos setores segundo as conveniências funcionais e os organogramas fornecidos. No pavimento térreo estão os serviços de recepção, portaria, etc.; no primeiro pavimento, os salões nobres, as salas de audiência, salões de banquete, etc.; no segundo pavimento, se acham os gabinetes da Presidência; e, no último, as Casas Civil e Militar. (Revista Brasília, n. 16, abr. 1958, p. 17 In: PADUA, 2013, p.208)

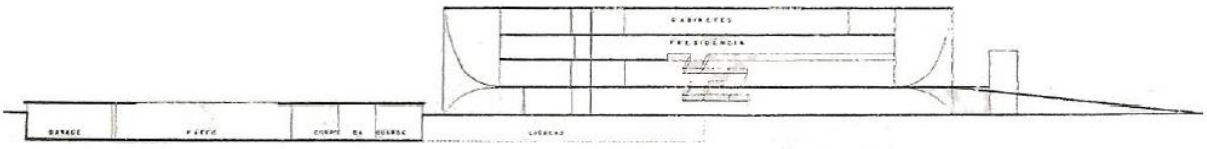


Figura 47: Corte transversal: à esquerda o subsolo e à direita rampa de acesso ao 2º pavimento.
Fonte: Revista Acrópole, Edição Especial Brasília, 1960. In: PADUA, 2013, p.210.

É importante ressaltar que os projetos de arquitetura e de estruturas continuaram a ser desenvolvidos simultaneamente às obras, de modo que na cronologia construtiva do Palácio do Planalto foram realizadas algumas alterações no projeto (Anexo 07) ainda no decorrer da execução da construção, sendo que as mais importantes foram no pergolado da cobertura e nas colunas.

As colunas sofreram alterações na geometria, em elevação e em planta, atingindo sua forma final somente durante as obras do Palácio, após a execução de um protótipo em madeira.



Figura 48: Instalação da primeira coluna do Palácio do Planalto em 1958.
Fonte: ArPDF In: PADUA, 2013, p.223



Figura 49: Protótipo da coluna em madeira.
Foto: Mario Fontenelle, 1958. Fonte: ArPDF In: SILVA, 2012, p.406.

> Durante a execução das fundações do edifício foi elaborado um protótipo do elemento em escala real, com uso de placas de madeira. Este protótipo possui elevação de acordo com as definições da etapa de concepção vista anteriormente, e altura correspondente às alterações provenientes das lajes, que acrescentaram 85cm à altura do trecho superior da coluna. Segundo nos atesta o engenheiro Favale[71], a partir desta simulação Niemeyer, aparentemente não satisfeito com o resultado, efetuou as alterações que definiram a forma final.
>
> A mudança processa-se, com mais evidência, na parte superior, onde se acentua a esbeltez da peça por meio de nova combinação entre as partes geométricas que se tangenciam, da adoção de nova angulação no trecho de retas e da redução de massa na parte intermediária em arco. (SILVA, 2012, p.404)

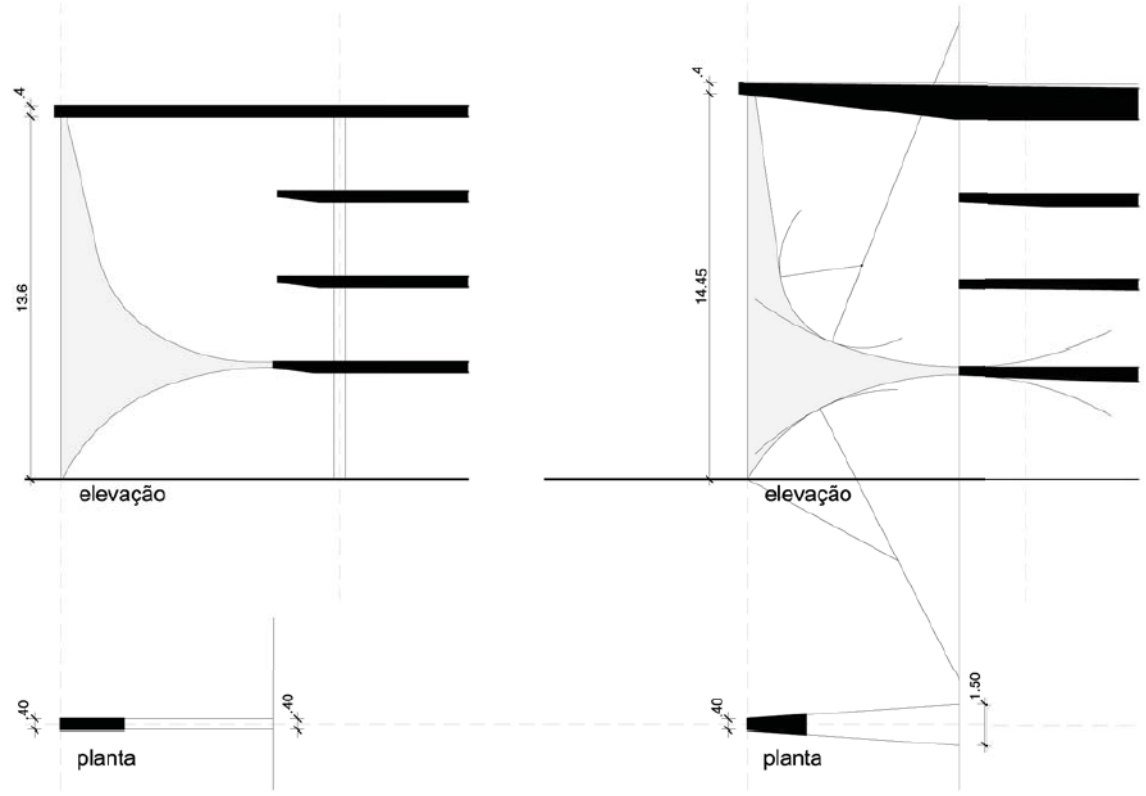


Figura 50: Coluna conforme 2ª versão do segundo projeto (à esquerda) e novo desenho da coluna durante a execução da obra (à direita).
Fonte: SILVA, 2012, p.406.

Na solução de cobertura, a estrutura estava condicionada pela arquitetura e vice-versa, de modo que a malha do plano de cobertura funcionava ora como elemento estrutural, ora como pergolado para os jardins do último pavimento.

> No plano de cobertura as respostas elaboradas pela engenharia possuíam como principais exigências de equilíbrio, segundo os critérios e dimensionamentos previstos pela arquitetura, os pórticos laterais das varandas e a marcação do principal acesso pela supressão das colunas. A estes desafios juntava-se a descontinuidade prevista para as aberturas dos jardins no quarto pavimento que, por sua vez, demandavam cuidadosa solução para encaminhamento de águas pluviais, procurando desviá-las destes vazios.
>
> [...] O caimento ocorre em direção ao eixo longitudinal do edifício e as mesas inferior e superior das vigas são previstas de modo a contemplar interrupção, sempre que necessária, para as aberturas exigidas pela laje de cobertura. Nestas

[71] Fausto Amadeu Francisco Favale, Engenheiro civil da Construtora Pacheco Fernandes Dantas Ltda., responsável pela obra, em depoimento concedido a Élcio Gomes da Silva, em 15 de abril de 2011, em São Paulo.

> interrupções, vigas principais e secundárias fazem as vezes de pérgola no jardim e, na continuidade destas faixas pergoladas, são lançadas também as principais calhas da cobertura. Em trechos estratégicos a captação e condução contam com a disposição de calhas auxiliares - ao longo das aberturas dos jardins e no trecho central - constituídas por rebaixos no vigamento secundário, mantendo-se, no entanto, as alturas no vigamento principal. (SILVA, 2012, p.393-394)

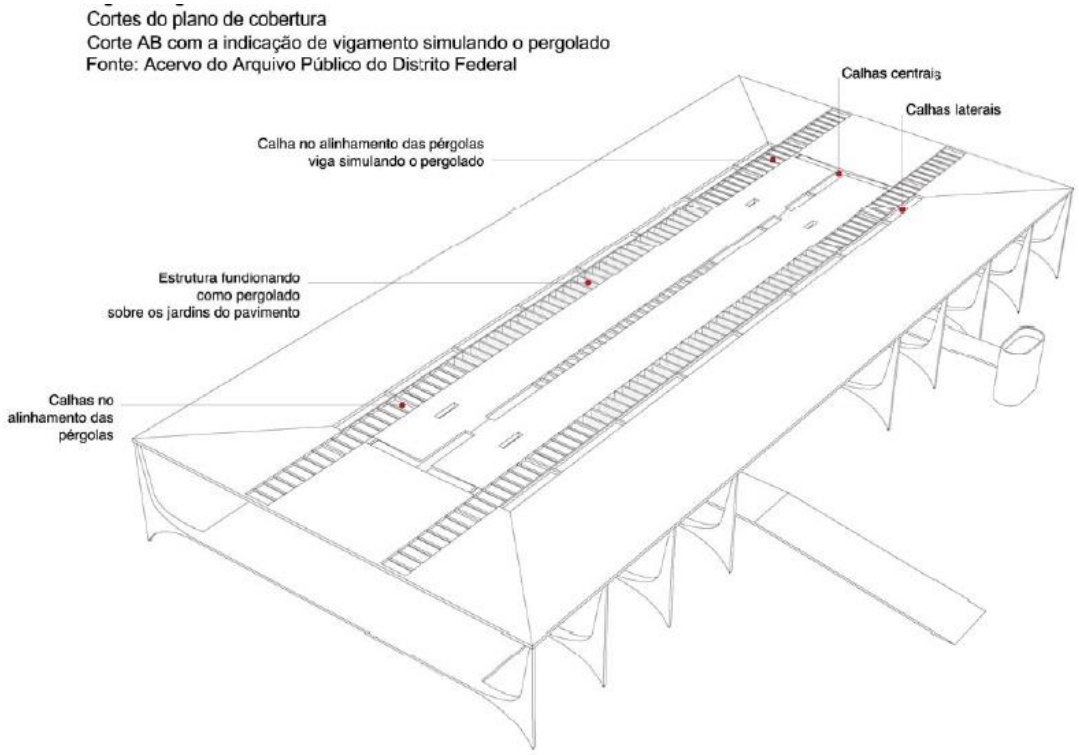


Figura 51: Modelo virtual de 2011 do plano de cobertura projetado.
Fonte: (SILVA, 2012, p.400)

Sendo assim, "a etapa de desenvolvimento do Palácio do Planalto tem os primeiros registros a partir de março de 1958 e constitui-se dos produtos desenvolvidos até o mês de junho de 1960", conforme esclarece SILVA (2012, p.388).

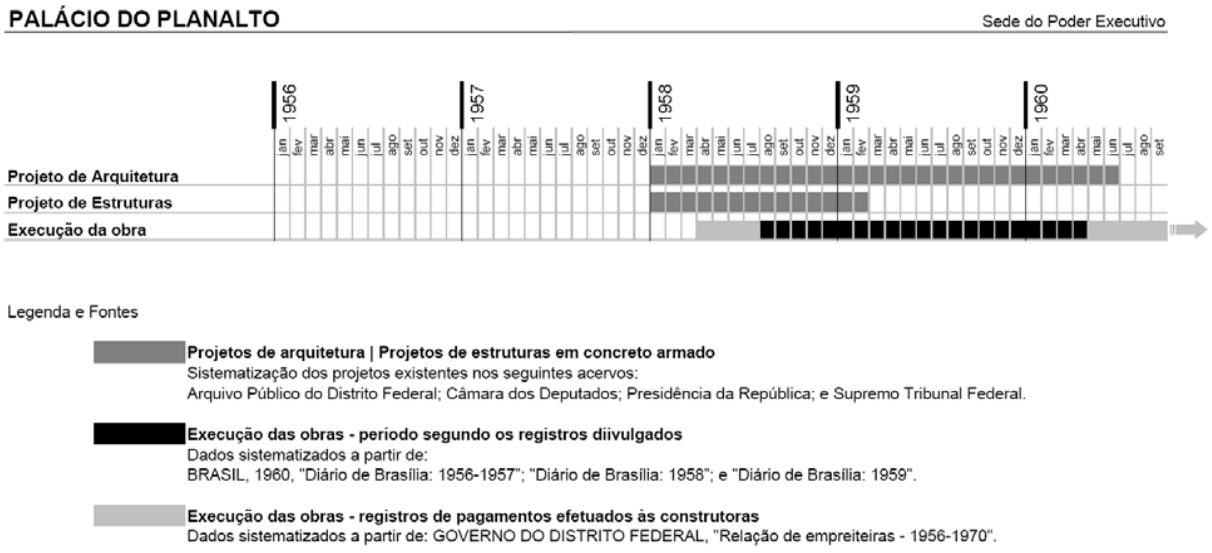


Figura 52: Cronologia do Palácio do Planalto: projetos e execução das obras.
Fonte: SILVA, 2012, p.53.

Nesta exposição cronológica da concepção e construção do Palácio do Planalto é possível observar a influência dos condicionantes históricos e estéticos do ideário moderno na prática projetual do arquiteto Oscar Niemeyer, especialmente ao destacar os aspectos plásticos e estruturais, as técnicas e materiais construtivos empregados em revestimentos, vedações e elementos de composição, as relações existentes entre arquitetura, urbanismo, paisagismo e obras de arte integradas. Paralelamente, ressaltamos as principais características essenciais, presentes desde os primeiros estudos elaborados por Niemeyer no processo de definição da obra, tais como amplitude e transparência espacial, leveza, pureza, visibilidade entre interior e exterior da obra, simplicidade geométrica, emprego de soluções compactas, setorização de usos, hierarquia entre elementos, padronização de tipos de revestimentos e vedações, distribuição espacial definida a partir da modulação estrutural, proporção, simetria e equilíbrio através de relações matemáticas, da geometrização das formas, da linearidade da superfície e da organização geométrica das partes individualmente e entre si composição baseada em premissas da arquitetura moderna e em fundamentos da linguagem clássica, busca por unidade formal e estética com outros palácios de Brasília.

Embora esta abordagem do objeto desde a fase de concepção e construção apresente dados relevantes sobre as características e elementos essenciais da edificação enquanto obra de arte e objeto histórico, como veremos, no processo de intervenção do restauro do Palácio do Planalto os aspectos projetuais e construtivos não são considerados como testemunhos da trajetória do edifício. De fato, a documentação do Processo de Tombamento nº.1550-T-07 não apresenta informações detalhadas sobre estes aspectos históricos, estéticos, formais e técnicos de cada edificação, uma vez que somente as informações básicas de cada obra foram reunidas em *Fichas-índice* para instrução do tombamento. Por outro lado, a documentação do Inventário do Palácio do Planalto também apresenta uma leitura panorâmica sobre a trajetória histórica do edifício sem apontar diretrizes de conservação, como veremos, mas se preocupa em descrever as características do objeto arquitetônico destacando-o como obra de arte.

3.2 Abordagem do Inventário e principais intervenções (1960-2008)

No processo de valorização e acautelamento de obras de arquitetura, urbanismo e paisagismo como patrimônio nacional, sejam em relação a obras modernas ou não, os inventários tem assumido papel destacado como fontes de conhecimento e documentação, bem como ferramentas de ação. Sobre esta questão, antes de nos deter especificamente na abordagem do

inventário do Palácio do Planalto, cabe destacar a existência de diferentes tipos de inventários[72] adotados pelo IPHAN, sobretudo a partir das necessidades de gestão dos bens.

De um modo geral, a UNESCO e o Conselho de Cooperação Cultural da Europa em 1963 apontaram níveis diferenciados de levantamento de modo que poderíamos diferenciar os seguintes tipos de inventário: *inventário de identificação* de características e valores; *inventário de proteção* com informações indispensáveis para a preservação; *inventário científico* com informações detalhadas com maior profundidade. (AZEVEDO, 1989 In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende, 1998)[73]

Para obras não tombadas pelo IPHAN, de modo geral, promove-se um *inventário de conhecimento, de identificação, de varredura ou de arrolamento* visando elencar informações básicas sobre determinado objeto, cujo objetivo principal é conhecer e documentar para reconhecer valores e, posteriormente, promover sua preservação como objeto patrimonial, seja através do tombamento ou do registro.

Para obras já tombadas, no entanto, pode-se promover um inventário de conhecimento, de proteção ou científico, especialmente em complementação aos dados do processo de tombamento. Deste modo, é possível destacar uma série de inventários com metodologias distintas que já foram adotadas pelo IPHAN em função das diferentes necessidades de gestão, sobretudo em face da natureza específica do bem e suas particularidades. Dentre as diversas metodologias e respectivos tipos de bens destacam-se o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI-SU), o Inventário de Bens Arquitetônicos (IBA), o Inventário Nacional de Configuração do Espaço Urbano (INCEU), o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), Inventário Nacional de Coleções Arqueológicas (INCA) e o Inventário Nacional de Diversidade Linguística (INDL). Cabe destacar ainda os inventários temáticos que elencam dados sobre um tema específico como, por exemplo, o *Inventário da imigração alemã em Santa Catarina* e o *Inventário da arquitetura moderna em São Paulo*. (MOTTA, SILVA, 1998)

[72]Conforme definição utilizada por Lia Motta e Luciano Teixeira na disciplina "Instrumentos de Valorização e Identificação do Patrimônio Cultural" durante o 2º Módulo de Aulas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Outubro de 2012: "O inventário tem como objetivo reunir, sistematizar e difundir informações, relaciona-se com os bancos de dados, sistemas de informação, repositórios e arquivos. O inventário como método de pesquisa tem como especificidade a produção de levantamentos e registros sistemáticos, buscando dar conta de um universo "coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão", passíveis de descrição, análise, comparação e classificação. Tem com característica constituir suas próprias fontes de investigação." (MOTTA, Lia; TEIXEIRA, Luciano, 2012)

[73] AZEVEDO, Paulo Ormindo. Inventário como Instrumento de Proteção: A Experiência Pioneira do Ipac-Bahia. In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). Inventários de Identificação: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

Em 25/07/2008 o DEPAM instituiu através a Portaria nº.001/2008 o Grupo de Trabalho *Acautelamento da Arquitetura Moderna*[74], formado por técnicos do IPHAN lotados em diversos estados do país, cujo principal objetivo era promover a identificação e salvaguarda de bens da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos brasileiros. A realização do Inventário Nacional do Patrimônio Edificado Moderno, iniciada em 2008 através de uma ação-piloto de abrangência nacional, visava realizar um "levantamento o mais amplo e abrangente possível dos bens de interesse ligados à arquitetura, ao urbanismo e ao paisagismo modernos no Brasil" e promover o tombamento federal daqueles bens do patrimônio edificado moderno brasileiro "cuja representatividade nacional seja reconhecida, como forma de garantir a sua preservação". Na primeira etapa de produção deste inventário temático, considerando a diversidade da produção moderna brasileira, o referido GT optou por utilizar a metodologia do SICG desenvolvida pelo IPHAN, inclusive tendo em vista que os dados seriam sistematizados num banco de dados.

Nesse ponto, cabe ressaltar que o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) propõe-se a constituir um banco de dados incorporando diferentes tipos de informações em uma mesma plataforma e visa integrar dados de conhecimento (informações básicas ou cadastrais sobre o bem) e de gestão (dados derivados de vistorias e relatórios sobre o estado de conservação e preservação do bem). Entretanto, embora o SICG pudesse incorporar os dados já levantados nos diversos inventários já adotados pelo IPHAN, têm efetivamente substituído as metodologias de inventário preexistentes ao procurar sistematizar as informações em um novo padrão de fichas de levantamento.

No caso das obras de Oscar Niemeyer, especificamente, cabe destacar que o tombamento não foi precedido de documentação detalhada ou de conhecimento mais exaustivo sobre cada bem em particular, mas sim, de uma *ficha-síntese* de dados a partir da listagem de obras indicadas para preservação. Tal fato implicou numa nova função para os inventários que vêm sendo desenvolvidos que nesse que caso não é só de conhecimento ou de identificação, mas principalmente uma ferramenta de gestão, pois na prática, os Inventários do IPHAN/DF tendem a funcionar como instrumento jurídico de proteção, inclusive assegurado pelo Artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[74] Informações constantes no Plano de Trabalho: Grupo de Trabalho 4 – Acautelamento da Arquitetura Moderna. Brasília: IPHAN, 2008. In: ANDRADE, ANDRADE, FREIRE, 2009.

> I - as formas de expressão;
>
> II - os modos de criar, fazer e viver;
>
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
>
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
>
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
>
> § 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (Grifo nosso) [75]

Esta proteção já funciona, na prática, com o Inventário da Unidade de Vizinhança e com o Inventário das Obras de Athos Bulcão no DF. Em ambos os casos, os objetos integram o conjunto urbanístico tombado em nível federal, de modo que o objeto inventariado é analisado como bem de valor patrimonial e estes inventários dão subsídios à análise técnica do IPHAN, apesar do bem não ser objeto de tombamento específico pelo IPHAN e apresentar tombamento distrital pelo GDF. Deste modo, na argumentação dos pareceres cita-se não só o tombamento distrital, mas também o inventário como proteção federal, sobretudo no caso das obras do Athos Bulcão, pois o tombamento é distrital, mas foi o IPHAN que inventariou cada obra em particular.

No caso das obras de Niemeyer em Brasília que já foram tombadas em decisão unanime pelo Conselho Consultivo e ainda não foram sido inscritas no Livro de Tombo de Belas Artes, o IPHAN/DF está inventariando cada obra em particular, pois, na prática, é no inventário onde os técnicos vão procurar informações detalhadas sobre a obra, pois o processo de tombamento não oferece dados específicos sobre cada bem, especialmente considerando a demanda emergencial de reparos ou restauração de uma obra de grande relevância cultural como é o caso dos palácios de Brasília. No processo de contratação destes inventários fica claro que além de conhecer e documentar o bem, o inventário serve para apontar critérios e diretrizes de intervenção, restauração e conservação para o bem e seu entorno, de forma explícita. Portanto, além do levantamento cadastral de desenhos, croquis, fotografias, projetos arquitetônicos, etc., da pesquisa histórica e organização das informações relevantes, ou seja, do inventário de conhecimento da obra em si, o inventário assume ainda um papel propositivo de ações necessárias para a preservação, portanto, diretamente voltado para a gestão do bem na prática.

No caso das obras de autoria de Oscar Niemeyer em Brasília já tombadas em 2007, portanto, os inventários funcionariam como complementação e detalhamento dos dados sobre cada bem

[75] Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

elencado no Processo de Tombamento nº.1550-T-07, de modo que pelo menos desde 2007 o IPHAN/DF vem sistematicamente elaborando inventários de conhecimento que, na prática, funcionam como instrumentos de documentação e como ferramentas de gestão. Entretanto, no caso do Palácio do Planalto, especificamente, a motivação inicial do Inventário foi de registrar e documentar o estado da arte diante da obra de reforma e restauração, iniciada em 2008 e finalizada em 2010, de modo que as principais modificações ocorridas após a inauguração do edifício são apenas elencadas. Assim, a abordagem do Inventário do Palácio do Planalto, realizado paralelamente à referida obra, entre 2008 e 2010, procura destacar os princípios norteadores e os elementos originais que configuram o Palácio do Planalto como obra moderna, sobretudo a fim de documentar as características essenciais do bem.

O Inventário do Palácio do Planalto considera como *projeto original* as pranchas do projeto de arquitetura de Oscar Niemeyer constante no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), com datas entre 1958 e 1960, e reproduzidas por meio de fotografias do Levantamento Arquitetônico constante na Ficha-Síntese do Processo de Tombamento nº.1550-T-07 realizado pelo IPHAN.



Figura 53: Palácio do Planalto concluído (c.1960).
Fonte: PUPPI76, 1988. apud Inventário, 2010, p.57.



Figura 54: Monumento aos Candangos.
Fonte: UNDERWOOD77, 1994. apud Inventário, 2010, p.57.

No projeto original é possível notar que o pavimento térreo é menor do que os demais, sendo recuado em relação às fachadas leste, oeste e sul (principal). Junto à fachada norte concentram-se salas pessoais, serviços médicos e sanitários. Alinhados a estes ambientes,

[76] PUPPI, Lionello. A arquitetura de Oscar Niemeyer. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Revan, 1988, p.87. Direitos autorais: Fundação Oscar Niemeyer.
[77] UNDERWOOD, David. Oscar Niemeyer and the architecture of Brazil. New York: Rizzoli International Publications, 1994, p.115. Direitos autorais: Fundação Oscar Niemeyer.

encontra-se uma entrada privativa para o presidente, com elevador privativo e acesso distinto para sua sala, sem ter que atravessar as áreas comuns do Palácio. Cada extremidade do saguão dispõe de um conjunto de elevadores para circulação vertical de funcionários e visitantes. O térreo constitui-se de um grande hall de entrada para acesso público, destinado à recepção de visitantes e funcionários, e caracteriza-se por ser um espaço aberto e de ampla visibilidade para a Praça dos Três Poderes.



Figura 55: Vista da Praça dos Três Poderes a partir da rampa externa do Palácio do Planalto, em 21 abr. 1960.
Fonte: Inventário do STF, 2013, p.13.

O segundo pavimento busca representar a imagem pública do governo e destina-se às recepções oficiais. Na extremidade oeste projeta-se, em pé direito duplo, o Salão de banquetes ou Salão Oeste para recepções e banquetes de personalidades estrangeiras; na extremidade leste, em pé direito simples, o Salão Leste para recepções e banquetes de personalidades nacionais. Ambos têm acesso às varandas situadas na laje intermediária entre o pavimento térreo e o segundo. Na extremidade norte, um Salão de estar para menores recepções, salas para vestiários e sanitários. No centro da planta encontra-se o Hall Nobre ou Salão de solenidades oficiais, com pé direito duplo e parede revestida de espelhos que compõe uma "dupla fonte luminosa" (BRUAND, 2003, p. 194) que proporciona a sensação de amplitude espacial. O Salão Nobre é acessado através dos elevadores ou da rampa externa, utilizada em eventos de caráter monumental ou cerimônias solenes, e também é através deste andar que se têm acesso à tribuna voltada para a Praça dos Três Poderes.



Figura 56: Execução das pilastras e parlatório.
Fonte: ArPDF. In: Inventário, 2010, p.56.



Figura 57: Composição do parlatório e pilastras na Fachada Sul.
Fonte: ArPDF (1960) In: Inventário, 2010, p.56.

O terceiro pavimento destina-se às atividades do presidente e seus assessores. O gabinete presidencial mantem-se com acesso restrito e independente, sendo as salas presidenciais, apoios, salas de reunião, secretarias, sanitários, etc. concentradas junto à fachada norte. O terceiro pavimento é acessado pelos elevadores ou diretamente pela elegante rampa que liga o salão nobre do segundo pavimento ao mezanino que funciona como recepção e espera das salas presidenciais e também apresenta uma parede de espelhos. Neste andar mantêm-se a mesma lógica da amplitude espacial sendo que toda a área voltada para a Praça dos Três

Poderes é livre, permitindo a entrada de iluminação natural e visibilidade desobstruída do espaço interior e exterior.



Figura 58: Rampa do Hall Nobre que liga o 2º piso ao mezanino.
Foto: Peter Scheier (196?). Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles
In: SILVA, 2012, p.549.

O quarto pavimento destina-se a abrigar os gabinetes civil e militar, secretarias e apoios da presidência. As salas eram contínuas às fachadas da caixa de vidro ou voltadas aos jardins internos de modo que recebiam iluminação e ventilação natural a partir dos rasgos longitudinais que compunham um pergolado na cobertura. O acesso de funcionários era disposto pelo conjunto de elevadores leste e o acesso público pelos elevadores oeste, sendo que a recepção situava-se junto à fachada oeste, com vista para a Esplanada dos Ministérios.



Figura 59: Vista aérea do Palácio no término da obra: notar rasgos na cobertura.
Fonte: ArPDF (1960) In: Inventário, 2010, p.56.

Havia ainda um subsolo para abrigar apoios, serviços e outras funções menos nobres que seriam distribuídas em volume distinto do corpo principal do Palácio.

> O palácio era ainda constituído de subsolo, o qual não se localizava exatamente abaixo do corpo principal do edifício, mas era recuado, beneficiando-se do grande desnível em relação ao Eixo Monumental (via N1) e à via N2, que passa na parte posterior do palácio. (...) O subsolo podia ser acessado pela via N2, mas também pela via N1; o acesso presidencial poderia ser feito pelo pavimento térreo, assim como pelo subsolo, através de acesso privativo. O subsolo compreendia ainda os acessos e garagens de veículos oficiais; carga e descarga; quartos e vestiários de empregados; salas para imprensa; e serviços de apoio. (PADUA, 2013, p.206)



Figura 60: Vista aérea do Palácio do Planalto com estacionamento lateral e subsolo na fachada posterior.
Fonte: ArPDF (11/01/1973) In: Ficha-Síntese do Palácio do Planalto (Processo nº.1550-T-07).

O Inventário apresenta como se deu o processo de ocupação do planalto central, o desenvolvimento do Plano Piloto e a história do Palácio do Planalto destacada a partir de cada presidente de governo que utilizou as dependências da edificação enquanto sede do poder executivo. Nessa "contextualização histórica, política e arquitetônica", quanto às modificações ocorridas após a inauguração do Palácio em 21/04/1960 e antes da obra de

restauro realizada entre 2008 e 2010, o Inventário destaca apenas a construção do espelho d'água[78] do Palácio do Planalto:

> O presidente José Sarney[79] no final de seu governo estava com a sua popularidade em baixa, incorrendo em um fato memorável para a história do Palácio, quando um motorista desempregado pretendeu invadir o Palácio do Planalto com o ônibus que dirigia, acabando por chocar-se em uma das colunas do edifício. Este ocorrido levou à construção do espelho d'água, no ano de 1991, que foi feito em regime de urgência. Na ocasião, comentava-se de modo sarcástico que o Palácio desgovernado havia se chocado com um ônibus. (Inventário, 2010, p.20-21)



Figura 61: Recuperação do espelho d'água rente à fachada em 1992. Foto: Raimundo Pacco. Fonte: Correio Brasiliense (22 mai. 1992). In: Inventário, 2010, p.22.



Figura 62: Vista da Fachada Sul e Oeste com espelho d'água. Foto: Leonardo Horta (2008). In: Inventário, 2010, p.91.

Cabe lembrar que no cerne do primeiro projeto do Palácio Presidencial quando a implantação da sede do poder executivo ainda não estava vinculada ao contexto da Praça dos Três Poderes, mas sim a um conjunto urbano monumental, havia um lago curvilíneo que funcionaria como elemento integrador entre as edificações, de modo que havia um espelho d'água à frente do Palácio Presidencial. Entretanto, no contexto da Praça, a construção do espelho d'água em polígono retilíneo não remete àquele da primeira proposta do Palácio, pois funciona como uma barreira física em resposta a uma demanda de segurança.

> Poucas foram as modificações significativas realizadas na edificação do Palácio do Planalto desde a sua construção em 10 de julho de 1958. No projeto de Oscar Niemeyer, o edifício que apresenta a pureza de linhas e a dominância dos traços horizontais ganha, somente em 1991, um espelho d´água que passa a ocupar uma área à frente e na lateral direita com aproximadamente 1.635 metros quadrados, profundidade de 1,1 metros e largura variando de 5 a 20 metros. Em suas águas são encontradas carpas coloridas de origem japonesa. Tal acréscimo foi feito em regime de urgência e pretendia ser uma barreira física entre o livre acesso e as dependências da presidência, afastando possíveis ataques à mesma. (Inventário, 2010, p.54)

[78] O espelho d´água foi solicitado a Niemeyer no governo de José Sarney, mas somente foi construído durante o governo de Fernando Collor. Cf. RAMOS, 2011, "Palácio do Planalto", p. 100 apud SILVA, 2012, p.538.

[79] Cabe lembrar que neste contexto de democracia política após o fim do Regime Militar, em 1987, durante o governo de José Sarney, o Plano Piloto de Brasília é tombado pelo GDF e inscrito na lista do patrimônio mundial pela UNESCO, conforme explanado no capítulo 2.



Figura 63: Desenho poligonal do espelho d'água do Palácio do Planalto.
Fonte: Inventário, 2010, p.46.

Conforme aponta o Inventário, a obra de reforma e/ou restauração do Palácio, iniciada em março de 2009 e concluída em agosto de 2010, visava "atender às demandas cotidianas do bem e reverter o grau de improvisos e precariedade de tantas intervenções isoladas[80] ao longo de sua existência" (2010, p.25).

Vale ressaltar que o Inventário não descreve as intervenções pontuais que ocorreram ao longo do tempo no Palácio do Planalto, embora nas plantas de Levantamento Arquitetônico listadas na Ficha-Síntese do Processo de Tombamento nº.1550-T-07 estejam documentas algumas alterações: modificação de projeto do 3º pavimento, em prancha de desenho à mão, datada de 1962; projeto do 4º pavimento, em prancha de desenho à mão, datada de 1970; situação geral, em prancha de agosto de 1977 que apresenta a ligação com os edifícios anexos; conjunto de pranchas de arquitetura contendo planta baixa do subsolo, térreo, 2º pavimento, 3º pavimento e 4º pavimento, datado de 29/05/2006, no qual já se destaca o salão oval[81].

Através de comparação entre imagens da época da inauguração e fotos mais atuais é possível observar algumas destas intervenções pontuais.

Ainda na década de 1960, as colunas do Hall Nobre receberam revestimento em chapas de alumínio com acabamento fosco em substituição à pintura branca e posteriormente "o material metálico recebeu pintura automotiva na cor cinza e o acabamento original não foi reconstituído desde então", conforme esclarece SILVA (2012, p.539).

[80] As modificações, em geral, provocaram uma compartimentação excessiva dos ambientes internos do Palácio em função de demandas de uso, como alterações no layout com adição de novas salas, gabinetes, copas e banheiros, bem como adaptações nas instalações hidráulicas, elétricas, de telefonia, lógica, sistemas de segurança, etc.

[81] Segundo o Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à "Restauração do Palácio do Planalto" constante no Arquivo do IPHAN/DF, a inserção do salão oval ocorreu na década de 1990, entretanto, não é possível afirmar se esta intervenção ocorreu antes ou depois do tombamento federal, cujo processo teve início em 1990, sendo regulado através da publicação da Portaria nº. 314 de 1992 do IPHAN.

Além disso, no projeto arquitetônico e nas imagens da inauguração em 1960 a rampa que liga o segundo pavimento ao terceiro pavimento não apresentava corrimão e era revestida em carpete verde escuro, conforme descrição de BRUAND (2003, p.194). O corrimão foi inserido provavelmente por questões de segurança e o carpete foi substituído por outro de cor mais clara em determinada época, não sendo possível precisar quando ocorreram estas alterações.

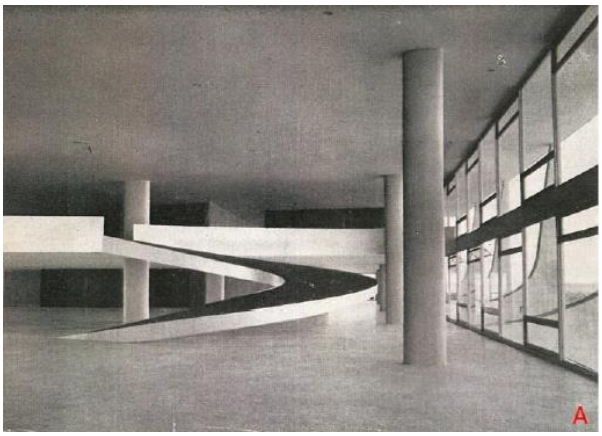


Figura 64: Rampa com carpete verde escuro e sem corrimão; colunas com pintura branca.
Fonte: Revista Acrópole, Edição Especial de Brasília, 1960. In: PADUA, 2013, p.212.

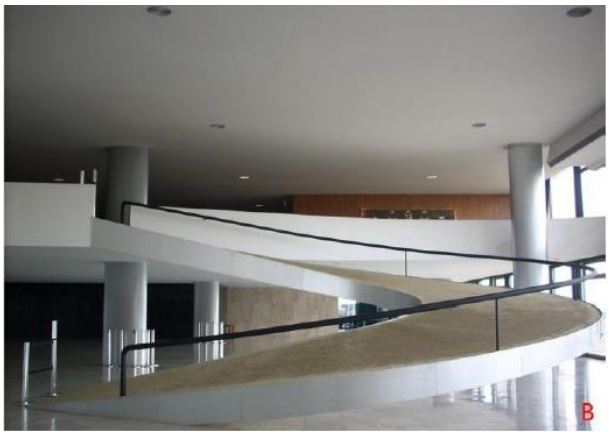


Figura 65: Rampa com carpete mais claro e com corrimão; revestimento das colunas em chapas de alumínio.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.212

Alterações de customização espacial em função das demandas de uso foram realizadas por diferentes governos que ocuparam o Palácio do Planalto de modo que o subsolo foi sendo fragmentado para abrigar salas de funcionários e serviços de apoio não previstos no projeto original. A demanda crescente gerou a construção de anexos, projetados entre 1975 e 1977.



Figura 66: Vista aérea do Palácio do Planalto e anexos junto à fachada oeste.
Foto Silvio Cavalcanti (Década de 1980). Fonte: IPHAN/DF In: Ficha-Síntese do Palácio do Planalto (Processo nº.1550-T-07).

Durante o governo militar[82] o Palácio do Planalto foi equipado com sistema central de ar condicionado. Em decorrência das instalações de climatização o forro foi rebaixado em alguns ambientes "sendo possível visualizar o duto de ar condicionado central do terceiro pavimento na fachada frontal do Palácio" e para gerar um espaço para os equipamentos no interior do edifício "as paredes espelhadas dos halls de recepção do segundo e terceiro pavimentos foram duplicadas", segundo esclarece PADUA (2013, p.212).



Figura 67: Dutos de ar condicionado visíveis na fachada.
Foto: Leonardo Horta. Fonte: Inventário, 2010, p.92.



Figura 68: Duto de ar condicionado no Mezanino.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.218.

> No quarto pavimento, os extensos jardins longitudinais foram compartimentados, recebendo, cada um, três caixas para implantação dos equipamentos. As caixas inseridas nos jardins internos receberam tratamento com painel de azulejos do artista plástico Athos Bulcão, que passou a ser referência do quarto pavimento do palácio. (PADUA, 2013, p.212)

Os padrões dos azulejos em verde e azul foram concebidos por Athos Bulcão em 1982, especialmente para os jardins internos do 4º pavimento. Portanto, trata-se de uma contribuição artística integrada, apesar de ser posterior ao projeto original, pois os painéis foram desenvolvidos exclusivamente para o Palácio do Planalto.



Figura 69: Jardins, pérgolas de iluminação natural e painel ao fundo.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.213.



Figura 70: Painel de azulejos de Athos Bulcão.
Foto: Carolina Padua (2008). Fonte: Inventário, 2010, p.173.

[82] No ano de 1979, conforme informações da Coordenação-Geral de Engenharia e Palácios (COENP), responsável pelos serviços de manutenção do Palácio do Planalto. (PADUA, 2012, p.232)

Ao longo da trajetória do edifício o 4º pavimento foi o que sofreu maiores alterações, sobretudo em função de constantes acréscimos no número de funcionários.

> Embora inicialmente tivesse sido prevista a ocupação do quarto pavimento somente pelo Gabinete Militar e pelo Gabinete Civil, em 2008, o mesmo era ocupado pela Secretaria-Geral da Presidência; Casa Civil; Secretaria de Relações Institucionais; Secretaria de Comunicação Social; e Gabinete de Segurança Institucional.
>
> Dessa forma, é possível imaginar a quantidade excessiva de salas necessárias para abrigar esses ministros, secretários e seus assessores mais próximos; sem contar o acréscimo de espaços para apoio dessas secretarias, como salas de reunião, copas e sanitários, entre outros.
>
> Todos os espaços livres deste pavimento, nos últimos anos, foram ocupados por salas. Por mais que o projeto original de Oscar Niemeyer previsse o fechamento com divisórias removíveis, provavelmente pensando em sua flexibilidade frente aos diferentes governos, essas salas foram projetadas visando a qualidade do espaço, sempre recebendo iluminação e ventilação externas, quer através da caixa de vidro periférica, quer pelos jardins internos. No entanto, o cenário encontrado antes da intervenção apresentava enorme quantidade de salas, sem muitas preocupações em relação à ventilação e iluminação naturais. (PADUA, 2013, p.214)



Figura 71: Interior de uma sala do 4º pavimento.
Foto: Carolina Padua (2008). Fonte: Inventário, 2010, p.173.

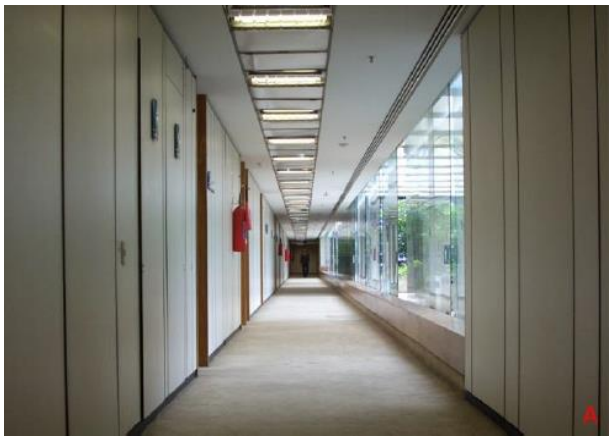


Figura 72: Corredor das salas do 4º pavimento e jardins internos.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.213.

Algumas intervenções físicas ocorreram em função da ampliação de espaços do Palácio destinados à imprensa[83].

> A imprensa oficial da Presidência da República era a única que ocupava salas dos pavimentos superiores do Palácio do Planalto, desde a inauguração. No entanto, a imprensa não oficial, em determinado momento[84], passou a ocupar local nobre do edifício. Em 2008, as equipes de imprensa ocupavam o pavimento térreo do palácio, junto à fachada norte, espaço antes reservado para serviços médicos e salas pessoais. Com isso, para os profissionais de imprensa não circularem pelo hall de recepção, foram realizados rasgos na parede entre o hall e as salas, como forma de facilitar à imprensa a visualização da movimentação de acesso ao palácio. (PADUA, 2013, p.214-215)

[83] Durante o governo de Itamar Franco o Comitê de Imprensa no pavimento térreo foi ampliado, conforme informações da Coordenação-Geral de Engenharia e Palácios (COENP), responsável pelos serviços de manutenção do Palácio do Planalto. (PADUA, 2012, p.233)

[84] "Não foi possível determinar em qual momento ocorreu essa importância demasiada à imprensa, que passou a ocupar espaços nobres dentro do corpo principal do Palácio do Planalto, mas é possível que tenha sido nos governos pós-ditadura, como forma de negar o passado repressivo". (PADUA, 2013, p.215)



Figura 73: Rasgos entre a parede do hall de recepção e as salas ocupadas pela imprensa no térreo do Palácio do Planalto.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.213.

Segundo PADUA (2013, p.213) durante o governo de Fernando Collor[85] "o original Salão Leste foi dividido em duas partes": o Salão Oval, ambiente fechado e restrito às reuniões interministeriais, cujo projeto é de autoria de Oscar Niemeyer, e o Salão de coletivas para receber a imprensa.



Figura 74: Salão Oval (à direita) e Salão de coletivas para a imprensa (à esquerda), inseridos na década de 1990 no 2º pavimento, onde originalmente havia o Salão Leste.
Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.213.

Sobre a documentação dos trabalhos, cabe ressaltar que o Inventário não apresenta relatórios descritivos e analíticos sobre as intervenções ao longo da trajetória histórica da edificação e sua abordagem não expõe as discussões técnicas e divergências teóricas constantes no Processo nº.01551.000527/2008-26 referente à "Restauração do Palácio do Planalto" que apresenta relatórios fotográficos e críticos ao longo da execução da obra, alinhados ao Artigo 16º da Carta de Veneza:

> Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como

[85] Cabe lembrar que em 1990, durante o governo de Fernando Collor, o Conjunto Urbanístico de Brasília é tombado em nível federal, conforme explanado no capítulo 2. Cabe ressaltar ainda que em 1990, durante o governo Collor, a SPHAN e a FNPM são extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).

> os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.

Em suma, embora um dos objetivos do Inventário do Palácio do Planalto tenha sido fornecer subsídios para ações de preservação a serem empreendidas pelo IPHAN, na prática, ele consiste em um levantamento de informações gerais sobre o bem que apresenta uma espécie de registro do estado atual da edificação, mas não avalia criticamente as patologias e intervenções que ameaçam a leitura das características essenciais da obra e não indica medidas de conservação corretivas e/ou preventivas. Embora apresente um levantamento de dados sobre o bem, a abordagem do Inventário não oferece uma espécie de radiografia detalhada da obra a partir da sua trajetória, do projeto original até o estado em que se encontrava o bem após a intervenção de restauro.

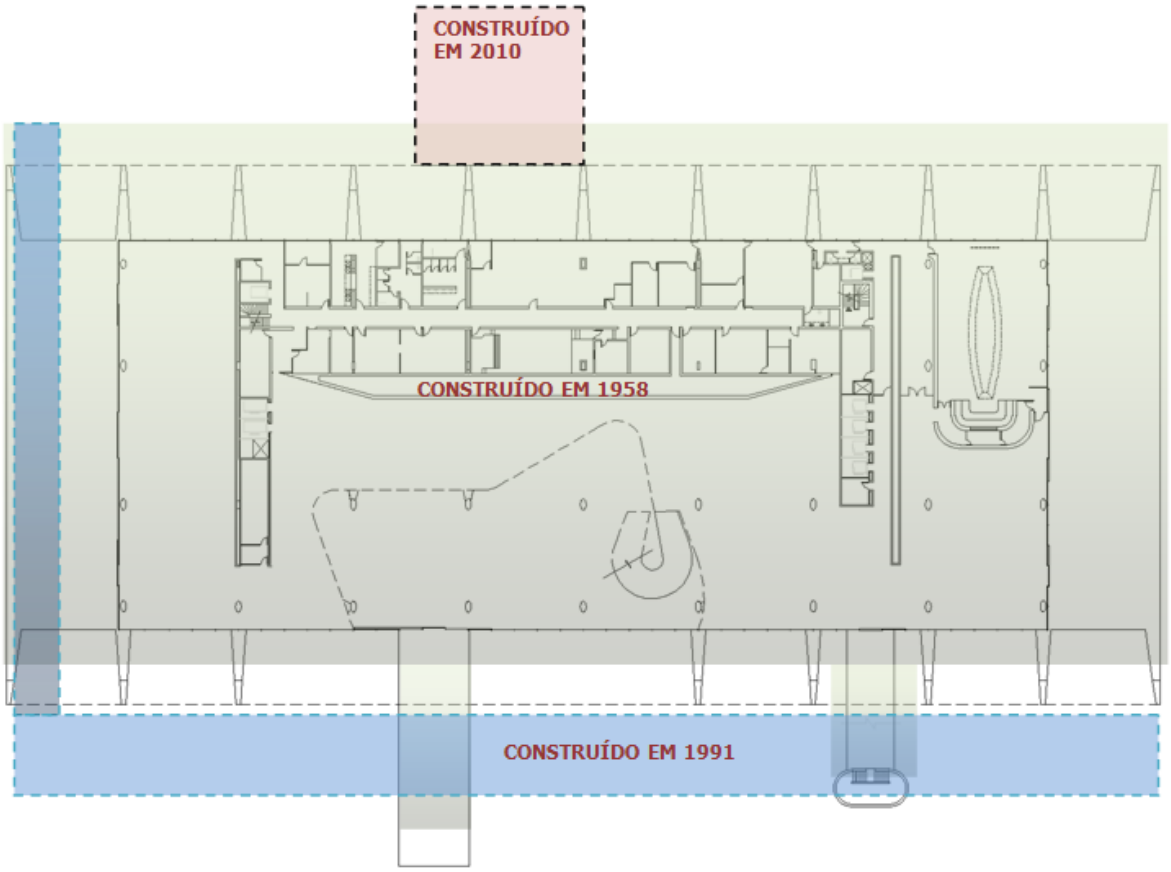


Figura 75: "Edificação construída em 1958, Espelho d´Água em 1991 e Caixa de Escada e Elevadores em 2010".
Fonte: Inventário, 2010, p.54.

Na prática, portanto, o Inventário do Palácio do Planalto funciona como instrumento de documentação, mas não oferece subsídios para apontar diretrizes de conservação. Uma vez que não apresenta informações detalhadas sobre a trajetória histórica do edifício e não avalia o estado de conservação quanto à integridade, originalidade e autenticidade do bem diante das diversas intervenções sofridas ao longo do tempo, o Inventário não oferece subsídio à gestão

do bem diante de uma intervenção de restauração. Nesse ponto cabe observar o Artigo 15 da Conferência de Nara:

> Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. (...) Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões especificas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas, sociais e científicas.

Como veremos a seguir, no processo de restauração do Palácio do Planalto a intervenção não parte de uma avaliação crítica do estado da obra antes da intervenção (ANEXO 08) ou de um mapeamento de danos, nem de um levantamento histórico detalhado sobre o bem, mas a necessidade de retomar as configurações do projeto original revela-se como a principal preocupação do IPHAN. Nesse caso, fica evidente que os valores artísticos se sobrepõem aos valores históricos de modo que a conservação da edificação como obra de arte estaria condicionada ao retorno da obra às suas feições originais. Por um lado, o entendimento do objeto arquitetônico como obra de arte pressupõe a manutenção das suas características originais, mas não garante a permanência dos materiais originais, uma vez que admite substituições de elementos arquitetônicos, revestimentos e tipos de vedações. Por outro lado, os diferentes posicionamentos técnicos dentro do IPHAN/DF revelam os desafios de atuação da instituição diante das especificidades de uma obra de restauro em um bem moderno, especialmente à luz das teorias de restauração.

3.2 Abordagem do processo de restauração do Palácio do Planalto (2008-2011)

Conforme as informações reunidas no Processo nº.01551.000527/2008-26 referente à "Restauração do Palácio do Planalto" constante no Arquivo do IPHAN/DF, a intervenção de restauro do Palácio do Planalto, iniciada em 2008 e finalizada em 2011, incluiu intervenções arquitetônicas na configuração espacial interna e externa do imóvel, nos bens integrados, nos agenciamentos e jardins internos e externos, nas instalações elétricas, hidráulicas e de segurança. Inicialmente, descrevemos as propostas de intervenção conforme o projeto de restauração/reforma, destacando os posicionamentos do IPHAN diante das principais modificações, alterações e adaptações. Posteriormente, apresentamos o processo de restauro e reforma em si a partir do desenvolvimento da obra, analisando as intervenções executadas à luz das considerações técnicas e teóricas, especialmente através das principais recomendações

internacionais de conservação e restauração. Paralelamente, faremos uma análise comparativa entre o antes e o depois da intervenção, sobretudo através da documentação iconográfica.

Em 16/09/2008, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República (SA/PR) encaminha o Projeto de Restauro do Palácio do Planalto (ANEXO 09), desenvolvido pelo Escritório de Oscar Niemeyer, para análise do IPHAN. Em atenção ao projeto, o Parecer nº.39/2008 do IPHAN/DF questiona a proposta de restauração apresentada, sobretudo por considerar que algumas modificações alteravam as características essenciais do bem tombado, conforme explicita o referido Parecer:

> Em relação à apresentação do projeto, este não fornece informações necessárias para identificar, com exatidão, todos os serviços a serem executados, assim como as áreas e materiais a serem conservados e/ou substituídos. Não foram fornecidos cronologia construtiva da edificação, levantamento do estado de conservação, memorial descritivo, caderno de encargos, quadro de áreas e detalhamentos que explicitem a técnica de restauração aplicada, itens essenciais para uma análise consistente de um projeto de restauração.
>
> Entende-se que o projeto proposto foi norteado pela necessidade de revisão das demandas atuais das atividades administrativas do Palácio, que levou a uma modificação da configuração dos espaços com intervenções significativas externa e internamente.

A análise técnica se posiciona claramente sobre a preponderância dos valores do bem tombado em relação às demandas de reforma do Palácio, ainda que as modificações tenham sido propostas pelo próprio autor da obra, conforme esclarece o Parecer nº.39/2008:

> A análise técnica do projeto arquitetônico apresentado, denominado como Projeto de Restauração do Palácio do Planalto, foi conduzida considerando os valores (de uso, artístico, histórico, simbólico, entre outros) imbuídos ao bem tombado, patrimônio cultural brasileiro, associados a conceitos teóricos de restauração. Tais referenciais foram, ainda, permeados pela consideração de contemporaneidade das obras modernistas, que inclusive contam com a presença de seus autores, como foi o caso desse objeto, mas que, ao mesmo tempo, possuem um marco histórico bastante claro, possuindo uma significação coletiva essencial. Esta consideração conduz a análise técnica deste Órgão, de forma que sejam enfatizados os valores coletivos que conduzem o tombamento, respeitando a integridade conceitual do projeto arquitetônico do autor.[86]

Sendo assim, o Parecer nº.39/2008 aponta uma série de recomendações enfatizando a especificidade de um projeto de restauro, buscando "conciliar as demandas existentes à inerente necessidade de preservação do Palácio, disciplinando as intervenções à manutenção de suas características essenciais".

No subsolo (Anexo 10) as principais alterações propostas eram a criação de um segundo nível de subsolo e ampliação do existente, nos limites do estacionamento térreo localizado na

[86] O Parecer nº. 39/2008-DIVITEC-SUPERINTENDÊNCIA DE BRASILIA, de 21/10/2008, elaborado pela equipe técnica do IPHAN/DF, integra o Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à Restauração do Palácio do Planalto constante no Arquivo do IPHAN/DF.

lateral oeste do Palácio, para criação de garagens, gabinetes, áreas de serviço e apoio. Na análise do Parecer nº.39/2008 do IPHAN, "a construção em subsolo é passível de ampliação, o que evita a excessiva concentração de serviços e área técnica no corpo principal do Palácio" tendo em vista que a principal preocupação é manter a Esplanada livre, sem intervenções acima do nível da via N1 (Eixo Monumental).

No pavimento térreo (Anexo 11) o controle de acesso é modificado, com introdução de novos mobiliários e aparelhos de detecção de metal. As salas que atendem a imprensa são reduzidas, assim como a parede que as separam do grande saguão e são propostas instalações pontuadas pelo saguão sem especificação de destinação. Conforme o Parecer nº.39/2008,

> (...) a distribuição dos espaços vazios e fechados no Palácio segue uma lógica de transição entre os grandes espaços sociais e os espaços de trabalho compostos por gabinetes, salas e áreas de apoio. Esta transição é visível entre os pavimentos, sendo que o térreo é caracterizado como um grande espaço vazio de recepção, fazendo referência aos pilotis.

Seguindo a lógica da visibilidade e transparência, portanto, o Parecer considera que "a parede que separa o grande saguão das salas de apoio, junto à fachada norte do pavimento térreo, deve retornar ao seu tamanho original, garantindo maior transparência e visadas livres".



Figura 76: Transparência e continuidade visual entre interior do Palácio e a Praça dos Três Poderes.
Foto: Eduardo Rossetti. Fonte: ROSSETTI, 2012, p. 81.

No 2º pavimento (Anexo 12) prevê-se uma reestruturação geral dos ambientes internos, conforme descreve o Parecer nº.39/2008 do IPHAN:

> Na parede de granito preto dos elevadores oeste, propõe-se a abertura de quatro portas para acesso de visita técnica voltadas para o salão nobre.
>
> É proposta também uma reelaboração do layout das salas localizadas atrás da parede revestida de espelho, sendo os espaços mais compartimentados e diminuída a área na qual se encontram os aparelhos de ar-condicionado.
>
> Nos ambientes que compõem o salão oval e sala de briefing, áreas que originalmente configuravam o grande salão leste, foram criadas instalações de apoio, como sanitários e copas, que localizadas junto à parede dupla revestida de mármore bege-bahia, eliminam sua continuidade, quebrando a simetria inicialmente proposta para o pavimento. A cabine de luz e som da sala oval é redesenhada.

Conforme análise técnica constante no referido Parecer, o projeto deveria retomar a configuração original dos três salões (Salão Oeste, Salão Nobre e Salão Leste) no 2º pavimento, deslocando as atividades do Salão Oval para o 3º pavimento. Do mesmo modo, os demais ambientes de salas e apoio deveriam ser relocados e concentrados junto à fachada norte, atrás da parede de espelhos conforme previsto no projeto original. Portanto, as intervenções de caráter permanente deveriam observar a lógica original de distribuição espacial, sobretudo a organização simétrica, conforme os termos destacados do Parecer nº.039/2008:

> No segundo pavimento, as áreas abertas se sobrepõem aos ambientes fechados, sendo organizada pela simetria: um grande salão central para grandes eventos, ladeado por dois outros salões – salão leste e salão oeste e suas respectivas varandas abertas. A separação destes ambientes é feita por paredes transversais ao Palácio, revestidas em mármore bege-bahia e pelas torres de elevador revestidas em granito preto. Os ambientes fechados estão concentrados discretamente junto à fachada norte, separados do grande salão central por uma parede revestida em espelho escuro.
>
> No segundo pavimento, quanto ao salão oval, entendemos que o projeto de restauração deve propor a remoção desta intervenção da década 90, retomando-se com isso a configuração original, que prevê neste andar três grandes salões: o salão nobre central para grandes eventos, o salão leste para grandes atos relacionados à política nacional e o salão oeste para atos políticos de relações exteriores.
>
> As atividades que acontecem no salão oval, inclusive todas as instalações e equipamentos, devem ser remanejados para o terceiro pavimento, ocupando a área das salas de reunião da presidência (...)
>
> É previsto no projeto apresentado o uso do corredor entre o salão oval e a parede em mármore bege-bahia para instalação de banheiros, que quebra a continuidade da referida parede e desfaz a simetria de todo o pavimento, sendo que tais instalações, "ambas de caráter permanente", são passíveis de serem relocadas para a área ao longo da fachada norte, atrás da parede de espelho, como foi originalmente prevista para abrigar de forma discreta todo tipo de apoio. (Grifo nosso)

No 3º pavimento (Anexo 13) as alterações são pontuais, derivadas da adição de gabinetes: "na parede de granito preto dos elevadores oeste propõe-se a abertura de portas para acesso de visita técnica voltadas para o mezanino" e "nas salas destinadas à assessoria internacional, localizadas na fachada principal, observa-se nova saída dos gabinetes diretamente para o mezanino". Conforme análise do Parecer nº.039/2008,

> O terceiro pavimento está ligado ao segundo por uma imponente rampa em ferradura, a qual dá acesso ao grande mezanino, utilizado como área de recepção do gabinete da presidência. A distribuição dos ambientes fechados se lá em L, ao longo das fachadas norte e leste. Verifica-se, em relação aos pavimentos térreo e segundo, uma gradativa diminuição dos grandes salões com a introdução dos gabinetes.

No 4º pavimento e cobertura (Anexo 14), o projeto prevê a eliminação das aberturas zenitais pergoladas da cobertura para fechamento em laje de concreto, bem como supressão dos jardins internos e retirada dos painéis de azulejos de autoria do artista plástico Athos Bulcão que revestiam as paredes das casas de máquina, em função da distribuição de novas salas e gabinetes. O Parecer nº.39/2008 enfatiza que "os painéis de autoria do artista plástico Athos Bulcão não poderão em hipótese alguma serem removidos das paredes onde foram orginalmente colocados" e esclarece que "não vê óbice à modificação da organização funcional dos ambientes para responder a uma demanda atual, visto que o projeto original já previa tal flexibilidade, fazendo uso de divisórias", entretanto, apresenta justificativa contrária às intervenções propostas para o 4º pavimento e cobertura, conforme subscrevemos:

> Considera-se a eliminação do jardim interno no quarto pavimento uma violação à unidade compositiva, justificada apenas pela relocação dos ambientes e criação de um saguão aberto, extremamente volátil a ocupações futuras, por se tratar de um andar, cujas funções e atividades são, inerentemente introspectivas. Tal intervenção demonstra, assim, um total desfavorecimento da leitura harmônica do conjunto da obra por optar por uma modificação pontuada que rompe totalmente com o partido original. Ressalta-se que a flexibilização dos ambientes garante a preservação do Palácio, independente das demandas de cada governo.

Em relação às alterações nos elementos externos (Anexo 15), o projeto de restauração prevê substituição de todos os vidros das fachadas, entretanto, não apresenta a especificação do material que fará a substituição, não especifica como serão restaurados os caixilhos e não indica como será o tratamento dos revestimentos das colunatas. Quanto ao agenciamento externo, conforme pontua o Parecer nº.039/2008, "não há especificação de procedimentos de intervenção, seja de restauração ou substituição de pisos, jardins, revestimentos da rampa e outros elementos externos". Em relação às alterações volumétricas, o projeto de restauração propõe a inserção de uma torre contígua à edificação na fachada posterior, para abrigar copa e escada de circulação externa, justificada por demandas técnicas para segurança ao usuário em caso de incêndio. O Parecer nº.39/2008 ressalta que a introdução deste elemento vertical anexo à fachada norte fere a leitura completa do entorno do Palácio, solto na paisagem, e interrompe a percepção do volume puro, composto essencialmente por uma caixa de vidro e colunatas soltas. Sendo assim, o Parecer nº.039/2008 é enfaticamente contrário à inserção de um volume anexo contíguo ao corpo do Palácio do Planalto conforme as seguintes justificativas:

> A torre sugerida subtrai a força desta proposta e nubla sua fluidez, configurando-se um elemento de total confronto. Reforçando esta percepção, nota-se que o parlatório, localizado na fachada sul do Palácio, foi concebido discreto e singelo, completamente solto, inclusive das colunatas, sendo ligado ao corpo principal da edificação por uma pequena laje aberta. É contrastante a diferença entre este elemento e a torre proposta, cuja proporção e altura interrompem a leitura da volumetria e das colunatas na porção posterior do Palácio.
>
> Cabe reforçar que a destinação proposta para a torre é passível de ser inserida no corpo principal do Palácio, ainda que com a supressão de algum espaço interno.

Em resposta ao Parecer nº.39/2008, o Ofício nº.11/2008 de 19/01/2009 da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República encaminha ao IPHAN uma carta[87] "contendo o posicionamento do arquiteto Oscar Niemeyer, autor do Projeto original do Palácio do Planalto, bem como de sua atual proposta de restauração", conforme subscrevemos na íntegra:

> O trabalho que elaboramos para a restauração do Palácio do Planalto foi conformado à sua arquitetura original. Nesse sentido, era imprescindível a diminuição do número de funcionários lotados na casa. Essa tarefa coube naturalmente à sua equipe técnica. A partir daí, da formulação do programa, ocupamo-nos da organização dos gabinetes, seus grupamentos, relações entre si, etc., revisão dos acabamentos e instalações técnicas. Os materiais de acabamento foram, sempre que possível, preservados, e as instalações, integralmente substituídas.
>
> As esquadrias, por exemplo, foram mantidas. São sólidas e têm bom estado de conservação. Os vidros serão substituídos de acordo com normas vigentes. Serão como os originais, transparentes e incolores. As superfícies revestidas de pedra serão preservadas: apresentam também boa conservação. As alvenarias simples e divisórias removíveis serão substituídas, repetindo os acabamentos existentes. As instalações técnicas serão todas substituídas conforme normas atuais e a demanda de uso do Palácio.
>
> A torre que criamos na fachada posterior não apresenta nenhum prejuízo arquitetônico e decorre de imposições técnicas e de segurança do usuário. Para os azulejos do artista Athos Bulcão, aplicados nos jardins do quarto pavimento, previmos parede específica no saguão projetado nesse mesmo piso.
>
> Cabe acrescentar que tenho a maior confiança nos meus colegas Carlos Magalhães da Silveira e Fernando Andrade, que tão bem se incumbem dessas reformas. (Grifo nosso)

Em 20/01/2009, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República encaminha o Ofício nº.6/2009 solicitando à Fundação Athos Bulcão – Fundathos[88] o remanejamento dos azulejos do Palácio do Planalto. Em 02/02/2009, o Superintendente do IPHAN/DF reitera que "os painéis de autoria do artista plástico Athos Bulcão não poderão em hipótese alguma serem removidos das paredes onde foram orginalmente colocados". Ainda em 03/02/2009, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República

[87] Trata-se de um fax do escritório Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda., com assinatura de Oscar Niemeyer, datado de 15/01/2009 (ANEXO 16).

[88] A Fundação Athos Bulcão foi criada em 18 de dezembro de 1992, a partir da iniciativa de amigos e admiradores da obra do artista plástico Athos Bulcão que se uniram para criar uma entidade que preservasse e divulgasse seu trabalho. Conforme site oficial, a Fundação Athos Bulcão é "uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública distrital, qualificada como Organização da Sociedade Civil do Interesse Público - OSCIP e certificada pelos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, criada para preservar e divulgar a obra do artista plástico Athos Bulcão".

oficia ao IPHAN que os painéis "serão transferidos para parede específica localizada no saguão do 4º pavimento, como previsto no projeto de restauração do Palácio do Planalto elaborado pelo arquiteto Oscar Niemeyer". Em10/02/2009, a Secretaria Executiva da Fundathos informa à Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República que "estive hoje no Palácio do Planalto, visitei o 4º andar e encontrei o painel em muito bom estado de conservação, o que será de grande valia para o sucesso da retirada, sem danos, da maioria dos azulejos".

Já em 18/02/2009, o Superintendente do IPHAN/DF oficia a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República confirmando a anuência da Fundathos para retirada dos azulejos e relocação do painel. A mudança de posicionamento do Superintendente do IPHAN/DF é justificada pela possibilidade de garantir maior visibilidade[89] e acesso franqueado a maior número de apreciadores a partir da nova localização do painel, no saguão de recepção rente à fachada sul, em frente às colunas dos elevadores, no 4º pavimento do Palácio.

Tal justificativa, entretanto, é incoerente com as determinações da Carta de Veneza e da Carta de Restauro que defendem a manutenção das obras de arte em seu local original, sendo sua remoção admitida somente em casos excepcionais, em função da sua salvaguarda. Neste caso, destacam-se os termos do Artigo 7º e Artigo 8º da Carta de Veneza de 1964:

> Artigo 7º - O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.
>
> Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

De fato, na leitura do processo de restauração é evidente que houve sujeição por parte do IPHAN diante das justificativas do escritório do arquiteto, enquanto autor do projeto original e da proposta de intervenção.

> Os trabalhos de elaboração de projeto arquitetônico de restauro do Palácio do Planalto foram realizados através da contratação da empresa Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer S/C Ltda. Tal contratação se deu sem ser necessário o processo de licitação, devido à notoriedade do arquiteto responsável pelo projeto e a inexistência de lesão ao erário[90] (Decisão nº.696/96 – Plenário In: Inventário, 2010, p.57)

[89] A justificativa de garantia de maior visibilidade do painel é controversa, pois na visita guiada do Palácio do Planalto os visitantes não acessam o 4º pavimento que é de acesso exclusivo aos funcionários do órgão. Para aprofundamento sobre a questão da visibilidade e acessibilidade às obras de Athos Bulcão convém consultar a dissertação de mestrado de OLIVEIRA (2012).

[90] Esta contratação consta nos arquivos do Processo Administrativo nº. 00040.001271/2008-71, que deu origem ao CONTRATO nº. 189/2007, publicado no DOU, Seção 3, de 18.1.2007, e seus ADITIVOS.

Já para a elaboração dos projetos complementares foram realizados processos licitatórios de modo que a proposta de intervenções nas instalações do Palácio do Planalto foi repartida entre as diferentes empresas contratadas:

> (...) as empresas 2AB ENGENHARIA & PROJETOS LTDA (climatização), CINNANTI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA (Instalações elétricas, sistemas de dados, voz e imagem), FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA (instalações hidrossanitárias) e CINNANTI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA (Projeto de supervisão, automação e controle predial). [91]

Além disso, foram firmadas parcerias técnico-científicas entre diversas instituições públicas de modo que o suporte técnico-científico dos trabalhos e os trâmites burocráticos ficaram a cargo do Departamento de Engenharia e Construção do Exército (DEC) e os trabalhos de fiscalização e acompanhamento da execução orçamentária e financeira ficaram a cargo de representantes da Casa Civil. De fato, "houve a formação de uma extensa equipe, certamente multidisciplinar, mas sem qualquer preocupação com a participação de profissionais da área de preservação", pois conforme destaca PADUA:

> Para a contratação das empresas que elaboraram os projetos complementares foi realizado processo licitatório, cujo edital não foi disponibilizado no site da Presidência (e não foi possível localizá-lo); desta forma, não foi possível verificar se o edital exigia que as empresas contratadas fossem especializadas em trabalhos de restauro[92].
>
> Para os trabalhos de execução, foi aberto em março de 2009 o Edital de Licitação para a "execução de obra de Reforma do Palácio do Planalto". Cabe observar que, para este edital, o termo restauração foi substituído por reforma. E a qualificação técnica exigida, tanto para a empresa quanto para seus técnicos, não menciona profissionais especializados na área de restauro, que já tenham trabalhado em alguma obra semelhante; as exigências se limitavam a experiências em construções e reformas, em execução de estrutura de concreto armado e demais instalações. A licitação foi realizada através de concorrência tipo menor preço, em regime de empreitada por preço global, ou seja, diante da documentação disponibilizada pela Presidência, qualquer empresa poderia concorrer, mediante apresentação do valor total estimado para a obra, vencendo a que apresentasse o menor preço. (PADUA, 2013, p.223)

Assim, embora o processo de intervenção tenha sido acompanhado pelo IPHAN, a obra não foi executada por empresa especializada em restauração, o que vai de encontro aos princípios da Carta de Restauro de 1972:

> A execução dos trabalhos pertinentes à restauração dos monumentos, que quase sempre consiste em operações delicadíssimas e sempre de grande responsabilidade, deverá ser confiada a empresas especializadas e, quando possível, executada sob orçamento e não sob empreitada.

---

[91] A RESTAURAÇÃO do Palácio do Planalto, Presidência da República. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/restauracao>. Acesso entre: 2010-2011. apud PADUA, 2013, p.222.

[92] Em visita ao site <www.comprasnet.gov.br>, através do qual são realizados os "pregões", foi possível consultar alguns dados sobre uma das contratações, mas que não foram suficientes para verificar as exigências solicitadas. A descrição do objeto é a seguinte: "Contratação de empresas especializadas em serviços de engenharia para Elaboração dos Projetos de Engenharia, bem como as demais documentações técnicas necessárias às obras de restauração do Palácio do Planalto, compreendendo Climatização, Instalações Elétricas, Sistemas de Dados, Voz e Imagem e Instalações Hidrossanitárias e de Segurança Contra Incêndio." (PADUA, 2013, p.223)

Da elaboração dos projetos à execução da obra, em suma, o IPHAN preocupa-se em documentar a intervenção e acompanhar os trabalhos coordenados pela Casa Civil. Segundo o Inventário do Palácio do Planalto, as obras iniciaram em março de 2009 e foram concluídas em agosto de 2010. Conforme informava o site da Presidência da República[93]:

> Os trabalhos previam a troca das instalações das redes lógica, elétrica, hidráulica e sanitária, dos sistemas de incêndio e de ar condicionado, a substituição de alvenarias e divisórias, tratamento da fachada (peças de mármore e granito), a construção de estacionamento para 500 veículos em subsolo, a substituição de toda a parte de alta tensão e geradores de energia, a restauração das esquadrias e troca de vidros, a construção de escada contra incêndio e a implantação do sistema de aproveitamento de águas e modernização tecnológica.

Em 03/04/2009, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República consulta o IPHAN em relação à eventual remoção ou manutenção do painel de autoria de Burle Marx, produzido em 1972 e constituído por uma peça de óleo sobre madeira, medindo 421,5 x 1.669 cm, localizado no 3º andar do Palácio do Planalto. Nesse caso não havia previsão de retirada da parede onde se encontrava o painel, de modo que o IPHAN informou os procedimentos de conservação a serem adotados durante a execução das obras de modo que o painel foi mantido em seu local de origem.



Figura 77: Parede em mármore bege-Bahia e Painel de Burle Marx no Salão Oeste.
Foto: Élcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.550.

Vale salientar que tanto o painel de pintura, produzido em 1972 por Burle Marx, quanto o painel de azulejos, concebido em 1982 por Athos Bulcão, foram inseridos posteriormente na edificação e integravam a ambientação interna do Palácio do Planalto quando o imóvel foi tombado em 1990 como patrimônio nacional. Assim, o edifício, bem como os jardins e as

[93] Durante as obras de intervenção, a Presidência da República manteve uma página na internet com informações sobre o andamento das obras: http://www4.planalto.gov.br/restauracao.

obras de arte integradas a ele, desde então deveriam ser preservados "como se encontra nesta data", conforme os termos do Artigo 3º da Portaria nº.314/1992 do IPHAN. Neste caso há de se ressaltar que os jardins, a obra de Burle Marx e a obra de Athos Bulcão são elementos inseridos posteriormente na edificação que contribuem para acentuar o valor estético da obra arquitetônica. Portanto, cabe destacar as disposições do Artigo 11º da Carta de Veneza de 1964 em relação ao respeito às contribuições de diferentes épocas:

> As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto. (Carta de Veneza de 1964)

De fato, as intervenções realizadas no Palácio do Planalto entre 2008 e 2011 foram relegadas a diferentes atores, cujas decisões empreendidas evidenciam que as demandas de reforma prevalecem sob os valores do bem e a restauração em si. Neste processo o IPHAN apresenta-se como ator coadjuvante quando assume um posicionamento mais passivo diante da exposição de motivos da carta de 15/01/2009 enviada por Niemeyer à Casa Civil, de modo que não foram apontadas quaisquer restrições ao projeto arquitetônico elaborado pelo escritório do arquiteto, embora as intervenções propostas não tenham sido justificadas em atenção aos pontos críticos apontados pelo Parecer nº39/2008. Na execução dos trabalhos, consequentemente, o órgão assume apenas o papel de acompanhar a obra, preocupando-se em documentar as transformações do bem no Inventário. Nesse caso, cabe ressaltar as diretrizes dispostas na Carta de Burra:

> Artigo 25º - Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras, etc.).
>
> Artigo 26º - As decisões de orientação geral devem proceder de organismo cujos nomes serão devidamente comunicados, bem como o de seus dirigentes responsáveis, devendo a cada decisão corresponder uma responsabilidade específica.
>
> Artigo 27º - Os trabalhos contratados devem ter acompanhamento apropriado, exercido por profissionais, e deve ser mantido um diário no qual serão consignadas as novidades surgidas, bem como as decisões tomadas, conforme o disposto no artigo 25 acima.

Em 25/05/2009, o Ministério Público Federal (MPF) solicita ao IPHAN que apresente esclarecimentos sobre o procedimento de reforma do Palácio do Planalto, bem como detalhes referentes à obra. A mudança de posicionamento do Superintendente do IPHAN/DF após a carta de 15/01/2009 de Oscar Niemeyer é justificada no Ofício nº.257/2009 de 28/05/2009,

onde este esclarece que "embora questionássemos as alterações nas características essenciais do bem tombado, estas foram apresentadas pelo próprio autor no projeto original, que reivindicava sua autonomia de criação dentro de sua obra, conforme carta encaminhada ao IPHAN". Deste modo, em atenção ao direito do autor de modificar sua obra e em respeito ao renomado prestígio do arquiteto, o IPHAN não se impõe às modificações propostas por Niemeyer, conforme explicitado no referido Ofício:

> Embora na avaliação técnica do IPHAN, os valores coletivos do bem cultural protegido sobrepassem, até mesmo ao individual do autor, há que se ressaltar que o tombamento do conjunto da obra de Oscar Niemeyer em Brasília realizado em 2007 é, em si, o reconhecimento da excepcionalidade deste grande arquiteto que, já centenário, dedicou-se, pessoalmente, ao desenho das modificações do projeto. Por essa razão, o IPHAN não se impôs às modificações propostas pelo arquiteto no projeto de restauração do Palácio do Planalto.
>
> Cabe ressaltar que o interesse na restauração deste importante Monumento é fundamental para a preservação deste bem cultural tombado em nível federal pelo IPHAN, já que a edificação, construída há quase cinquenta anos, passou por diversas intervenções e pequenas reformas, perdendo, aos poucos, muitas de suas características essenciais.

Vale salientar que a legislação brasileira sobre direitos autorais explicita, conforme os termos da Lei nº.9.610 de 19/02/1998, que "os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência" são obras de propriedade intelectuais protegidas. Sendo assim, o inciso V do Artigo 24 da Lei nº.9.610 de 1998 especifica o direito moral do autor de "modificar a obra, antes ou depois de utilizada". Entretanto, cabe destacar que embora o projeto de intervenção tenha sido assinado pelo próprio Niemeyer, autor do projeto original do Palácio, o tombamento enquanto instrumento de proteção da obra arquitetônica se sobrepõe aos interesses do autor, usuário ou proprietário. Ou seja, os valores coletivos do bem cultural, assegurados pelo tombamento, se sobrepõem aos direitos de autoria e de propriedade, especialmente aquelas que contam com intervenções do autor do projeto original.

> Prevalecem os critérios e determinações dos órgãos de preservação no confronto, político, com o arquiteto autor do projeto, a despeito de sua celebridade, poder e influência. A obra moderna protegida passa a fazer parte da herança coletiva de uma comunidade, sobrepondo-se os interesses desta, no momento de sua desfiguração ou destruição, àqueles do arquiteto/ autor ou do proprietário; não é diferente de uma obra protegida de qualquer outro período. A integridade desse bem não tem mais, legalmente, o autor por supremo e único juiz. (COMAS; SANTOS; ZEIN, 2008)

No Ofício nº.306/2009 de 22/06/2009 o Superintendente solicita autorização para que o IPHAN acompanhe as obras em andamento e registre todas as etapas da restauração, dando continuidade aos trabalhos de Inventário do estado de conservação do edifício, iniciados entre 2008 e 2009, quando o projeto de intervenção do Palácio do Planalto começou a ser discutido. Em resposta, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República resolve

compor um “Comitê de Acompanhamento da Obra de Restauração do Palácio do Planalto” no qual o IPHAN é representado pelo Superintendente.

Em 02/07/2009, o MPF instaura Inquérito Civil Público a fim de apurar eventual ofensa do projeto de reforma do Palácio do Planalto ao tombamento. Em 04/07/2009, através do Ofício nº.335/2009, o Superintendente do IPHAN/DF presta esclarecimentos quanto às intervenções propostas: a recuperação dos materiais de acabamentos; a requalificação na distribuição dos gabinetes e ambientes funcionais do Palácio; a recuperação da unidade dos revestimentos; a ampliação do subsolo para estacionamentos; a relocação do painel de Athos Bulcão; a manutenção do salão oval no 3º pavimento do Palácio, conforme “solicitado pela própria Presidência da República, uma vez que segue atendendo de forma satisfatória aos diversos governos desde a sua implantação, na década de 1990”; a instalação de torre de circulação vertical externa a ser construída junto à fachada norte, como sendo uma exigência de segurança do Corpo de Bombeiros, pois, segundo justificaram os representantes de Niemeyer em Brasília, Carlos Magalhães e Fernando Andrade, a introdução de escadas de incêndio no interior do Palácio seria estruturalmente inviável; a retirada dos jardins do 4º pavimento, cuja autoria foi atribuída ao paisagista Roberto Burle Marx, sendo que não há registros de projetos do paisagista para jardins no Palácio do Planalto, conforme foi averiguado em comunicações mantidas com o Escritório Burle Marx e Cia.

Em relação às obras de arte integradas, por fim, ficou acertado que os procedimentos de retirada e recolocação do painel de azulejos seriam acompanhados pelo IPHAN/DF e que réplicas seriam produzidas pela Fundathos “que possui os direitos de fabricação de novas peças, de acordo com as originais, caso se façam necessárias substituições de azulejos eventualmente quebrados ou danificados”, conforme esclarece o Ofício nº.335/2009-Superintendencia do IPHAN-DF de 08/07/2009.

Em prosseguimento ao Inquérito Civil Público, o MPF realiza em 28/08/2009 uma vistoria técnica ao Palácio do Planalto no qual constata o estágio das obras. Destacam-se as principais intervenções que estavam em execução, conforme se descreve na Nota Técnica nº.47/2009 do MPF de 25/09/2009: executadas as sapatas, baldrames e pilares da torre de circulação externa; executado o recorte na laje do 2º pavimento para inserção da torre de circulação externa; no 4º pavimento, eliminados os jardins internos e as aberturas zenitais (pérgolas), com fechamento em laje de concreto; retirados os painéis de azulejos de Athos Bulcão, com alvenaria, em placas; em todos os pavimentos, observou-se a retirada de revestimentos nos pisos, paredes e tetos, bem como de divisórias.

Na Informação Técnica nº.252/2009 de 19/10/2009 o MPF considera que a obra desenvolvida no Palácio do Planalto *não possui características de restauro* e ressalta uma série de inconsistências no processo de intervenção, entre as quais se destacam: *a reforma iniciou sem o aval do IPHAN*, uma vez que o projeto não foi aprovado conforme as justificativas do Parecer nº.39/2008; *as alterações internas no Palácio do Planalto vêm ocorrendo já há algum tempo sem que haja consulta ao IPHAN*, de modo que o edifício sofreu inúmeras intervenções sem a ciência e a devida autorização do IPHAN; *ausência de profissional de restauro na equipe técnica responsável pela obra*; inobservância do interesse coletivo, tendo em vista que *bens tombados não podem ser reconstruídos ou reformados, ainda que segundo as intenções de seu autor, se a intervenção implicar descaracterização do edifício*.

Ainda na Informação Técnica nº.252/2009 de 19/10/2009 o MPF considera que "a divergência ocorreu internamente no IPHAN, quando o superintendente, após inicialmente defender a opinião de seus técnicos quanto às restrições por eles apontadas, mudou seu entendimento, indo de encontro às conclusões da Divisão Técnica" e posiciona-se sobre as principais questões contraditórias referentes às intervenções propostas, concordando e complementando as justificativas contrárias ao projeto, alinhadas com os argumentos do Parecer nº.39/2008 da equipe técnica do IPHAN.

Em atenção às intervenções consideradas polêmicas, a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República encaminha o Ofício nº.249/2009 da Fundathos no qual concorda com a recolocação dos azulejos e uma Carta da empresa Arquitetura Urbanismo Oscar Niemeyer, de 19/11/2009, assinada pelo arquiteto Fernando Andrade, conforme subscrevemos integralmente:

> Jardins do 4º pavimento
>
> Os jardins do 4º pavimento foram criados como alternativa para ocupação máxima do andar, pleno de salas de trabalho. Em reforma passada, no período militar, foram reduzidos com a instalação de salas técnicas para ar-condicionado, então harmonizadas com azulejos Athos Bulcão. O saguão do atual projeto, voltada para a Praça dos Três Poderes, atende à demanda do novo programa, com menor densidade de funcionários no pavimento.
>
> Torre da escada
>
> A torre projetada para a fachada norte do Palácio visa primeiramente a segurança de sua população. É rota de fuga atualizada às exigências da Proteção Civil. Assunto que tratamos com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Destina-se, ainda, às copas centrais dos pavimentos, servidas por monta-cargas, fora da área dos gabinetes. A impossibilidade de instalação deste conjunto, internamente ao prédio, foi considerada pelo engenheiro Bruno Contarini, calculista da nossa equipe.

À luz do valor histórico e artístico do objeto tombado, a supressão dos jardins internos e a retirada do pergolado ferem a lógica compositiva e a trajetória histórica do edifício tendo em

vista que o jardim e o pergolado são elementos compositivos da edificação que já faziam parte do partido arquitetônico do Palácio do Planalto desde os primeiros estudos de concepção do projeto. Nos primeiros esboços elaborados por Niemeyer para o Palácio do Planalto, numa sutil referência ao princípio modernista do teto-jardim, os jardins eram elementos de destaque do último pavimento, sendo esta solução adotada também no Palácio do Itamaraty.

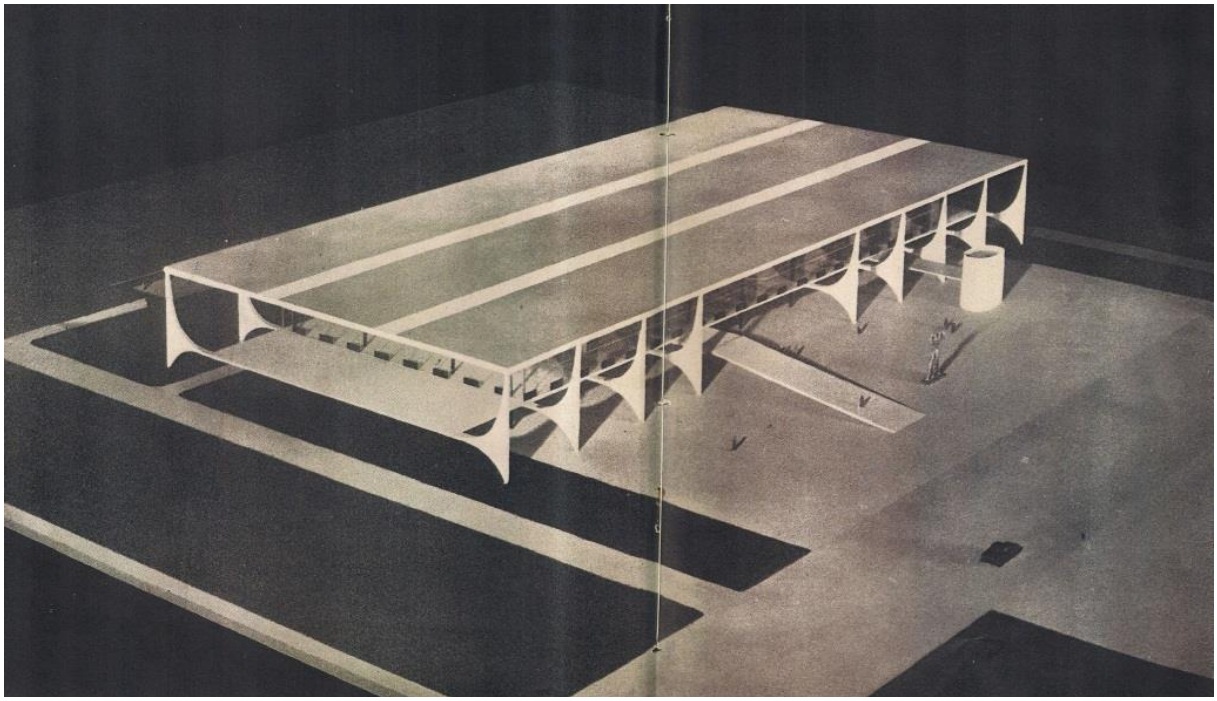


Figura 78: Maquete do Palácio do Planalto, com vista das fachadas oeste e sul; notar projeção dos rasgos longitudinais na cobertura.
Fonte: Revista Brasília, n. 16, abr. 1958, p. 19. In PADUA, 2013, p.208.

Cabe destacar que a importância da ventilação e iluminação natural através da manutenção das pérgolas e do jardim interno como elementos compositivos do Palácio do Planalto independe do fato do jardim ser ou não de autoria do paisagista Burle Marx. Entretanto, o projeto de intervenção não ressalta a permanência dos jardins internos como obra integrada, tal como no Palácio do Itamaraty e no Palácio da Justiça, ambos do paisagista Burle Marx.



Figura 79: Jardim e pergolado do Palácio do Itamaraty.
Foto: Alba Bispo (Jan.2010).



Figura 80: Jardim e pergolado do Palácio da Justiça.
Foto: Isaac Amorim (Fev.2006) Fonte: Arquivo do Ministério da Justiça In: Inventário do Palácio da Justiça, 2013, p.27.

Quanto aos painéis de azulejos de autoria de Athos Bulcão enquanto obra integrada ao Palácio do Planalto, ao final do procedimento de relocação do painel não foi possível retirar os azulejos originais sem danificá-los de modo que as peças foram integralmente substituídas por réplicas de mesmo padrão.

Em 19/11/2009, a Fundathos solicita a doação de 24 peças do painel original, concebido especialmente para o Palácio do Planalto em 1982, "para que possamos emoldurar e preservar a história da construção da nossa cidade e de constatar o avanço das tecnologias de fabricação e queima de azulejos no Brasil. Sugiro ainda que os "quadros" sejam colocados nas principais salas de reunião do quarto andar".

Em atenção à tentativa de remoção, reconstrução e traslado da obra de arte que resultaram na réplica do painel de azulejos, cabe observar as disposições do Artigo 6º da Carta de Restauro de 1972, referente às operações de salvaguarda e restauração, no qual se proíbem indistintamente para todas as obras de arte:

> 2 - remoções ou demolições que apaguem a trajetória da obra através do tempo, a menos que se trate de alterações limitadas que debilitem ou alterem os valores históricos da obra, ou de aditamentos de estilo que a falsifiquem;
>
> 3 - remoção, reconstrução ou traslado para locais diferentes dos originais, a menos que isso seja determinado por razões superiores de conservação;
>
> 4 – alteração das condições de acesso ou ambientais em que chegou até os nossos dias a obra de arte, o conjunto monumental ou ambiental, o conjunto decorativo, o jardim, o parque, etc.;
>
> 5 - alteração ou eliminação das pátinas.

Numa leitura leiga ou desavisada não é possível perceber diferenças entre o painel original[94] e sua cópia, pois não há uma clara distinção entre o painel autêntico com o novo painel composto de réplica[95] das peças, exceto pelas dimensões diferenciadas entre os painéis. Vale salientar que as peças da réplica têm o mesmo desenho geométrico e padrão da paleta de cores utilizada por Athos Bulcão, embora o novo painel pareça ter tonalidades mais escuras que o painel original. Tal diferença pode ser atribuída à iluminação diferenciada em virtude da nova localização da obra, entretanto, cabe destacar que o painel original já apresentava certo clareamento das tonalidades por conta do desgaste natural do material.

Em suma, a opção de substituir o painel original por uma réplica vai de encontro ao princípio da distinguibilidade e da reversibilidade das intervenções, uma vez que a preservação da

[94] Painel de azulejos de 29.35 x 3.40 m, nas cores azul e verde, estampados sobre fundo branco, datados de 1982.
[95] Para aprofundamento sobre o entendimento de cópia, original e suas derivações no campo da História da Arte, consultar a dissertação de mestrado de OLIVEIRA (2013).

originalidade e da autenticidade material da obra de arte está condicionada à sua matéria original, evidenciada especialmente a partir da manutenção da pátina.



Figura 81: Azulejos antes da intervenção.
Foto: Tuca Reinés. Fonte: Site da Fundathos[96].

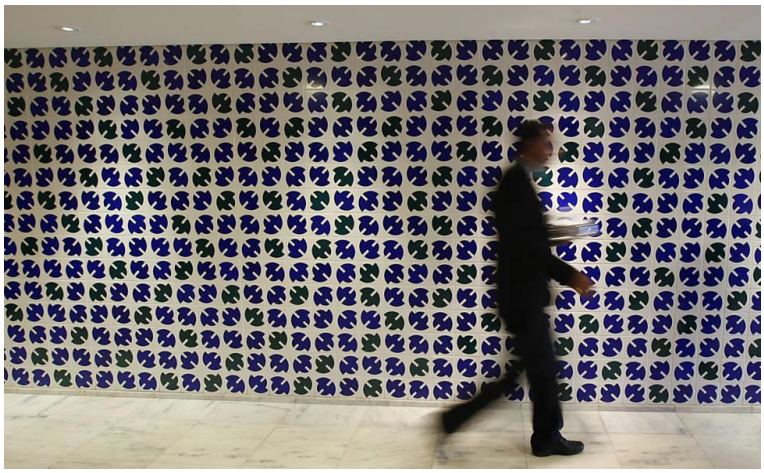


Figura 82: Réplica do painel situado no saguão de recepção rente à fachada sul, em frente às colunas dos elevadores, no 4º pavimento do Palácio do Planalto.
Foto: Sérgio Lima/Folhapress. Fonte: Site da Folha de São Paulo[97].

Sobre a inserção da torre externa, vale ressaltar que no caso do Palácio do Planalto, quanto aos critérios de segurança contra incêndio, especificamente, a construção de escada de emergência não seria obrigatória. De acordo com o Decreto nº.21361/2000 que aprova o Regulamento de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Distrito Federal: "só é obrigatória a construção de escadas de emergência em edificações de caráter não residencial unifamiliar construídas após essa data. Para as demais construções, trata-se de um modelo ideal, mas não obrigatório, a ser implementado se houver condições de segurança estrutural da edificação".

Do mesmo modo, conforme os termos do Artigo 53 do Decreto nº.25856/2005 não há exigência de escadas de incêndio para construções deste período, somente a adoção de sistemas de proteção, pois:

> O projeto de segurança contra incêndio e pânico apresentado será examinado à luz da legislação vigente à época da construção da edificação, exceto no que se refere aos sistemas de proteção por extintores, sinalização de emergência e iluminação de emergência, com as adaptações necessárias.

Além disso, o volume desta torre externa ao Palácio do Planalto está sujeito à ampliação enquanto anexo para servir de área de serviços tais como copas, banheiros, depósitos, etc. Nesse sentido, cabe destacar as considerações do MPF na Informação Técnica nº.252/2009 de 19/10/2009:

---

[96] Disponível em: <http://www.fundathos.org.br/abreGaleria.php?idgal=123>. Acesso em: 18 dez. 2012.
[97] Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/774-reabertura-do-palacio-do-planalto#foto-14227>. Acesso em: 18 dez. 2012.

> Há que se chamar atenção ao fato de que a proposta da torre, mais que uma circulação de emergência, cria áreas para serviço centralizado de copa, com a consequente supressão dos mesmos cômodos no pavimento respectivo. Portanto, trata-se aqui de uma dimensão ampliada da torre para comportar usos que bem poderiam se distribuir no corpo da edificação.

O acréscimo da torre de circulação externa altera o esquema de circulação vertical do edifício e interfere no equilíbrio compositivo do ponto de vista da quebra da modulação na fachada pela interrupção da leitura dos intercolúnios e do ponto de vista de alteração da leitura do volume prismático e puro do Palácio, contrariando o Artigo 13º da Carta de Veneza que aponta que "Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente".

Além disso, a inserção da torre de circulação externa altera as relações de volumes e não conserva o esquema da edificação indo de encontro ao Artigo 6º da Carta de Veneza:

> A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Em suma, a inserção da torre de circulação externa interfere na leitura e percepção do Palácio do Planalto como volume puro, bem como na unidade compositiva tendo em vista que a implantação de um prisma retangular anexo parece competir com o Palácio, pois o anexo não se subordina ao edifício principal.

De fato, a inserção da torre de circulação externa admite-se como volume contrastante em sua expressão plástica, de modo que ao ser executado em concreto aparente, a torre externa estabelece uma relação de contraponto em relação à colunata revestida de mármore branco. Se por um lado tal solução distingue claramente a intervenção através deste contraste, por outro lado vai de encontro ao princípio da Teoria da Restauração de Cesare Brandi que defende que "a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir".

> Na concepção desses Palácios preocupou-me também a atmosfera que dariam à Praça dos Três Poderes. Não a pretendia fria e técnica, com a pureza clássica, dura, já esperada das linhas retas. Desejava vê-la ao contrário, plena de formas, sonho e poesia [...] Formas novas que surpreendessem pela sua leveza e liberdade de criação. Formas que não se apoiassem no chão rígidas e estáticas, mas que mantivessem os Palácios como que suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto. (NIEMEYER apud Processo de Tombamento nº.1550-T-07).



Figura 83: Inserção da torre externa anexa à fachada norte do Palácio do Planalto.
Foto: Élcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.551.

Em relação ao entorno imediato de cada bem situado no Eixo Monumental e Praça dos Três Poderes cabe lembrar que as áreas livres estão suscetíveis à introdução de novas construções que podem prejudicar a apreciação ou fruição do bem, sobretudo do ponto de vista visual, pois não há diretrizes específicas para a manutenção da visibilidade e ambiência a partir do tombamento artístico. Como vimos no capítulo anterior, o tombamento urbanístico do Plano Piloto aponta limitações volumétricas, mas não restringe a inserção de elementos no entorno do bem tombado isoladamente. Nesse sentido, cabe atentar para as recomendações do Artigo 8º da Carta de Burra:

> A conservação de um bem exige a manutenção de um entorno visual apropriado, no plano das formas, da escala, das cores, da textura, dos materiais, etc. Não deverão ser permitidas qualquer nova construção, nem qualquer demolição ou modificação susceptíveis de causar prejuízo ao entorno. A introdução de elementos estranhos ao meio circundante, que prejudiquem a apreciação ou fruição do bem, deve ser proibida.

Quanto à manutenção do Salão Oval, o posicionamento do IPHAN no Parecer nº.039/2008 considera que a "sanca de gesso, divisórias e piso elevado constituem uma inserção da década de 1990 que comprometem a unidade compositiva original", pois a inserção deste ambiente "quebra a lógica espacial onde originalmente estavam o salão leste e o salão oeste". Entretanto, o posicionamento do IPHAN no Parecer nº.21/2010 de 19/04/2010 confronta a argumentação inicial, conforme subscrevemos:

> A implantação do Salão Oval no início dos anos 90 – com sua grande mesa capaz de viabilizar reuniões ministeriais ou encontros políticos com o Presidente da República – transforma-se num fator programático incorporado ao funcionamento do Palácio, sem prejuízos para os demais valores espaciais e estéticos da concepção de Oscar Niemeyer. A mera manutenção de um espaço vazio onde o Salão Oval foi implantado, pela simples simetria entre salões Leste e Oeste, mostra-se irrelevante, evidenciando um equívoco categórico acerca do conceito do Parecer 039/2008 do IPHAN, acerca da planta livre, denotando falta de atenção para com a transformação

> do funcionamento do Palácio. Tal visão enuncia um discurso eminentemente conservador sobre um edifício moderno, contribuindo pejorativamente apenas para museificação precoce de um Palácio que é, antes de tudo, um lugar de trabalho.[98]

O Parecer nº.21/2010 argumenta que o restauro deve atentar principalmente para o funcionamento da obra, pois, conforme defende Brandi, "no processo de intervenção deve ser considerado o *valor de uso* para garantir a permanência de outros valores e atributos do edifício". Em suma, a questão da permanência ou retirada do Salão Oval apresenta argumentações distintas, pois se por um lado a inserção deste elemento vai de encontro à lógica de distribuição espacial do projeto original, por outro lado a inserção do Salão Oval atende as demandas de funcionamento do Palácio desde sua implantação na década de 1990.

Trata-se de um elemento a ser mantido se considerarmos que a inserção do Salão Oval, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, é anterior ao tombamento isolado da obra em 2007. Entretanto, se considerarmos que o Salão Oval vai de encontro à lógica original é plausível a proposta do Parecer 039/2008 que recomenda que "as atividades que acontecem no salão oval, inclusive todas as instalações e equipamentos" sejam remanejadas para o 3º pavimento do Palácio, "ocupando a área das salas de reunião da presidência".

O desafio consiste, portanto, em avaliar a proposta de intervenção diante do valor artístico original ou frente à trajetória histórica da edificação, ou seja, de sobrepesar sobre a significação cultural deste elemento no contexto do objeto arquitetônico à luz dos valores, artístico e histórico, atribuídos pelo tombamento. Como a proposta de intervenção não deixa claro se pretende retomar os aspectos originais e retornar às configurações originais do Palácio, caberia ponderar se a retirada do Salão Oval justifica-se em detrimento da manutenção dos vazios da disposição espacial original. Nesse caso cabe atentar para as considerações dos Artigos 15º e 16º da Carta de Burra:

> Artigo 15º - A restauração pode implicar a reposição de elementos desmembrados ou a retirada de acréscimos, nas condições previstas no artigo 16.
>
> Artigo 16º - As contribuições de todas as épocas deverão ser respeitadas. Quando a substância do bem pertencer a várias épocas diferentes, o resgate de elementos datados de determinada época em detrimento dos de outra só se justifica se a significação cultural do que é retirado for de pouquíssima importância em relação ao elemento a ser valorizado.

[98] Parecer de autoria do arquiteto e urbanista Eduardo Pierrotti Rossetti, em resposta ao Ofício MPF/PRDF/APM nº. 118/2010 que trata da Informação Técnica nº 019/2010/4ª CCR; documento constante nas folhas 132-136 o Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à Restauração do Palácio do Planalto constante no Arquivo do IPHAN/DF.



Figura 84: Salão Oval antes da intervenção.
Fonte: Acervo da Presidência da República
In: Inventário, 2010, p.57.



Figura 85: Salão Oval durante reforma.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência
da República In: Inventário, 2010, p.63.



Figura 86: Salão Oval[99] após reforma,
completamente reformulado.
Foto: Fellipe Bryan. Fonte: IG Brasília-
último Segundo In: PADUA, 2013, p.244.

Quanto aos revestimentos, a inserção de rasgos, abertura de vãos, supressões e/ou acréscimos de paredes e substituições dos materiais, inclusive de mármores, granitos e acabamentos em madeira nos espaços mais nobres, em geral, as modificações são inconstantes e derivadas de mudanças dos usos e costumes, de modo que alteram a disposição e a decoração do Palácio em sua caracterização original. A substituição de revestimentos originais e inserção de outros revestimentos que não apresentam uma padronização interferem diretamente na unidade estética do bem, sendo necessário ponderar sobre as imposições dos usos *versus* a manutenção da unidade compositiva, conforme destaca o Artigo 5º da Carta de Veneza:

> A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Vale atentar ainda ao princípio da mínima intervenção e da distinguibilidade, pois a restauração deve respeitar os materiais originais e a autenticidade da pátina, diferenciando as complementações das partes originais, conforme recomenda o Artigo 9º da Carta de Veneza:

> A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

No caso da arquitetura moderna, entretanto, dificilmente consegue-se distinguir *in loco* as partes originais e os materiais autênticos das partes que foram substituídas. No caso do Palácio do Planalto, por exemplo, a intervenção promove substituição dos revestimentos sem manter parte dos materiais originais e promove a inserção de elementos sem se preocupar em distinguir das partes originais. Nesse sentido, cabe salientar que as dificuldades de aplicação do princípio da distinguibilidade no restauro de um bem moderno apresentam-se em função

[99] Após a reforma o ambiente do Salão Oval passou a se chamar Sala de Reunião Suprema.

da falta de distanciamento histórico e da utilização dos mesmos tipos de materiais, o que facilita a incidência de substituições e a inserção de elementos que não se distinguem facilmente dos originais. No caso do restauro de um bem da arquitetura moderna, portanto, destaca-se o desafio frente ao Artigo 12º da Carta de Veneza: "Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história".

Em função de demandas de segurança, por exemplo, no gabinete do Presidente da República as esquadrias em vidros translúcidos foram substituídas por vidros blindados de tonalidade esverdeada que são facilmente identificados nas fachadas. Tal intervenção pode ser considerada uma intervenção que se distingue em relação à esquadria original, entretanto, a tonalidade esverdeada destaca-se desde a Praça dos Três Poderes de modo que interfere na leitura da caixa de vidro, prismática e transparente, comprometendo a unidade estética original. Nesse caso, portanto, é necessário ponderar se a intervenção é adequada do ponto de vista da manutenção das características essenciais do bem e dos valores atribuídos no processo de tombamento.



Figura 87: Fachada Sul original (c.196?).
Foto: Marcel Gautherot. Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles.



Figura 88: Fachada principal antes da obra de restauração.
Fonte: Inventário, 2010, p.50.



Figura 89: Fachada principal durante a obra de restauração.
Foto: Liliane Corrêa (Nov.2009). Fonte: Inventário, 2010, p.42.



Figura 90: Fachada principal depois da restauração: alterações na transparência e tonalidades diferenciadas das vedações blindadas.
Foto: Alba Bispo (Nov.2012).

Em relação à customização do edifício moderno, algumas alterações de layout são válidas considerando o princípio da planta livre da arquitetura moderna, entretanto, a reforma gera compartimentações em excesso, embora o próprio Niemeyer tenha criticado estas transformações na sua carta. Tal compartimentação espacial diverge dos princípios de leveza, transparência e amplitude espacial, sintetizados por Niemeyer no Palácio do Planalto, sobretudo no 4º pavimento onde a distribuição dos ambientes era mutável conforme as

demandas de cada governo. Nesse caso, as adaptações internas devem levar em conta o princípio da adequabilidade da intervenção conforme disposições da Carta de Burra:

> Artigo 20º - A adaptação só poderá ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação.
>
> Artigo 21º - As obras de adaptação devem se limitar ao mínimo indispensável à destinação do bem a uma utilização (...)

Em relação à customização, portanto, os limites das modificações internas ou adaptações de uso devem considerar a significação cultural[100], a condição material, a reversibilidade das modificações e o princípio da mínima intervenção. Nesse sentido é necessário observar as considerações dos Artigos 5º, 6º e 7º da Carta de Burra:

> Artigo 5º - Na conservação de qualquer bem deve ser levado em consideração o conjunto de indicadores de sua significação cultural; nenhum deles deve ser revestido de uma importância justificada em detrimento dos demais.
>
> Artigo 6º - As opções a serem feitas na conservação total ou parcial de um bem deverão ser previamente definidas com base na compreensão de sua significação cultural e de sua condição material.
>
> Artigo 7º - As opções assim efetuadas determinarão as futuras destinações consideradas compatíveis para o bem. As destinações compatíveis são as que implicam a ausência de qualquer modificação, modificações reversíveis em seu conjunto ou, ainda, modificações cujo impacto sobre as partes da substancia que apresentam uma significação cultural seja o menor possível.

As vedações originais em paredes de meia altura garantiam a relação de transparência entre interior e exterior o que possibilitava a leitura da amplitude espacial do pavimento como um todo. Esta solução de vedação garantia ainda a ventilação e iluminação naturais, tendo sido adotada em diversos exemplares modernos como, por exemplo, no Palácio Gustavo Capanema. A respeito destas relações espaciais cabe destacar as considerações do MPF na Informação Técnica nº.019/2010 de 19/01/2010:

> A planta livre, como assinala Le Corbusier, fundamentada nas então novas técnicas de suporte estrutural permitidos pelo concreto armado, de fato, libera as paredes da função estrutural. Entretanto, continuam a exercer a função de limitar e ambientar os espaços, assim como demais elementos de composição, como, no caso, os jardins e demais vedações.
>
> A interpretação de que a planta livre permite rearranjos inspira cuidados. Numa apreciação descuidada, é possível que se entenda admissível a supressão e/ou inserção de qualquer elemento, sem que ocorra a descaracterização. A planta livre modernista admite, sem dúvida, recolocação de paredes e vedações, mas, certamente, não pode ser considerado um simples remanejamento a concretagem de laje com consequente fechamento de duas extensas cadeias de pérgolas, dispostas longitudinalmente no Palácio.
>
> Com a exclusão dos jardins e de suas respectivas pérgolas, é significativa a modificação da leitura que se faz no ambiente e perde-se a referência de outro ponto bastante difundido pela arquitetura moderna: a integração dos jardins aos ambientes internos.

[100] Definição de "significação cultural" conforme Carta de Burra: "O termo significação cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras".

A inserção de paredes de alvenaria de acordo com novo layout de salas e gabinetes não é compatível com a lógica original de distribuição dos ambientes internos, pois uma vez que as vedações não são removíveis, o layout é fixo de modo que a planta não é flexível a alterações de uso de acordo com as demandas de cada governo. Sendo assim, a intervenção limita as possibilidades de alteração de layout ferindo o princípio da planta livre da arquitetura moderna, bem como o princípio da reversibilidade das intervenções, nos termo do Artigo 8º da Carta de Restauro de 1972: "Qualquer intervenção na obra ou em seu entorno (...) deve ser realizada de tal modo e com tais técnicas e materiais que fique assegurado que, no futuro, não ficará inviabilizada outra eventual intervenção para salvaguarda ou restauração".



Figura 91: Redesenho das divisões internas com paredes em alvenaria.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.69.



Figura 92: Substituição de vedações removíveis por paredes de alvenaria.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.69.



Figura 93: Inserção de novas paredes em alvenaria no 4º pavimento conforme novo layout interno.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.69.

Além disso, conforme destaca SILVA (2012), embora modificações de layouts sejam válidas em atenção ao princípio da planta livre da arquitetura moderna, quando se inserem novas paredes em alvenaria, um material não retrátil, no edifício é necessário considerar a questão da carga estrutural especialmente quando as lajes possuem papel estrutural e trabalham em conjunto com os apoios, como no caso do Planalto do Planalto. Nesse caso, cabe destacar a preocupação exposta por Carlos Magalhães da equipe do Escritório de Oscar Niemeyer, após o término das obras no Palácio do Planalto.

> Fiquei espantado com o que eu vi. O que está feito é de péssima qualidade, nem o mais ou menos existe, e ainda estou perplexo diante de tanto descaso e despreparo.
>
> Gastal, mande verificar o que fizeram também com a estrutura do prédio. Vi uma cinta destruída no teto do subsolo, remendada grosseiramente com perfis metálicos, sugerindo o despreparo dos que fizeram o trabalho. Tenho certeza que a segurança do que está feito deve ser avaliada o quanto antes. A estrutura do prédio foi muito mexida, sobrecarregada e esburacada sem critério.
>
> Sugiro como amigo e profissional do ramo, que os laudos técnicos sobre o que foi feito sejam apresentados imediatamente pelo construtor.
>
> Devemos pelo menos ter a certeza que o nosso palácio continua estável, já que a qualidade do trabalho deixa muito a desejar.[101]

[101] Carta de Carlos Magalhães de 27/04/2010 para Alfredo Gastal enquanto Superintendente do IPHAN/DF. In: Processo nº. 01551.000527/2008-26 referente à Restauração do Palácio do Planalto constante no Arquivo do IPHAN/DF.

Existem diversos estudos sobre o Palácio do Planalto, entretanto, o foco da obra de intervenção pretendida não retoma os aspectos tipológicos, os traçados reguladores, as qualidades formais, os sistemas e elementos construtivos da obra original, tampouco apresenta documentação sobre os acréscimos e modificações sofridas ao longo do tempo pela obra arquitetônica. Portanto, o projeto de restauro não parte de uma pesquisa bibliográfica, iconográfica, arquivista, etc. que justifique as intervenções a partir de dados históricos, gráficos e fotográficos, tal como pressupõe a Carta de Restauro de 1972:

> A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (que estabeleçam a análise de sua posição no contexto territorial ou no tecido urbano, dos aspectos tipológicos, das elevações e qualidades formais, dos sistemas e caracteres construtivos, etc.), relativos à obra original, assim como aos eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade.

No caso de Brasília, tendo em vista o tombamento urbanístico, aparentemente a maior preocupação é com a leitura externa do edifício em seu contexto urbano, ou seja, com a manutenção da volumetria, cobertura e fachadas, especialmente nas obras de autoria de Oscar Niemeyer, pois as imagens escultóricas dos palácios são mundialmente e nacionalmente reconhecidas como obras-primas da arquitetura moderna brasileira. Entretanto, para além desta "preservação imagética", as questões de arranjo espacial merecem especial atenção, sobretudo em função das demandas de mudanças de usos, customização e segurança em obras de arquitetura moderna representativas de um período histórico bastante significativo para a compreensão dos ideais nacionais da época. Nesse sentido, cabe destacar as considerações do MPF na Informação Técnica nº.019/2010 de 19/01/2010:

> Pelo exposto, corre-se o risco de restringir o tombamento apenas aos elementos externos, não havendo sentido no tombamento isolado da edificação, visto que o Palácio e sua ambiência já estão preservados pela Portaria 314.
>
> E, primordialmente, se por um lado são levantadas questões de segurança e funcionalidade frente às demandas atuais, não se pode perder de vista que se trata de uma edificação tombada, e como tal, representativa de uma época.

Para PADUA (2013), em intervenções em bens modernos "se observa certo privilégio dado aos aspectos figurativos da obra, sendo relegada a segundo plano a conservação da matéria original e o respeito aos testemunhos históricos do edifício".

> No entanto, não são raras as ações que focam no retorno à imagem original do edifício, da forma como este é conhecido através de publicações, além da participação de personagens envolvidas afetivamente com o bem, que acabam,

> muitas vezes, não tratando o objeto como patrimônio cultural, intervindo de forma mais intensa no bem. (PADUA, 2013, p.199)



Figura 94: Substituição do piso atual por novo piso de madeira. Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.63.



Figura 95: Instalação de novas divisórias internas. Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.70.

Em suma, num bem moderno tombado como o Palácio do Planalto, ainda que entendido a partir da sua condição contemporânea, nem todas as alterações são admissíveis, mas merecem ser consideradas aquelas que acentuam os valores da obra e não subordinem os seus valores, históricos e artísticos, exclusivamente às demandas de uso, cuja pressão e especulação são inconstantes e muitas vezes provocam descaracterizações. Algumas adaptações ou alterações são admissíveis, à luz dos valores do bem e de suas características essenciais, tais como: substituição de partes faltantes por materiais distintos de modo a promover a distinguibilidade da intervenção; supressão de elementos espúrios que comprometem a unidade estética do objeto arquitetônico moderno, tal como sancas de gesso, rodapés, capitéis, etc., uma vez que as superfícies eram revestidas como um todo, apresentando tratamento puro e uniforme dos elementos de sustentação e dos planos de vedação; alterações de layout com utilização de materiais removíveis em respeito ao princípio da reversibilidade e em atenção à concepção original que prevê a mutabilidade da planta livre, sendo a configuração de layout adaptável às demandas de cada governo; intervenção mínima nos materiais originais assegurando a manutenção das pátinas em sua autenticidade material.

A proposta de intervenção, entretanto, foge de qualquer critério do campo de preservação e efetivamente a obra não se configura como uma restauração, mas como uma reforma. A Portaria 420/2010 do IPHAN define *Reforma ou Reparação*: "toda e qualquer intervenção que implique na demolição ou construção de novos elementos tais como ampliação ou supressão de área construída; modificação da forma do bem em planta, corte ou elevação; modificação de vãos; aumento de gabarito, e substituição significativa da estrutura ou alteração na inclinação da cobertura". Distinguindo-se, portanto, de *Restauração*: "serviços que tenham por objetivo restabelecer a unidade do bem cultural, respeitando sua concepção

original, os valores de tombamento e seu processo histórico de intervenções". Cabe ressaltar que a intervenção no Palácio do Planalto não teve aprovação inicial pelo órgão competente e, embora o IPHAN tenha cedido e acompanhado a execução, a "estrutura do prédio foi muito mexida, sobrecarregada e esburacada sem critério", segundo avaliação do arquiteto Carlos Magalhães do escritório de Oscar Niemeyer após o término da obra.

Quanto às considerações técnicas frente à demanda de reforma e restauro, embora o Inventário do Palácio do Planalto e o Processo de Tombamento nº.1550-T-07 apresentem dados relevantes sobre a edificação como obra de arte destacando elementos e características do projeto original, a intervenção não parte de um diagnóstico do estado da obra diante de patologias, degradações e problemas de manutenção dos materiais e técnicas construtivas.

Quanto às considerações teóricas, em geral, as dificuldades de atuação do IPHAN derivam da falta de distanciamento temporal que interferem na leitura do objeto histórico, bem como da aplicabilidade dos princípios e teorias da preservação do patrimônio cultural frente às especificidades projetuais, tecnológicas e materiais dos exemplares modernos.

> A fragilidade e a vulnerabilidade de seus materiais e aspectos construtivos e os pouco conhecidos processos de degradação; a perda da função original bem como a obsolescência das suas instalações; a proximidade com o sistema projetual que dificulta o seu reconhecimento como testemunhos históricos e não referências projetuais, bem como a falta de distanciamento histórico para atribuição de valor agravada pelo seu contingente numérico que torna a seleção do que preservar mais complexa, são os principais desafios identificados na preservação dos edifícios modernos.
>
> Estas especificidades impuseram uma ampliação na formação dos profissionais envolvidos com a preservação arquitetônica, os quais, na sua maioria, se dedicam à preservação de construções tradicionais, assim como deram lugar a um questionamento sobre a aplicabilidade dos princípios correntes da preservação do patrimônio cultural ao legado do Movimento Moderno, quais sejam, a intervenção mínima, a máxima retenção do tecido construído original, o respeito pela preservação das estratificações históricas, a reversibilidade e distinção das intervenções. (CARVALHO, 2005, p.77)

Em relação à aplicabilidade das cartas patrimoniais, princípios e recomendações internacionais de conservação e restauração em exemplares da arquitetura moderna, como no caso do Palácio do Planalto, aparentemente os maiores desafios residem na compreensão da trajetória[102] histórica do edifício, entendido a partir da sua concepção, da sua construção e das modificações admitidas ao longo do tempo, como um fator determinante para compreensão do objeto enquanto obra de arte de determinado espaço e tempo.

[102] Para melhor compreensão das transformações do objeto desde sua concepção aos dias atuais ver o gráfico da trajetória comparativa do projeto (ANEXO 17).

CONCLUSÃO

A partir da análise do caso do restauro do Palácio do Planalto é possível apontar algumas considerações teóricas e técnicas que podem ser incorporados na prática da instituição enquanto estratégias ou abordagens de conservação, considerando especialmente a autenticidade, integridade e originalidade do bem enquanto objeto de valor histórico e artístico. Para tanto, é necessário fazer uma análise reflexiva e crítica dos posicionamentos que embasam as intervenções pelas quais o bem passou, sobretudo à luz dos valores argumentados no processo de tombamento dos bens de Brasília como patrimônio cultural.

Os discursos de nacionalidade e excepcionalidade expostos, respectivamente, no processo de tombamento urbanístico e no processo de tombamento das obras de Niemeyer em Brasília, encontram sustentação na retórica da perda, da consagração e da afirmação do moderno enquanto linguagem estética, pois, fundamentalmente, a constituição do patrimônio moderno no Brasil está atrelada à presença dos intelectuais modernistas na instituição. No caso de Brasília, particularmente, é marcante a participação de Lucio Costa e Oscar Niemeyer como autores do Plano Piloto e da arquitetura monumental da cidade, respectivamente, bem como sua influência nos processos decisórios do tombamento e da conservação destas obras após o tombamento. Além disso, Ítalo Campofiorito e Jayme Zettel enquanto amigos de Costa e Niemeyer e discípulos da linguística moderna destacam-se como figuras-chaves[103] no processo de valoração do patrimônio moderno de Brasília.

A valorização da arquitetura, urbanismo e paisagismo moderno de Brasília como expressão de um período histórico singular, particularmente, encontra-se vinculada aos valores nacionais inerentes à capital. Enquanto marco simbólico, a cidade derivada do Plano Piloto concebido por Lucio Costa constitui um exemplar histórico e singular do urbanismo moderno, vinculado aos princípios expressos na Carta de Atenas de 1943 e aos preceitos do "Modo de pensar o Urbanismo" de 1946 de Le Corbusier. Enquanto artefatos modernos, as obras-primas de Oscar Niemeyer, particularmente os Palácios de Brasília, encontram-se vinculadas aos valores nacionais e destacam-se pelo valor memorial e educativo da arquitetura moderna enquanto

[103] Cabe lembrar que Ítalo Campofiorito era secretário da FNPM quando redigiu o texto-base da portaria que regularia o tombamento de Brasília; sempre manteve correspondências com Lucio Costa e Oscar Niemeyer, inclusive enquanto membro do Conselho Consultivo nos dois processos de tombamento, nos quais sua atuação é notável. Jayme Zettel era presidente do IBPC (atual IPHAN) quando participou da elaboração da Portaria nº. 04/1990 do IBPC que foi substituída pela Portaria nº. 314/1992 do IPHAN que atualmente regula o tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília.

testemunho de um ideário, de um saber e um modo de fazer próprios da arquitetura, urbanismo e paisagismo modernos do Brasil.

Quanto aos marcos legais, a Portaria nº.314/1992 regula o tombamento urbanístico de Brasília, mas não impõe diretrizes específicas para preservação da ambiência e visibilidade do entorno imediato de cada objeto isoladamente, pois trata da preservação do conjunto urbano. Entretanto, por outro lado, a Portaria nº.314/1992 particulariza os Palácios e as referências integradas da arquitetura de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes que "fica preservada como se encontra nesta data" de modo que preserva desde já os objetos arquitetônicos enquanto partes integrantes do conjunto urbano. Na prática, ainda que o tombamento urbanístico seja entendido como um instrumento de proteção das características volumétricas de cada Palácio, a "preservação imagética" garante a manutenção das relações visuais, formais e compositivas ao longo da trajetória histórica de cada edificação que compõe este conjunto monumental que carrega consigo a imagem mais emblemática da capital. Trata-se, portanto, de uma relação histórica visual desenhada por intelectuais de modo que a visualidade do objeto sobrepõe-se à funcionalidade do objeto.

Se o tombamento urbanístico não necessariamente implica que os edifícios sejam entendidos isoladamente como objetos históricos, o "tombamento clássico" reafirma a inscrição das obras-primas de Niemeyer na história da arte – moderna, brasileira e, particularmente, na história do século XX. E enquanto patrimônio recente e, sobretudo, contemporâneo, ainda precisa ajustar-se diante das lacunas e da dinamicidade de novas demandas.

Se no discurso o "tombamento-homenagem" preocupa-se em prestar um tributo ao arquiteto Oscar Niemeyer no ano de seu centenário, na prática, a preservação do bem tombado deve obediência ao interesse coletivo de valor cultural que prevalece, inclusive, sobre o interesse do autor ou do proprietário do imóvel. Considerando que tanto a motivação inicial do tombamento quanto a proposta de restauração tenham partido do próprio arquiteto, a intervenção realizada no Palácio do Planalto configura-se como contraditória, pois, a rubrica da obra não satisfaz aos princípios norteadores do projeto original, nem tampouco é compatível com os preceitos clássicos e modernos do qual se vale o arquiteto na concepção o projeto.

Do mesmo modo há de se avaliar o papel do IPHAN diante do desafio de promover estudos mais aprofundados sobre os aspectos históricos, artísticos, projetuais e construtivos de cada obra em particular, uma vez que o tombamento particulariza os edifícios arquitetônicos como obra de arte, mas não aponta diretrizes específicas para conservação das características

essenciais de cada objeto. Nesse ínterim cabe ressaltar a importância do Inventário enquanto instrumento de documentação e que têm potencial para funcionar como ferramenta de gestão, embora, atualmente, não ofereça subsídios para promover ações de conservação e restauração.

De fato, as fichas do SICG não constituem um inventário de conhecimento ou de varredura que visam avaliar o estado de conservação do bem, pois, metodologicamente, as fichas pretendem compor um banco de dados de cadastro e gestão, para ser constantemente atualizado. A aplicação da metodologia SICG, portanto, pode auxiliar a gestão na prática, entretanto, a abordagem do Inventário precisa assumir uma abordagem mais objetiva e particular para cada bem, a fim de apresentar dados descritivos e cronológicos diretamente relacionados aos valores atribuídos para cada objeto procurando ressaltar as suas particularidades. Enquanto instrumento de documentação e gestão, portanto, o inventário pode orientar um bom diagnóstico capaz de instruir e orientar uma intervenção restauradora de valores, para tanto deve assumir um posicionamento mais analítico e crítico frente ao estado de preservação do bem, quanto à integridade, originalidade, autenticidade, etc. de modo a fornecer subsídios para ações de conservação e restauração nos bens tombados em Brasília.

Frente aos valores artísticos a questão principal a ser investigada é em que medida as intervenções de restauro estão vinculadas aos princípios norteadores e elementos originais do objeto enquanto obra de arte moderna? Já diante dos valores históricos é necessário ponderar em que medida as intervenções de restauro consideram os aspectos projetuais e construtivos enquanto testemunhos da trajetória do edifício? Certamente a resposta não será padronizada tendo em vista que numa intervenção de restauração cada obra apresenta suas particularidades e as soluções são avaliadas e apontadas caso a caso.

No caso do Palácio do Planalto, para além da interferência da conjuntura política, o embaraço do órgão diante da reivindicação do autor em modificar sua própria obra revela as dificuldades do IPHAN diante de um impasse ético, de modo a apresentar diferentes posicionamentos. Nesse caso, conclui-se que a análise das intervenções à luz das cartas patrimoniais, recomendações internacionais e princípios de conservação e restauração alinha-se com a argumentação técnica do parecer inicial do IPHAN, preocupado em manter as características do projeto original. Em suma, as teorias de conservação e restauração contribuem para fundamentar e complementar a análise técnica numa abordagem mais crítica e decisiva quanto aos limites das modificações internas ou adaptações de uso.

Quanto à conservação da obra, dos materiais e seus sistemas construtivos, aparentemente, não houve uma clara preocupação em preservar a integridade original do Palácio do Planalto

tendo em vista que a intervenção altera a lógica de uso dos espaços e promove substituições de materiais originais.

Quanto à originalidade dos materiais, observa-se uma dificuldade de distinção das intervenções através do emprego de materiais similares ou do mesmo tipo que, no caso da arquitetura moderna, constitui-se como um grande desafio das obras de restauração.

Quanto à autenticidade, conclui-se que as substituições de materiais originais interferem diretamente na originalidade da pátina, a substituição do painel de azulejos original por uma réplica vai de encontro às cartas patrimoniais quanto aos procedimentos a serem adotados em bem integrado ao edifício e a intervenção reconfigura o quarto pavimento do edifício sem quaisquer critérios de restauro, pois não retoma nenhuma referência, histórica ou artística, do objeto arquitetônico. Nesse ponto, cabe lembrar que "uma exigência fundamental da restauração é respeitar e salvaguardar a autenticidade dos elementos construtivos. Este princípio deve sempre guiar e condicionar a escolha das operações". (Carta de Restauro de 1972)

Diante do exposto, pode-se concluir que a proposta de intervenção não atenta para os valores do bem, sua condição material e a manutenção das características essenciais, bem como não observa os princípios da distinguibilidade, da adequabilidade, da reversibilidade das modificações e da mínima intervenção conforme disposto nos documentos nacionais e internacionais dos quais o Brasil é signatário. De fato, se considerarmos que "a conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico" (Artigo 3º da Carta de Veneza), efetivamente, a obra analisada não pode ser considerada uma obra de restauração, mas sim uma reforma que responde a demandas de segurança, modificações de layout em função dos usos, modernização das instalações em geral, substituição de materiais, etc.

Quando se fala em valor artístico, considerando a obra em si, é importante a "preservação imagética", entretanto, as questões de arranjo espacial merecem especial atenção em função das constantes mudanças de usos, customização e segurança. Nesse ponto é preciso ponderar criticamente quais espaços e usos se tornaram necessários dentro do edifício principal e quais podem ser organizados em volumes distintos ao Palácio como anexos. No caso da reforma empreendida no 4º pavimento, especificamente, há de se avaliar criticamente se a inserção de novos elementos construtivos de caráter permanente tais como as paredes de alvenaria, com os mesmos tipos de materiais e revestimentos originais de outras áreas do Palácio, de certo modo, promove uma alteração de espaços e concepção originais que com o tempo não se

distinguirão como uma intervenção de determinada época e sociedade, considerando especialmente o segundo axioma da Teoria da Restauração de Cesare Brandi: "a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo" (BRANDI, 2008, p. 33). De fato, a criação de um novo saguão voltado para a Praça dos Três Poderes com aplicação de acabamentos mais nobres e a adoção da mesma solução de paredes espelhadas apresenta referência explícita à configuração original do 2º pavimento e promove, efetivamente, uma melhoria da qualidade espacial dos ambientes de trabalho do 4º pavimento. Entretanto, quando pretende alcançar uma unidade estética, empregando indiferentemente os mesmos materiais e soluções espaciais aplicados em outros pavimentos, a proposta emprega uma aparência enganadora e a obra reveste-se de uma falsa originalidade artística. Além disso, a reforma promove um novo arranjo espacial em face da demolição completa de elementos que fazem parte de momentos distintos da trajetória histórica do edifício - pérgolas, jardins internos e painel de azulejos. Nesse caso, há de se ressaltar que a pretendida restauração consegue apagar alguns traços da obra de arte no tempo.

A pesquisa realizada nos permitiu concluir que as intervenções propostas não estão atreladas aos princípios norteadores da obra, proferidos pelo próprio Niemeyer e ilustrados nos documentos do processo de tombamento, bem como não está vinculada aos elementos originais da edificação enquanto obra de arte, de modo que o restauro proposto não considera os aspectos projetuais e construtivos enquanto testemunhos da história do edifício. Portanto, no caso do restauro do Palácio do Planalto, as intervenções realizadas entre 2008 e 2010 refletem parcialmente os valores atribuídos pelo tombamento, pois o objeto arquitetônico não é abordado a partir dos seus valores enquanto bem cultural e artefato moderno.

O caso do Palácio do Planalto, particularmente destacado neste trabalho, apresenta uma síntese dos desafios de atuação do IPHAN na gestão do patrimônio moderno em Brasília: a dificuldade de lidar com a falta de distanciamento temporal diante das necessidades de restauração de um edifício moderno; o desafio institucional de se impor e enfrentar dilemas éticos em favor do interesse coletivo, assegurando os valores atribuídos pelo tombamento que se sobrepõem aos direitos de autoria e de propriedade, independente da celebridade, poder ou influência do autor do projeto e/ou do proprietário do bem; o entendimento detalhado dos sistemas e materiais construtivos de cada exemplar tombado, bem como das relações do objeto arquitetônico com o espaço no qual se insere e com o tempo que o condiciona; a

necessidade de revisão e complementação constante dos inventários já realizados, uma vez que a ferramenta de documentação pode se tornar efetivamente uma ferramenta de gestão respeitável, sobretudo para subsidiar posicionamentos técnicos e argumentações teóricas coerentes com as teorias e práticas internacionais de conservação e restauro.

Enfim, um dos principais desafios reside na articulação entre a compreensão dos valores da obra moderna, obtida a partir de pesquisas e da leitura dos documentos que informam todo o processo de preservação da obra, uma análise crítica das adaptações necessárias ao funcionamento do bem que devem ser apontadas em um bom diagnóstico, e a busca de soluções à luz dos valores do bem e dos princípios de conservação e restauração vigentes. Trata-se, portanto, de intervir procurando respeitar as qualidades e particularidades que caracterizam o exemplar como patrimônio, a partir dos seus valores enquanto obra moderna e bem cultural.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

1. Entrevista com Ítalo Campofiorito, realizada em 25/09/2012, no Museu de Arte Contemporânea (MAC), Niterói/RJ. Não publicada.
2. Entrevista com Jayme Zettel, realizada em 21/09/2012, no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro/RJ. Não publicada.
3. IPHAN - Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Inventário do Conjunto da Obra de Athos Bulcão em Brasília 1957-2007**. Inventário de Bens Móveis e Integrados – INMBI – 2009. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
4. IPHAN - Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Inventário do Palácio do Planalto**. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG – 2010. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
5. IPHAN - Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Inventário do Palácio do Supremo Tribunal Federal**. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG – 2013. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
6. IPHAN - Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Inventário da Unidade de Vizinhança**. Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG – 2009. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
7. Processo nº.01551.000527/2008-26 - Restauração do Palácio do Planalto. Arquivo da Superintendência do Iphan no Distrito Federal.
8. Processo nº.1305-T-90 – **Tombamento do Conjunto Urbanístico de Brasília**. Disponível em meio digital no Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal.
9. Processo nº.1550-T-07 - **Tombamento das obras de Oscar Niemeyer** – Arquivo do DEPAM na Sede do IPHAN em Brasília.

Referências Bibliográficas

10. AMORIM, Luiz Manuel Eirado. **Obituário arquitetônico**: Pernambuco modernista. Recife: Luiz Amorim, 2007.
11. BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1998.
12. BOITO, Camilo. **Os restauradores**. São Paulo: Artes e Ofícios, 2002.
13. BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. 3ª ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
14. BRASIL. **Portaria nº.314, de 08 de outubro de 1992**. Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Ministério da Cultura / IPHAN, Brasília, DF, 08 out. 1992.
15. BRITTO LEITE, Maria de Jesus. GONCALVES, Gilson. O espaço como investigação da arquitetura. In: ZEIN, Ruth Verde (org). **O Projeto como investigação**: antologia. São Paulo. São Paulo: Editora Alter Market, 2009.
16. BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. 4ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
17. CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. "A revista Brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962)." In: Risco: Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo, EESCUSP, n.11, 2010, p. 43-57.
18. CARDOZO, Joaquim. **Dois episódios da história da arquitetura Moderna brasileira**. Módulo, Rio de Janeiro, nº.4, p.32-35, mar.1956.

19. CARVALHO, Cláudia S. Rodrigues de. **Preservação da arquitetura moderna**: edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930-1960. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2005.
20. CASTRO, Mariângela; FINGUERUT, Silvia (Orgs.). **Igreja da Pampulha**: restauro e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
21. CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Modernistas na repartição**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MINC - IPHAN, 2000.
22. _____. **Moderno e brasileiro**: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
23. _____. **Quando o Brasil era Moderno**: Guia de Arquitetura 1928-1960. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
24. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2001.
25. CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 480p.
26. COSTA, Lucio. **Brasília revisitada, 1985-1987**: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. In: LEITÃO, Francisco (org.). Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.
27. _____. **Registro de uma vivência**. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.
28. _____. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**, 1957. In: LEITÃO, Francisco (org.). Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.
29. COUTINHO, Evaldo. **O Espaço da Arquitetura**. Perspectiva: São Paulo, 1977.
30. CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004, p. 91-96.
31. FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.
32. FREITAS, Grace. **Brasília e o projeto construtivo brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.
33. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC-IPHAN, 2002.
34. GORELIK, Adrián. Brasília: o museu da vanguarda, 1950 e 1960. In: GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília**: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Cap. , p. 151-190. Tradução de Maria Antonieta Pereira.
35. GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Dec. 10.829, de 14 de outubro de 1987**. Regulamenta o art. 38 da Lei nº.3.751 – preservação da concepção urbanística de Brasília. Diário Oficial do Distrito Federal, GDF, Brasília, DF, 14 out. 1987.
36. _____. Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Relatório Diagnóstico - Subproduto B - Relatório Consolidado - Volume 1. Brasília, 2011.
37. IPHAN - DEPAM. **Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados**. In: Nota Técnica 001/2011/DEPAM datada em 02/08/2011. Brasília: 2011.
38. _____. **Manual de Aplicação do SICG, versão 2.0 – SICG**. Brasília: 2011.
39. _____. **Plano estratégico de revisão dos inventários**: Proposta Preliminar. Brasília: 2006
40. IPHAN - Superintendência do Distrito Federal. **Plano Piloto 50 anos**: cartilha de preservação de Brasília. Brasília: IPHAN, 2009-b.
41. _____. **Patrimônio Cultural do DF**: bens tombados. Brasília: IPHAN, 2009-a.

42. _____. **Área de entorno das obras de Oscar Niemeyer em Brasília**. In: Nota Técnica elaborada pelo técnico Eduardo Pierrotti Rossetti, da Coordenação Técnica da Superintendência do Iphan no Distrito Federal, datada em 07/06/2010.
43. KUBITSCHEK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1975. 305p.
44. KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a evolução do conceito de restauração. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. Cotia, SP: Ateliê Editorial: FAPESP: Secretaria da Cultura, 1998. Cap. , p. 179-220.
45. LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. 6. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
46. LEITÃO, Francisco (org.). **Brasília 1960-2010**: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. 272p.
47. MOREIRA, Fernando Diniz. **Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil**: universalidade e diversidade. Recife: FASA, 2007. 392p.
48. MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (org.). **Inventários de Identificação**: um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
49. MOTTA, Lia; TEIXEIRA, Luciano [Disciplina: **Instrumentos de Valorização e Identificação do Patrimônio Cultural** - 2º Módulo de Aulas Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma 2011]. Rio de Janeiro, 2012.
50. NIEMEYER, Oscar. **Conversa de Arquiteto**. Rio de Janeiro: Revan/ Editora UFRJ, 1993.
51. _____. **Meu Sósia e Eu**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.
52. _____. **Minha Arquitetura**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
53. _____. **Minha Experiência em Brasília**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
54. _____. **Quase Memórias**: Viagens: Tempos de Entusiasmo e Revolta - 1961-1966. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
55. OLIVEIRA, Fabiana Carvalho de. **Estratégias para a preservação do patrimônio cultural moderno**: Athos Bulcão em Brasília (1957-2007). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.
56. _____. **Ressignificações das obras de Athos Bulcão nos espaços de Brasília**: entre a obra de arte e o ornamento. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 2013.
57. PADUA, Carolina Dal Ben. **Arquitetura moderna**: um estudo sobre patrimônio e preservação. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2013.
58. PERALVA, Osvaldo. **Brasília Patrimônio da Humanidade (um relatório)**. Brasília: Ministério da Cultura, Coordenadoria de Comunicação Social, 1988.
59. PESSÔA, José. **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
60. PESSÔA, José; VASCONCELLOS, Eduardo; REIS, Elisabete; LOBO, Maria (Orgs.). **Moderno e Nacional**. Niterói: Ed. UFF, 2006.
61. RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
62. RIBEIRO, Sandra Bernardes. **Brasília**: Memória, Cidadania e Gestão do Patrimônio Cultural. São Paulo: Annablume, 2005.
63. RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Cidadania, Rio de Janeiro, n. 24, p.97-105, 1996.
64. SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1995.
65. SCHLEE, Andrey Rosenthal; FICHER, Sylvia. **Guia de obras de Oscar Niemeyer**: Brasília 50 anos. Brasília: Instituto dos Arquitetos do Brasil: Câmara dos Deputados, 2010.

66. SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.
67. SILVA, Elcio Gomes da. **Os palácios originais de Brasília**. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 2012.
68. XAVIER, Alberto (Org.). **Lucio Costa**: sobre arquitetura. Centro de Estudantes Universitários de Arquitetura – CEUA. Porto Alegre, 1962. 335p.

Internet

69. ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de; ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho; FREIRE, Raquel Neimann da Cunha. **O IPHAN e os desafios da preservação do patrimônio moderno**: A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos. 8º Seminário DOCOMOMO Brasil (2009). Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/142.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.
70. BARRETO, Frederico; RIBAS, Otto. **Preservação do patrimônio em Brasília**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/04.048/2005>. Acesso em: 31 jan. 2012.
71. CAMPOFIORITO, Ítalo. Brasília revisitada. **Revista Eletrônica do IPHAN**, Brasília, v. 2, n., p.1-6, nov. 2005. Disponível em: <http://labjor.unicamp.br/patrimonio/print.php?id=101>. Acesso em: 29 set. 2011.
72. CARDOZO, Joaquim. A construção de Brasília. [s.d.]. Disponível em: <http://www.joaquimcardozo.com/paginas/joaquim/poemas/arquitetura.htm>. Acesso em: 04 dez. 2010.
73. _____. **Dois episódios da historia da arquitetura moderna brasileira**. Rio de Janeiro: Módulo, 1956. v.2, n.4, p.32-35, mar., 1956. Disponível em: <http://www.joaquimcardozo.com/paginas/joaquim/poemas/arquitetura/dois_episodios.pdf> Acesso em 18 nov. 2010.
74. CARRILHO, Marcos José. **Restauração de obras modernas e a Casa da Rua Santa Cruz de Gregori Warchavchik**. São Paulo: Vitruvius, 2000. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp030.asp.> Acesso em 10 mai. 2007.
75. COM REFORMA, salas de reunião no Planalto têm vidros blindados. Terra, [s.l.], 25 ago. 2010. Disponível em: < http://noticias.terra.com.br/brasil>. Acesso em: 25 ago. 2010.
76. COMAS, Carlos Eduardo; ALMEIDA, Marcos Leite. **Brasília cinquentenária**: a paixão de uma monumentalidade nova. Vitruvius, 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitetos/10.119/3362>. Acesso em: 31 jan. 2012.
77. COMAS, Carlos Eduardo; SANTOS, Cecília Rodrigues; ZEIN, Ruth Verde. **Autoridades, emendas, paradoxos e peculiaridades da preservação do patrimônio arquitetônico moderno**. In: Seminário DOCOMOMO N-NE, 2008, Salvador: DOCOMOMO Brasil, 2008. p.1-5. Disponível em: <http://www.docomomobahia.org/Comas_Santos_Zein.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2012.
78. IPHAN. Copedoc / Codin / Arquivo Central do Iphan. **Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros odo Tombo**: 1938-2012. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3263>. Acesso em: 24 mar. 2014.
79. LEMOS, Carlos. **Originalidade, autenticidade, identidade, valor documental**. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq082/arq082_01.asp>. Acesso em 15 de mai. 2008.

80. OBRA do Palácio do Planalto termina e Lula volta a despachar lá na quarta. Correio Braziliense, Brasília, 21 ago. 2010. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182>. Acesso em: 17 out. 2011.
81. PAINÉIS de Athos Bulcão no Palácio do Planalto foram retirados devido à restauração. Correio Braziliense, Brasília, 29 jul. 2009. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades >. Acesso em: 17 out. 2011.
82. REFORMA do Palácio do Planalto prevê a remoção de painéis de Athos Bulcão. Correio Braziliense, Brasília, 06 mai. 2009-a. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades>. Acesso em: 17 out. 2011.
83. REFORMA do Planalto não tem alvará e corre o risco de ser paralisada pelo Tribunal de Contas da União. R7 Notícias, Brasília, 09 out. 2009-b. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias>. Acesso em: 17 out. 2011.
84. REFORMA urgente no Palácio do Planalto. Diários de Brasília, Brasília, 22 dez. 2008. Disponível em: < http://wp.clicrbs.com.br/diariosdebrasilia>. Acesso em: 17 out. 2011.

Sites consultados

85. Arquivo Noronha Santos – IPHAN. (www.iphan.gov.br/ans).
86. Casa de Lucio Costa. (www.casadeluciocosta.org).
87. DOCOMOMO BRASIL. (www.docomomo.org.br).
88. Fundação Oscar Niemeyer. (www.niemeyer.org.br).
89. Instituto Antonio Carlos Jobim, acervo Lucio Costa. (www.jobim.org/lucio).
90. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (www.iphan.gov.br).
91. Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (www.sc.df.gov. br).
92. Secretaria de Estado de Urbanismo e Habitação (www.sedhab.df.gob.br).
93. UNESCO (www.unesco.org)

Anexo 01: Bens modernos de arquitetura, urbanismo e paisagismo com proteção federal

Obra	Local	Autoria (ano do projeto)	Período de construção	Nº do Processo-T-Ano de abertura	Livro de tombo (ano da inscrição)
Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha	Belo Horizonte, MG	Oscar Niemeyer (1942)	1942-1947	0373-T-47	Belas Artes (1947)
Ministério da Educação e Saúde (MES), atual Palácio Gustavo Capanema	Rio de Janeiro, RJ	Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos; paisagismo de Burle Marx; obras integradas de Candido Portinari, Bruno Giorgio, Vera Janacopulus e Celso Antônio (1936-1937)	1937-1943	0375-T-48	Belas Artes (1948)
Estação de Hidroaviões, atual Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica	Rio de Janeiro, RJ	Escritório de Atílio Correia Lima, com colaboração de Jorge Ferreira, Renato Mesquita, Renato Soeiro e Tomás Estrela (1937)	1937-1938	0552-T-56	Belas Artes (1957)
Catetinho	Brasília, DF	Oscar Niemeyer (1956)	1956	0594-T-59	Histórico (1959)
Parque do Flamengo	Rio de Janeiro, RJ	Afonso Eduardo Reidy; paisagismo de Burle Marx (1961)	1961-1965	0748-T-64	Arq. Etn. Pais. (1965)
Catedral Metropolitana de Brasília	Brasília, DF	Oscar Niemeyer (1958)	1958-1963	0672-T-62	Belas Artes (1967)
Chácara do Céu	Rio de Janeiro, RJ	Wladimir Alves de Souza; paisagismo de Burle Marx (1957)	1957-1972	0898-T-74	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (1974)
Prédio da Associação Brasileira de Imprensa - ABI	Rio de Janeiro, RJ	Escritório dos Irmãos Marcelo e Milton Roberto; paisagismo de Burle Marx	1936-1939	1100-T-83	Belas Artes (1984)
Prédio do Hotel do Parque São Clemente	Nova Friburgo, RJ	Lucio Costa (1944)	1944-1945	1109-T-84	Belas Artes (1985)
Conjunto Residencial do Parque Guinle	Rio de Janeiro, RJ	Lucio Costa (1947)	1948-1952	1110-T-84	Belas Artes Arq. Etn. Pais. (1986)
Casa modernista de Warchavchik na Rua Santa Cruz	São Paulo, SP	Warchavchik (1927-1930)	1927-1930	1121-T-84	Belas Artes Arq. Etn. Pais. (1986)
Casa modernista de Warchavchik na Rua Bahia	São Paulo, SP	Warchavchik (1927-1930)	1927-1930	1153-T-85	Belas Artes (1986)
Casa modernista de Warchavchik na Rua Itápolis	São Paulo, SP	Warchavchik (1927-1930)	1927-1930	1154-T-85	Belas Artes . (1986)
Conjunto Urbanístico de Brasília	Brasília, DF	Lucio Costa (1956)	1956-1960	1305-T-90	Histórico (1990)
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha	Belo Horizonte, MG	Oscar Niemeyer; obras integradas de Candido Portinari e Alfredo Crschiatti; paisagismo de Burle Marx (1942)	1942-47	1341-T-94	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (1997)
Pavilhão Luís Nunes	Recife, PE	Luís Nunes (1937)	1937	1206-T-86	Belas Artes (1998)
Estádio do Maracanã	Rio de Janeiro, RJ	Miguel Feldman, Waldir Ramos, Raphael Galvão, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Dias Carneiro. (1947)	1948-1956	1094-T-83	Arq. Etn. Pais. (2000)
Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico da cidade de Cataguases	Cataguases, MG	Diversos, incluindo obras de Oscar Niemeyer, Francisco Bologna, Aldary Henriques Toledo,Edgard Guimarães do Vale, Luzimar Goés Telles, M.M.M. Roberto, Roberto Burle Marx.	Décadas de 1940-1960	1342-T-94	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (2003)
Sítio Roberto Burle Marx	Rio de Janeiro, RJ	Roberto Burle Marx	1949-1973	1131-T-84	Belas Artes Arq. Etn. Pais. (2003)
Museu de Arte de São Paulo (MASP)	São Paulo, SP	Lina Bo Bardi (1956)	1956-1968	1495-T-02	Histórico (2008)
Casa de Vidro	São Paulo, SP	Lina Bo Bardi (1951)	1951	1511-T-03	*
Conjunto da obra de Oscar Niemeyer	Diversos estados do Brasil	Oscar Niemeyer	-	1550-T-07	**
Vila da Serra do Navio	Serra do Navio, AP	Oswaldo Bratke (1955)	1957-1959	1567-T-08	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (2012)
Monumento Nacional aos Mortos na Segunda Guerra Mundial	Rio de Janeiro, RJ	Marcos Konder e Hélio Ribas Marinho	1957-1960	1583-T-09	Belas Artes Histórico Arq. Etn. Pais. (2012)
*O Arquivo Central do IPHAN ainda não recebeu a documentação para efetuar a inscrição no Livro de Tombo. **As obras de Brasília já foram votadas pelo Conselho Consultivo do IPHAN que foi favorável ao tombamento com inscrição no Livro de Belas Artes.					
Anexo 01: Bens modernos de arquitetura, urbanismo e paisagismo tombados pelo IPHAN. Fonte: A autora, a partir de consultas no site do Arquivo Noronha Santos, Arquivo Central do IPHAN e IPHAN, 2013.					

Anexo 02: Portaria nº. 314, de 08 de outubro de 1992 do IPHAN

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - IBPC, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento do Decreto-Lei nº.25, de 30 de novembro de 1937, resolve:
Art. 1º Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo da SPHAN, homologada pelo Ministro da Cultura, ficam aprovadas as definições e critérios constantes da presente Portaria.
§ 1º A realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o caput deste artigo é compreendida como o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lucio Costa.
§ 2º A área abrangida pelo tombamento é delimitada, a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo córrego Bananal.
Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.
Art. 3º A escala monumental, concebida para conferir à cidade a marca de efetiva capital do País, está configurada no Eixo Monumental, desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti e para a sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:
I. A Praça dos Três Poderes fica preservada como se encontra nesta data, no que diz respeito aos Palácios do Planalto e do Supremo Tribunal Federal, ao Congresso Federal, bem como aos elementos escultórios que a complementam, inclusive o Panteão, a Pira, o Monumento ao Fogo Simbólico, construídos fora da praça, mas que se constituem parte integrante dela;
II. Também ficam incluídas para preservação as sedes vizinhas dos Palácios Itamarati e da Justiça, referências integradas da Arquitetura de Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes;
III. Da mesma forma, serão incluídos na preservação os espaços não edificados adjacentes aos palácios e monumentos referidos, respeitada para o Espaço Lucio Costa e aprovação dada pelo CAUMA;
IV. São também alcançados, para efeito de preservação, os espaços principais de entrada e acesso público nos Palácios mencionados nos itens I e II;
V. nos terrenos do canteiro central verde são vedadas quaisquer edificações acima do nível do solo existente, garantindo a plena visibilidade ao conjunto monumental;
VI. A Esplanada dos Ministérios ao sul e ao norte do canteiro central, à exceção da Catedral de Brasília, será de uso exclusivo dos Ministérios Federais, sendo entretanto admitidas, tal como constam do Plano Piloto, edificações de acréscimos com um pavimento em nível de mezanino e sobre pilotis, para instalação de pequeno comércio e serviços de apoio aos servidores, no espaço compreendido entre o meio dos blocos e a escala externa posterior;
VII. As áreas compreendidas entre a Esplanada dos Ministérios e a Plataforma Rodoviária ao sul e ao norte do canteiro central, e que constituem os Setores Culturais Sul e Norte, destinam-se a construções públicas de caráter cultural.
Art. 4º A escala residencial, proporcionando uma nova maneira de viver, própria de Brasília, está configurada ao longo das alas Sul e Norte do Eixo Rodoviário Residencial e para sua preservação serão obedecidas as seguintes disposições:
I. Cada Superquadra, nas alas sul e norte, contará com um único acesso para transporte de automóvel e será cercada, em todo o seu perímetro, por faixa de 20,00m (vinte metros) de largura com densa arborização;
II. Nas duas alas, sul e norte, nas seqüências de Superquadras numeradas de 102 a 116, de 202 a 216 e de 302 a 316, as unidades de habitações conjuntas terão 06 (seis) pavimentos, sendo edificadas sobre piso térreo em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;
III. Nas duas alas, sul e norte, nas seqüências de Superquadras duplas numeradas de 402 a 416, as unidades de habitações conjuntas terão 03 (três) pavimentos, sendo edificadas sobre pisos térreos em pilotis, livre de quaisquer construções que não se destinem a acessos e portarias;
IV. Em todas as Superquadras, nas alas sul e norte, a taxa máxima de ocupação para a totalidade das unidades de habitações conjuntas é de 15% (quinze por cento) da área do terreno compreendido pelo perímetro externo da faixa verde;
V. Além das unidades de habitações conjuntas serão previstas e permitidas pequenas edificações de uso comunitário, com, no máximo, um pavimento;
VI. Na ala sul, os comércios correspondentes a cada Superquadra deverão sempre ser edificados, em relação às referidas Superquadras, na situação em que se encontram nesta data;
VII. As áreas entre as Superquadras, nas alas sul e norte, denominadas Entrequadras, destinam-se a edificações para atividades de uso comum e de âmbito adequado às áreas de vizinhança próximas, como ensino, esporte, recreação e atividades culturais e religiosas.
Art. 5º O Eixo Rodoviário Residencial, nas alas sul e norte, terá respeitadas suas características originais, mantendo-se o caráter rodoviário que lhe é inerente; Parágrafo único - O sistema viário que serve às Superquadras manterá os acessos existentes e as interrupções nas vias L1 e W1, conforme se verifica na ala sul, devendo ser o mesmo obedecido na ala norte.
Art. 6º A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.
Art. 7º Para a preservação da escala gregária referida no artigo anterior, serão obedecidas as seguintes disposições:
I. a Plataforma Rodoviária será preservada em sua integridade estrutural e arquitetônica original, incluindo-se nessa proteção as suas praças atualmente implantadas defronte aos Setores de Diversões Sul e Norte;
II. Os Setores de Diversões Sul e Norte serão mantidos com a atual cota máxima de coroamento, servindo as respectivas fachadas voltadas para a Plataforma Rodoviária, em toda a altura de campo livre, para instalação de painéis luminosos de reclame, permitindo-se o uso misto de cinemas, teatros e casas de espetáculos, bem como restaurantes, cafés, bares, comércio de varejo e outros que propiciem o convívio público;

III. nos demais setores referidos no artigo anterior, o gabarito não será uniforme, sendo que nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de 65,00m (sessenta e cinco metros), sendo permitidos os usos indicados pela denominação dos setores de forma diversificada, ainda que se mantenham as atividades predominantes preconizadas pelo Memorial do Plano Piloto.

Art. 8º A escala bucólica, que confere a Brasília o caráter de cidade-parque, configurada em todas as áreas livres, contíguas a terrenos atualmente edificados ou institucionalmente previstas para edificação e destinadas à preservação paisagísticas e ao lazer, será preservada observando-se as disposições dos artigos subsequentes.

Art. 9º São consideradas áreas non-aedificandi todos os terrenos contidos no perímetro descrito nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Portaria que não estejam edificados ou institucionalmente destinados à edificação, nos termos da legislação vigente, à exceção daqueles onde é prevista a expansão predominantemente residencial em Brasília Revisitada, que constituem os anexos I e II desta Portaria;

§ 1º Nas áreas referidas no caput deste artigo, onde prevalece a cobertura vegetal do cerrado nativo, esta será preservada e as demais serão arborizadas na forma de bosque, com particular ênfase ao plantio de massas de araucária, no entorno direto da Praça dos Três Poderes;

§ 2º Nas áreas non-aedificandi poderão ser permitidas instalações públicas de pequeno porte que venham a ser consideradas necessárias, desde que, apreciados pelo CAUMA, sejam submetidos à consideração do IBPC;

§ 3º Excepcionalmente, e como disposição naturalmente temporária, serão permitidas, quando aprovadas pelas instâncias legalmente competentes, as propostas para novas edificações encaminhadas pelos autores de Brasília - arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer - como complementações necessárias ao Plano Piloto original e, portanto, implícitas na Lei Santiago Dantas (Lei nº.3.751/60) e no Decreto nº.10.829/87 do GDF que a regulamenta e respalda a inscrição da cidade no Patrimônio Cultural da Humanidade.

Art. 10 Será mantido o acesso público à orla do lago em todo seu perímetro, à exceção dos terrenos, inscritos em Cartório de Registro de Imóveis com acesso privativo à água.

Art. 11 Com objetivo de assegurar a permanência no tempo da presença urbana conjunta das quatro escalas referidas nos artigos anteriores desta Portaria, em todas as áreas já ocupadas no entorno dos dois eixos e contidas no perímetro delimitado nos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º desta Portaria, ficam mantidos os critérios de ocupação aplicados pela administração nesta data, sendo que nos terrenos destinados à recreação e esporte nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima do coroamento de 7,00m (sete metros), à exceção dos ginásios cobertos e nos terrenos destinados a hotéis de turismo, onde nenhuma edificação poderá ultrapassar a cota máxima de coroamento de 12,00m (doze metros).

Parágrafo único - Nos terrenos contíguos à Esplanada dos Ministérios só serão admitidas as edificações necessárias à expansão dos serviços diretamente vinculados aos Ministérios do Governo Federal, não podendo ser ultrapassada a cota máxima do coroamento dos anexos existentes.

Art. 12 Para efeito de aplicação do disposto nesta Portaria, são considerados setores institucionalizados todas as partes da cidade de Brasília referidas no Memorial do Plano Piloto ou criadas pela Administração durante a implantação da capital e consagradas pelo uso popular.

Art. 13 Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo 03: Palácio do Planalto - Primeiro Projeto (1ª versão)

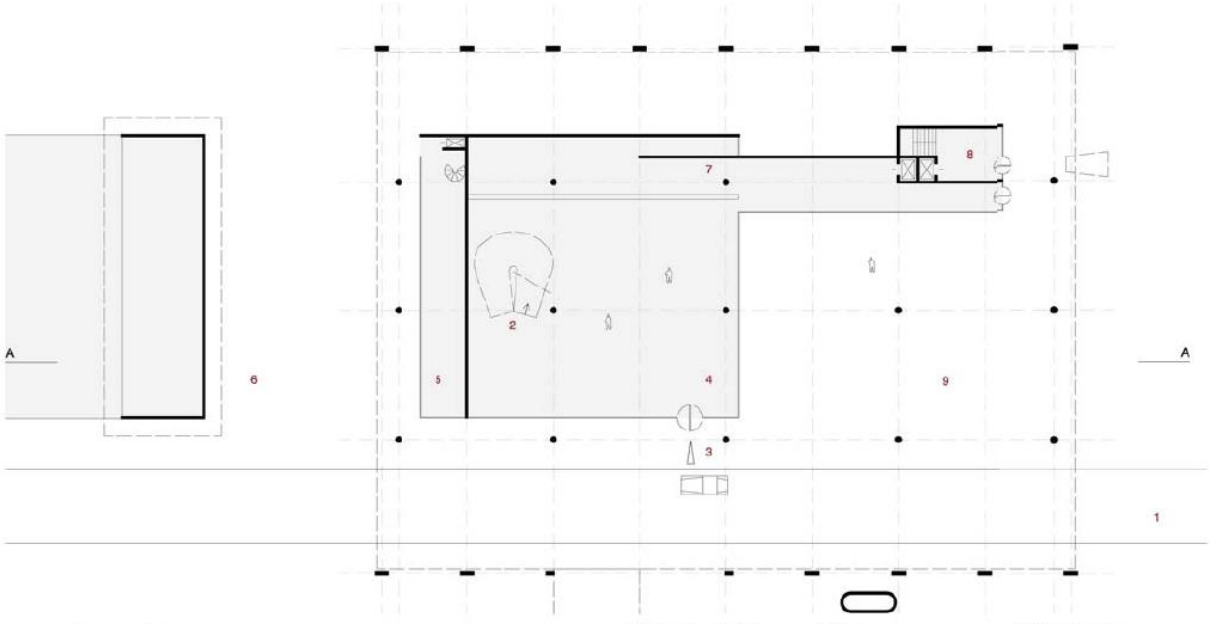


Figura 96: Planta Baixa do Térreo.
1-Entrada de Acesso; 2-Rampa; 3-Entrada geral; 4-Hall; 5-Serviço; 6-Garagem; 7-Informações; 8-Entrada de autoridades; 9-Pilotis.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

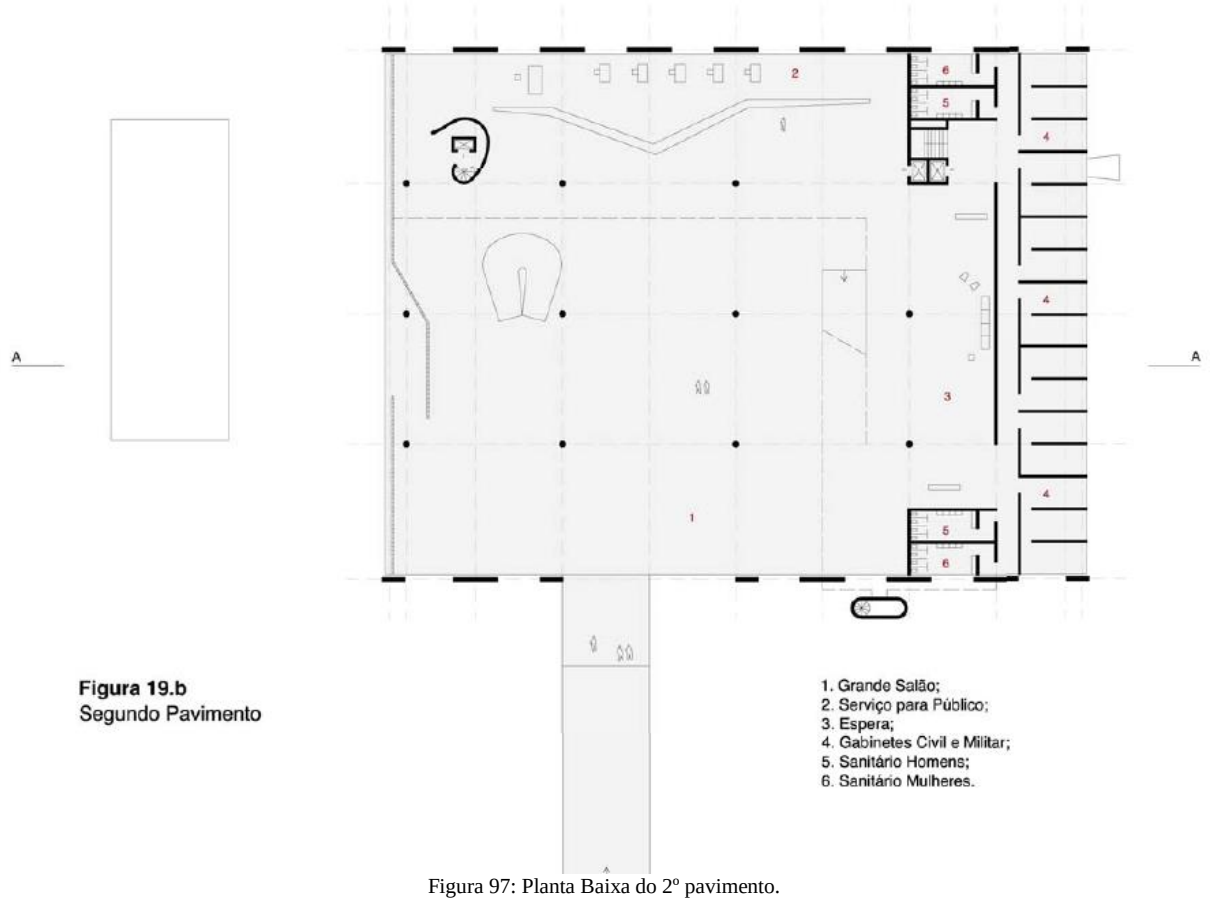


Figura 97: Planta Baixa do 2º pavimento.
1-Grande Salão; 2-Serviço para Público; 3-Espera; 4-Gabinetes Civil e Militar; 5-Sanitário Homens; 6-Sanitário Mulheres.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

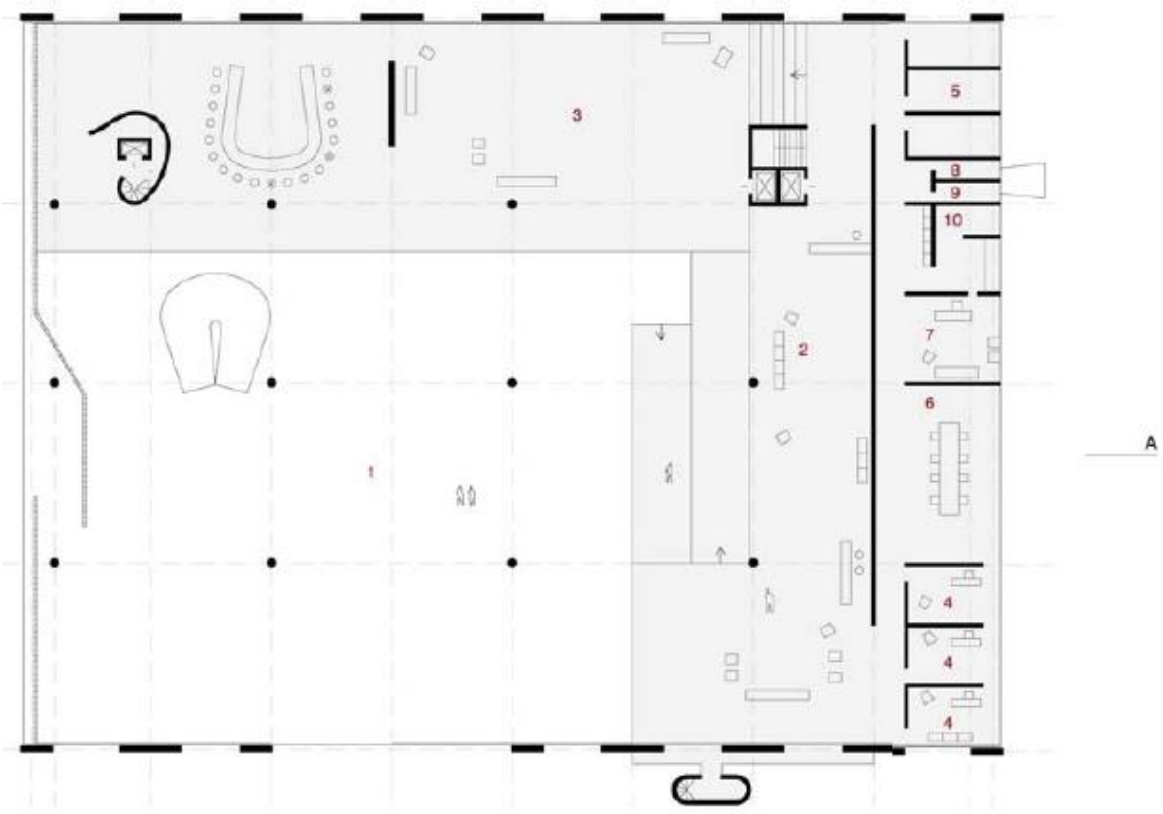


Figura 98: Planta Baixa do 3º pavimento.
1-Vazio do 2º pavimento; 2- Espera; 3-Salão de Recepção e Banquetes; 4-Salas para atender; 5-Secretários; 6-Sala de Despachos; 7-Gabinete do Presidente; 8-Sanitário Homens; 9-Sanitário Mulheres; 10-Sanitário Presidente.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

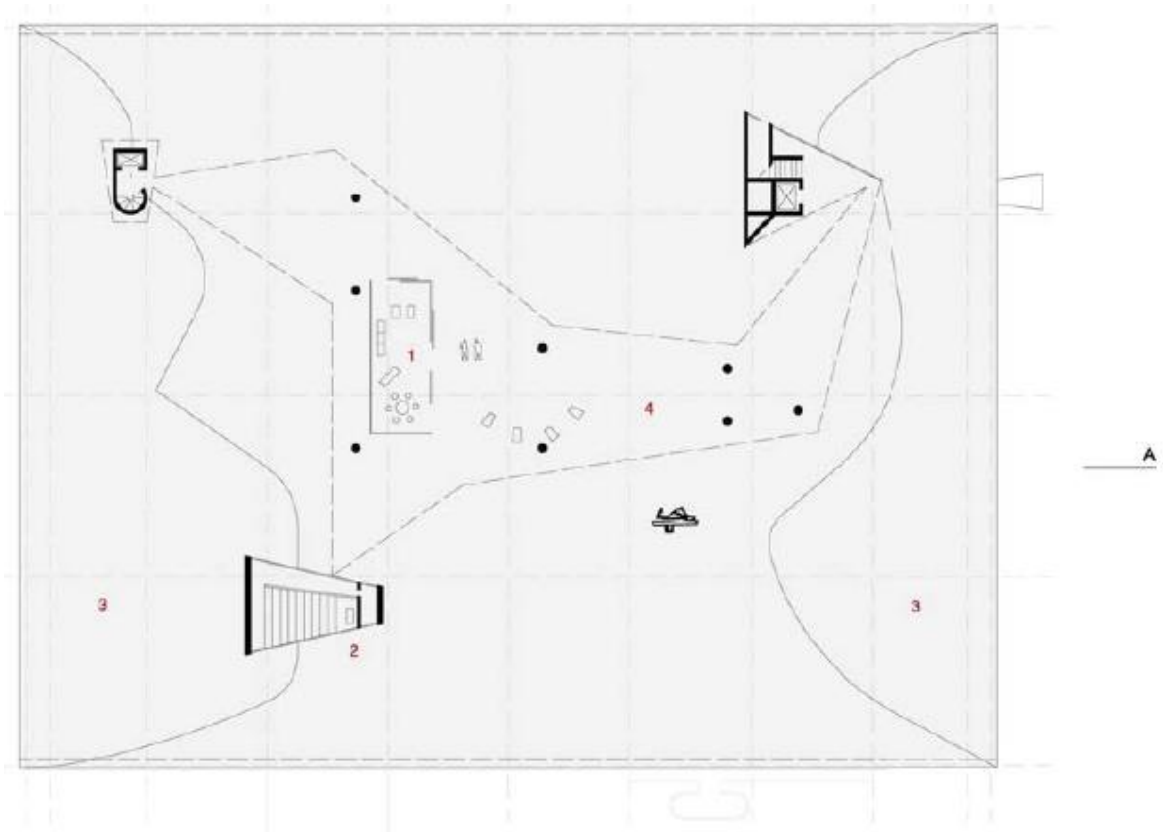


Figura 99: Planta Baixa do Terraço.
1-Sala de Estar; 2-Auditório; 3-Jardim; 4-Marquise.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

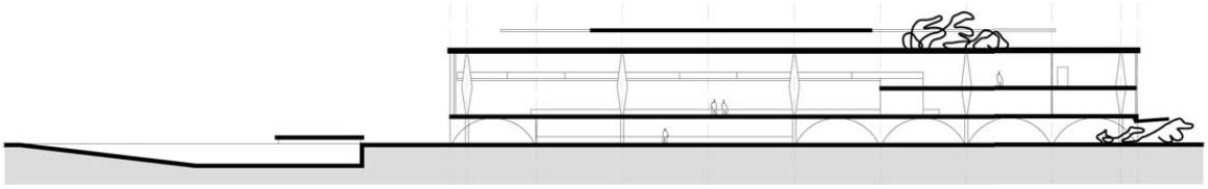


Figura 100: Corte AA.
Fonte: SILVA, 2012, p.170.

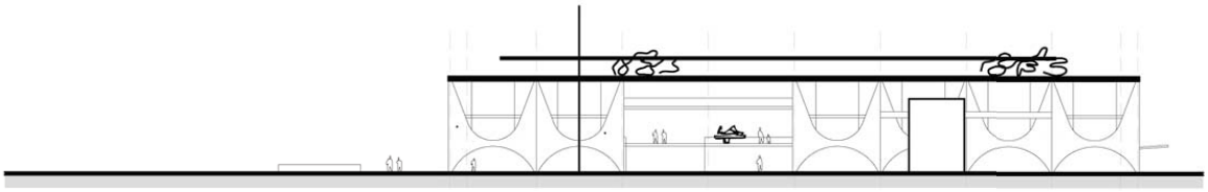


Figura 101: Elevação Sul.
Fonte: SILVA, 2012, p.170.

Anexo 04: Palácio do Planalto - Primeiro Projeto (2ª versão)

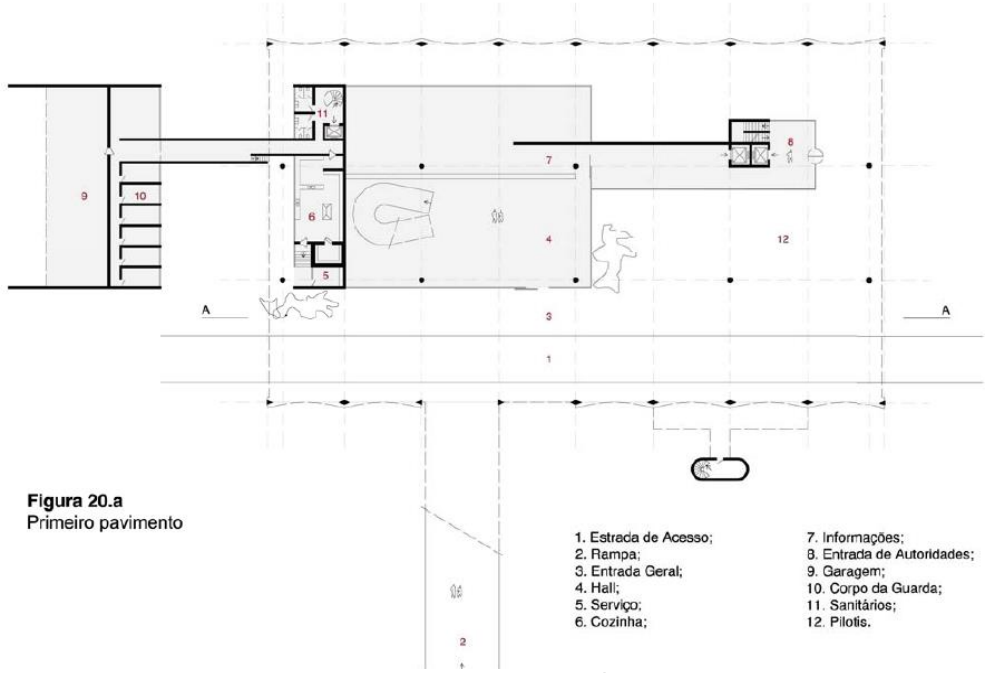


Figura 102: Planta Baixa do Térreo.
Fonte: SILVA, 2012, p.172.

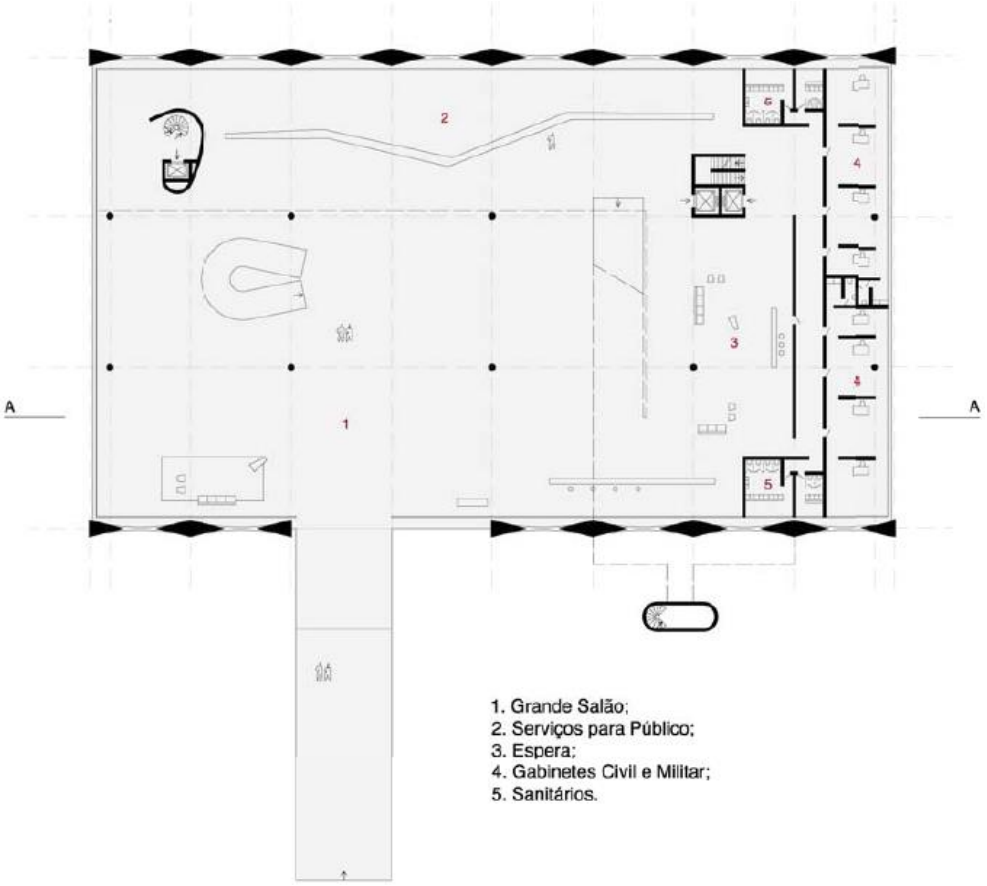


Figura 103: Planta Baixa do 2º pavimento.
Fonte: SILVA, 2012, p.172.

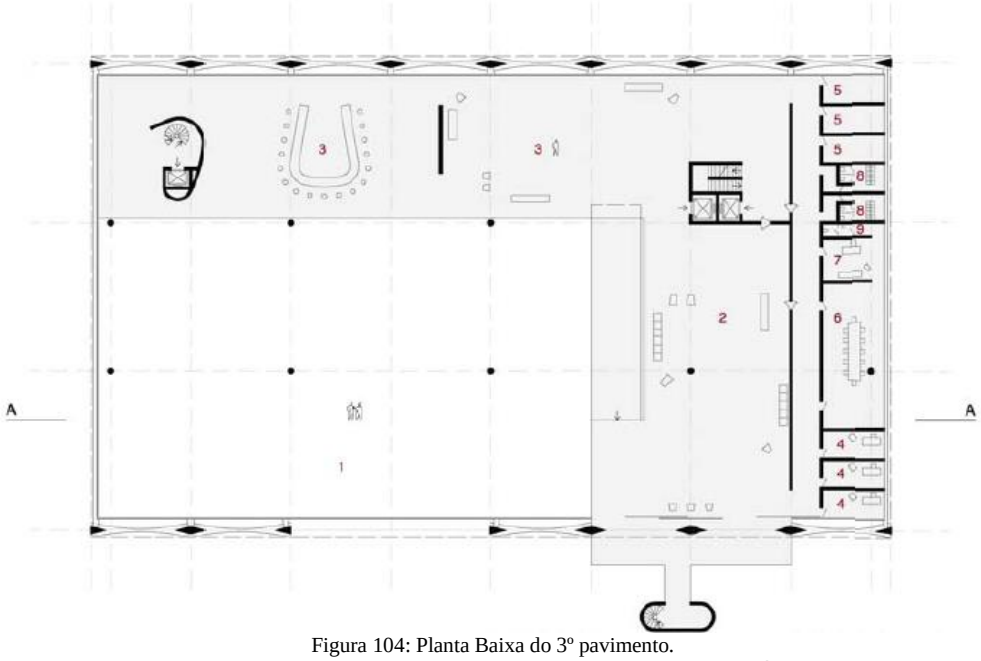


Figura 104: Planta Baixa do 3º pavimento.
1-Vazio do 2º pavimento; 2- Espera; 3-Salão de Recepção e Banquetes; 4-Salas para atender; 5-Secretários; 6-Sala de Despachos; 7-Gabinete do Presidente; 8-Sanitários; 9-Sanitário Presidente.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

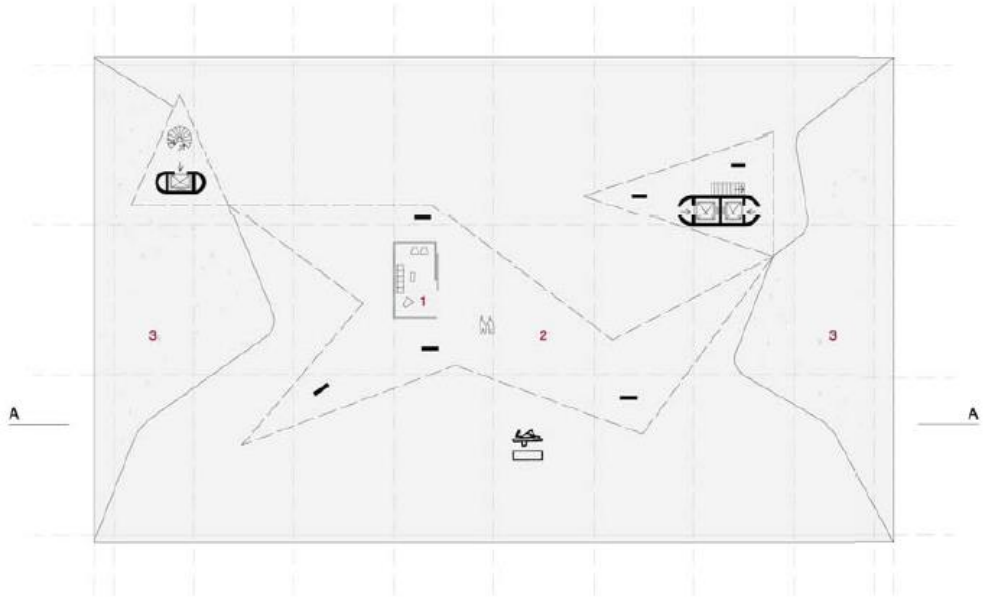


Figura 105: Planta Baixa do Terraço.
1-Sala de Estar; 2-Marquise; 3-Jardim.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

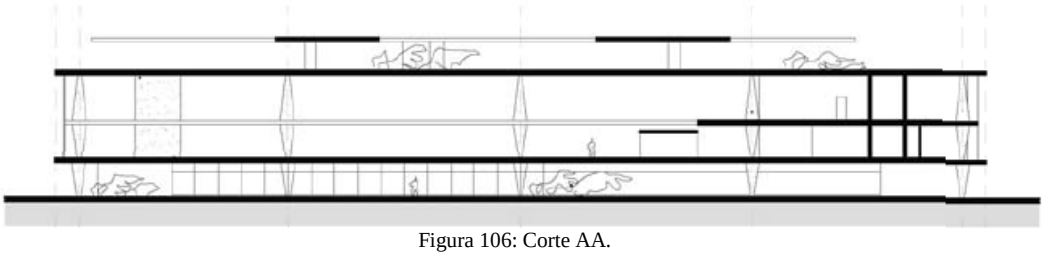


Figura 106: Corte AA.
Fonte: SILVA, 2012, p.173.

Anexo 05: Palácio do Planalto - Segundo Projeto (1ª versão)

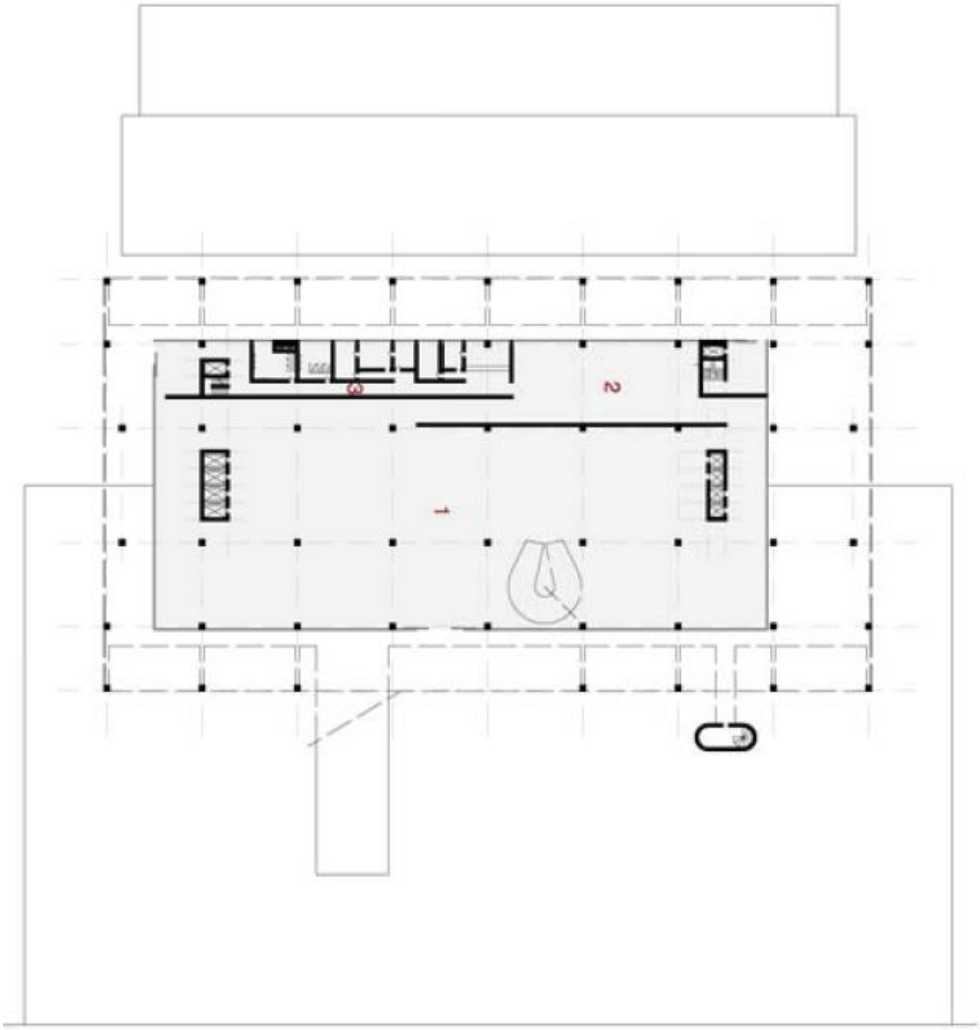


Figura 107: Planta Baixa do Térreo.
1-Saguão; 2-Arquivo; 3-Órgãos da presidência.
Fonte: SILVA, 2012, p.283.

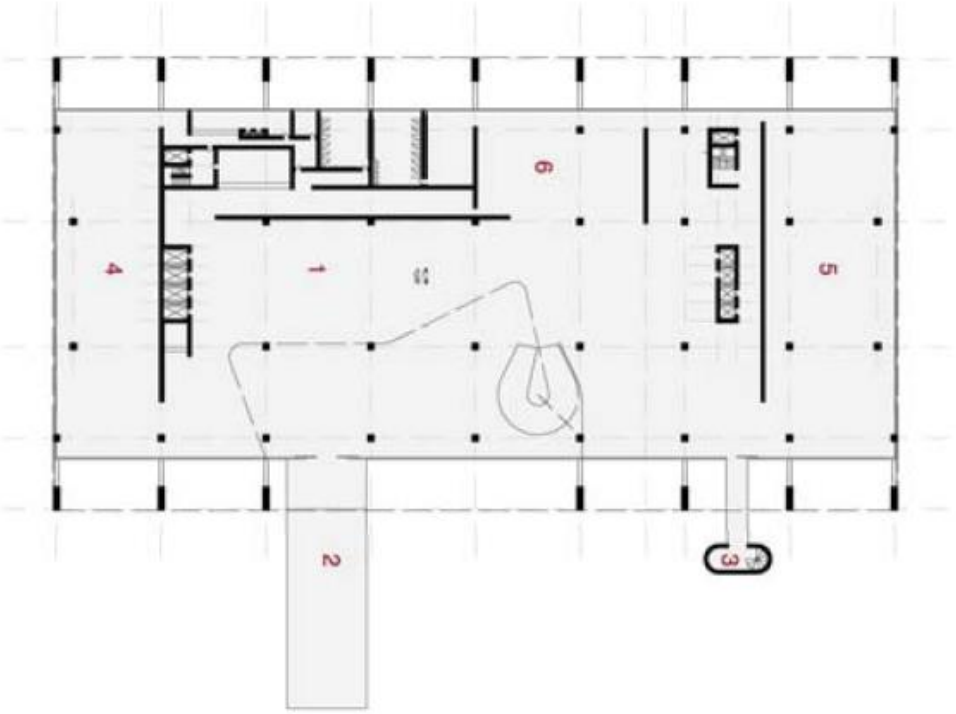


Figura 108: Planta Baixa do 2º pavimento.
1-Hall nobre; 2-Rampa de acesso; 3-Tribuna; 4-Salão de banquete; 5- Salão nobre; 6-Salão de estar.
Fonte: SILVA, 2012, p.283.

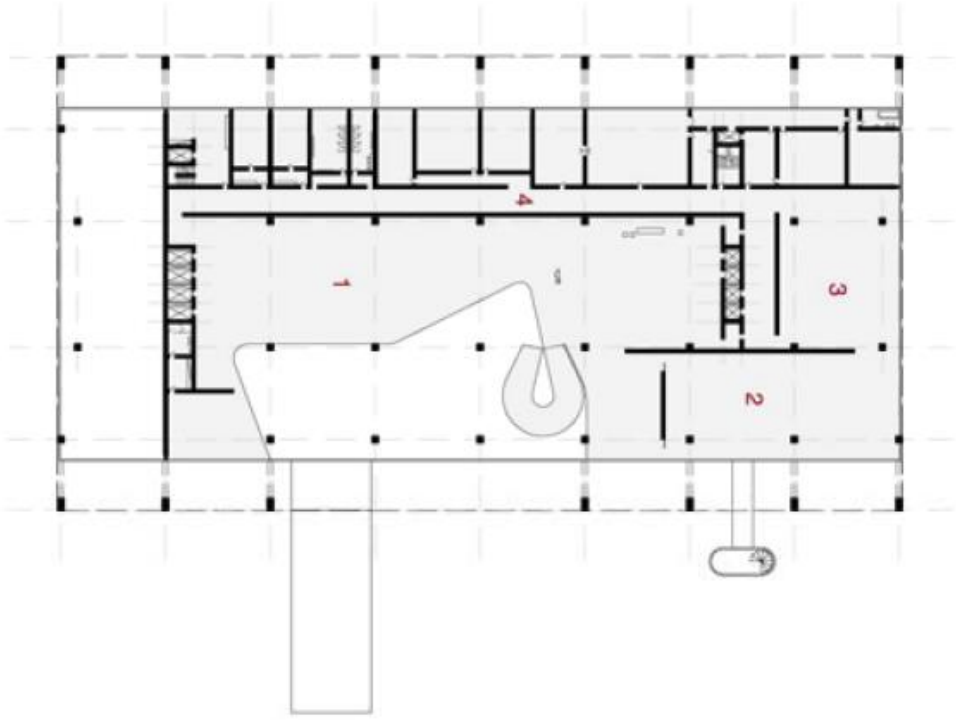


Figura 109: Planta Baixa do 3º pavimento.
1-Galeria/Mezanino; 2-Recepção; 3-Antesala; 4-Órgãos da presidência.
Fonte: SILVA, 2012, p.283.

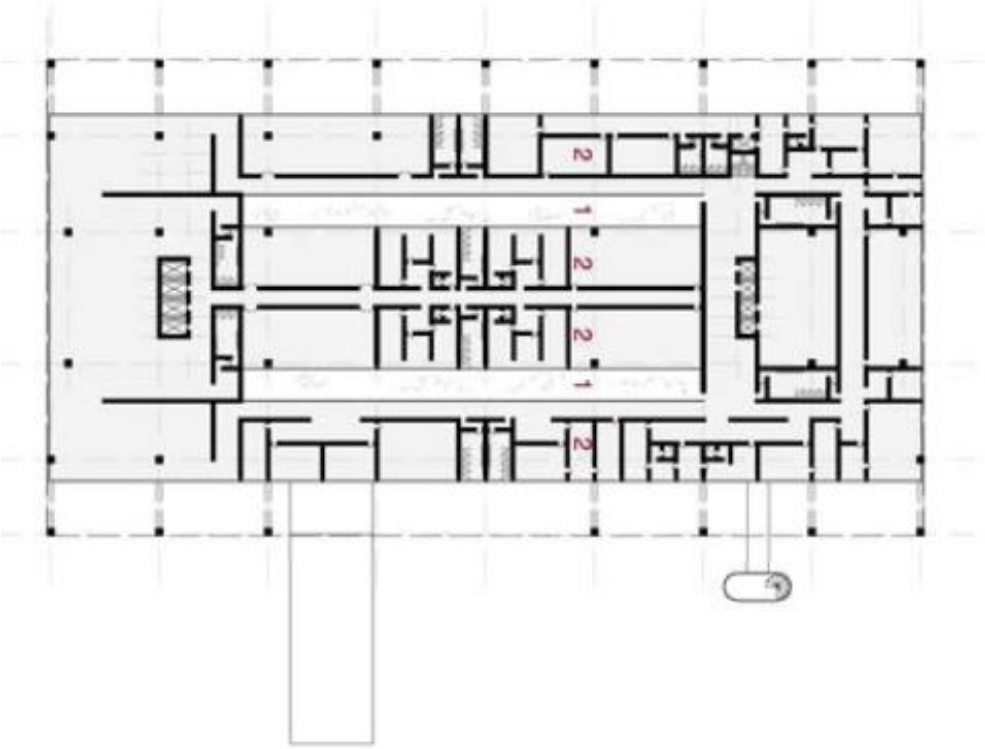


Figura 110: Planta Baixa do 4º pavimento.
1-Jardins; 2-Órgãos da presidência.
Fonte: SILVA, 2012, p.283.

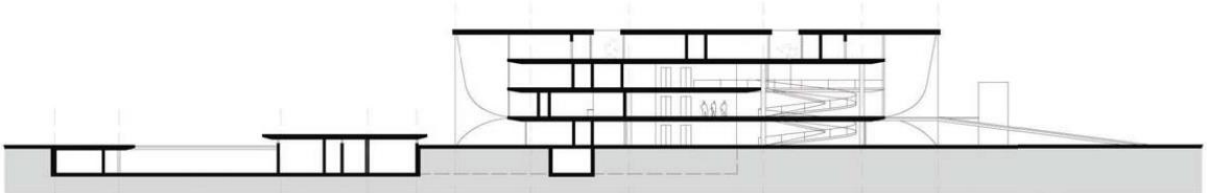


Figura 111: Corte transversal.
Fonte: SILVA, 2012, p.284.

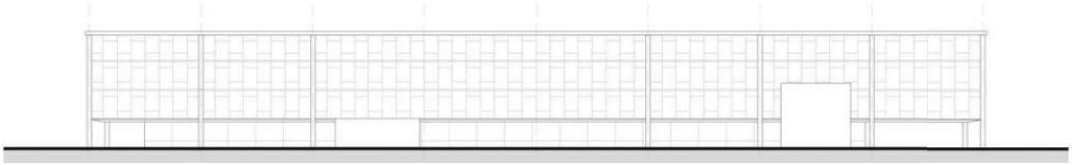


Figura 112: Elevação Sul.
Fonte: SILVA, 2012, p.284.

Anexo 06: Palácio do Planalto - Segundo Projeto (2ª versão)

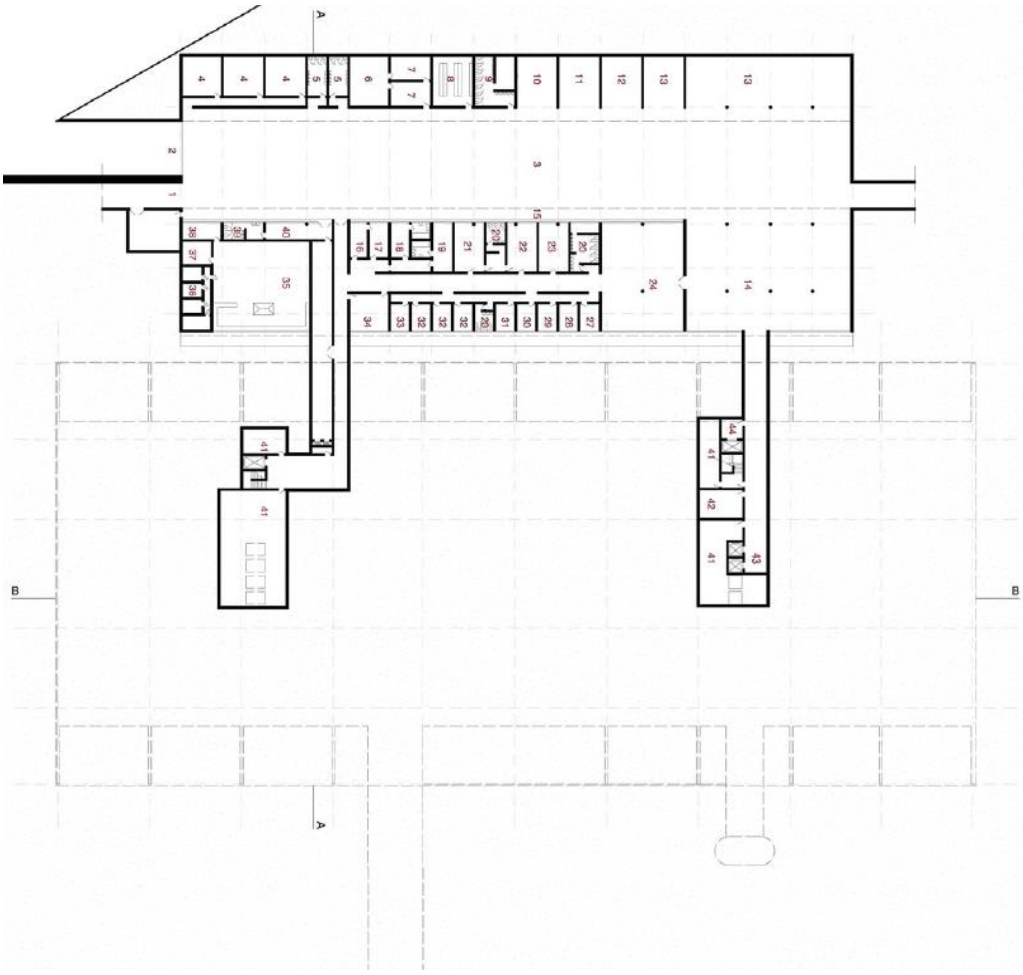


Figura 113: Planta Baixa do Subsolo.
1-Entrada de automóveis; 2-Rampa para caminhões; 3-Pátio de serviço; 4-Dormitórios de empregados; 5-Sanitários; 6-Geradores; 7-Oficinas; 8-Vestiário; 9-Sanitários; 10-Lanterneiro; 11-Pintura; 12-Mecânica; 13-Lubrificação; 14-Garagem; 15-Corpo de guarda; 16-Oficial do dia; 17-Comando da Guarda; 18-Quarto do oficial do dia; 19-Quarto do comandante; 20-Sanitários; 21-Refeitório; 22-Recreio; 23-Armamento; 24-Dormitório de soldados; 25-Rádio-telegrafista; 26-Quarto; 27-Oficina; 28-Aparelhos; 29-Transmissor; 30-Chefia; 31-Gabinete; 32-Operadores; 33-Serviço postal; 34-Imprensa; 35-Cozinha; 36-Frigoríficos; 37-Despensa; 38-Adega; 39-Sanitários; 40-Controle; 41-Casa de máquinas; 42-Força; 43-Hall de funcionários; 44-Hall do presidente.
Fonte: SILVA, 2012, p.286.

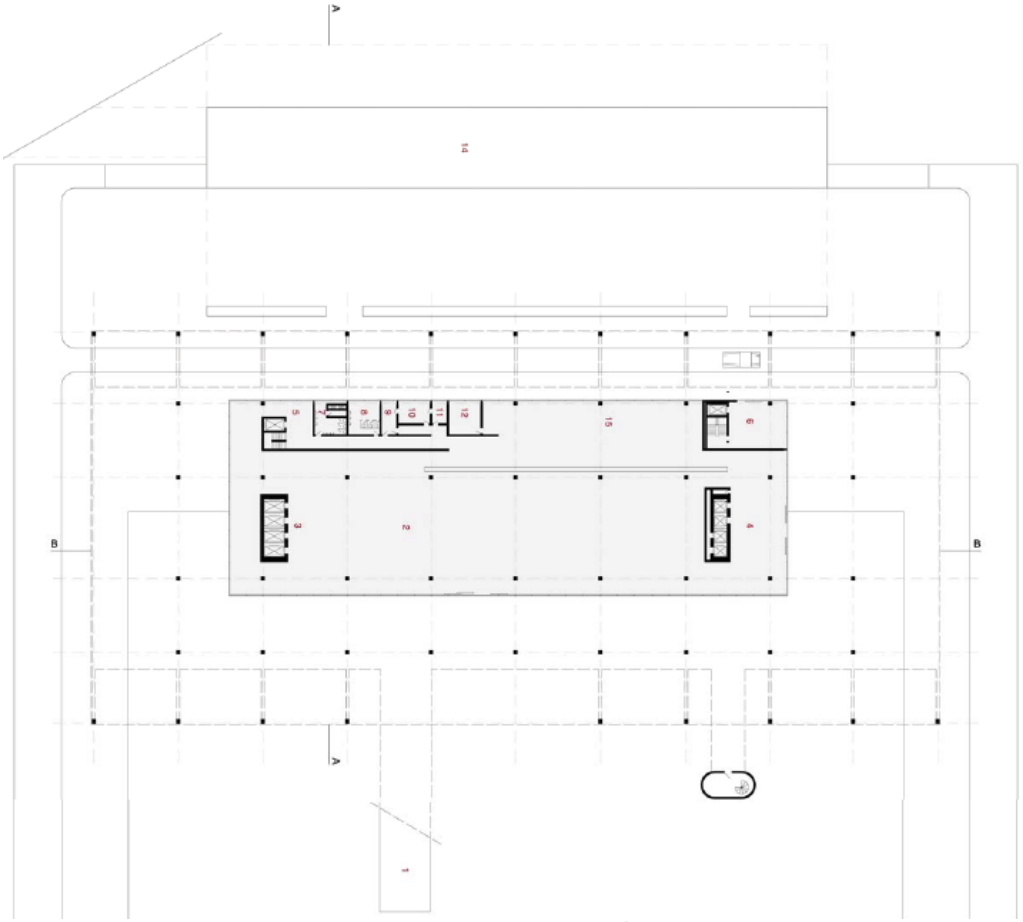


Figura 114: Planta Baixa do Térreo.
1-Rampa; 2-Saguão de entrada; 3-Elevadores para o público; 4-Elevadores de funcionários; 5- Hall de funcionários; 6-Hall do presidente; 7-Sanitário masculino; 8-Sanitário feminino; 9-Sala de curativos; 10-Gabinete médico; 11-Sala de exames; 12-Sala do diretor; 13-Expediente; 14-Vazio do subsolo.
Fonte: SILVA, 2012, p.287.

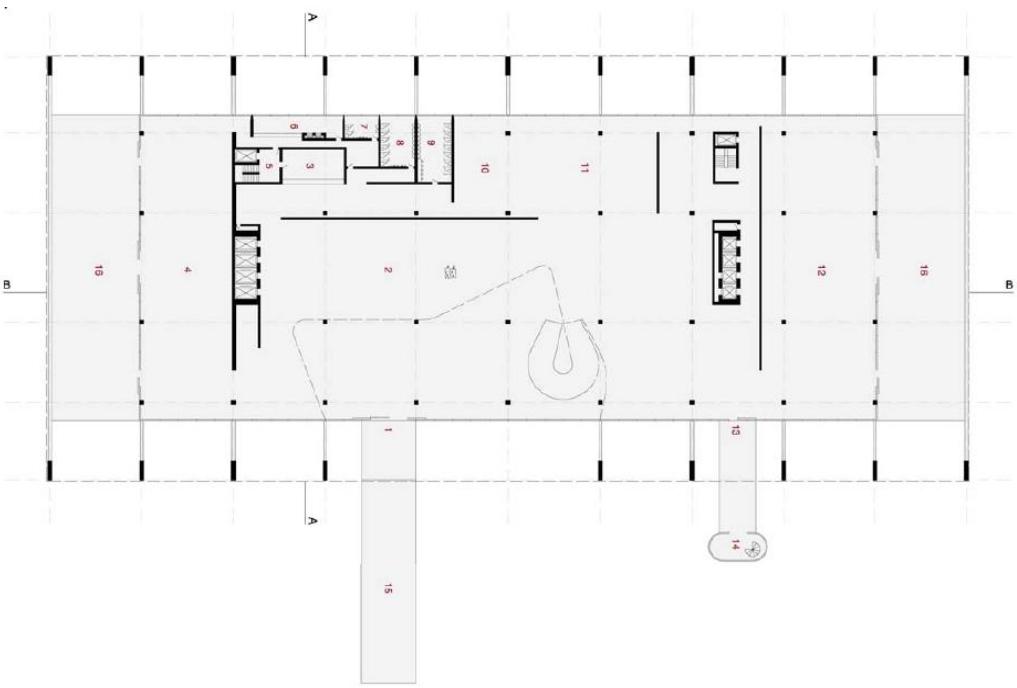


Figura 115: Planta Baixa do 2º pavimento.
1-Acesso rampa; 2- Hall nobre; 3-Chapelaria; 4-Salão de banquetes; 5- Hall de serviço; 6-Copa; 7-Sanitário de empregados; 8-Sanitários masculinos; 9-Sanitários femininos; 10-Sala de repouso; 11-Salão de estar; 12-Salão nobre; 13-Acesso à Tribuna; 14-Tribuna; 15-Rampa; 16-Varanda. Fonte: SILVA, 2012, p.288.

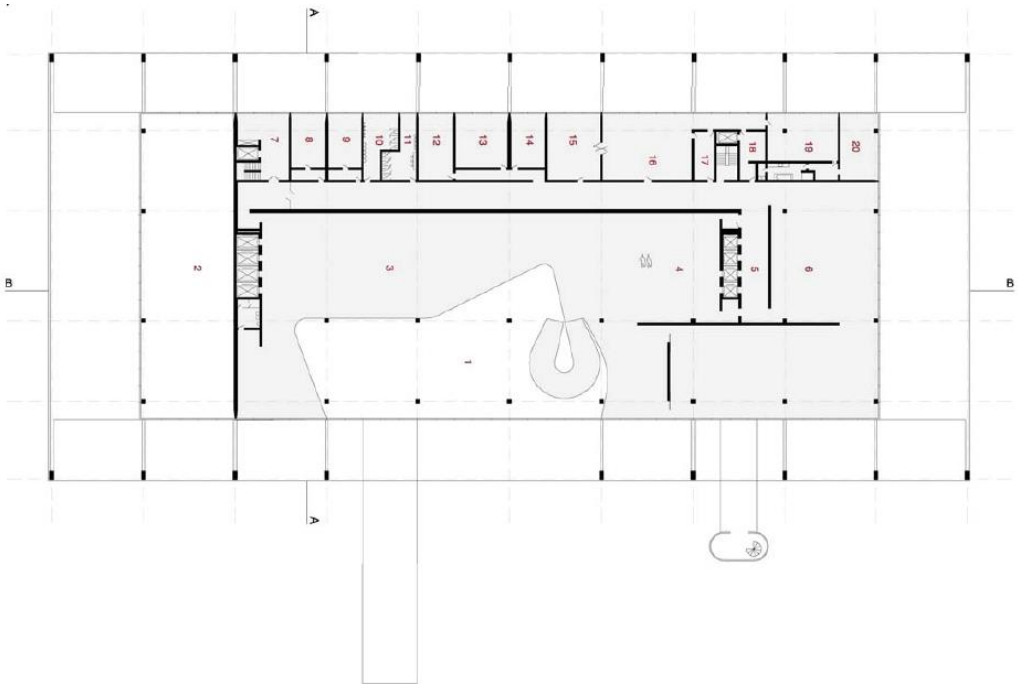


Figura 116: Planta Baixa do 3º pavimento.
1-Vazio do 2º pavimento; 2- Vazio do Salão e banquetes; 3-Galeria; 4-Hall do público; 5- Hall de funcionários; 6-Espera; 7-Copa; 8-Oficiais de gabinete; 9-Oficiais de gabinete; 10-Sanitário masculino; 11-Sanitário feminino; 12-Funcionários; 13-Auxiliares; 14-Secretário; 15-Audiências; 16-Salão de despachos; 17-Sala de espera; 18-Audiência; 19-Gabinete do presidente; 20-Quarto. Fonte: SILVA, 2012, p.289.

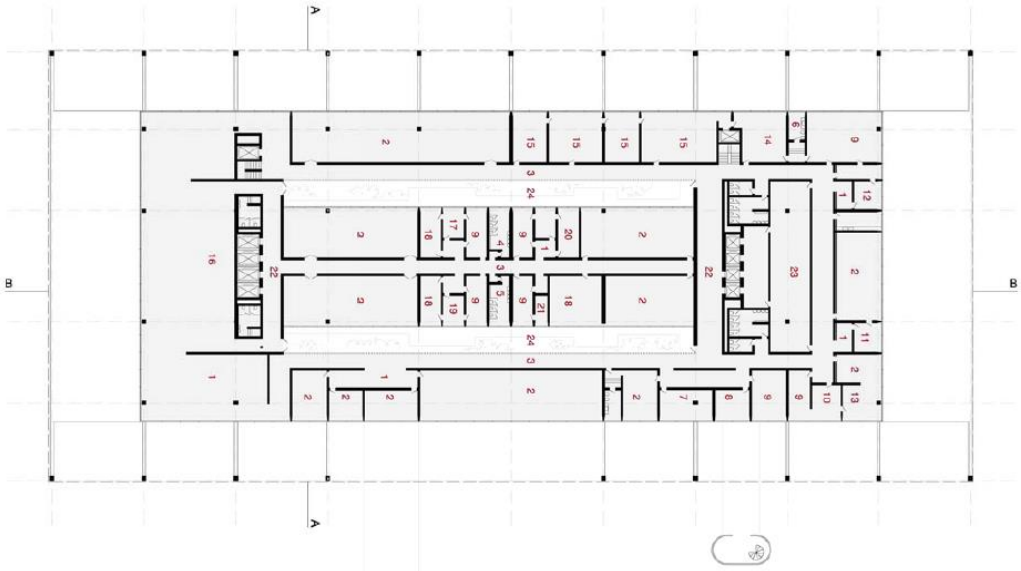


Figura 117: Planta Baixa do 4º pavimento.
1-Espera; 2-Funcionários; 3-Circulação; 4-Sanitário masculino; 5-Sanitário feminino; 6-Snitários; 7-Ajudantes de ordens; 8-Chefe da Casa Militar; 9-Audiência; 10-Gabinete do Chefe (Casa Militar); 11-Gabinete do Chefe (interesses estaduais); 12-Gabinete do Chefe (interesses parlamentares); 13-Gabinete do Chefe (Casa Civil); Secretário; 15-Assistente; 16-Hall do público; 17-Primeiro Subchefe da Casa Civil; 18-Secretaria; 19-Segundo Subchefe da Casa Civil; 20-Terceiro Subchefe da Casa Civil; 21-Hall de funcionários; 23-Serviço; 24-Jardim.
Fonte: SILVA, 2012, p.290.

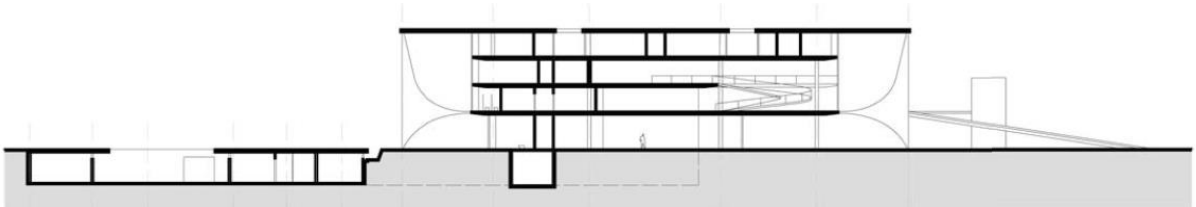


Figura 118: Corte transversal - AA.
Fonte: SILVA, 2012, p.290.

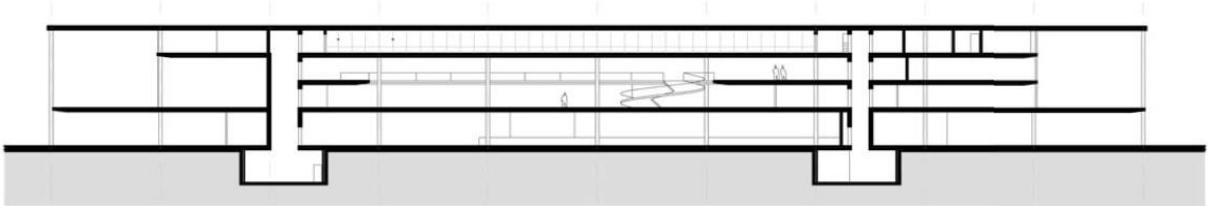


Figura 119: Corte longitudinal – BB.
Fonte: SILVA, 2012, p.290.

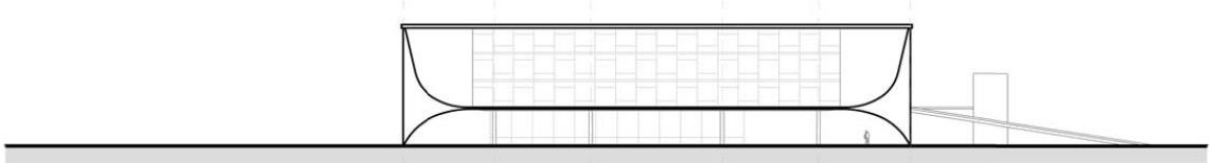


Figura 120: Elevação Oeste.
Fonte: SILVA, 2012, p.290.

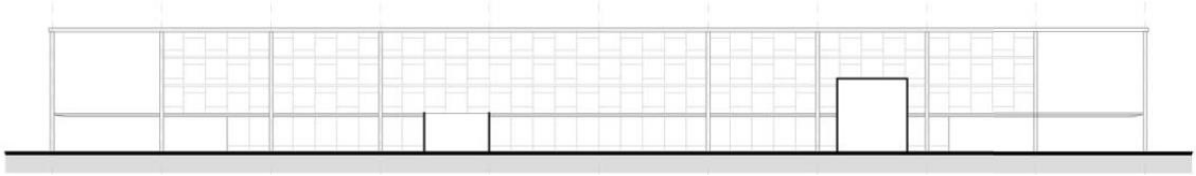


Figura 121: Elevação Sul.
Fonte: SILVA, 2012, p.290.

Anexo 07: Palácio do Planalto – Construído (Abr.1958 – Ago.1963)

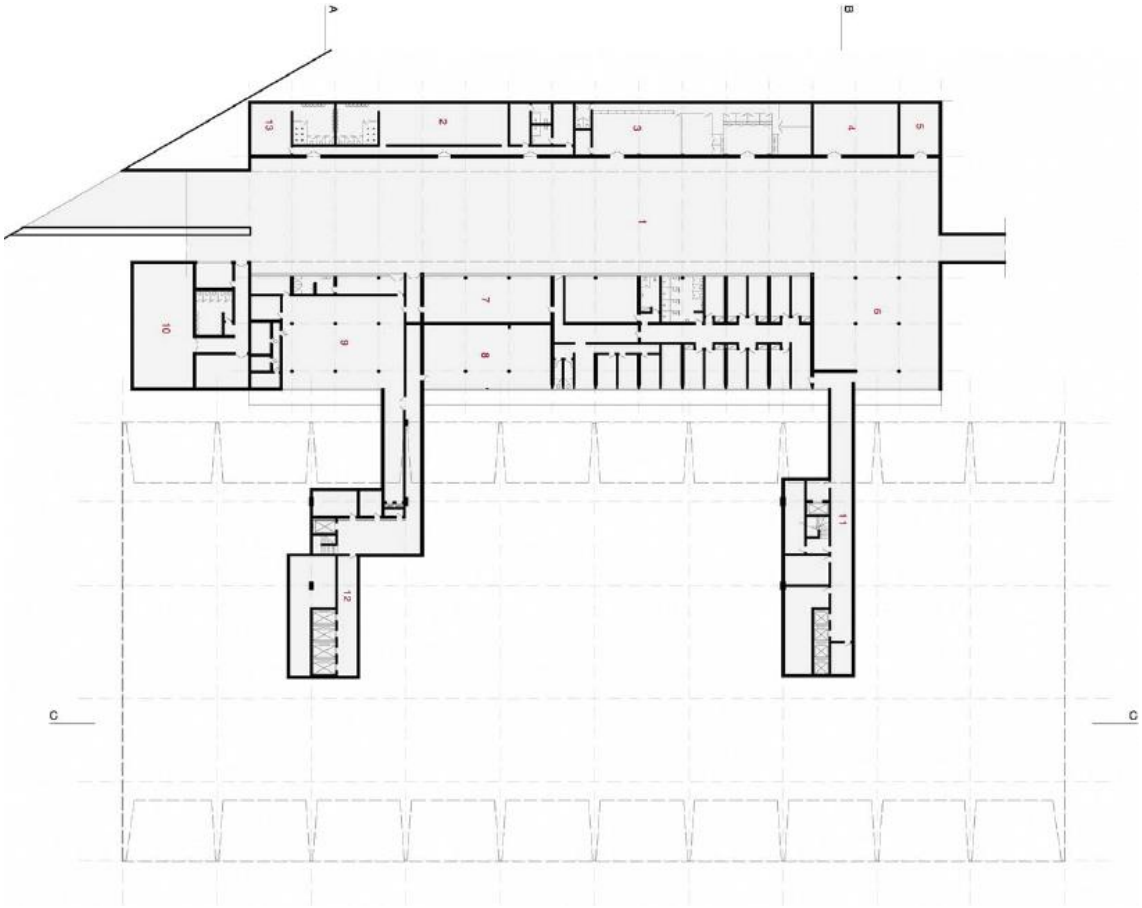


Figura 122: Planta Baixa do Subsolo.
1-Pátio de Serviço; 2-Alojamento; 3-Sala de conferência; 4-Correspondência; 5-Zeladoria; 6-Garagem; 7-Restaurante; 8-Diretoria do expediente; 9-Cozinha; 10-Geradores; 11-Hall do presidente; 12-Hall dos funcionários; 13-Guarda civil.
Fonte: SILVA, 2012, p.553.

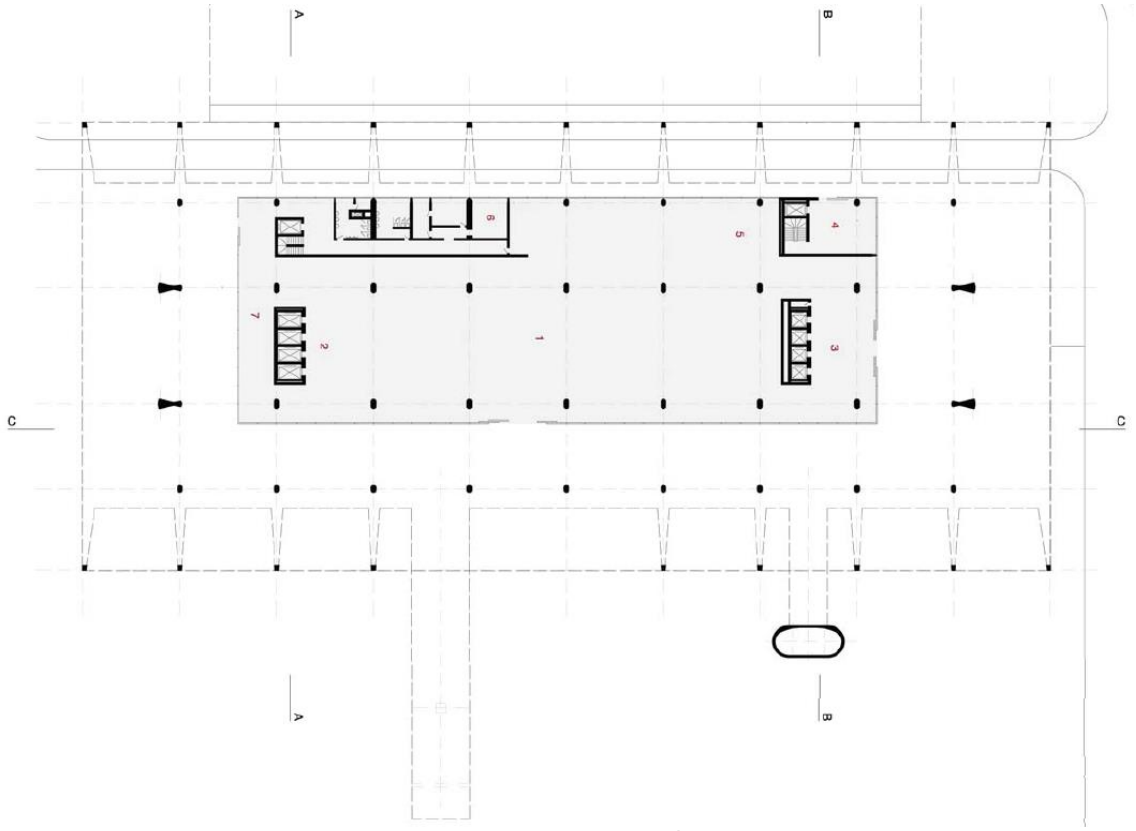


Figura 123: Planta Baixa do Térreo.
1-Salão de entrada; 2-Público; 3-Hall de funcionários; 4-Hall Presidencial; 5-Arquivo; 6-Gabinete; 7-Serviço de Audiência Pública.
Fonte: SILVA, 2012, p.553.

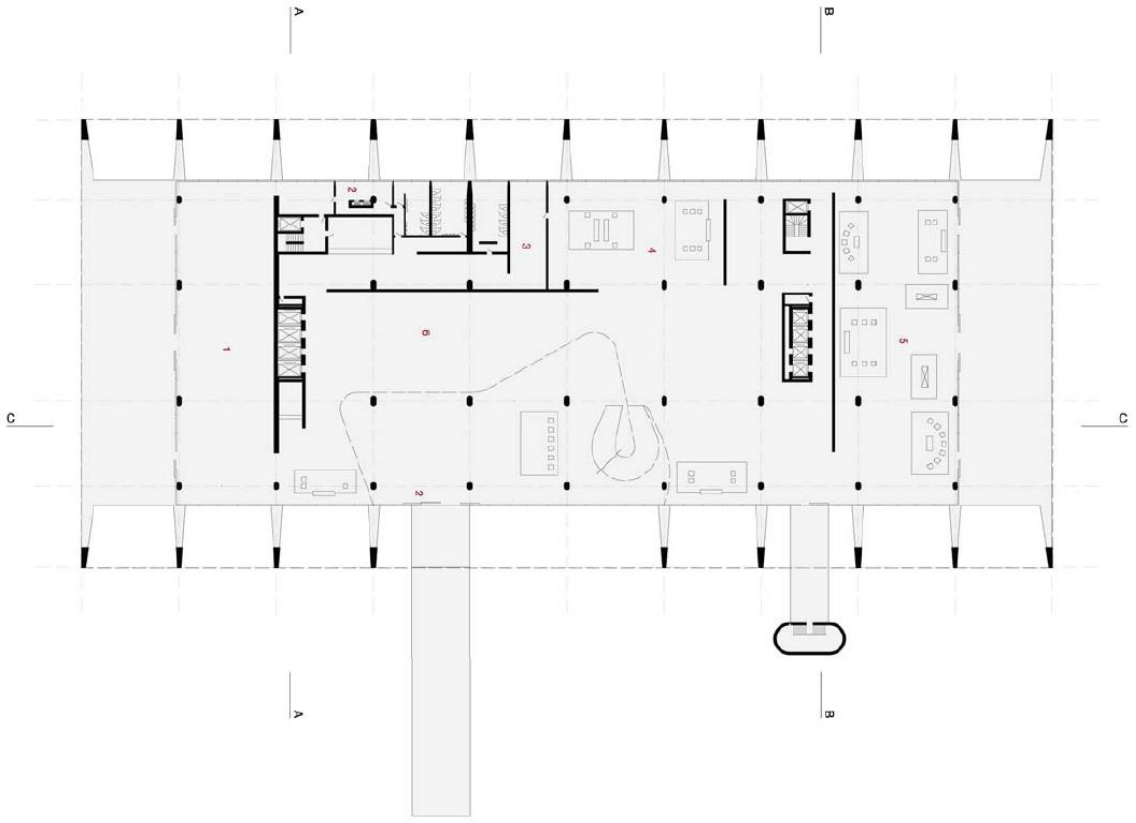


Figura 124: Planta Baixa do 2º Pavimento.
1-Salão de banquetes; 2-Copa; 3-Refeitório privativo do presidente; 4-Salão de estar; 5-Salão nobre; 6-Hall nobre.
Fonte: SILVA, 2012, p.553.

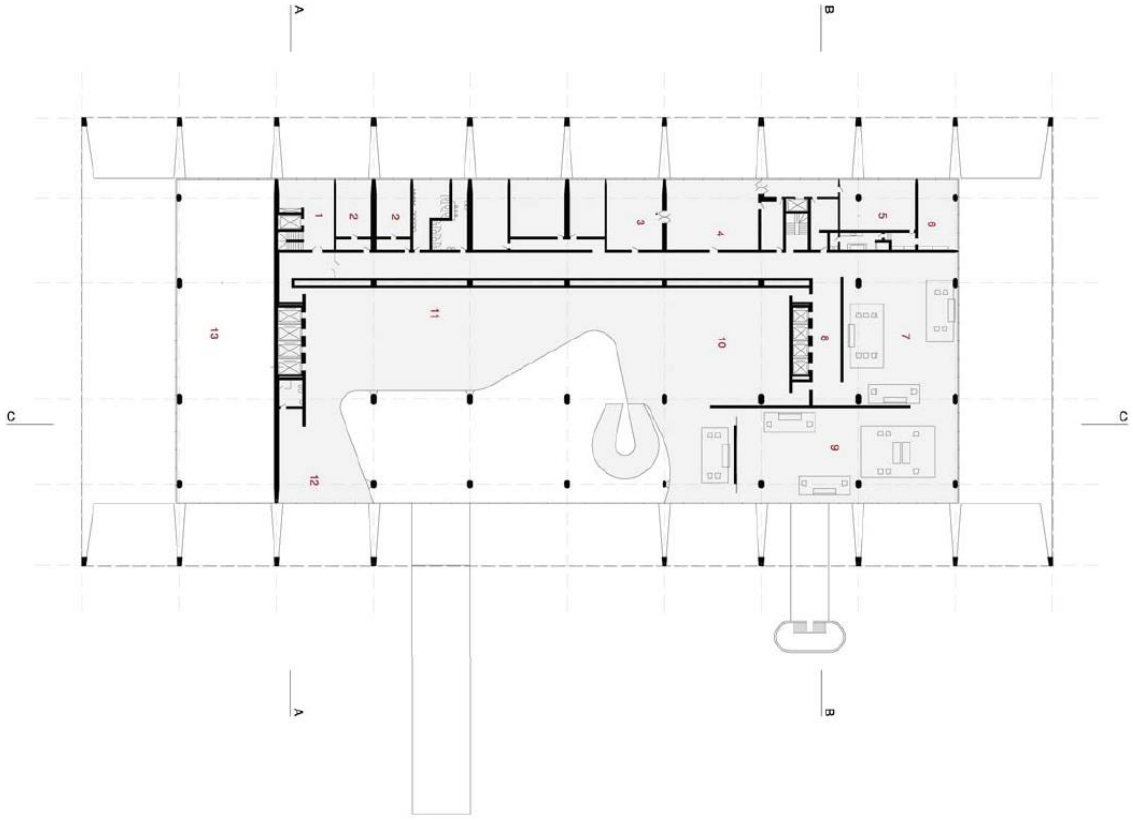


Figura 125: Planta Baixa do 3º Pavimento.
1-Copa; 2-Gabinete; 3-Audiência; 4-Salão de despachos; 5-Gabinete do presidente; 6-Repouso; 7-Antesala; 8-Hall de funcionários; 9-Recepção; 10-Hall público; 11-Galeria/Mezanino; 12-Ajudantes de ordem; 13-Vazio do Salão de Banquetes.
Fonte: SILVA, 2012, p.553.

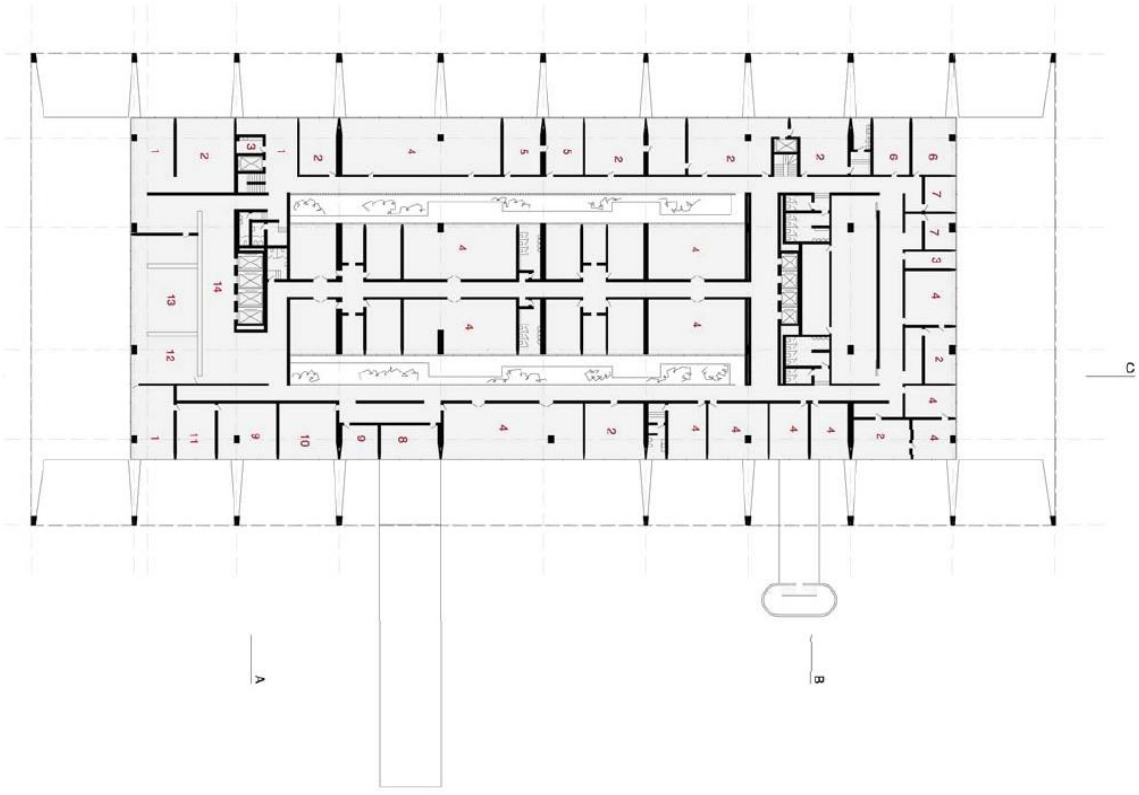


Figura 126: Planta Baixa do 4º Pavimento.
1-Espera; 2-Gabinete; 3-Copa; 4-Funcionários; 5-Auxiliares; 6-Assistentes; 7-Antesala; 8-Audiência; 9-Secretária; 10-Chefe Casa Militar; 11-Ministro; 12-Sala do diretor; 13- Sala de correspondências; 14-Hall público; 15-Jardim.
Fonte: SILVA, 2012, p.558.

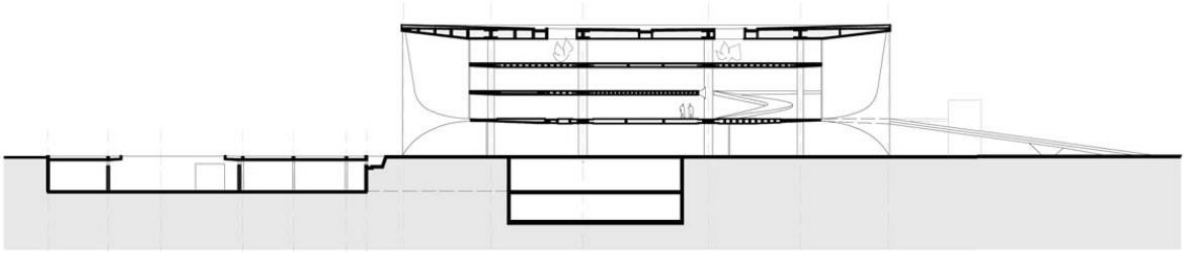


Figura 127: Corte transversal - AA.
Fonte: SILVA, 2012, p.558.

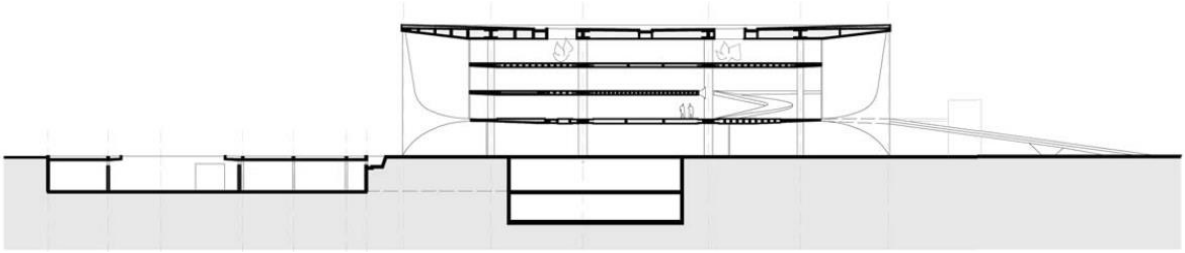


Figura 128: Corte transversal - BB.
Fonte: SILVA, 2012, p.558.

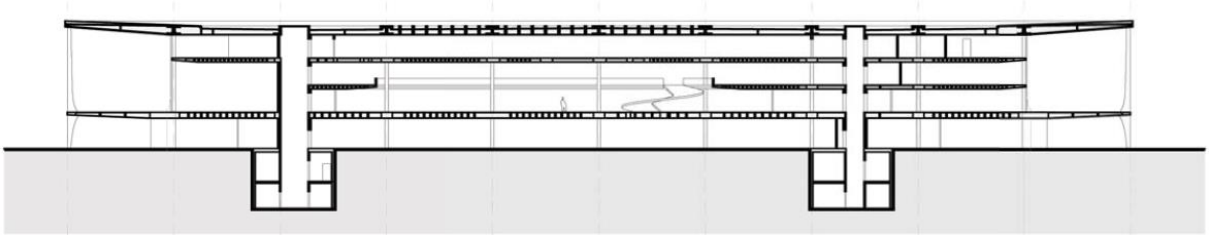


Figura 129: Corte longitudinal - CC.
Fonte: SILVA, 2012, p.558.

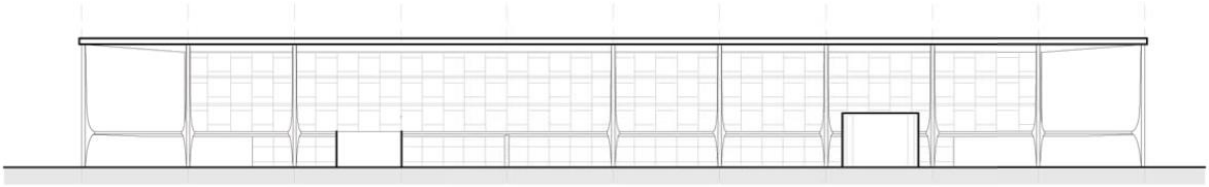


Figura 130: Elevação Oeste.
Fonte: SILVA, 2012, p.558.

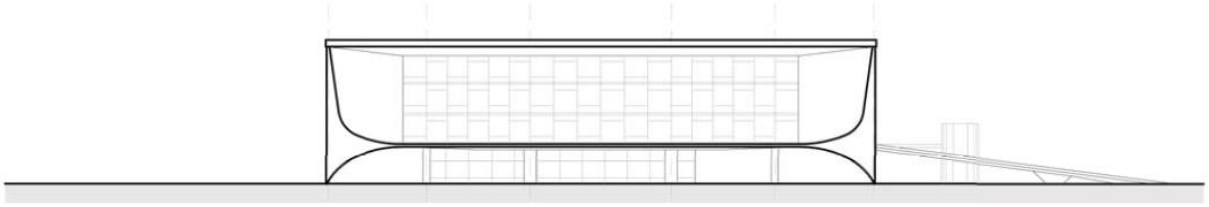


Figura 131: Elevação Sul.
Fonte: SILVA, 2012, p.558.

Anexo 08: Palácio do Planalto – Antes da intervenção (2008)

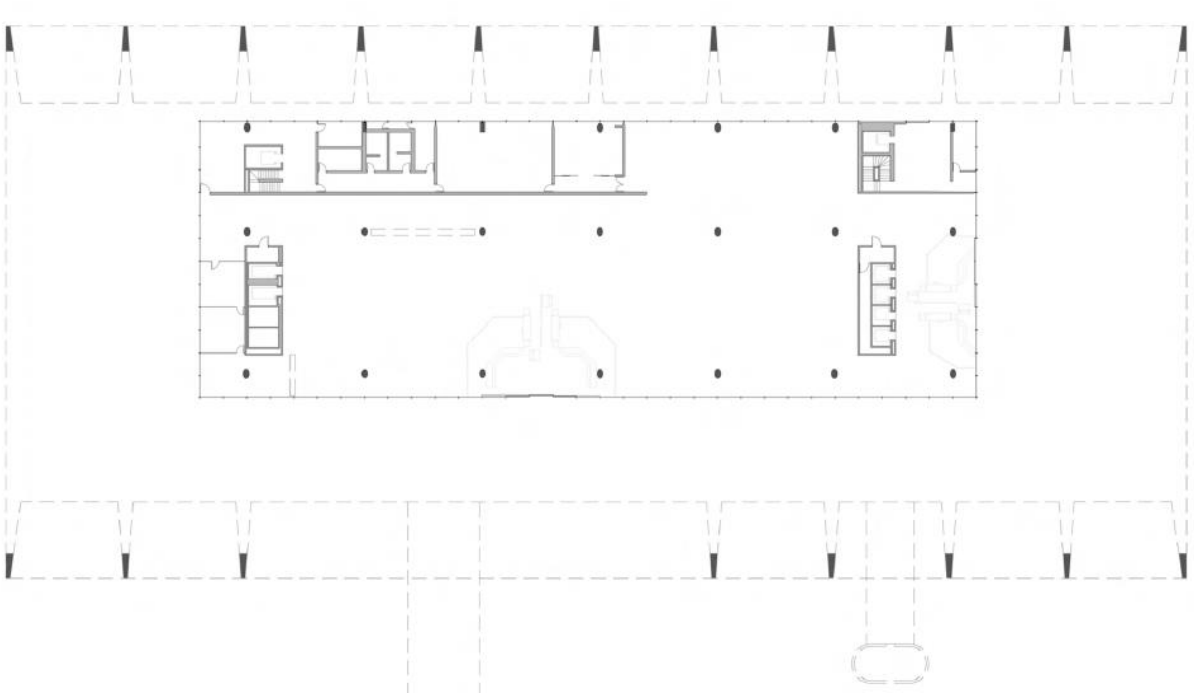


Figura 132: Planta Baixa do Térreo.
Fonte: COENP In: PADUA, 2013, p.317.

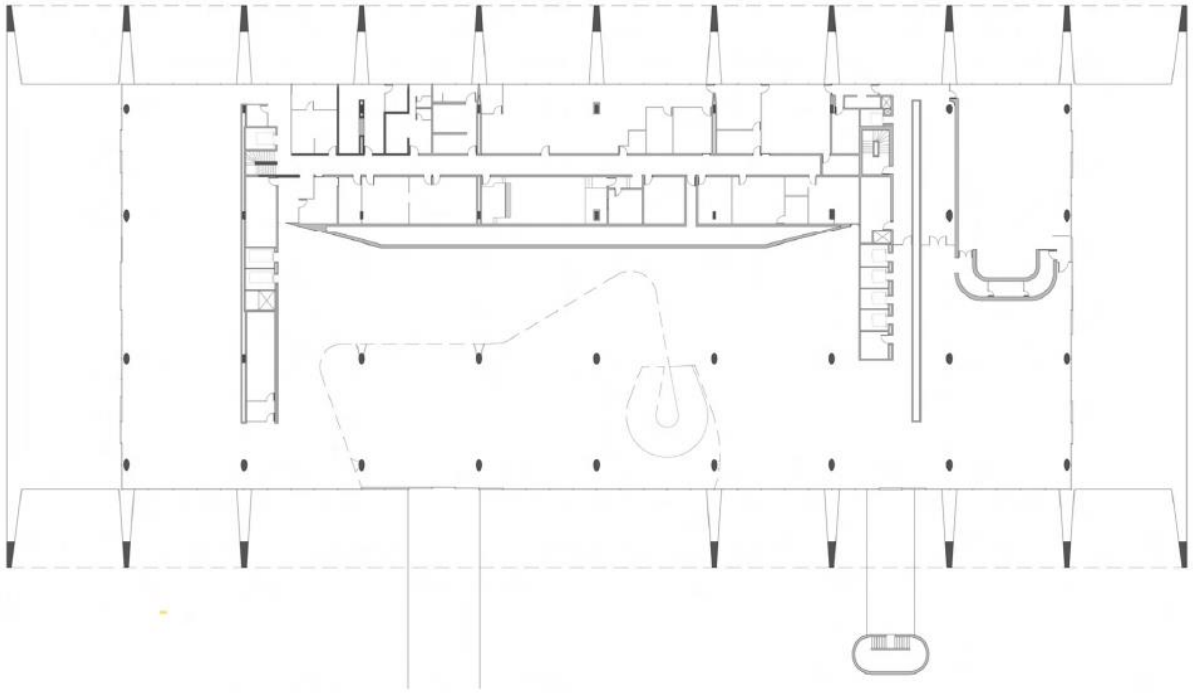


Figura 133: Planta Baixa do 2º Pavimento.
Fonte: COENP In: PADUA, 2013, p.319.

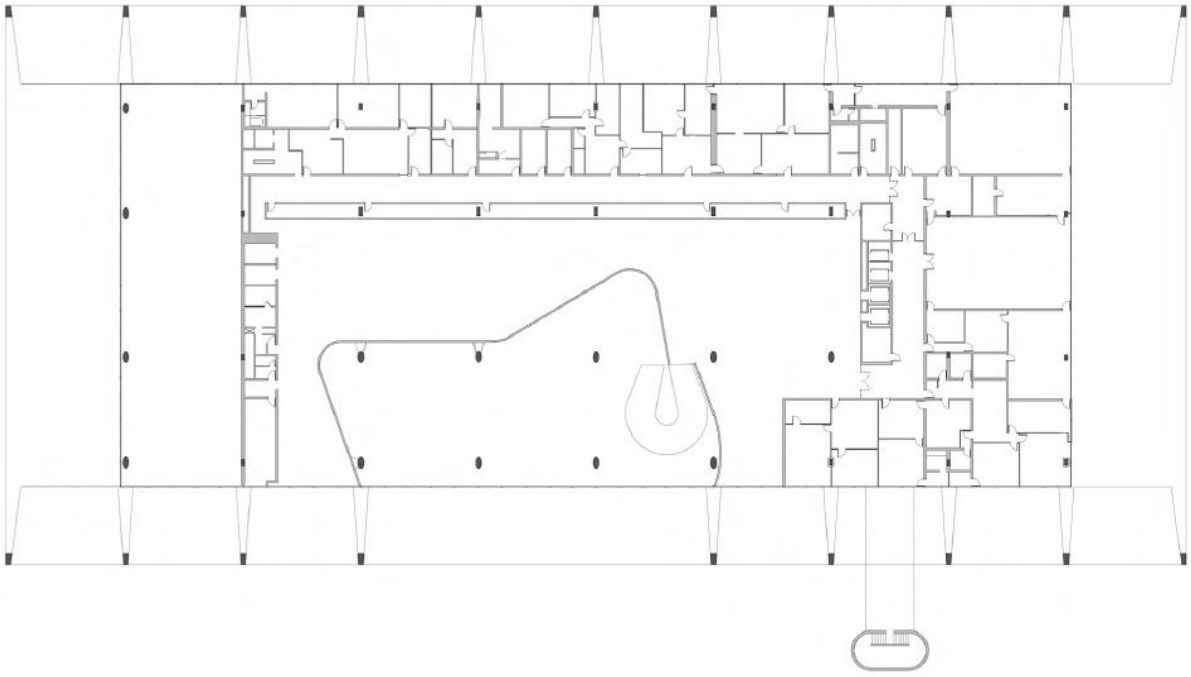


Figura 134: Planta Baixa do 3º Pavimento.
Fonte: COENP In: PADUA, 2013, p.321.

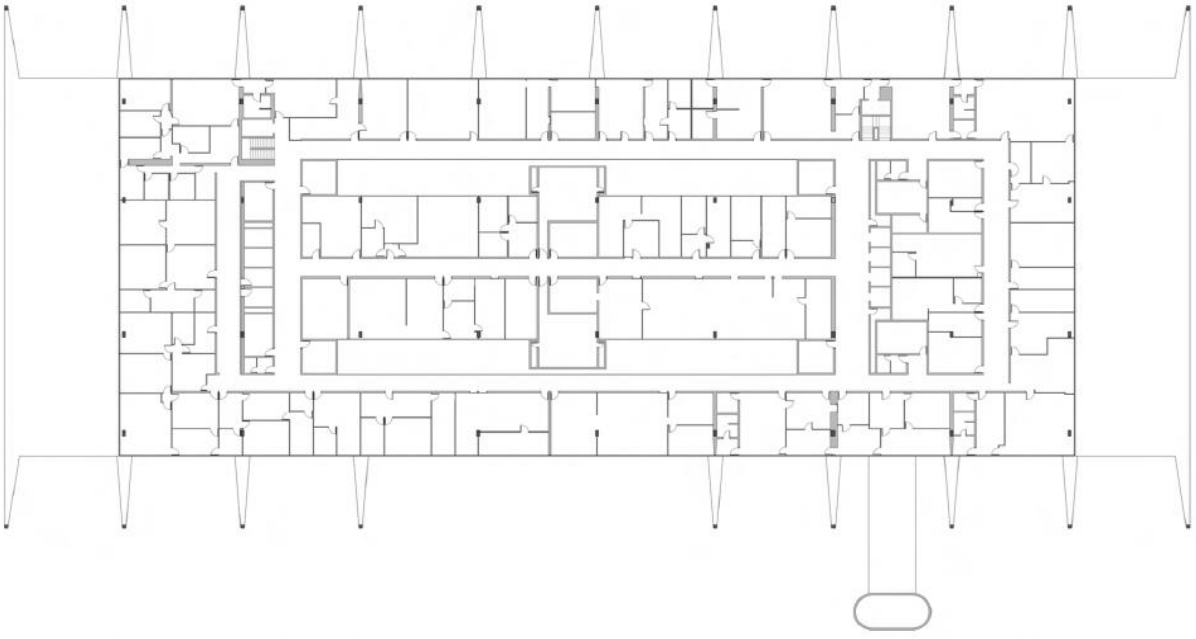


Figura 135: Planta Baixa do 4º Pavimento.
Fonte: COENP In: PADUA, 2013, p.321.

Anexo 09: Palácio do Planalto – Projeto de intervenção (2008-2010)

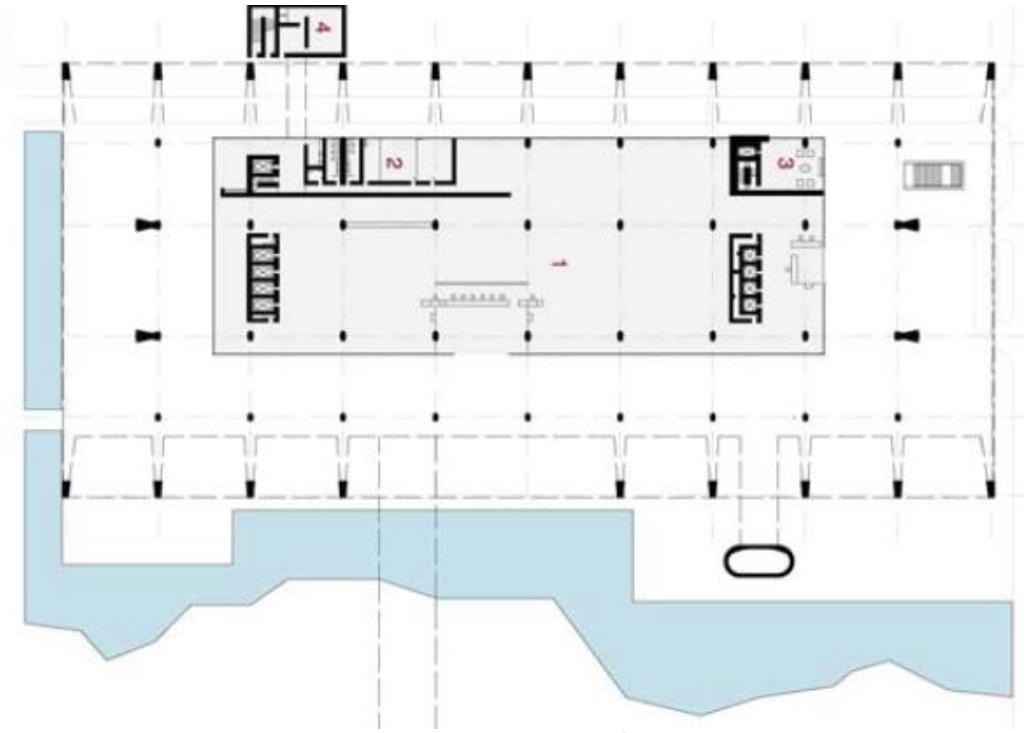


Figura 136: Planta Baixa do Térreo.
1-Saguão; 2-Imprensa; 3-Hall; 4-Copa e apoio.
Fonte: SILVA, 2012, p.559.

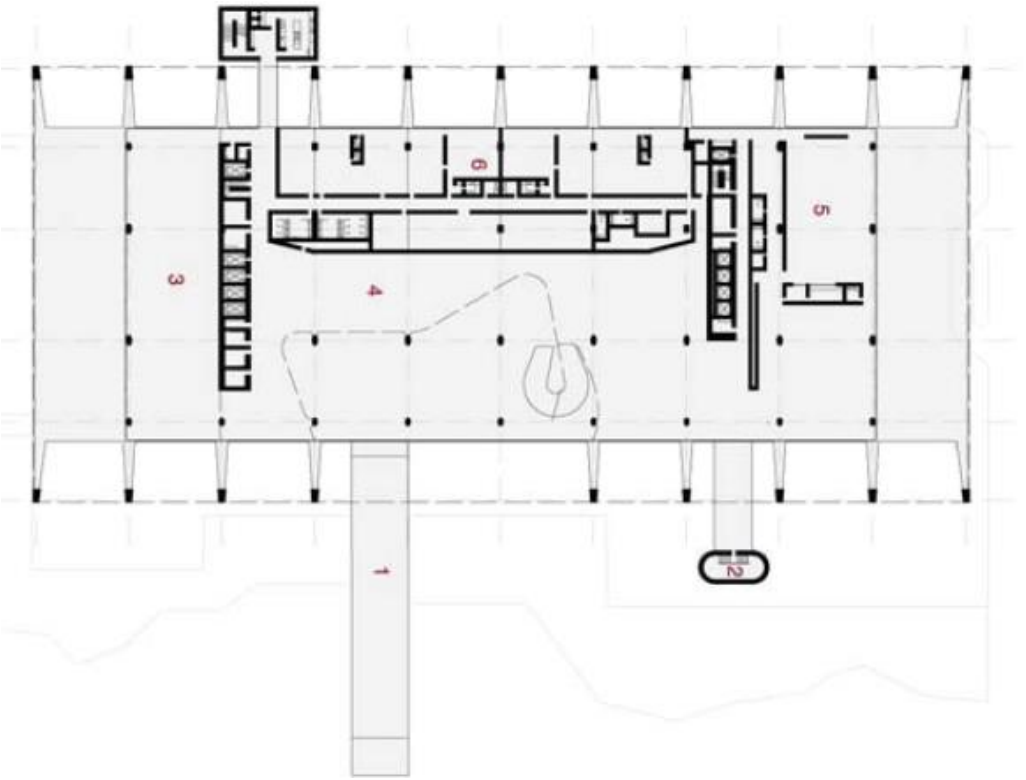


Figura 137: Planta Baixa do 2º Pavimento.
1-Rampa; 2-Tribuna; 3-Salão de banquetes; 4-Salão nobre; 5-Sala de reuniões ministeriais; 6-Escritórios.
Fonte: SILVA, 2012, p.559.

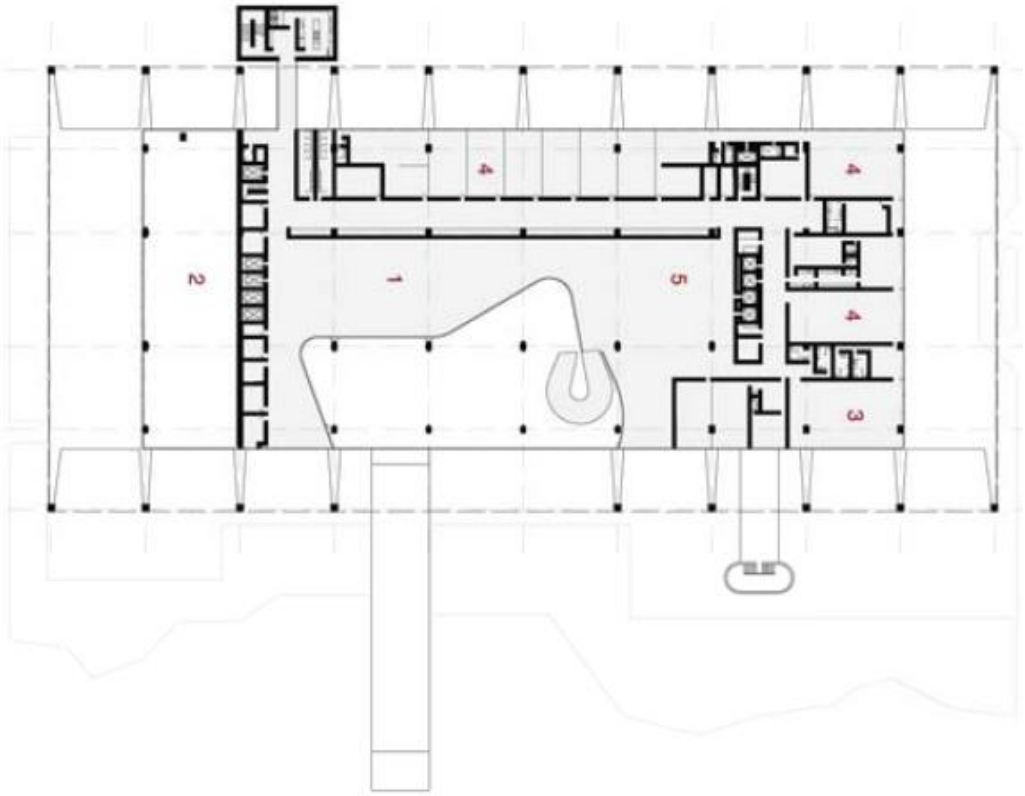


Figura 138: Planta Baixa do 3º Pavimento.
1-Galeria/Mezanino; 2-Vazio do Salão de banquetes; 3-Audicências; 4-Escritórios; 5-Gabinetes.
Fonte: SILVA, 2012, p.559.

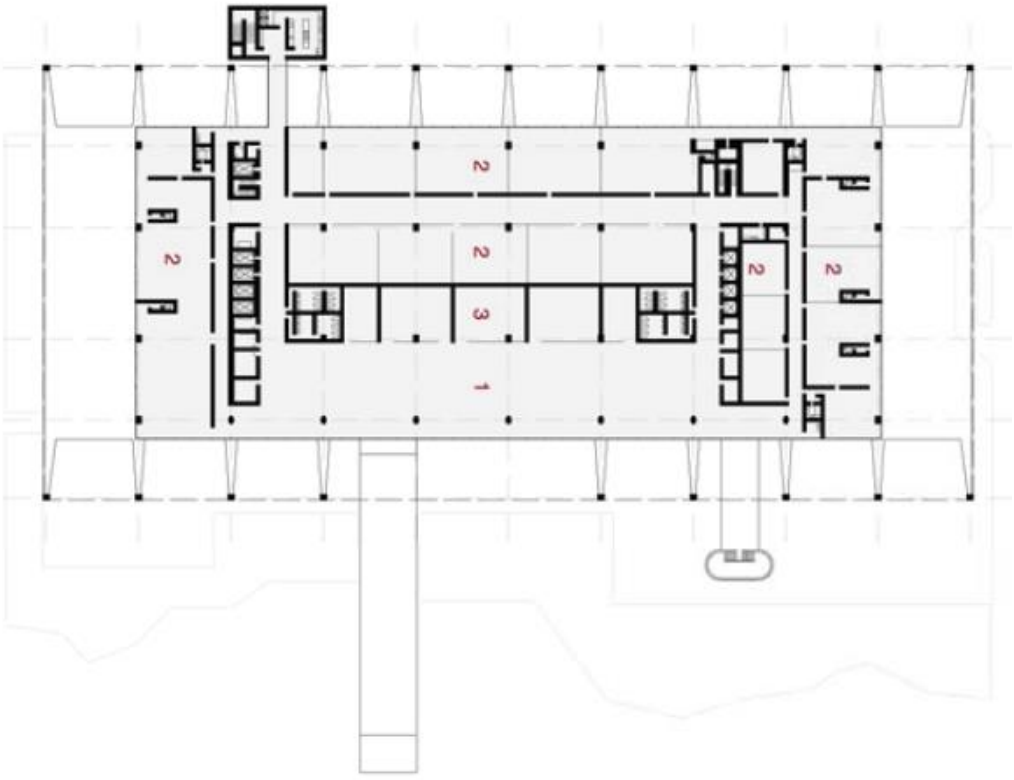


Figura 139: Planta Baixa do 4º Pavimento.
1-Hall nobre; 2-Escritórios e gabinetes; 3-Salas de reuniões.
Fonte: SILVA, 2012, p.559.

Anexo 10: Subsolo antes, durante depois da intervenção de 2008-2010



Figura 140: Obras de reforma com ampliação do subsolo existente junto à fachada norte.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.72.



Figura 141: Nivelamento do terreno para estacionamento junto à fachada lateral.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.67.



Figura 142: Instalação de grama sob o subsolo ampliado.
Foto: Mário Tirelli. Acervo da Presidência da República. Fonte: Inventário, 2010, p.73.



Figura 143: Vista da malha de ferragens do estacionamento lateral.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.68.



Figura 144: Subsolo após finalização da obra.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.74.



Figura 145: Estacionamento lateral após finalização da obra.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.74.

Anexo 11: Térreo antes, durante e depois da intervenção (2008-2010)



Figura 146: Saguão de entrada no térreo.
Foto: Peter Scheier (196?). Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles In: SILVA, 2012, p.548.



Figura 147: Instalação de aparelhos de detecção de metal na recepção.

Fonte: IPHAN/DF (2008) In: PADUA, 2013, p.217.



Figura 148: Substituição do forro do Saguão de entrada no térreo.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.231.



Figura 149: Substituição dos vidros do Saguão de entrada.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.231.



Figura 150: Saguão mantem revestimentos originais, com exceção dos pilares.
Foto: Élcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.548.

Anexo 12: 2º Pavimento: antes, durante e depois da intervenção (2008-2010)



Figura 151: Hall Nobre durante recepção oferecida por JK na inauguração de Brasília: notar colunas com pintura branca.
Fonte: ArPDF (21 abr.1960) In: Inventário, 2010, p.14.



Figura 152: Hall Nobre: uso de mármore no piso e vidros transparentes na fachada.
Fonte: ArPDF In: Inventário,2010, p.56.



Figura 153: Hall Nobre com corrimão na rampa.
Fonte: Ficha-Síntese do Palácio do Planalto (Processo nº1550-T-07).



Figura 154: Hall Nobre com colunas em chapas de alumínio.
Foto: Élcio Gomes. Fonte: SILVA, 2012, 549.



Figura 155: Retirada do forro do Salão Nobre e dos vidros transparentes da fachada.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.65.



Figura 156: Hall Nobre com novo forro de gesso e substituição dos revestimentos das colunas.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.70.



Figura 157: Hall Nobre na fase final da obra: reforma luminotécnica e novos vidros (blindados).
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.71.



Figura 158: Hall Nobre após término da obra: colunas com frisos e pintura em tonalidade mais escura.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.71.

Anexo 13: 3º Pavimento: antes, durante e depois da intervenção (2008-2010)



Figura 159: Acesso à recepção a partir do Mezanino: notar revestimento de lambris em madeira e pilares em chapas de alumínio.
Foto: Zumbrunn (1965). Fonte: Acervo Presidência da República. In: SILVA, 2012, p.550.



Figura 160: Vista geral do Mezanino antes da reforma.
Foto: Carolina Padua (Nov.2008). Fonte: Inventário, 2010, p.148.



Figura 161: Retirada do carpete do Mezanino.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.64.



Figura 162: Mezanino com revestimentos em placas de modulação variada após reforma.

Foto: Elcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.550.



Figura 163: Mezanino após reforma: manutenção da parede espalhada, troca de carpete e mobiliário restaurado.
Foto: Fellipe Bryan. Fonte: IG Brasília-Último Segundo apud PADUA, 2013, p.245.

Anexo 14: 4º Pavimento: antes, durante e depois da intervenção (2008-2010)



Figura 164: Painel de azulejos e jardim do 4º pavimento.
Fonte: OLIVEIRA, 2012, p.84.



Figura 165: Retirada do forro de gesso do 4º pavimento e vista dos jardins internos e pergolado antes da demolição.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.65.



Figura 166: Demolição das vedações internas e reforma da laje do 4º pavimento e retirada dos jardins.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.64.



Figura 167: Reforma das instalações elétricas.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.64.



Figura 168: Retirada de revestimentos e demolição de alvenarias.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.227.



Figura 169: Fechamento do pergolado e área onde havia os jardins após sua demolição.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.230.

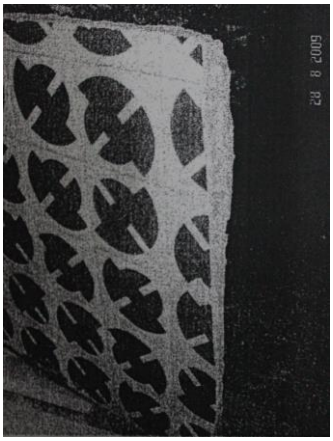


Figura 170: Traslado do painel original de Athos Bulcão; peças deslocadas em placas de alvenaria.
Fonte: Nota Técnica nº.47/2009 referente à Vistoria do MPF de 25/09/2009 In: Processo nº.1550-T-07.



Figura 171: Instalação de novo piso e estrutura de dutos elétricos.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.69.



Figura 172: Novo teto de gesso e novo revestimento das paredes.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.69.



Figura 173: Reforma do novo saguão com instalação de novos revestimentos de piso, parede e forro de gesso.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.70.



Figura 174: Novo saguão do 4º pavimento com vista para a Praça dos Três Poderes após finalização da obra de reforma.
Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.245.



Figura 175: Escritórios após finalização da reforma.
Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.245.



Figura 176: Acabamento dos novos revestimentos do 4º pavimento.
Foto: Elcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.562.



Figura 177: Réplica dos azulejos de Athos Bulcão e parede espelhada.
Foto: Elcio Gomes (2011). Fonte: SILVA, 2012, p.562.



Figura 178: Salão de estar com vista para a Praça dos Três Poderes.
Fonte: Acervo da Presidência da República In: PADUA, 2013, p.245.

Anexo 15: Elementos externos (volume anexo, agenciamento e fachadas) antes, durante depois da intervenção de 2008-2010



Figura 179: Nivelamento do piso junto aos pilares da fachada norte para inserção da torre anexa.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.72.



Figura 180: Vista do Palácio do Planalto durante as obras de construção da torre externa.
Foto: Liliane Corrêa (Nov.2009). Fonte: Inventário, 2010, p.25.



Figura 181: Fachada Norte com inserção da torre anexa e obra de ampliação do subsolo.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.72.



Figura 182: Vista da fachada do Palácio com torre anexa a partir do estacionamento lateral.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.68.



Figura 183: Vista lateral do Palácio com Torre anexa após finalização da obra.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.74.



Figura 184: Vista das esquadrias da varanda do Salão Oeste antes de receber pintura e vidros blindados.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.71.



Figura 185: Vista das esquadrias da varanda da Fachada Oeste com vidros blindados sendo instalados.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.73.



Figura 186: Fachada Sul durante a obra, sem uma parte dos vidros.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.72.



Figura 187: Fachada Sul após finalização da obra.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.73.

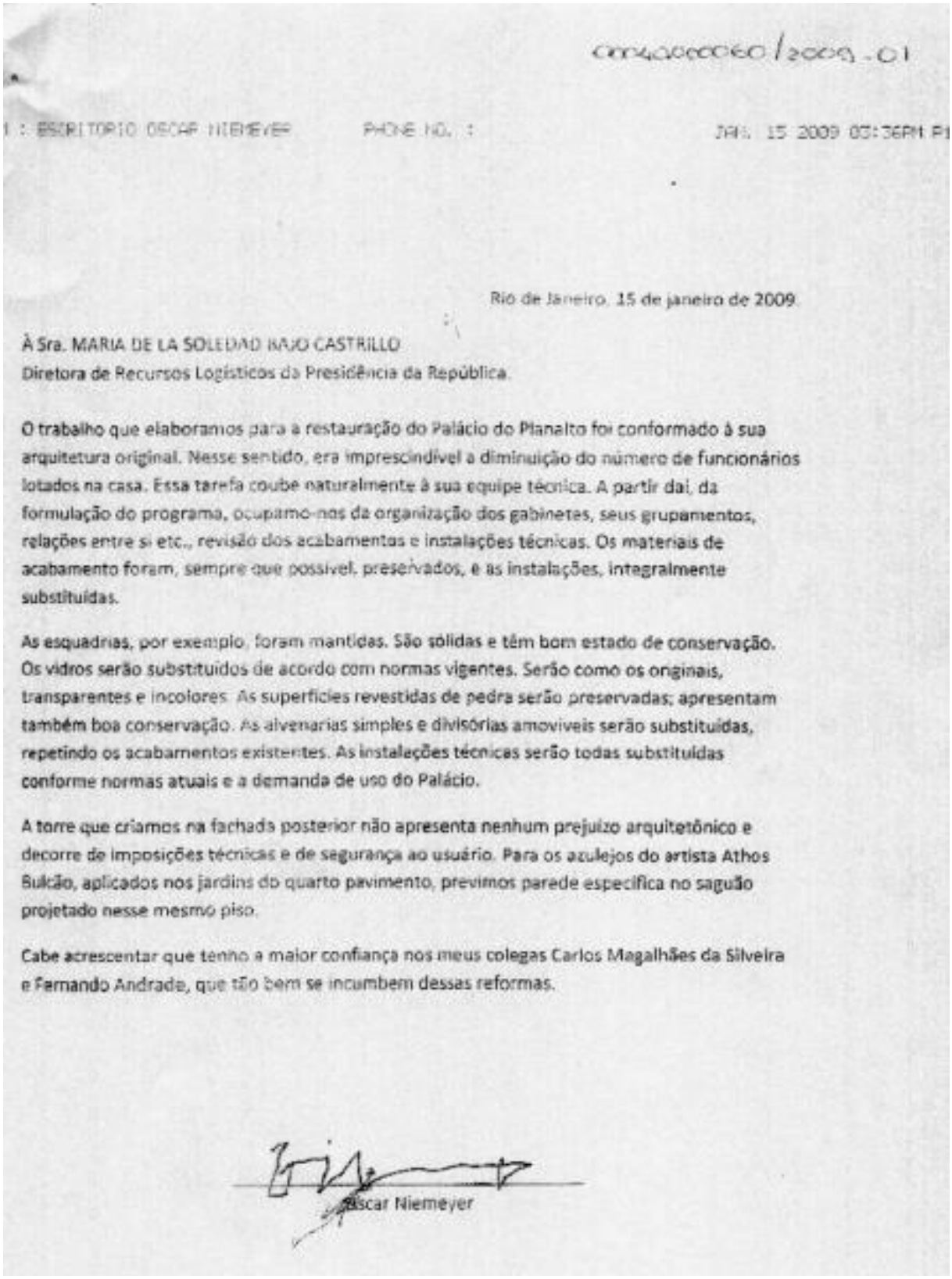


Figura 188: Impermeabilização do espelho d´água e reforma no piso externo junto à Fachada Sul.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.72.



Figura 189: Vista do espelho d'água junto à Fachada Sul após finalização da obra.
Foto: Mário Tirelli. Fonte: Acervo da Presidência da República In: Inventário, 2010, p.74.

Anexo 16: Carta assinada por Niemeyer datada de 15/01/2009.



00040000060/2009-01

1 : ESCRITORIO OSCAR NIEMEYER PHONE NO. : JAN. 15 2009 03:36PM P1

Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 2009.

À Sra. MARIA DE LA SOLEDAD BAJO CASTRILLO
Diretora de Recursos Logísticos da Presidência da República.

O trabalho que elaboramos para a restauração do Palácio do Planalto foi conformado à sua arquitetura original. Nesse sentido, era imprescindível a diminuição do número de funcionários lotados na casa. Essa tarefa coube naturalmente à sua equipe técnica. A partir daí, da formulação do programa, ocupamo-nos da organização dos gabinetes, seus grupamentos, relações entre si etc., revisão dos acabamentos e instalações técnicas. Os materiais de acabamento foram, sempre que possível, preservados, e as instalações, integralmente substituídas.

As esquadrias, por exemplo, foram mantidas. São sólidas e têm bom estado de conservação. Os vidros serão substituídos de acordo com normas vigentes. Serão como os originais, transparentes e incolores. As superfícies revestidas de pedra serão preservadas; apresentam também boa conservação. As alvenarias simples e divisórias amoviveis serão substituídas, repetindo os acabamentos existentes. As instalações técnicas serão todas substituídas conforme normas atuais e a demanda de uso do Palácio.

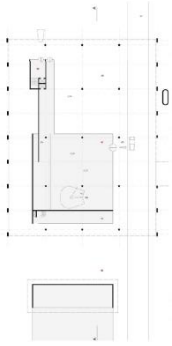
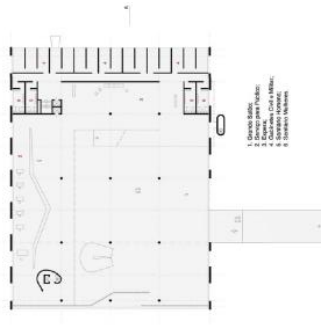
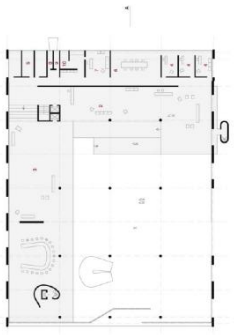
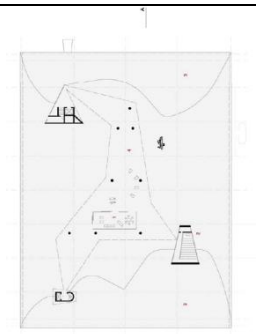
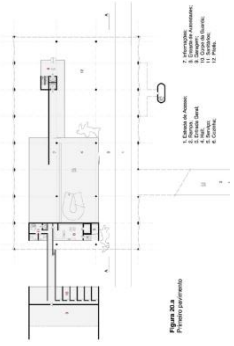
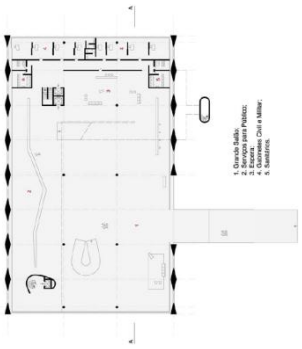
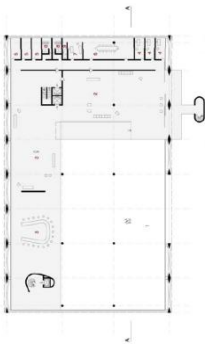
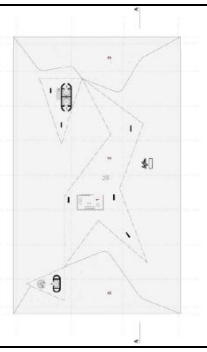
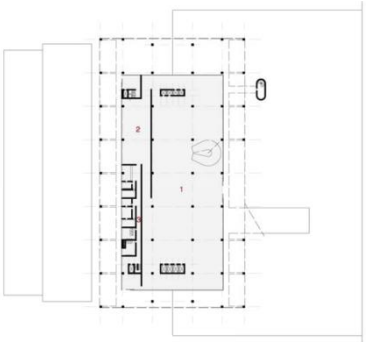
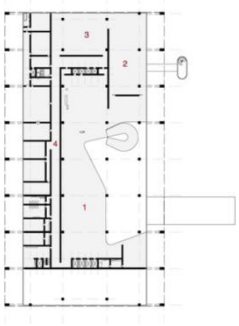
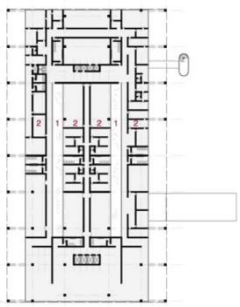
A torre que criamos na fachada posterior não apresenta nenhum prejuízo arquitetônico e decorre de imposições técnicas e de segurança ao usuário. Para os azulejos do artista Athos Bulcão, aplicados nos jardins do quarto pavimento, previmos parede específica no saguão projetado nesse mesmo piso.

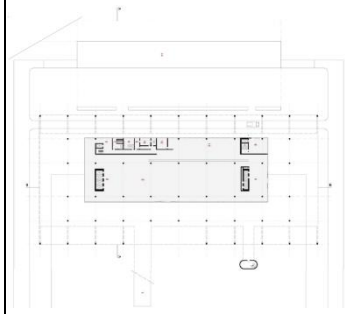
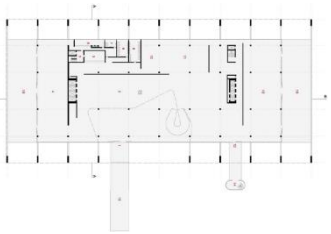
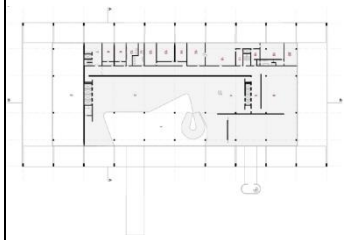
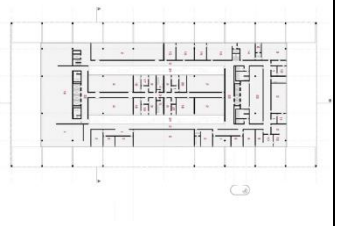
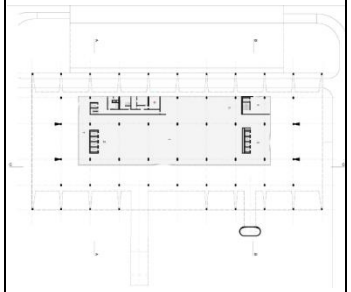
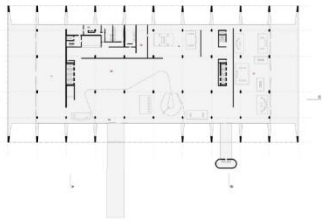
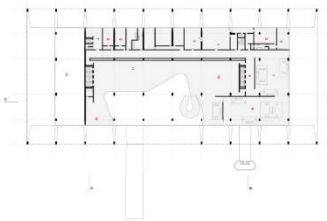
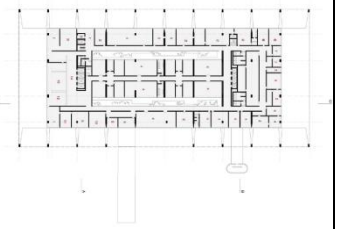
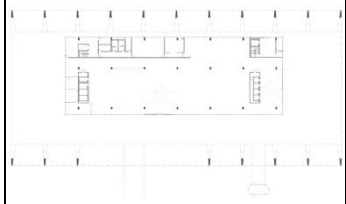
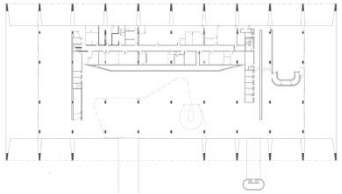
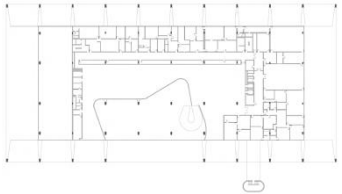
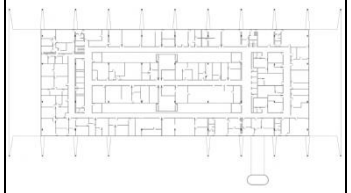
Cabe acrescentar que tenho a maior confiança nos meus colegas Carlos Magalhães da Silveira e Fernando Andrade, que tão bem se incumbem dessas reformas.

Oscar Niemeyer

Fonte: Processo nº.01551.000527/2008-26 referente ao Processo de Restauração do Palácio do Planalto (documento constante à folha 41).

Anexo 17: Trajetória comparativa das plantas do Palácio do Planalto

FASE	Térreo	2º pavimento	3º pavimento	4º pavimento / Terraço
1º Projeto - 1ª versão (Ago.1956)				
1º Projeto - 2ª versão (Dez.1956)				
2º Projeto - 1ª versão (Fev.1958)				

FASE	Térreo	2º pavimento	3º pavimento	4º pavimento / Terraço
2º Projeto - 2ª versão (Abr.1958)				
Construído (Abr.1958 / Ago.1963)				
Antes da intervenção (2008)				
Projeto de intervenção (2008-2010)	